

CATÁLOGO DE PRÁTICAS EM

PSICOLOGIA AMBIENTAL

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

**CATÁLOGO DE PRÁTICAS EM
PSICOLOGIA AMBIENTAL**

Brasília, novembro de 2022
1ª Edição

© 2022 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

Disponível também em: www.cfp.org.br

Projeto gráfico e diagramação: Tatiany dos Santos Fonseca

Revisão e normalização: MC&G Design Editorial

Foto de capa: Dario Valenzuela - Unsplash

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2,
Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília/DF
(61) 2109-0107 /Correio eletrônico: ascom@cfp.org.br/ www.cfp.org.br

Impresso no Brasil

Informações da 1.ª Edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C755 Conselho Federal de Psicologia (Brasil).
Catálogo de práticas em psicologia ambiental [recurso eletrônico] /
Conselho Federal de Psicologia. Conselho Federal de Psicologia. — 1. ed.—
Brasília : CFP, 2022.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-89369-26-4

1. Psicologia ambiental. 2. Educação ambiental. 3. Ecologia urbana
(Sociologia). 4. Vida urbana - Aspectos psicológicos. I. Título.

CDD23: 155.9

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

Conselho Federal de Psicologia

XVIII Plenário | Gestão 2019-2022

Conselheiras(os) efetivos:

Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – *Presidente*

Anna Carolina Lo Bianco Clementino – *Vice-presidente*

Izabel Augusta Hazin Pires (*até 20 de maio de 2022*) – *Secretária*

Losiley Alves Pinheiro (*a partir de 20 de maio de 2022*) – *Secretária*

Norma Celiane Cosmo – *Tesoureira*

Robenilson Moura Barreto – *Secretário Região Norte*

Alessandra Santos De Almeida – *Secretária Região Nordeste*

Marisa Helena Alves – *Secretária Região Centro Oeste*

Dalcira Pereira Ferrão (*conselheira até 11 de setembro de 2021*) – *Secretária Região Sudeste*

Neuza Maria De Fátima Guareschi – *Secretária Região Sul*

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos – *Conselheiro 1*

Maria Juracy Filgueiras Toneli (*conselheira até 11 de setembro de 2021*) – *Conselheiro 2*

Fabián Javier Marin Rueda (*conselheiro até 5 de fevereiro de 2021*) – *Secretário*

Suplentes:

Katya Luciane de Oliveira – *Suplente*

Izabel Augusta Hazin Pires – *Suplente*

Rodrigo Acioli Moura – *Suplente*

Adinete Souza da Costa Mezzalira – *Suplente Região Norte*

Maria de Jesus Moura – *Suplente Região Nordeste*

Tahina Khan Lima Vianey – *Suplente Região Centro Oeste*

Célia Zenaide da Silva – *Suplente Região Sudeste*

Marina de Pol Poniwas – *Suplente Região Sul*

Ana Paula Soares da Silva – *Conselheira Suplente 1*

Isabela Saraiva de Queiroz (*conselheira até 11 de setembro de 2021*) – *Conselheira Suplente 2*

Organizadoras(es) da publicação:

Grupo de Trabalho Psicologia Ambiental

Ana Paula Soares da Silva

Conselheira do CFP e integrante do GT de Psicologia Ambiental da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP)

Célia Zenaide

Conselheira do CFP

Alessandra Almeida

Conselheira do CFP

Marisa Helena Alves

Conselheira do CFP

Fernanda Gurgel

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e integrante do GT de Psicologia Ambiental da ANPEPP

Camila Bolzan

Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA) e integrante do GT de Psicologia Ambiental da ANPEPP

Mário da Mata

Vice-presidente da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA)

Gustavo Massola

Vice-coordenador do GT de Psicologia Ambiental da ANPEPP

Carolina dos Reis

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Raquel Diniz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e integrante do GT de Psicologia Ambiental da ANPEPP

Alessandra Bianchi

Coordenadora do GT de Psicologia Ambiental da ANPEPP

Tadeu Mattos Farias

Integrante do GT de Psicologia Ambiental da ANPEPP

Zenith Delabrida

Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA) e integrante do GT de Psicologia Ambiental da ANPEPP

Coordenação CFP:

Emanuelle Santos Silva
Coordenadora Geral Estratégica

Rafael Menegassi Taniguchi
Coordenador Geral Executivo

Gerência Técnica:

Camila Dias de Lima Alves
Gerente

Vinícius Sena de Lima
Analista Técnico

Gerência de Comunicação (GCom):

Marília Mundim
Gerente

Raphael de Oliveira Gomes
Assessor

APRESENTAÇÃO

O Conselho Federal de Psicologia, no final de 2021, em ação conjunta com a Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA) e com o GT de Psicologia Ambiental da ANPEPP, criou o Grupo de Trabalho Psicologia Ambiental.

Se os modos de vida hegemônicos na atualidade já questionavam os efeitos subjetivos da relação humano-ambiente, a pandemia de COVID-19 não deixa dúvidas sobre a necessidade e a urgência de a Psicologia se debruçar sobre essa temática.

A Psicologia Ambiental, como uma das áreas mais novas da Psicologia, nas últimas décadas, constrói um campo científico cada vez mais consistente no cenário nacional. Entretanto, infelizmente, nem sempre é conhecida, seja nos cursos de graduação seja como instrumental para políticas públicas.

A relação pessoa-ambiente, como uma temática complexa e multifacetada, exige o investimento teórico-prático transdisciplinar. Assim, é comum o trabalho, por exemplo, com biólogas(os), arquitetas(os), urbanistas(os), geógrafas(os), antropólogas(os) e sociólogas(os). Apesar dessa característica intrínseca à área, de atuação em fronteiras, defendemos que a Psicologia necessita dar também a sua resposta, compreender e explorar as suas contribuições para o enfrentamento da grave crise humano-ambiental que vivemos. Se esse tema é interesse de várias áreas há décadas, a Psicologia tarda ao não o abraçar.

O Catálogo de Práticas em Psicologia Ambiental dá assim um passo em direção a essa pauta no campo da profissão, a fim de avançar nosso compromisso ético-político com a produção de novas, melhores, saudáveis e mais justas formas de vida. A consciência

de que humanos são ao mesmo tempo causadores e vítimas das problemáticas ambientais clama por uma valorização das ações que se voltam para esse enfrentamento e para a construção de uma preocupação constante de nossa área com o presente e o futuro da nossa vida no planeta.

O material aqui publicado busca trazer a um público ampliado da Psicologia algumas das contribuições da área e esperamos que cumpra sua função de visibilizar ações de psicólogos(os) e de estudantes que tomam a relação pessoa-ambiente como objeto de atuação. Que ele seja um instrumento para o engajamento da profissão com uma visão crítica das problemáticas socioambientais contemporâneas que tanto causam desigualdades, sofrimento e adoecimento.

Conselho Federal de Psicologia (CFP)

**Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-
Ambiente (ABRAPA)**

GT de Psicologia Ambiental da ANPEPP

SUMÁRIO

Introdução

A urgência da pauta das Relações Pessoa-Ambiente para a psicologia como profissão	11
Psicologia Ambiental: Desafios de um campo de conhecimento para a construção da prática profissional	19
Que Psicologia Ambiental para que prática profissional?	29

Práticas: Contextos e processos em Educação Ambiental

Trilha Cidadã	44
O Desenvolvimento do “Programa Conscientizar” em escolas municipais de Içara – SC	49
De “peixinho” à criança: reconectando o ser humano à natureza com práticas interdisciplinares na Psicologia Ambiental	54
Projeto Oficina Cultivar com adolescentes: da realidade à realização psicossocioambiental	61
Psicologia Ambiental aplicada à educação ambiental na Amazônia Paraense	66

Trajatória Precursora

Maria Inês Gasparetto Higuchi	72
-------------------------------------	----

Práticas: Contextos e processos de Saúde

Identidade e apego ao lugar em diálogo com a saúde mental	81
Psicologia Ambiental e Saúde: uma proposta transdisciplinar de formação continuada	86
Abordagens integrativas de Psicologia Ambiental em hospital público terciário infanto juvenil	92

Trajatória precursora

Zulmira Áurea Cruz Bomfim	100
---------------------------------	-----

Práticas: Contextos e processos rurais

A Psicologia Ambiental em um assentamento da reforma agrária em Ribeirão Preto (SP)	108
Semeando Saúde e Cidadania através da arte: vivências nas comunidades rurais de Lagoa de Dentro (PB)	115
No território da memória: experiências de estágio em uma comunidade rururbana no Semiárido Potiguar	118
“O Sal da Terra”: Histórias de vida de trabalhadoras/es da agricultura familiar no território Potiguar	123

Visitas ao território rural: aspectos psicossociais de projetos agroecológicos.....	129
Mulheres agricultoras e autonomia: oficinas em um território rural nordestino.....	135
Intervenções assistidas na natureza: (re)conexões homem-ambiente voltadas para o bem-estar.....	142
Trajetória precursora	
Isolda de Araújo Günther.....	148
Práticas: Contextos e processos urbanos, comunitários e institucionais	
Práticas interventivas em psicologia ambiental comunitária num bairro periférico de Natal/RN	160
Leitura socioambiental no acompanhamento de uma comunidade ameaçada de desapropriação do espaço	169
Vem Passarinhar Bragança Paulista: o movimento para (re) conhecer os cantos ignorados da cidade	174
Organização de hortas comunitárias urbanas no município de Nova Lima (MG) ...	179
Avaliação de creches e pré-escolas: assessoria ao Ministério Público na defesa do direito à Educação Infantil	182
O que tem nos arredores da escola?	191
Reflexões em rodas de conversa com adolescentes sobre mudanças climáticas ..	196
Liberdade: o ir e vir para todos.....	201
Projeto cãodeirante: a adoção de pets com deficiência	206
Trajetória precursora	
Ariane Kuhnen	212
Práticas: Contextos e processos clínicos	
Atendimentos psicológicos em contato com a natureza: experiências em orientação à queixa escolar	219
Educação, des-formação de psicólogas e natureza: experiências em uma instituição de ensino de psicologia.....	224
A umbanda visita a clínica: psicologia ambiental, dimensões culturais, formação e prática.....	229
Trajetória precursora	
Marlise A. Bassani.....	235
Entrevistas	
Conversa com Enric Pol: “Nosotros empezamos picando piedra”	246
Conversa com Esther Wiesenfeld: Balanço e perspectivas para a atuação da Psicologia Ambiental na América Latina	255
Considerações finais: O porvir da Atuação da Psicologia Ambiental	266

INTRODUÇÃO



A urgência da pauta das Relações Pessoa-Ambiente para a psicologia como profissão

Mário Martins
Fernanda Fernandes Gurgel
Ana Paula Soares da Silva

Ao acessarmos os diferentes meios de comunicação, cada vez são mais numerosas as notícias sobre problemáticas socioambientais. Aquecimento global e consequente derretimento das calotas polares, inundações, desertificação, secas extremas, tempestades, desmatamentos e queimadas na região amazônica, terremotos, tsunamis, dificuldade de abastecimento e risco de insegurança alimentar, migrações forçadas, entre outros fenômenos, são palavras e expressões que fazem parte do nosso cotidiano. A pandemia de Covid-19, em especial, trouxe a consciência dos impactos sistêmicos sobre as diferentes partes do planeta e os riscos de novas pandemias como resultado dos nossos modos de vida.

Os dados do último relatório 2022 do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) – órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) – indicam que a mudança climática está desencadeando fenômenos mais graves e frequentes em todo o mundo. E mais: que as soluções propostas e as metas correntes não são suficientes para resolver os problemas atuais e futuros¹. Em sua fala de abertura do debate geral da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2022, o secretário-geral, António Guterres, destacou a crise na produção de alimentos e no possível agravamento de desabastecimento mundial no ano de 2023. Dois exemplos que nos apresentam emergências ambientais e humanitárias que colocam em risco a existência humana sobre a Terra.

1 Recuperado de <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>

A extensão da ação humana sobre o planeta vem sendo destacada nos últimos debates científicos e caracteriza uma nova era que recebeu o nome de Antropoceno, definido como um novo período geológico no qual as rápidas transformações ocorridas no planeta Terra são decorrentes da ação humana, visto que “os estratos geológicos são dominados por materiais de origem humana” (Gomide, 2021, p. 124). O Antropoceno é consequência da mineração, das construções urbanas, do consumo de combustíveis fósseis, das alterações químicas do solo decorrentes do uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos na agricultura, bem como de outras atividades (Marques, 2018). Em uma perspectiva crítica dessa nova era, há a defesa pelo uso da expressão Capitaloceno (Gomide 2021), visto que ocorre em concomitância com o modo de produção capitalista, que promove desequilíbrios na natureza, assim como ocasiona profundos impactos em distintos grupos socioculturais, (re)produzindo gritantes desigualdades geopolíticas e econômicas.

Nesse cenário, como afirma Kruse (2004), é preciso reconhecer que os humanos assumem um triplo papel, como vítimas, agentes causadores, mas também agentes de transformação. As ações humanas produzidas por pessoas individualmente e sobretudo coletivamente são parte dessas problemáticas e, necessariamente, parte da solução.

Há anos um conjunto de disciplinas interessadas nas Relações Pessoa-Ambiente – uma ampla área multi/interdisciplinar de estudos – tenta compreender como as pessoas interagem e transformam seus ambientes, sejam eles naturais, construídos (Moore, 1987) ou até mesmo virtuais. E entre as diversas disciplinas está a Psicologia Ambiental, uma área interdisciplinar de vasta produção técnica e científica, marcada por experiências de atuação profissional diversificadas. O principal enfoque de trabalho das(os) psicólogas(os) ambientais são as relações pessoa-ambiente, o modo como pessoas pertencentes a diferentes grupos interagem em espaços naturais e constroem seus espaços de vida material e simbólica e, da mesma forma, como tais espaços constituem essas pessoas e grupos concomitantemente.

A história dessa área remonta ao início do século XX e tem suas origens em movimentos internos e externos à Psicologia (Soczka, 2005). Do ponto de vista externo, em resposta às mudanças geopolíticas ocorridas no período em virtude do aumento de problemáticas sócio-territoriais como as migrações, a concentração e a segregação urbanas que passaram a redimensionar as relações das populações com os espaços. Na Europa, o alemão Willy Hellpach é o primeiro a nomear a relação entre Psicologia e ambiente (*Umwelt*), chamando atenção para fatores geopsicológicos, psicossociais e técnicos do mundo natural e construído. De forma indireta, essa origem incide no nascimento da área nos Estados Unidos. Em virtude da Segunda Guerra Mundial, há o deslocamento forçado de figuras como Kurt Lewin para o continente americano. Este autor, particularmente, contribui para a área ao relacionar comportamento à ambiente (Pol, 2006).

Uma terceira fase se inicia no pós-guerra, quando a necessidade de reconstrução das cidades passa a ser uma grande preocupação na Europa. A área assume, naquele momento, uma forte tradição interdisciplinar aprofundando sua relação com a arquitetura, dada a necessidade de planificação e reconstrução de moradias, desenhos dos bairros, reestruturação de espaços de trabalho, convivência e convivência e habitação, a ponto de surgir uma Psicologia da Arquitetura. Durante esse período, há ainda o aumento da produção bibliográfica nos Estados Unidos.

É na década de 1990 que se fala de uma consolidação da área, acompanhada pelo que ficou conhecido como “Psicologia Verde”. Essa vertente privilegia estudos e intervenções com base no conceito de sustentabilidade, integrando a questão ambiental e o cuidado ambiental aos determinantes da qualidade de vida (Pol, 2007)

Na América Latina e no Brasil, a área começa a ganhar visibilidade a partir da década de 1970, com a tradução de manuais para a língua portuguesa e a realização de cursos de curta duração voltados

a profissionais da Arquitetura. As primeiras publicações nacionais passam a surgir nos anos 1980, mas a integração da área com produção conjunta entre diferentes grupos e construção de redes de colaboração se estabelece de fato a partir dos anos 1990 (Pinheiro, 2001). Nos anos 2000, o crescimento das pesquisas acadêmicas e da pós-graduação contribuem para o surgimento do Grupo de Trabalho (GT) em Psicologia Ambiental na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP) (Günther et al., 2000). Por sua vez, o GT permitiu intercâmbios que deram origem aos números especiais de revistas e dossiês temáticos, livros, artigos e participações em eventos científicos (Pinheiro et al., 2019).

Nos últimos anos, temos visto eclodir, na América Latina, o surgimento de uma Psicologia Socioambiental que reafirma sua proximidade a uma psicologia social crítica, compreendendo que o debate sobre os fenômenos de crise ambiental, bem como de suas consequências psicossociais, não é possível sem estar articulado a uma profunda crítica social (Massola, & Silva, 2019, Tassara, 2005) e sem que se busque a emancipação humana. A pluralidade teórico-metodológica nos estudos na América Latina, como bem destacam Farias, Olekszechen e Brito (2021), coincide nas aspirações de estudos e intervenções com foco nas tensões global e local e nas resistências psicossociais que se materializam nas problemáticas específicas de seus contextos sociofísicos. Considerações da ordem da geopolítica e da crítica aos impactos do modelo hegemônico de produção da vida são levantadas nos marcos de construção de uma Psicologia Ambiental desde o sul global, reclamando pela participação e soberania dos povos, assim como das populações originárias e dos saberes produzidos do lado de cá.

Atualmente, no campo da atuação profissional, psicólogos(os) têm desenvolvido diversos trabalhos na área ambiental, sem necessariamente se nomear como psicólogos(os) ambientais. Há campos frutíferos de atuação nas políticas públicas, por exemplo,

em políticas governamentais, programas ou ações voltadas ao meio ambiente natural, à habitação e melhoramento dos espaços urbanos, uso do solo, proteção e defesa civil ou saneamento básico, entre outras. Em instituições, estes profissionais intervêm nas relações pessoa-ambiente, com vistas à melhoria da qualidade de vida, dos arranjos espaciais, do clima organizacional e das relações interpessoais no lugar. Também atuam no âmbito da gestão ambiental, tornando mais inteligente o uso dos recursos e reduzindo ou eliminando impactos negativos e os comportamentos que os geram. Em parte, este importante espaço profissional se estrutura após algumas gerações de psicólogas(os) atuando como docentes nas universidades, com formação em Psicologia Ambiental, visto que passam a ofertar práticas de estágio na área. Nesse sentido, um importante marco, no país, foi a criação da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA), em 2018, uma vez que assume, entre seus objetivos, a contribuição para o aprimoramento da prática profissional na área.

O Catálogo de Práticas em Psicologia Ambiental cumpre a função de visibilizar ações de psicólogos/as e de estudantes identificadas(os) com a atuação da Psicologia nas diferentes problemáticas da relação pessoa-ambiente no Brasil. Por meio do Catálogo, pretendemos mobilizar a categoria para pensar sobre a urgência da necessária incorporação de temáticas da relação pessoa-ambiente na atuação profissional em Psicologia. Pretende-se ainda fomentar o compromisso e a formação para uma atuação sensível às problemáticas psicossociais e psicológicas do nosso tempo e preocupada com o futuro. Concomitantemente, compreendemos que compartilhar essas práticas pode ser uma forma de abrir diálogos com o poder público e o campo de trabalho para que compreendam as possibilidades e potências da Psicologia Ambiental na atuação em problemáticas diversas que afetam a vida das pessoas, grupos e comunidades.

O Catálogo possui Quatro Tipo de Materiais

Iniciamos com dois textos de colegas da América Latina. O primeiro, da psicóloga ambiental Schelica Mozobancyk (da Universidade de Buenos Aires – Argentina) e o segundo de Alicia Rodriguez (da Universidad de la República – Uruguai). Ambas discorrem sobre uma provocação feita pelo GT, “Psicologia Ambiental: desafios de um campo de conhecimento para a construção da prática profissional”. Elas trazem aspectos fundamentais para explorar as potências e as contribuições que a Psicologia tem a oferecer nas problemáticas contemporâneas das relações pessoa-ambiente, mas o fazem a partir de uma perspectiva crítica e do lugar de quem produz conhecimento e prática enraizados e comprometidos com as realidades latino-americanas.

Em seguida, intercalamos as práticas selecionadas com textos que denominamos Trajetórias Precursoras.

As práticas selecionadas são apresentadas por meio de uma breve descrição, com informações também sobre participantes, desenvolvimento do trabalho e cenário de sua efetivação. Elas estão distribuídas em seções sobre a experiência e o fazer próprio da área nos seguintes contextos e processos: Educação Ambiental; Saúde; Processos rurais; Processos urbanos, comunitários e institucionais; Processos clínicos. As práticas aqui relatadas são um exemplo da diversidade de temáticas que a Psicologia Ambiental abarca. Na seleção das(os) inscritas(os), buscou-se também garantir a presença das diversidades regionais.

Os textos das Trajetórias Precursoras foram escritos a convite do GT, feito para cinco psicólogas ambientais brasileiras que buscam o diálogo entre a pesquisa e prática. Embora não sejam as únicas, cada uma representa uma região do país e são formadoras de profissionais que hoje avançam na atuação que coloca como centralidade a relação pessoa-ambiente. Seus textos também discorrem sobre os

desafios para a construção de uma prática profissional em Psicologia Ambiental, entrelaçando suas trajetórias de pesquisa. Cada uma dá um foco próprio para seu texto, sendo elas: Ariane Kuhnen (Sul), Isolda Günter (Centro Oeste), Maria Inês Higuchi (Norte), Marlise Bassani (Sudeste) e Zulmira Bonfim (Nordeste).

Dois entrevistas compõem ainda o catálogo: uma realizada com o Prof. Enric Pol (Espanha) e outra com a Profa. Esther Wiesenfeld (Venezuela). Como expoentes da Psicologia Ambiental no mundo, suas palavras nos ajudam a mover desafios em interlocução com outros atores e campos de saber.

O Catálogo é finalizado com um texto do GT, apontando para implicações de uma prática profissional que, em nascimento no Brasil, necessita tanto de acúmulos teórico-prático como de posicionamentos ético-políticos frente aos modos de subjetivação no contexto brasileiro, que produz sofrimentos e desigualdades sustentados em dinâmicas socioespaciais.

Referências

- Farias, T. M., Olekszechen, N., & Brito, M. A. M. (2021). *Relações Pessoa-Ambiente na América Latina: Perspectivas críticas, territorialidades e resistências*. Florianópolis, SC: Abrapso Editora.
- Gomide, C. S. (2021). Antropoceno. In A. P. Dias, A. B. Stauffer, L. H. G. Moura, & M. C. Vargas, *Dicionário de agroecologia e educação*. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular.
- Günther, H., Coelho, M. C. S. O., Rabinovich, E. P., Carneiro, C., Günther, I. A., Pinheiro, J. Q. (2000). Psicologia ambiental: Sua definição como área de atuação em Psicologia no Brasil. In R. S. L. Guzzo (Org.), *Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico* (pp. 70-9). Serra Negra, SP: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia e Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
- Kruse, L. (2004). Globalização e desenvolvimento sustentável com as questões da psicologia ambiental. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich, & M. C. Guedes (Orgs.), *Psicologia e ambiente* (pp. 331-46). São Paulo: EDUC.

- Marques, L. (2018). *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- Massola, G. M., & Silva, J. B. A. (2019). Identidade de lugar e de trabalho entre trabalhadores rurais na fronteira Cotia-Ibiúna (SP). *Psicologia & Sociedade*, 31, 1-16. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31182046>.
- Moore, G. T. (1987). Environment and behavior research in North America: History, developments, and unresolved issues. In D. Stokols, & I. Altman (Orgs.), *Handbook of Environmental Psychology* (Vol. 2, pp. 1.359-410). Nova York: Wiley.
- Pinheiro, J. Q., Elali, G. V. M. A., Gurgel, F. F., Diniz, R. F., Farias, T. M., & Pol, E. (2019). In Search of the hyphen: Thirty-five years of environmental psychology in Rio Grande do Norte. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 24(1), 90-100. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20190011>
- Pinheiro, J. (2001). (Um pouco da) psicologia ambiental no Brasil: identidade, incertezas, perspectivas. In E. Tassara (Org.), *Panoramas interdisciplinares para uma psicologia ambiental do urbano* (pp. 11-26). São Paulo.
- Pol, E. (2006). Blueprints for a history of environmental psychology (I): From first birth to american transition. *Medio Ambiente y Comportamiento Humano*, 7, 95-113.
- Pol, E. (2007). Blueprints for a history of environmental psychology (II): From architectural psychology to the challenge of sustainability. *Medio Ambiente y Comportamiento Humano*, 8, 1-28.
- Soczka, L. (2005). As raízes da Psicologia Ambiental. Em L. Soczka, *Contextos humanos e psicologia ambiental* (pp. 39-66). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tassara, E. (2005). Psicologia ambiental e futuro: Reflexões geopolíticas sobre política ambiental. *Psicologia USP*, 16(1/2), 281-7.

Psicología Ambiental: Desafios de um campo de conhecimento para a construção da prática profissional²

Schelica Mozobancyk³
Universidad de Buenos Aires (UBA)

Nós, psicólogas e psicólogos, que realizamos nossas práticas na área da Psicologia Ambiental, temos a sorte de nos inserir em um espaço vasto, rico e relevante. Questões tão díspares como a gestão de resíduos sólidos, a realocação de bairros por questões ambientais, a elaboração de planos de contingência em áreas de risco industrial, a contaminação por uso de agroquímicos ou a comunicação da mudança climática, podem exigir nossa participação.

Como profissional que atua há mais de dez anos em um órgão público ambiental que administra uma bacia hidrográfica de escala metropolitana, na qual vivem cerca de seis milhões de pessoas, pude conhecer de perto todos os problemas citados e muitos outros. É a partir dessa experiência profissional, desenvolvida majoritariamente em territórios ambientalmente degradados, junto a comunidades vulneráveis do ponto de vista social, e em articulação com setores de governos locais, que elaborei as reflexões que apresento neste texto. Também tem sido fonte das reflexões que compartilho aqui a minha inserção no campo acadêmico, principalmente a partir da

2 Texto traduzido por Raquel Diniz e revisado por Fernanda Gurgel.

3 Licenciada en Psicología, Universidad de Buenos Aires (UBA). Magister en Gestión Ambiental Metropolitana (UBA). Diploma en Ecología y Desarrollo Sustentable (cátedra UNESCO). Adjunta Cátedra I de Salud Pública / Salud Mental, Facultad de Psicología, UBA. Titular del Seminario Psicología Ambiental, Facultad de Psicología, Universidad Favaloro. Coordinadora de la Diplomatura en Psicología Ambiental y Desarrollo Sustentable en Capacita Salud/ Investiga Más. Directora de Proyectos de Extensión y de Investigación Interdisciplinarios dependientes de la Secretaría de Investigaciones de la UBA. Se desempeña desde hace más de diez años en la Dirección de Salud y Educación Ambiental de la Autoridad de Cuenca Matanza Riachuelo (ACUMAR).

direção de projetos interdisciplinares na área socioambiental, nos quais utilizamos metodologias do tipo pesquisa-ação participativa e que foram desenvolvidos nos territórios da referida bacia.

Entre os desafios no campo do conhecimento para a prática profissional de psicólogas e psicólogos ambientais, sobre os quais podemos refletir, está o fato de que a diversidade de problemas e contextos que enfrentamos é enorme e cada um deles exige de nós conhecimentos e abordagens particulares. Nesse sentido, a bagagem conceitual, metodológica e operacional que trazemos de nossa formação e de nossa experiência profissional anterior precisa ser (re)construída a cada oportunidade, com os atores e atrizes protagonistas do problema. A necessidade de produzir conhecimento e dispositivos situados exige de nós não apenas conhecimento e uma boa caixa de ferramentas mas também habilidades que possibilitem a produção, emergência ou recuperação dos saberes das e dos participantes.

Lembro-me de um episódio ocorrido em uma comunidade pobre que recebeu a tarefa de limpar um ponto de descarte de lixo gerado em um pequeno espaço vazio que, obviamente, ninguém tinha se apropriado física ou simbolicamente. Após a etapa de limpeza, surgiu a preocupação da comunidade com a real possibilidade de que o ponto de descarte do lixo pudesse ser gerado novamente, como já havia acontecido. O que poderia ser feito para proteger o local e mantê-lo limpo? “Vamos colocar a estátua da Virgem Maria, disse uma vizinha.” Toda a comunidade ficou encantada com a ideia. “Quem de nossos vizinhos jogaria lixo em um lugar onde há uma imagem da Virgem?” Estava claro que ninguém ousaria. E assim procederam como planejado, com total sucesso. Evidentemente que nenhum profissional da equipe interdisciplinar que participou da abordagem poderia ter uma ideia mais pertinente e ajustada ao contexto do que a proposta pelas próprias vizinhas. Assim, cada contexto local, comunitário ou institucional nos sugere e nos possibilita diferentes alternativas para enfrentar os problemas ambientais, na medida em que podemos dar espaço para construí-las.

Outro desafio que surge quando trabalhamos com problemas relacionados à sustentabilidade ambiental é obter uma compreensão satisfatória do funcionamento dos ecossistemas naturais. Como sistemas complexos, os ecossistemas naturais têm uma estrutura e dinâmica que precisamos conhecer para compreender como a intervenção humana os afeta. Por exemplo, os problemas ambientais surgem frequentemente em espaços territoriais ou temporários distantes do lugar e do tempo quando se originaram. Como psicólogas e psicólogos, precisamos entender esses processos sistêmicos complexos para definir adequadamente o problema ambiental sobre o qual desejamos investigar ou intervir e a escala de sua análise. Caso contrário, corremos o risco de simplificar ou distorcer as questões.

Assim, por exemplo, para considerar em que medida os carros elétricos constituem uma alternativa “sustentável” ao uso de combustíveis fósseis e sua consequente emissão de gases de efeito estufa, devemos levar em conta diferentes processos ecossistêmicos e ambientais. Um deles é que os carros elétricos necessitam de baterias de lítio para o seu funcionamento. Este mineral provém principalmente do “triângulo do lítio”, região que inclui áreas de fronteira entre Chile, Argentina e Bolívia. Assim, é preciso considerar os impactos ambientais negativos da extração do mineral e seu transporte (processado ou não) para o “Velho Mundo”, região que anunciou, justamente, um processo de descarbonização do sistema de transporte terrestre baseado em eletrificação dos veículos. Também poderíamos levar em consideração que os carros elétricos exigem que as baterias que os alimentam sejam carregadas regularmente. De onde viria a energia elétrica necessária para carregá-los?

Entendendo esses processos ecológicos e ambientais que perpassam as escalas de análise local, nacional, regional e intercontinental, estaríamos em melhores condições para avaliar, educar ou comunicar, por exemplo, sobre a mudança climática e suas alternativas de mitigação. Muitas dessas informações passam despercebidas pelo grande

público que desconhece a complexidade dos processos ambientais envolvidos. Da mesma forma, talvez alguns atores interessados implementem estratégias de comunicação que invisibilizam os problemas ambientais que a eletrificação da frota de veículos também acarreta, destacando apenas suas vantagens comparativas no que diz respeito ao uso de combustíveis fósseis.

O ponto anterior também nos leva ao desafio de nos inserirmos em um campo interdisciplinar. Apesar de já ter falado muito sobre a necessidade de acesso à formação para o pensamento e as práticas interdisciplinares, a formação das(os) psicólogas(os) continua a ser eminentemente disciplinar, com poucos ou nenhum espaço que permita o encontro com outras disciplinas. A construção interdisciplinar pode ocorrer em dois planos: o da teoria e o da prática. O segundo é mais fácil que o primeiro, pois as demandas da atividade socioambiental profissional muitas vezes impõem intervenções interprofissionais conjuntas para resolver algum problema de natureza prática.

Minha atuação profissional me leva a interagir diariamente com profissionais de áreas inusitadas no trabalho das(os) psicólogas(os) como medicina veterinária, arquitetura, engenharia, bioquímica, ciências ambientais, enfermagem, nutrição, medicina e também com outras e outros provenientes das ciências sociais com quem, evidentemente, o diálogo é mais fácil, porque lidamos com campos de linguagem muito mais próximos. No entanto, nem sempre o conhecimento prático pode ser recuperado no contexto teórico para construir conjuntamente um objeto de estudo suficientemente complexo – sempre situado – que resulte em abordagens mais integradas e abrangentes.

Quando o espaço e as condições de possibilidade podem ser gerados para realizar um exercício reflexivo da prática à teoria que permita a construção de um objeto teórico mais integrado, isso resulta em maior compreensão dos problemas por toda a equipe de pesquisa ou abordagem e, geralmente, implica um sentimento de satisfação pela nova visão que é acessada. Em condições ideais, esse caminho

nos levará à transdisciplinaridade e ao diálogo de saberes, abrindo-nos para a participação e pensamentos baseados em outras lógicas diferentes da acadêmica científica que enriquecem a construção do objeto de estudo e abordagem.

Outro desafio é a elucidação dos fundamentos ideológico-políticos que orientam nossas ações na produção de saberes e práticas, sejamos conscientes deles ou não. Quando tais fundamentos mencionados não são claros, podemos produzir ou mais provavelmente reproduzir modalidades de, por exemplo, técnicas de avaliação ou práticas de abordagem que consideramos “neutras” e que na realidade não são. Um caso paradigmático é constituído pela aplicação de escalas de “comportamento pró-ambiental” ou mesmo de “consumo responsável”, avaliação a partir da qual as cidadãs e os cidadãos são responsabilizadas(os) por suas práticas de consumo, omitindo, nessa conceituação, aspectos contextuais relevantes e mesmo estruturais do funcionamento do sistema econômico capitalista que se esforça para evitar regulamentações informativas sobre produtos com impacto ambiental negativo, a necessidade de fornecer informações claras e completas sobre os produtos, seu ciclo de vida, sobre as propagandas que sugerem a continuidade do consumo como se a mudança climática não estivesse ocorrendo.

Quando atuamos como profissionais pertencentes a projetos de pesquisa-ação, em contextos comunitários, um desafio que precisamos resolver é a necessidade de articular as racionalidades que orientam as ações de diferentes atores sociais relevantes. É o caso da compatibilidade de tempos e lógicas acadêmicas, comunitárias e políticas. Os tempos dos projetos acadêmicos têm prazos administrativos que, muitas vezes, não se ajustam à dinâmica de desenvolvimento de processos comunitários que demandam tempo de reflexão, elaboração para identificação de necessidades, organização para assumir tarefas, etc. Da mesma forma, os tempos de trabalho com os setores do governo local, que devem intervir para responder aos problemas ambientais

abordados, estão vinculados às prioridades e urgências da gestão e marcados pela lógica e tempos políticos.

Na minha experiência acadêmica e profissional, as dificuldades colocadas pela compatibilidade e articulação dos tempos e racionalidades que orientam a ação dos diferentes atores diminuem quando o projeto de investigação ou abordagem pode ser considerado, desde o início, de forma participativa, envolvendo esses três tipos de atores, estabelecendo objetivos com base em interesses comuns previamente identificados. Projetos de pesquisa interdisciplinares, participativos e de impacto socioambiental, ou seja, com a transferência de produtos ou processos para as comunidades, constituem um recurso valioso para alcançar as articulações mencionadas. Nesses casos, é possível produzir conjuntamente conhecimento para a gestão de problemas socioambientais que permita superar o conhecido problema de projetos que “não são levados em conta” pelos responsáveis pela formulação de políticas públicas ou gestores ambientais.

Certamente, os conhecimentos produzidos no âmbito da academia, quando gerados fora dos contextos reais de sua aplicação, costumam ser altamente inviáveis nos contextos em que precisam ser aplicados. Assim, a inclusão dos diferentes atores e atrizes socioambientais protagonistas, desde a própria fase de concepção do projeto, amplia as possibilidades de alcançar os objetivos propostos coletivamente, resolvendo, a partir do próprio processo de trabalho, as tensões que inevitavelmente surgirão, como resultado de racionalidades e interesses diferenciados que orientam as ações de cada um dos tipos de atores participantes.

Da mesma forma, essa construção multissetorial dos processos permite a produção de conhecimentos situados e aprendizados compartilhados que resultam em maior eficiência na gestão de problemas e conflitos ambientais. Dessa forma, a comunidade tem a oportunidade de estreitar seus vínculos e comunicação com as autoridades jurisdicionais e participar de forma mais plena na gestão dos problemas

socioambientais locais. Esse tipo de processo também mostra o benefício de contribuir para a superação de outro desafio que geralmente surge no âmbito do desenvolvimento de projetos de pesquisa-ação multissetoriais locais, como a sustentabilidade dos processos de articulação após o término do projeto. A constituição de dispositivos como, por exemplo, mesas de trabalho conjuntas, para solucionar problemas ao longo do projeto, facilita a continuidade de tais dispositivos, uma vez encerrado o prazo do projeto, o que possibilitou a rede de atores e atrizes.

Um último desafio que gostaria de abordar é a necessidade de nossas construções teóricas e práticas profissionais em psicologia ambiental evoluírem à medida que o pensamento e a linguagem no campo ambiental evoluem. Refiro-me particularmente às novas epistemologias que estão sendo construídas a partir do Sul Global e particularmente da América Latina. Muitas e muitos de nós começamos na formação e nas práticas ambientais, há muitos anos, sob o paradigma do “Desenvolvimento Sustentável”, uma noção que, apesar das múltiplas críticas que foram formuladas e das diferentes nuances e ênfases com que é entendida, constituiu, no entanto, um guarda-chuva conceitual ou pelo menos terminológico, que abrigava as diferentes conceituações em torno da relação entre desenvolvimento e meio ambiente.

Assim, o conceito de Desenvolvimento Sustentável constituiu um paradigma hegemônico desde sua formulação em 1987. Muito se insistiu que este conceito implicava uma solução de compromisso, por parte das organizações ambientais internacionais, entre a intenção de continuar a promover um estilo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, como queriam os países ricos “desenvolvidos”, e soluções baseadas em uma distribuição mais equitativa de recursos, como propõem os países “subdesenvolvidos”. Por meio deste conceito, procurou-se resolver – ou talvez invisibilizar – as tensões existentes entre os países ricos, os principais consumidores

de bens naturais e combustíveis fósseis, e os produtores da maior parte da poluição e resíduos do globo, e os países pobres, fornecedores de *commodities*, com baixos níveis de consumo per capita e baixa produção per capita de resíduos e poluentes.

Ao mesmo tempo, a partir da América Latina, têm sido produzidos cada vez mais discursos emancipatórios alternativos que podemos agrupar sob o nome de “Pensamento Ambiental Latino-Americano”. Boa parte desses discursos propõe abandonar o caminho marcado pelo conceito de “desenvolvimento” e sacudir o estigma que implica ser construído – a partir do Norte Global – como um país “subdesenvolvido”. Essas novas linguagens ambientais permitem a construção de seu próprio arcabouço regional de pensamento. Assim, conceitos como “Bem viver”, “viver bem”, “extrativismo”, “dívida ecológica”, “justiça ambiental”, “transição justa”, “pensamento decolonial”, entre outros, começaram a circular em nossos países, acompanhados de visões que integram ecologias feministas ou com enfoque de gênero, a recuperação de saberes dos povos originários e outros que, sem integrar um arcabouço conceitual unificado, orientam a construção de saberes próprios, genuínos, libertadores e soberanos.

A questão que surge então é: essas novas epistemologias e essas novas linguagens afetam nossas conceituações e práticas como psicólogas e psicólogos ambientais? Como as afetam? Apresentam-nos novos desafios ou novas perguntas? Eles orientam de alguma forma os problemas que trabalhamos, nossas metodologias, as técnicas que usamos? Eles nos encorajam a questionar a relevância e pertinência contextual, por exemplo, do uso de escalas de mensuração de construtos psicológicos dos países centrais? Como nos posicionamos frente a propostas que reciclam conceitos da economia hegemônica, como, por exemplo, a de “crescimento verde”? Refletimos sobre as implicações do uso de escalas psicológicas como as de “consumo responsável”, “sustentável” ou “ecológico” em um

contexto social configurado pelo capitalismo neoliberal globalizado onde tudo convida ao consumismo e promove insustentabilidade e irresponsabilidade no uso dos bens naturais comuns? Que atribuição de responsabilidades implícitas implica – e reproduz tornando-as invisíveis – esse tipo de quadro de concepções e práticas?

Desde a América Latina, tentamos há décadas construir psicologias da libertação, reflexivas e críticas que bebam principalmente na fonte da psicologia comunitária. No entanto, a transferência dessas discussões para o campo da teorização psicológica no campo ambiental ainda é insuficiente.

É difícil nos orientarmos nesse campo heterogêneo e conflituoso onde é muito fácil negligenciar construções conceituais – intencionais ou não – cujo uso reproduz estruturas hegemônicas e desempodera a comunidade. Nesse contexto confuso, por exemplo, constroem-se e põem em circulação conceitos como “eco-ansiedade” ou “ansiedade climática”, que têm o efeito de patologizar emoções absolutamente válidas no cenário incerto em que vivemos – e teremos que viver por décadas. O resultado de patologizar reações diante de uma situação em que, por si só, é muito saudável expressar ansiedade, medo, angústia, raiva, acarreta maiores efeitos de depressão e fundamentalmente de perda de poder e controle pessoal e, sobretudo, coletivo diante da situação. Focar nos efeitos individuais, e não em um sistema econômico, político e jurídico doentio e devastador, desempodera ao dificultar a ação coletiva para a necessária transformação social.

Hoje enfrentamos uma verdadeira crise civilizatória que põe em perigo as sociedades humanas e a vida no planeta como a conhecemos. Nesta encruzilhada, em que vamos apostar? Num quadro de horizontes incertos, discursos contraditórios e itinerários ainda por construir. Em que apostaremos? Uma proposta é gerar alternativas genuínas, próprias, diversas, participativas, significativas, de base local para a transição ambiental – ainda que com projeções

globais – a partir do lugar onde cada um está. Não se trata apenas de estabelecer como chegaremos a essas transições ambientais, mas também de definir, sobretudo, aonde queremos chegar. Isso implica, em primeiro lugar, construir visões de futuro, respondendo à questão de como queremos viver e do que precisamos para isso. E neste quadro nós, psicólogas e psicólogos, temos um campo de construção de saberes significativos para novas práticas regenerativas da Vida.

Que Psicología Ambiental para que práctica profesional?⁴

Alicia Rodríguez Ferreyra⁵
Universidad de la República, Uruguay

Contribuir para a reflexão sobre *os desafios da Psicologia Ambiental como campo de conhecimento para a construção da prática profissional*, como nos foi solicitado nesta ocasião para acompanhar o Catálogo de Práticas, leva-nos, em primeiro lugar, a questionar a relação entre uma área de conhecimento e as práticas que nela se desenvolvem. Nela, os elementos epistemológicos e metodológicos estão ligados à dimensão política. Trata-se de nos questionarmos: “Quais são as contribuições da Psicologia Ambiental para as práticas profissionais?” ou “Como as práticas profissionais têm potencial para construir o campo de conhecimento da Psicologia Ambiental?” ou ainda “Como eles se constroem mutuamente?”. Estamos localizados aqui nas velhas dicotomias teoria-prática, pesquisa-intervenção, que, não por serem antigas, estão ultrapassadas.

Um catálogo de ações profissionais supõe a sobreposição complexa, parcial, fragmentária (parafraseando Deleuze em suas conversas com Foucault, 1981) de pelo menos três planos: o do relato da experiência (no qual a narrativa adquire um lugar central),

4 Texto traduzido por Mário Martins.

5 Doctora en Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires (UBA). Magister en Psicología Social, Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMP). Integrante del Sistema Nacional de Investigadores, Agencia Nacional de Investigación e Innovación (SNI, ANII). Profesora Titular del Instituto de Psicología Social, Facultad de Psicología, UdelaR. Coordinadora del Grupo Integral “Tramas Comunitarias para la Sostenibilidad de la Vida”. Co-coordinadora del Espacio de Formación Integral “Interdisciplina, Territorio y Acción Colectiva” (“In-Ter-Acción Colectiva”). Integrante del Consultorio de Atención al Hábitat y la Vivienda, UdelaR. Miembro de la Red Latinoamericana de Formación en Psicología Comunitaria y del GT de Psicología Comunitaria de la Sociedad Interamericana de Psicología. Integrante del GT-CLACSO “Extensión Crítica”.

o da própria experiência (no qual há tecnologias, espaços, tempos, ações, dizeres, afetações etc.) e o dos sistemas teóricos ou conceituais envolvidos. Teoria e ação estão em todas elas, com linguagens diferentes e em múltiplas formas de relevo, como expressa Deleuze. Portanto, longe de uma aplicação de conceitos, teorias ou conhecimentos produzidos em processos investigativos (concebidos como verdadeiros e universais) ou de métodos e técnicas feitos *a priori* de uma prática profissional (entendida de forma homogênea), tratar-se-ia de pôr em movimento a experiência do pensamento ou “pensamento como modo de experiência” (Fernández, 2007), em que os problemas são construídos dialogicamente e num quadro de ação-reflexão-ação.

Nesse sentido, a Psicologia Ambiental, como campo de conhecimento, e as experiências relatadas neste catálogo assumem o desafio de se tornarem uma caixa de ferramentas (Foucault, 1981) para fazer, pensar fazendo e criar condições de escuta para todas as vozes envolvidas nas questões abordadas. Essa visão implica considerar o lugar do poder e sua relação com o saber, rompendo com perspectivas totalizantes e problematizando “*a priori* epistêmicos, urgências sócio-históricas e tensões institucionais [que] se juntam constituindo condições de possibilidade do conhecimento e das práticas que ele possibilita, [delimitando] suas áreas de visibilidade e invisibilidade, seus princípios ordenadores e suas formas de enunciação” (Fernández, 2007, p. 33).

O que são esses *a priori* epistêmicos na Psicologia Ambiental? Quais são os problemas que são priorizados em cada momento e em cada situação e por quê? Como esses problemas são concebidos? Quais áreas da “realidade” se tornam visíveis e quais se tornam invisíveis? Que saberes são enunciados e quais são calados ou silenciados? Formular essas questões no âmbito das práticas profissionais significa evitar o risco de priorizar as tecnologias de intervenção (supostamente neutras e objetivas) sobre a análise e compreensão do campo dos problemas, de omitir a intencionalidade ético-política

das ações e o risco envolvido na profissionalização de qualquer disciplina em sua relação com as demandas do campo e do mercado de trabalho (Urzúa, & Peñaranda, 2011).

Ora, um dos maiores desafios que enfrentamos ao pensar a Psicologia Ambiental e sua relação com as práticas profissionais é a própria heterogeneidade do campo de conhecimento em termos de abordagens epistemológicas, teóricas e metodológicas, dos problemas que aborda e dos contextos geográficos em que esses problemas se expressam. Assim, e tendo em conta as reflexões iniciais, seria questão de nos perguntarmos: Qual Psicologia Ambiental para qual prática profissional?

Partindo da base, em termos genéricos, de que a Psicologia Ambiental está orientada para o estudo dos processos envolvidos na relação das pessoas com os ambientes ou entornos, e para a intervenção nessa relação em busca do bem-estar e qualidade de vida das populações (Valera, Aguilar, & Poggio, 2021), um dos aspectos a considerar é como essa relação é concebida e os elementos que a compõem.

Como se sabe, as origens da disciplina estiveram ligadas ao espaço que é habitado, ao espaço urbano (e não ao espaço rural), também denominado “ambiente construído”, ao mesmo tempo em que, paulatinamente, o seu campo de interesse foi alargado a uma noção de meio ambiente mais ampla que envolve não apenas os ambientes construídos, mas também os naturais, levando a uma crescente preocupação com o Desenvolvimento Sustentável (Mozobancyk, 2011).

Neste quadro, com frequência, as noções de ambiente, entorno e espaço têm sido utilizadas de forma intercambiável. Outras vezes, o espaço físico parece constituir-se como um componente do ambiente em estreita relação com um componente social, formando assim o espaço sociofísico. Ou então a Psicologia Ambiental é concebida como uma psicologia do espaço e trata de diferentes níveis de referência espacial: o microambiente, o ambiente de proximidade,

os ambientes públicos e o ambiente global. Isso supõe ambientes físicos e sociais diversos e diferentes graus de controle ou domínio deles pelos sujeitos (Moser, 2003).

De qualquer forma, há três aspectos que considero importantes a serem considerados devido ao seu papel nas práticas profissionais. De um lado, o questionamento da dicotomia sujeito – ambiente/entorno/espço; segundo, a relevância de considerar a natureza coletiva da produção do espaço; e em terceiro lugar o componente político e as relações de poder envolvidas.

O binarismo em que se baseia o pressuposto básico da Psicologia Ambiental, de que pessoas e ambientes são elementos em relação, ou em cuja interação é preciso focalizar, não é alheio a muitas outras dicotomias típicas do pensamento moderno: indivíduo-sociedade, psíquico-físico, subjetividade-materialidade, dentro-fora (Urzúa, & Peñaranda, 2011). Essas dicotomias omitem que os espaços ou ambientes são produzidos social e historicamente e que não são uma realidade *a priori*, mas sim o produto de determinados processos. Assim, o capitalismo produz certo tipo de espacialidade, e não outros, ao mesmo tempo em que se reproduz a partir dele (Lefebvre, 1974). Longe de ser um ambiente, algo que circunda os sujeitos ou um mero suporte para suas práticas e interações, o espaço remete a uma dimensão dinâmica e densa da sociedade, onde não é possível separar a matéria dos sentidos que ela possibilita, nem das práticas que a reproduzem e transformam. Longe de se localizarem “fora” do sujeito, os espaços são constitutivos da subjetividade e contêm a força de reprodução e de alteração das relações sociais dominantes (León, 2016). Essa é a importância dos espaços nas práticas profissionais, sejam elas quais forem.

O espaço do capitalismo é um espaço que fragmenta e homogeneiza (pensemos nos processos de fragmentação territorial e segregação residencial), um espaço mercantilizado (possível para apropriação privada e para fins de acumulação), é o espaço abstrato, segundo Lefebvre (1974). A isso se opõe, seguindo o

mesmo autor, um espaço diferencial, o espaço da singularidade, da diferença, da experiência intensiva das pessoas, o espaço da resistência e da transformação. Assim, no campo profissional será fundamental desconstruir os processos de fragmentação-homogeneização-fragmentação por meio da historicização, singularização e articulação dos espaços (Gupta, & Ferguson, 1992/2008; Rodríguez, 2021). Por exemplo, produções narrativas e memórias coletivas permitem articular espaço e tempo (Jodelet, 2010) e recuperar o caráter histórico dos espaços; e a análise das fronteiras materiais, sociais e simbólicas que se produzem como efeito da naturalização das relações e sua objetivação nos espaços físicos (Grimson, & Segura, 2016), permite visibilizar a diversidade inerente ao social e construir pontes (que não neguem a desigualdade entre classes, gênero, gerações, etnias e origem), transformando limites em limiares, trabalhando nos interstícios e tornando as fronteiras espaços de significação, com o potencial transformador que isso supõe (Stravides, 2016).

Agora, nessa perspectiva, não só o ambiente construído é concebido como uma produção social e, portanto, um produto das relações de poder, bem como o chamado ambiente natural. Assim, fica evidente que este último é produção social quando há apropriação ou distribuição desigual dos recursos naturais, ou quando são privatizados pelos governos, por exemplo (Mozobancyk, 2011); e o é também quando as catástrofes ditas “naturais” têm impacto diferenciado nos diferentes setores da população de acordo com sua posição na sociedade e suas condições de vulnerabilidade (Berroeta *et al.*, 2015). Assim, todo espaço ou ambiente, construído ou natural, é produto de processos sociais, econômicos e políticos. Portanto, as práticas profissionais terão que romper com visões ingênuas que neutralizam a natureza política da produção dos espaços.

Por outro lado, assim como o espaço ou o ambiente (natural e construído), concebemos a subjetividade como uma produção social

e histórica, necessariamente espacializada. É uma subjetividade que está em constante evolução e que, longe de estar localizada em um ilusório “dentro” dos sujeitos, faz parte dos processos sociais, econômicos e políticos, e está ancorada nas relações de poder (Guattari, & Rolnik, 2006). Nessa perspectiva, os sujeitos, necessariamente localizados (Valera, Aguilar, & Poggio, 2021), por meio de significados, relações e práticas, reproduzem as relações sociais dominantes ao mesmo tempo em que resistem a elas e são capazes de transformá-las. Nessa transformação, os espaços são fundamentais, seja porque se constituem em motivos de conflitos e lutas territoriais, porque fundamentam formas de apropriação coletiva descoladas dos interesses de mercado, porque, quando são públicos, podem constituir-se como espaços de produção do bem comum, ou porque, em relação a eles, ocorrem modalidades de resistência e dignidade diante dos frequentes isomorfismos pessoa-lugar ou reificação dos espaços, quando estes são estigmatizantes e têm, como consequência, identidades abjetas (Rodríguez, 2019/2022).

Essa concepção de espaço e subjetividade é consistente com abordagens discursivas que removem as identidades de lugar das mentes dos indivíduos, para realocá-las nos fluxos de comunicação, nos espaços de conversação (Dixon, & Durrheim, 2000). As práticas linguísticas permitem a criação, negociação e disputa de descrições e avaliações sobre os ambientes e a relação com eles e, portanto, neles se dão relações de poder e movimentos de exclusão – inclusão (Berroeta *et al.*, 2017). Pensemos, por exemplo, nas formas discursivas que sustentam a legitimação ou a proibição do uso ou circulação de pessoas pelos espaços públicos.

Práticas não discursivas ou não linguísticas, como a colocação de corpos no espaço e outras materialidades, também intervêm em sua produção (Berroeta *et al.*, 2017). Assim, as mudanças materiais dos espaços permitem a geração de novos discursos e novas práticas em relação a ele. Nesse quadro, os corpos executam ações de acordo

com um repertório de práticas normativas que produzem sentidos sobre os espaços (o que é permitido e o que é proibido neles, e quem é proibido ou permitido) e segundo os quais os sujeitos são subjetivados espacialmente, ao incorporar significados sociais e culturais ligados às formações espaciais e suas normas, produzindo assim o que Savransky (2012) chama de “geografias da subjetividade”. Mas, é também possível exercer resistência contra as forças de subjetivação, pois em cada ato há a possibilidade de não cumprir as normas ou assumir uma posição crítica em relação a elas, gerando verdadeiras “geografias de resistência” (Savransky, 2012), como quando rejeitam os estigmas territoriais que se constroem ou se subvertem os usos preconcebidos de determinados espaços e artefatos.

Ora, falar da produção social e histórica do espaço e da subjetividade supõe colocar uma dimensão coletiva no centro, não só porque nessa perspectiva não é possível conceber uma ideia de indivíduo, indiviso e isolado, mas porque são os processos coletivos aqueles que encarnam as potencialidades transformadoras. Nesse sentido, qual é o tema da Psicologia Ambiental? É um sujeito a ser educado ou um sujeito cujo comportamento se pretende manipular em nome de um bem-estar ambiental que, *a priori*, será desigual? É um sujeito a ser responsabilizado pela crise ambiental que vivemos e por seu cuidado? Ou é um sujeito com direito à cidade e ao gozo dela, seja pela igualdade de acesso à terra e a um lugar decente para viver, seja pelo gozo que pode se manifestar nos espaços que a compõem?

O sujeito de uma Psicologia Ambiental crítica é construtor de seus ambientes e com capacidade de agenciamento: portanto, qualquer prática profissional deve considerar as potencialidades coletivas na produção de espaços e saberes ambientais construídos cotidianamente. Isso se traduz em ações que se desdobram em uma modalidade autogestionária como forma de produção ou reprodução da vida, ou porque os processos participativos são um elemento

substantivo na criação, transformação e intervenção nos espaços, por aqueles que os habitam ou de seus potenciais habitantes.

A complexidade desses processos reside no fato de que, geralmente, envolvem múltiplos atores, com interesses diversos (população, Estado, atores privados, empresas etc.), e onde operam as relações de poder. Assim, mais do que uma premissa, os processos participativos e sua abrangência são fruto das condições de possibilidade que ocorrem em cada situação particular. Os espaços são constitutivos deles, de modo que a natureza da relação e a apropriação histórica dos espaços pelos atores envolvidos serão fundamentais. As contribuições da Psicologia Ambiental Comunitária são centrais nessa direção (Wiesenfeld, 2001).

Com o que foi dito até aqui, quisemos destacar a multiplicidade de elementos que se articulam na construção do que se concebe como elo entre pessoas e ambientes, e a complexidade que isso acarreta. Como vimos, ocorrem aspectos cognitivos, simbólicos, afetivos, discursivos, corporais e práticos, que muitas vezes se contradizem, estabelecendo uma relação que, longe de ser transparente, pode ser percebida como “turva” (Bourdieu, 1993/2013). As práticas profissionais vinculadas à Psicologia Ambiental terão que considerar essa complexidade.

A questão que surge então é se se trata de falar das relações das pessoas com os ambientes ou da forma como se relacionam a multiplicidade dos elementos que os compõem (Urzúa, & Peñaranda, 2011), e em função de que concepção de desenvolvimento ou reprodução da vida eles o fazem.

Como se sabe, a questão ambiental e o papel dos espaços nas relações sociais adquiriram especial visibilidade e relevância no quadro da pandemia de Covid-19 que eclodiu em todo o mundo entre o final de 2019 e o início de 2020. Sobretudo, as medidas de proteção contra o contágio, ligadas às restrições à mobilidade e ao distanciamento físico entre as pessoas, obrigaram-nos a focar nos

ambientes mais imediatos, como as condições de habitação, o papel da tecnologia nas comunicações interpessoais e os espaços públicos.

Por outro lado, em um plano que poderíamos localizar como macrossocial, instalou-se a ideia de uma crise em todos os níveis da vida, uma crise sanitária, econômica, assistencial e ecológica (Orozco, 2020), o produto de um sistema socioeconômico e das formas dominantes de reprodução social e acumulação econômica, cujos efeitos destrutivos teriam chegado ao seu limite.

Para a Psicologia Ambiental, isso significa restabelecer a preocupação com a sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável que está presente há décadas. Neste quadro, é necessário apontar os riscos a que conduzem as abordagens ligadas à responsabilidade individual de cuidar do meio ambiente ou à psicologização deste problema por meio da ênfase em atitudes e comportamentos pró-ambientais, que têm como consequência sua despolitização. Nesse sentido, parece essencial conceber uma noção de “sustentabilidade forte” no quadro de uma perspectiva latino-americana sobre o assunto, como coloca Mozobancyk (2011). Diz a autora: “A partir de uma psicologia da sustentabilidade latino-americana não devemos perder de vista a relação de construção permanente e recíproca entre sistemas econômicos, dinâmicas sociais, complexo cultural e valores, atitudes e comportamentos (individuais e coletivos)” (p. 101).

Nessa perspectiva, a definição clássica de Desenvolvimento Sustentável como aquele que busca satisfazer “as necessidades básicas e as aspirações de bem-estar da população atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas necessidades e aspirações” (Wiesenfeld, 2003, p. 22), parece insuficiente. Tem sido criticada por ser antropocêntrica, por não especificar as necessidades a que se refere nem como se podem antecipar as das gerações futuras conforme se modificam, por não abordar a questão da injustiça ambiental e, conseqüentemente, ser ambígua em relação aos que estão incluídos em seus limites e os que ficam de fora (Wiesenfeld, 2003).

Essas críticas – com a emergência de uma multiplicidade de ações coletivas que implementam formas alternativas de reprodução social, colocando a vida no centro em vez do capital, por meio de modalidades organizadas e autogestionárias que permitem produzir e sustentar o comum (Caffentzis, & Federici, 2015; Gutiérrez, 2017) – nos levam a falar em sustentabilidade da vida. Isso implica abordar uma concepção ecológica ou ecológico-política que contribua para romper radicalmente com a ideia questionada de pessoas e ambientes como entidades independentes, cujas conexões precisam ser estudadas ou alteradas.

Como aponta Judith Butler (2010), a vulnerabilidade e a precariedade da vida são uma condição ontológica, portanto somos seres interdependentes, embora no quadro de um sistema capitalista isso implique propor a distribuição desigual da precariedade e das condições que tornam possível uma vida digna. Isso significa romper com as histórias individualistas e com a autossuficiência como valor a cultivar e enfatizar as condições que possibilitam a produção coletiva do comum como garantia da sustentabilidade da vida em termos igualitários (ainda que não homogêneos) e de justiça ambiental.

Segundo Yayo Herrero (2016), é imperativo trabalhar pela desconstrução e transformação dos imaginários e crenças que se constituem em obstáculo para que nos percebamos como seres ecodependentes e alteremos os mitos do fundamentalismo econômico: que a produção pode estar separada da vida, que a terra e o trabalho são substituíveis pelo capital como se a capacidade regenerativa do que foi destruído fosse ilimitada, que produzir e consumir mais é sempre melhor, e que o trabalho é apenas o que se faz em troca de salário.

A partir dessa abordagem, como antecipamos, o ambiente é concebível em termos muito mais amplos do que os ambientes sociofísicos. As relações de interdependência, reciprocidade e cuidado mútuo envolvem os vínculos entre pessoas, entre

grupos, com instituições, bem como em relação ao não humano, a outras espécies, aos espaços físicos, à tecnologia, aos recursos energéticos etc. Trata-se, portanto, de uma perspectiva ecosófica que supõe uma articulação ético-política entre três registros ecológicos (meio ambiente, relações sociais e subjetividade) no marco de práticas micropolíticas e microssociais que promovem experiências alternativas centradas no respeito à singularidade e à diversidade (Guattari, 1996).

Isso também implica transcender os limites disciplinares da Psicologia e da Psicologia Ambiental. Como expressa Mozobancyk (2011, p. 103): a(o) psicóloga(o) “da sustentabilidade deve ser capaz de entender o campo ambiental como um sistema socioecológico complexo (Gallopín, 2001; García, 2006) no qual convergem as contribuições das ciências físicas, naturais e sociais, num quadro eminentemente interdisciplinar”. As práticas profissionais que se referem à abordagem dos problemas ambientais terão que envolver uma diversidade de saberes oriundos de diferentes disciplinas (geografia, antropologia, arquitetura, economia, entre outras) e daqueles que diariamente desenvolvem práticas espacializadas e vivenciam ambientes em seu caráter intensivo.

De acordo com o que foi expresso, trata-se de politizar a relação entre a multiplicidade de elementos que compõem os ambientes em vez de psicologizá-la. Nesse sentido, vale atentar para as categorias conceituais da disciplina e o papel que desempenham em cada experiência particular. Assim, é preciso alertar para a tendência à positividade de algumas delas (como o apego ao lugar) (Berroeta *et al.*, 2015) e o risco de invisibilizar as contradições; sobre os riscos de outras (como a identidade social espacial) (Pol, 1994) quando aprofundam os isomorfismos entre pessoas e lugares; ou sobre as tensões envolvidas em categorias como a apropriação dos espaços (Vidal, & Pol, 2005) na medida em que contraria o caráter não apropriável do comum (Laval, & Dardot, 2015).

Tudo isso está ligado ao porquê da Psicologia Ambiental e às intervenções que se desdobram nessa perspectiva. É um porquê vinculado a uma dimensão ético-política que, na busca por alterar as relações de desigualdade, enfatiza a espacialização das subjetividades e a des-substancialização dos espaços no quadro de processos coletivos que colocam a produção do comum e a sustentabilidade da vida no centro.

Referências

- Berroeta, H., Ramoneda, A., & Opazo, L. (2015). Sentido de comunidad, participación y apego de lugar en comunidades desplazadas y no desplazadas post desastres: Chaitén y Constitución. *Psychologica*, 14(4), 1221-1234.
- Berroeta, H., Carvalho, L., Di Masso, A., & Ossul, M. I. (2017). Apego al lugar: una aproximación psicoambiental a la vinculación afectiva con el entorno en procesos de reconstrucción del habitat residencial. *Revista INVI*, 32(91), 113-139.
- Bourdieu, P. (2013). Efectos de lugar. En *La miseria del mundo* (pp.119-124). Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica. (primera edición en francés: 1993).
- Butler, J. (2010). *Marcos de Guerra. Las vidas lloradas*. Madrid: Paidós.
- Caffentzis, G., & Federici, S. (2015). Comunes contra y más allá del capitalismo. *El apilante*, 1, 53-72.
- Dixon, J., & Durrheim, K. (2000). Displacing place-identity: A discursive approach to locating self and other. *British Journal of Social Psychology*, 39(1), 27-44.
- Fernández, A. M. (2007). *Las lógicas colectivas. Imaginarios, cuerpos y multiplicidades*. Buenos Aires: Biblos.
- Foucault, M. (1981). *Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones*. (Trad. Miguel Morey). Madrid: Alianza.
- Grimson, A., & Segura, R. (2016). Space, urban borders, and political imagination in Buenos Aires, *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, 11(1), 25-45.
- Guattari, F. (1990). *Las tres ecologías*. Valencia: Pre-textos.
- Guattari, F., & Rolnik, S. (2006). *Micropolítica. Cartografías del deseo*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- Gupta, A., & Ferguson, J. (1992, 2008). Más allá de la “cultura”. *Espacio, identidad y las políticas de la diferencia*. *Antípoda*, 7, 233-256.

- Gutiérrez, R. (2017). Horizontes comunitario-populares. Madrid: Traficantes de sueños.
- Herrero, Y. (2016). Los retos del movimiento ecologista ante la crisis global. En: Una mirada para cambiar la película. Ecología, ecofeminismo y sostenibilidad. pp. 1-34. ediciones dyskolo.
- Jodelet, D. (2010). La memoria de los lugares urbanos. *Alteridades*, 20(39), 81-89.
- Laval, Ch., & Dardot, P. (2015). Común. Ensayos sobre la revolución en el siglo XXI. Barcelona: Gedisa.
- Lefebvre, H. (1974). La producción del espacio. *Papers*, revista de sociología. Año; 1974, Número 3 (219-229).
- León, E. (2016). Geografía crítica. Espacio, teoría social y geopolítica. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México y Editorial Itaca.
- Moser, G. (2003). La Psicología Ambiental en el S.XXI: el desafío del desarrollo sustentable. *Revista de Psicología de la Universidad de Chile*, 12(2) 11-17.
- Mozobancyk, S. (2011). Problemas ambientales y Psicología Ambiental. Reflexiones para la construcción de una psicología de la sustentabilidad en Argentina. *Psiencia*, 3(2), 96-106.
- Orozco, P. (2020). Es el momento de garantizar ingresos con una renta mínima, pero a futuro la renta básica no es lo más potente. El diario Recuperado de: https://www.eldiario.es/economia/amaia-perez-orozco_128_1224848.html
- Pol, E. (1994). Environmental Psychology. *Applied Psychology*, 43(.2), 291-301.
- Rodríguez, A. (2021). Producción del espacio residencial en barrios populares de Montevideo: ¿Fragmentación o espacios diferenciales conectados jerárquicamente? En Henri Lefebvre y la producción del espacio. *Entramados de resistencia al capitalismo*, pp. 335-354. Montevideo: Gráfica Mosca.
- Rodríguez, A. (2019/2022). Flor de Maroñas: un barrio caleidoscópico Producción del espacio residencial y formaciones subjetivas en barrios populares de Montevideo en la urbanización capitalista neoliberal. Montevideo: Universidad de la República. (en edición).
- Savransky, M. (2012). Will There Be a Place for my Life?: Cities, Subjectivities and Geographies of Resistance. *Athenea Digital*, 12(1), 191-206.
- Stavrides, S. (2016). Hacia la ciudad de los umbrales. Madrid: Akal.
- Urzúa, V., & Peñaranda, M. C. (2011). Temas de Psicología Ambiental en Latinoamérica. Presentación. *Quaderns de Psicologia*, 13, (1), 7-11.

Valera, S., & Pol, E. (1994). El concepto de identidad social urbana: una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. *Anuario de Psicología*, 62, 5-24.

Valera, S., Aguilar, M. C., & Poggio, L. (2021). Algunos apuntes acerca de la Psicología Ambiental. *Revistarquis*, 10(2), 5-22.

Vidal, T., & Pol, E. (2005). La apropiación del espacio: Una propuesta teórica para comprender la vinculación entre las personas y los lugares. *Anuario de Psicología*, 36 (3), 281-297.

Wiesenfeld, E. (2001). La problemática ambiental desde la perspectiva psicosocial comunitaria: hacia una Psicología Ambiental del cambio. *Medio ambiente y comportamiento humano*, 2(1), 1-19.

Wiesenfeld, E. (2003). La Psicología Ambiental y el desarrollo sostenible. *Cual psicología ambiental? Cual desarrollo sostenible? Estudios de Psicología*, 8(2), 253-261.

PRÁTICAS: CONTEXTOS E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Trilha Cidadã

Categoria: Profissional

Inscrito por: Karla Barros de Lacerda Fafá

O Programa Trilha Cidadã desenvolve ações de educação ambiental nas Unidades de Conservação (UC) do Espírito Santo, por meio da Gerência de Educação Ambiental do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Com vistas à utilização dos conhecimentos da Psicologia Ambiental, principalmente nas possibilidades de interface saúde e meio ambiente, oferta atividades de trilhas interpretativas baseadas nos pilares da inclusão social e qualidade de vida para o bem-estar do visitante por meio da experiência direta do contato com a natureza. São beneficiadas pessoas com deficiência, transtornos mentais graves, idosos e adolescentes em medida socioeducativa.

Iniciou-se em 2012, no Parque Estadual Paulo Cesar Vinha (Guarapari), e hoje estende suas ações em diversos municípios do estado onde situam as demais 6 UCs abertas à visitação, que são: os Parques Estaduais de Itaúnas (Conceição da Barra); Cachoeira da Fumaça (Alegre); Forno Grande (Castelo); Mata das Flores (Castelo); Pedra Azul (Domingos Martins); REBIO Duas Bocas (Cariacica). Destas, 4 ofertam atendimentos básicos do programa e 2 desenvolvem atendimentos ampliados.

O programa utiliza como conceitos norteadores: os Ambientes Restauradores, na condução da atividade de trilha interpretativa explorando os benefícios psicofisiológicos do contato com a natureza; e as Dimensões da Acessibilidade para a capacitação dos profissionais envolvidos e no preparo do espaço físico e equipamentos das UC.

De maneira geral, ele contribui para melhoria da acessibilidade para o turista e oportuniza a utilização dos ambientes naturais como instrumento de intervenção psicossocial (humanização de terapias)

para diversas instituições públicas, particulares e filantrópicas. Entre estas, somam-se mais de 20 instituições das áreas da Saúde, Educação, Assistência Social e Direitos Humanos beneficiadas por ações do programa.

À medida que surgem demandas e oportunidades de parceria, o programa utiliza uma metodologia participativa para garantir a colaboração dos próprios beneficiários e profissionais nas várias etapas do programa. Entre estes, contribuíram: biólogos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, educadores físicos, pedagogos e intérpretes de Libras.

No preparo da equipe e condutores de trilhas, realizam-se capacitações continuadas sobre diversos assuntos, como: qualidade de vida; ambientes restauradores; comportamento pró-ambiental; acessibilidade; Libras; dicas de atendimento ao turista com deficiência e mobilidade reduzida; paisagem sonora; terminologia sobre a pessoa com deficiência; orientações para transferência e condução de cadeira de rodas.

Para o planejamento das atividades com os grupos, realiza-se cadastro das instituições por meio de visita técnica, em que se analisam os espaços da UC quanto ao grau de acessibilidade específico e definem roteiro de visita (trilhas) de acordo com o perfil do visitante. Na oportunidade, estas instituições sugerem melhorias e orientam quanto às questões específicas do grupo.

Com efeito, desenvolve e incorpora tecnologias assistivas que se adequam ao uso em ambientes naturais. Ressaltamos a Sinalização Acessível (braille) e Mapa Tátil das trilhas; cadeira de rodas para terrenos acidentados; Catálogo Tátil de Pegadas; Janela Cidadã e Guia Sonoro.

Destinado à pessoa surda, Janela Cidadã é uma tecnologia assistiva original que consiste em uma série de vídeos em Libras dos pontos interpretativos de sete Unidades de Conservação que

disponibilizados em *tablets*, funciona como uma “janela com intérprete” para o visitante. Este dispositivo permite que um condutor guie uma pessoa surda, apresentando oportunamente no decorrer de toda trilha informações de cada ponto de interesse do local explorado. Ao todo, são 59 vídeos com assuntos diversos como fauna, flora e história local, elaborados em parceria com Centro de Atenção ao Surdo de Vitória e Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância – IFES Vitória.

Já o Guia Sonoro é indicado primordialmente para a pessoa cega e almeja ampliar a experiência sensorial do visitante durante as trilhas. É composto por um conjunto de 64 áudios da fauna silvestre, disponibilizados em *tablets* e organizados de acordo com a região das 7 Unidades de Conservação. Baseado no conceito de Paisagem Sonora, é utilizado pelo condutor, durante as trilhas interpretativas e em jogos de educação ambiental, para estimular a consciência acústica do indivíduo em relação à realidade do entorno. Esta tecnologia assistiva contou com o apoio da Fonoteca Neotropical Jacques Viellard – RJ.

A partir deste guia, o programa Trilha Cidadã, em parceria com o Centro de Referência em Reabilitação do ES, desenvolve o projeto Trilha Sonora, uma abordagem específica para pacientes em reabilitação fonoaudiológica. Fundamentado na capacidade restauradora dos sons da natureza, visa a potencializar processos de reabilitação por meio da utilização da experiência direta da paisagem sonora do ambiente natural e de áudios do Guia Sonoro, selecionados de acordo com o objetivo terapêutico. Esta abordagem objetiva a humanização da terapia pelo potencial de contribuição na restauração da atenção voluntária; na diminuição do isolamento social do paciente por meio do trabalho de consciência acústica e nas possibilidades prazerosas, lúdicas e educacionais (educação ambiental) de estímulo afetivo, cognitivo e mnemônico durante a reabilitação.

Por certo o programa desenvolve uma diversidade de serviços

e ações, muitas vezes inéditas neste campo de atuação. Para tanto, todas essas atividades são acompanhadas da produção de materiais de apoio para o ordenamento dos fluxos de trabalho e preparo da equipe. Destacamos: o Manual do Programa Trilha Cidadã (orientações para a equipe da UC); os formulários Relatório de Acessibilidade e Roteiro de Visitação; as Normas de Uso da Cadeira de Rodas para terrenos acidentados; o Guia de utilização do Janela Cidadã e Guia Sonoro; as Orientações ao atendimento – Projeto Trilha Sonora e o Fluxo de Visitação de Adolescente em Medida Socioeducativa.

Ademais, o monitoramento do programa é realizado por meio de acompanhamento técnico da psicóloga responsável, além da aplicação de questionários sobre investigação dos benefícios das atividades em ambientes naturais no estado de humor, concentração e comportamento dos visitantes, bem como a opinião dos profissionais envolvidos.

Por fim, como fruto deste trabalho, observamos: desenvolvimento de trilhas interpretativas diferenciadas baseadas na experiência benéfica da relação humano-ambiental nos ambientes naturais; melhoria da acessibilidade metodológica e instrumental, no uso dos espaços construídos e trilhas; melhoria da acessibilidade comunicacional no atendimento aos visitantes das UC, no que se refere ao acolhimento adequado às diversidades; e ampliação do uso dos espaços naturais com enfoque na inclusão social, saúde e bem-estar da população.

Responsável pela Prática

Participante: Karla Barros de Lacerda Fafá

Formada em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo e Música (Bacharel – Violino) pela Faculdade de Música do Espírito Santo, com especialização em Família (Centro de Atenção à Família e Faculdade de Direito de Vitória) e Gestão de Emergência em Saúde Pública (Hospital Sírio Libanês). Psicóloga Clínica e Equoterapeuta. Experiência em Psicologia Hospitalar, Jurídica, Social, Ambiental e Saúde Mental. Atuou como coordenadora na implantação do Programa Tabagismo (PMS-Serra-ES), coordenadora do Programa Polos de Educação Ambiental do ES e atualmente Coordenadora do Programa Trilha Cidadã (IEMA).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: A partir do concurso para Analista de Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos – Psicólogo, ingressei em 2010 no IEMA (Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos) na Gerência de Educação Ambiental. Juntamente com uma equipe multiprofissional, passei a atuar em projetos de educação ambiental, contribuindo na proposição de novos serviços em Unidades de Conservação, no desenvolvimento de tecnologias assistivas e instrumentos de monitoramento e análise sobre comportamento pro ambiental, percepção de impactos advindos da degradação do meio ambiente, indicadores de projetos de educação ambiental, entre outros.

Contato: kblfafa@gmail.com

O Desenvolvimento do “Programa Conscientizar” em escolas municipais de Içara – SC

Categoria: Profissional

Inscrito por: Kelly Daiane Savariz Bôlla

O “Programa Conscientizar: Educação Ambiental e Qualidade de Vida para um mundo melhor” foi desenvolvido em escolas públicas que compõem a rede municipal de ensino da cidade de Içara – SC, durante os anos de 2013 e 2014.

O Programa Conscientizar tinha como objetivo sensibilizar crianças, adolescentes e adultos quanto à importância do cuidado consigo, com os outros seres e com o planeta, por meio de ações educativas voltadas à sustentabilidade, cidadania e valores humanos para uma cultura de paz.

Pautando-se nas diretrizes da Psicologia Ambiental, da Ecopsicologia e da Educação Ambiental, o Programa Conscientizar realizava intervenções em educação sobre diversas temáticas importantes para a sustentabilidade.

A sustentabilidade é um conceito atrelado ao desenvolvimento sustentável e propõe que as atividades humanas ocorram de modo a possibilitar a conservação do meio ambiente, para que seja possível a manutenção da vida na Terra. Diante do reconhecimento do ser humano como parte da natureza, a sustentabilidade é desdobrada em diversas dimensões, como: ecológica, social, cultural, econômica, espacial. Desse modo, a busca pela sustentabilidade requer tanto a implantação de técnicas e modos de vida ambientalmente responsáveis, como medidas para a promoção da justiça social, preservação cultural dos povos, implantação de um modelo educacional voltado à sustentabilidade, a busca pela qualidade de vida da população e seu bem-estar,

entre outros fatores. Portanto, o desenvolvimento sustentável está em sintonia com o desenvolvimento integral do ser humano (Sachs, 2007).

As mudanças sociais capazes de transformar a ordem econômica, política e cultural rumo à sustentabilidade dependem da transformação das consciências e dos comportamentos humanos, sendo a educação um dos processos estratégicos necessários. Isso porque, como ressalta Pinheiro (1997), os problemas ambientais são, na verdade, problemas humano-ambientais, resultantes da ação humana no ambiente.

Diversas áreas das ciências ambientais às ciências humanas contribuem para o desenvolvimento de estratégias para a construção de um futuro sustentável. Entre elas, estão a Psicologia Ambiental e a Ecopsicologia, que partem do conhecimento psicológico para abordar a relação entre o ser humano e o ambiente.

A Psicologia Ambiental tem sua origem na interdisciplinaridade entre a Psicologia e áreas externas, e as três grandes disciplinas com as quais faz interface são: 1) Arquitetura e Planejamento Urbano; 2) Geografia; e 3) Ciências Biológicas e Ecológicas. Além disso, aproxima-se da Educação Ambiental (Pinheiro, 1997).

O segmento da Psicologia Ambiental em diálogo próximo com as Ciências Biológicas e Ecológicas decorre da preocupação com os “problemas ambientais” e com o papel desempenhado pelo ser humano nesse contexto. Compreende a percepção ambiental como um fenômeno psicossocial, em que processos cognitivos e afetivos estão implicados na representação do ambiente, tanto na esfera individual como na coletiva (Pinheiro, 1997). Esta linha mais recente da Psicologia Ambiental apresenta similaridades com a Ecopsicologia.

A Ecopsicologia surge no cenário de interlocução entre Psicologia e Ecologia com foco nos ambientes naturais, na sustentabilidade e na relação entre saúde humana e saúde ambiental, com intervenções voltadas ao desenvolvimento da consciência ambiental

profunda, que promovam autoconhecimento, o entendimento da identidade humana integrada aos sistemas naturais dos quais faz parte e contribuam para a saúde dos sujeitos.

No campo educacional, a Ecopsicologia leva os estudantes a pensarem sobre as visões de mundo e de ser humano, mas foca no aspecto emocional da relação ser humano e ambiente natural, com vistas a despertar a sensibilidade entorpecida pelos demais estímulos mentais da vida moderna e possibilitar que emergja a emoção de uma autêntica conexão com a natureza (Danon, 2006).

Ambas são áreas da Psicologia ambientalmente focadas e, embora tenham suas distinções, contribuíram para a elaboração e o desenvolvimento do Programa Conscientizar.

O programa foi idealizado e desenvolvido por esta autora e iniciou em 2013 com atuação conjunta desta psicóloga com um biólogo, com turmas do 4º ano de 8 escolas municipais, envolvendo mais de 300 crianças. Em 2014, foi realizado em 6 escolas, com turmas de 2º e 4º ano, também de ensino fundamental, de modo interdisciplinar no primeiro semestre e desenvolvido apenas por esta autora no segundo semestre, abrangendo um número de crianças similar ao ano anterior.

Em cada ano letivo, o programa se desenvolveu por meio de aproximadamente 20 módulos/encontros de 1 hora de duração com cada turma. Os encontros ocorriam a cada 14 dias e as professoras da turma eram convidadas a participar.

Com uma perspectiva não apenas intelectual, mas também de cunho prático e de sensibilização emocional, priorizando o contato com a natureza, o Programa Conscientizar abordou: a relação sociedade-natureza; o desenvolvimento da consciência ecológica profunda; diversidade e biodiversidade; poluição; os efeitos do uso de agrotóxicos; mudanças climáticas; técnicas sustentáveis como plantio de hortas orgânicas, compostagem, reaproveitamento da água; processos produtivos de mercadorias e seus impactos ambientais;

separação do lixo; reciclagem; consumo consciente; feira de trocas; simplicidade voluntária; desigualdade social; desenvolvimento de valores humanos como paz, justiça, respeito, ética, cuidado, solidariedade e de habilidades interpessoais; saúde integral e estratégias para promovê-la; Comunicação Não Violenta (CNV); apoio aos professores na educação para a sustentabilidade.

Para cumprir os objetivos e trabalhar com os temas propostos, foram utilizadas metodologias teóricas, vivenciais e práticas. Foram propostos debates reflexivos, leituras, trabalhos com filmes e vídeos, desenhos, dinâmicas de grupo, vivências psicocorporais, plantio de hortas, saídas de campo, feira de trocas, entre outros.

No final do ano letivo, o programa foi encerrado com rodas de conversa e, no primeiro ano em que foi desenvolvido, foi realizada também uma pesquisa por meio de questionário para avaliar o alcance dos objetivos e os impactos no modo de pensar, sentir e se relacionar com a natureza, com os outros e consigo. Percebe-se, tanto por meio dos questionários quanto pelos discursos das crianças e dos professores, que o Programa Conscientizar possibilitou o desenvolvimento de atitudes e comportamentos mais sustentáveis, inclusive com a adoção de algumas práticas na própria residência dos participantes.

Referências

Danon, M. (2006). *Ecopsicologia: Crescita personale e coscienza ambientale*. Milão: URRRA.

Pinheiro, J. (1997). Psicologia ambiental: A busca de um ambiente melhor. *Estudos de Psicologia, Dossiê Psicologia Ambiental, 2(2)*, 377-98.

Sachs, I. (2007). *Rumo à ecossocioeconomia: Teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez.

Responsável pela Prática

Participante: Kelly Daiane Savariz Bôlla

Psicóloga, mestre e doutora em Ciências Ambientais. Especialista em Psicologia Social, com Formação em Psicologia Corporal. Designer em Sustentabilidade pelo programa internacional Gaia Education. Pesquisadora colaboradora no Laboratório de Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente (LABSDMA) do PPGCA – UNESC. E-mail: kellybolla@hotmail.com

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O estudo das relações Pessoa-Ambiente iniciou em minha caminhada durante a graduação em Psicologia, na disciplina “Estrutura Social e Ecossistema”, sob responsabilidade da Prof^a. Dr^a. Teresinha Maria Gonçalves. Posteriormente, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da mesma universidade (UNESC), no qual cursei o Mestrado e o Doutorado, quando desenvolvi pesquisas acerca de assentamentos humanos sustentáveis (ecovilas), saúde e ambiente, educação *na e para* a sustentabilidade e seus impactos no comportamento ecológico e no bem-estar dos estudantes, entre outras. Trabalhei como consultora em Psicologia Ambiental no Programa de Educação Ambiental “Prof. José Lutzenberger” – Mostra Lutz, desenvolvido em escolas de Garopaba - SC.

Contato: kellybolla@hotmail.com

De “peixinho” à criança: reconectando o ser humano à natureza com práticas interdisciplinares na Psicologia Ambiental

Categoria: Estudante

Inscrito por: Daniele Aparecida da Silva

O Projeto “Educação científica e soluções inovadoras: alunos pesquisadores na escola e os problemas ambientais locais” tem promovido ações de Educação Ambiental, voltadas para o desenvolvimento de um estilo de vida sustentável. Vinculado ao Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura, da Universidade Estadual de Maringá, e inserido no programa Universidades Sem Fronteiras (USF), financiado pelo Fundo Paraná, suas ações buscam o reconhecimento dos impactos danosos de práticas humanas no meio ambiente e a aprendizagem de modos de vida pautados na conservação da natureza e responsabilidade com a vida de outros seres. O projeto conta com estudantes e profissionais de Biologia, Geografia, Ecologia, Comunicação e Mídias e Psicologia. Conforme Pombo (2005), a interdisciplinaridade nos leva a pensar a condição das ciências como fragmentadas, buscando colocá-las em relação e estimulando a comunicação entre disciplinas.

Um dos objetivos do projeto é sensibilizar estudantes sobre o descarte correto de resíduos sólidos e a conservação dos riachos (pequenos rios) urbanos e fundos de vale, a fim de identificar problemas ambientais que comprometam a saúde e bem-estar dos moradores das regiões abrangidas pelo projeto (Programa Universidade Sem Fronteiras, 2022). Entre fevereiro e junho de 2022, atuou nas cidades de Apucarana, Bom Sucesso e Presidente Castelo Branco, no Paraná, com crianças do Ensino Básico, alcançando 6 escolas, sendo 2 turmas do terceiro e 6 do quinto ano, totalizando aproximadamente 200 crianças.

Neste relato, enfocaremos uma das ações do projeto, o teatro interativo. A descrição da concepção e do aprimoramento desta atividade dá revelo às potencialidades de uma orientação interdisciplinar para lograr os desideratos da educação ambiental. A proposta surgiu em 2019, após uma discussão da equipe a respeito da proficuidade das estratégias adotadas para sensibilizar as crianças aos problemas ambientais. O(a)s acadêmico(a)s de psicologia levantaram questões sobre o objetivo de “sensibilizar a população” e como alcançá-lo. Destacaram-se duas dimensões do sensibilizar, o “fazer” e o “falar”, concluindo que as atividades propostas estavam priorizando o “falar” em detrimento do “fazer”.

A equipe delineou estratégias com o propósito de criar condições para que as crianças não apenas descrevessem (“falar”), mas se engajassem em ações concretas (“fazer”) de educação ambiental, cujos efeitos benéficos no ambiente poderiam ser experienciados por elas de forma mais imediata. Por perceber que questões relativas ao meio ambiente estavam espacial e temporalmente distantes das crianças, a equipe propôs o teatro interativo, no qual elas assumiriam o papel de peixes vivendo em um rio sujo, buscando evidenciar como as ações das pessoas impactam os rios e fundos de vale (Bogo, Martins, & Laurenti, 2020; Scoarize et al., 2021).

O teatro envolvia: explicação da atividade; exposição ao rio sujo; recolhimento de resíduos sólidos e dinâmica de reciclagem; exposição ao rio limpo; observação no microscópio e de animais conservados em álcool (insetos, escorpiões, cobras, peixes, fases do girino e aranhas). O rio foi montado no chão com TNT, sendo dispostos sobre ele: resíduos recicláveis, como garrafas plásticas, papelão e embalagens; resíduos não recicláveis, como galhos e isopor; e animais de plástico, como cobras, aranhas, ratos, baratas e grilos. As crianças, interagindo com o rio, eram encorajadas a nadar de diferentes formas (de lado, com uma nadadeira só etc.) e, depois, a se alimentar. As coordenadoras da atividade relatavam, então, que os peixes passavam mal e dialogavam com as crianças,

perguntando o que havia acontecido, por que, e o que poderia ser feito. Os estudantes falavam que tinham ingerido resíduos sólidos e que isso tinha feito mal a eles, concluindo que o rio deveria ser limpo. Após fazer a reciclagem dos materiais coletados, as crianças voltaram a nadar, agora no rio limpo, com uma variedade maior de animais, sendo levados a identificar e relatar as diferenças de se viver, como peixe, em rio sujo ou limpo (Bogo, Martins, & Laurenti, 2020; Scoarize et al., 2021).

Em anos subsequentes, o teatro foi mantido por ter contribuído para que as crianças agissem em relação a um “ambiente poluído”, e não apenas falassem sobre ele. Após análise estatística de testes antes e depois da ação nas escolas, o resultado evidenciou melhora da percepção dos estudantes em relação aos ambientes e suas atitudes como cidadãos (Scoarize et al., 2021). Em 2022, ponderando sobre os efeitos das atividades do projeto, o(a)s acadêmico(a)s da biologia levantaram a seguinte questão: se uma das metas de educação ambiental é fazer com que o ser humano volte a se perceber como parte da natureza, será que as crianças, ao atuarem como peixes, conseguiriam se perceber integrando o meio ambiente? Desta forma, a despeito de o teatro ter aproximado as crianças dos efeitos das ações antrópicas nos rios, poderia não estar auxiliando no desafio de reintegrar o ser humano à natureza. Formas de aprimorar a atividade foram sugeridas, incluindo as crianças no teatro como tais, i.e., como seres humanos que interagem com o rio, e não peixes, buscando ressaltar a ideia de que a atividade humana tem consequências para os ecossistemas, afetando diretamente as pessoas.

A partir exposto sobre a proposição do teatro interativo, é possível perceber como uma orientação interdisciplinar em educação ambiental beneficiou o aprimoramento das ações do projeto, assim como a própria Biologia e Psicologia como campos de conhecimento. As reflexões fomentadas pela Psicologia contribuíram para o alargamento da noção de sensibilização da Biologia, que estava

orientando ações focadas mais na dimensão do “falar” que do “fazer”. Já as discussões levantadas pela Biologia desafiam a Psicologia a buscar superar sua linhagem epistemológica que remonta ao pensamento moderno, assentado na separação radical entre ser humano e natureza. Em vista disso, uma atuação interdisciplinar pode ajudar as ações em Psicologia Ambiental a não perder de vista que o ser humano faz parte da natureza, não obstante suas especificidades psicológicas e culturais.

Referências

Bogo, A. C., Martins, F. B., & Laurenti, C. (2020). Contribuições da psicologia a um projeto de educação ambiental. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(2), 215-230. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n2p230>

Pombo, O. (2005). Interdisciplinaridade e integração dos saberes. *Liinc em Revista*, 1(1), 3-15. Recuperado de <https://doi.org/10.18617/liinc.v1i1.186>

Programa Universidade Sem Fronteiras. (2022). *Educação científica e soluções inovadoras: Alunos pesquisadores na escola e os problemas ambientais locais*. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá.

Scoarize, M. M. R., Contieri, B. B., Delanira-Santos, D., Zanco, B. F., & Benedito, E. (2021). An interdisciplinary approach to address aquatic environmental issues with young students from Brazil. *International Research in Geographical and Environmental Education*, 31(1), 38-52. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/10382046.2021.1943220>

Responsáveis pela Prática

Participante: Daniele Aparecida da Silva.

Recém-graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Realizou estágio em Educação Ambiental, no projeto de Extensão intitulado “Educação científica e soluções inovadoras: alunos pesquisadores na escola e os problemas ambientais locais”.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato com as relações de pessoa-ambiente, no âmbito da Psicologia Ambiental, foi por meio da prática profissional como estagiária em um Projeto de Extensão desenvolvido na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Intitulado “Educação científica e soluções inovadoras: alunos pesquisadores na escola e os problemas ambientais locais”, o projeto tem como foco promover ações de educação ambiental em escolas municipais, estaduais

e para população em geral. Ainda, traz uma proposta interdisciplinar, envolvendo as áreas de Biologia, Geografia, Ecologia, Comunicação e Mídias e Psicologia. Dessa forma, o primeiro contato envolveu o planejamento e execução de práticas que contribuíssem para a sensibilização das pessoas em relação à importância da conservação do meio ambiente, buscando unir os conhecimentos de diversas áreas.

Contato: daanii.a.p.s@gmail.com

Participante: Carolina Laurenti

Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. Mestre e Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos. Realizou pós-doutorado no Historical, Theoretical and Critical Studies of Psychology na York University (Toronto-Canadá). É Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq (nível 2). Atualmente, é professora associada no Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato acadêmico com as relações Pessoa-Ambiente foi em 2018, no âmbito do projeto de extensão “Educação ecológica, desenvolvimento regional e cidadania global: a conservação de riachos urbanos da região metropolitana de Maringá”. Orientei acadêmico(a)s de psicologia neste projeto e em outros subsequentes, dando relevo à importância da psicologia Ambiental para ações interdisciplinares em Educação Ambiental.

Contato: claurenti@uem.br

Participante: Evanilde Benedito

Professora associada nível C da Universidade Estadual de Maringá, lecionando no Curso de graduação em Ciências Biológicas. Pesquisadora do Nupelia (Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura), orientando nos Programas de Pós-Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais e no Biologia Comparada. Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais (gestão 2020-2022). Membro da TWRA (Tropical Water Research Alliance). Atua na área de Ecologia e Recursos Naturais em Ecossistemas Continentais (rios, riachos e reservatórios), com ênfase em Ecologia Energética e Ecologia de Populações.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato acadêmico com as relações de pessoa-ambiente foi durante a Graduação em Ciências Biológicas, entre 1983 e 1985, na Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Contato: eva@nupelia.uem.br

Participante: Matheus Maximilian Ratz Scoarize

Licenciado e bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Participante dos programas Ciência Sem Fronteiras (CSF-CNPq: intercâmbio na University of Stirling, Reino Unido), Universidade Sem Fronteiras (USF) e Paraná Mais Ciência da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná (SETI). Mestre em Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais (PEA) e doutorando no mesmo programa, no Laboratório de Ecologia Energética, do Núcleo de Pesquisas em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura (NUPELIA) – UEM. Membro da Aliança Tropical de Pesquisa da Água (TWRA), da Câmara deliberativa do NUPELIA, do Instituto BiodiverCidade e do Movimento ODS Paraná.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato acadêmico foi em 2012 com um projeto de pesquisa e extensão na área do PELD (Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – CNPq), sítio 6 (Planície de inundação do alto rio Paraná), em Porto Rico (PR), no segundo ano da graduação.

Contato: maxscoarize@gmail.com

Participante: Raniere Clara da Silva Oliveira

Formada em Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Biologia das Interações Orgânicas pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Comparada (PGB/UEM). Participou do Grupo de Estudos em Ecologia de Mamíferos e Educação Ambiental (GEEMEA) e da ECOALIZE – Consultoria Ambiental Júnior. Atualmente participa do programa Universidade Sem Fronteiras (USF).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato acadêmico com as relações Pessoa-ambiente foi quando participei da ECOALIZE – Consultoria Ambiental Júnior e do Grupo de Estudo em Ecologia de Mamíferos e Educação Ambiental (GEEMEA) realizando ações de educação ambiental, buscando a sensibilização das crianças e comunidade sobre questões ambientais.

Contato: rani.clara94@gmail.com

Participante: Mariana Ratz Scoarize

Aluna de graduação do curso de Comunicação e Multimeios da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Participou do programa Jovem Aprendiz, fez curso no SENAI Maringá e foi assistente de marketing – Elotech Gestão Pública Ltda. Participa do projeto de extensão universitária SOS Riachos (PEA/NUPELIA-UEM) e é diretora de Gestão Interna da empresa júnior de comunicação e multimeios e artes visuais da UEM, Criative Jr.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato com as relações de pessoa-ambiente deu-se por meio da participação como bolsista em um Projeto de Extensão desenvolvido dentro da Universidade Estadual de Maringá (UEM), intitulado “Educação científica e soluções inovadoras: alunos pesquisadores na escola e os problemas ambientais locais”. Como aluna de Comunicação e Multimeios, o primeiro contato envolveu o planejamento de um calendário de postagens e ações multimidiáticas que contribuíssem para a sensibilização das pessoas em relação à importância da conservação do meio ambiente, buscando utilizar diversas mídias de comunicação para atingir o público-alvo e unir os conhecimentos de diversas áreas para que as ações alcançassem seus objetivos.

Contato: mariscoarize@gmail.com

Participante: Tatiane Ferreira Borges

Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Maringá (2018). Atualmente bióloga (bolsista) no projeto SOS Riachos, na área da educação ambiental. Além de integrar a equipe do Projeto Tamari – Tartarugas de Maringá, no qual desenvolve pesquisa, divulgação científica e educação ambiental, com cágados e tartarugas-de-água doce do Município de Maringá, Paraná, Brasil.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato com as relações pessoa-ambiente realizei na graduação em 2016 como integrante do Projeto Tamari. Essa experiência foi única, pois não havia somente a visão futura da profissional que me tornaria, o lado social também fez com que eu enxergasse o propósito e sentido de tudo aquilo que a educação ambiental proporciona. Essa relação é fundamental para que a sociedade entre em harmonia com o meio ambiente em que está inserida.

Contato: taty_ferreiraborges@hotmail.com

Participante: Beatriz Bosquê Contieri

Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Maringá. Participou da Ecoarize – Empresa Júnior de Biologia. Foi bolsista pelo programa Universidade Sem Fronteiras desenvolvendo atividades de educação ambiental. Mestre e atualmente doutoranda em Ecologia e Limnologia. Participa do projeto de extensão SOS Riachos desde 2018. Tem interesse em ecologia de riachos, educação ambiental e divulgação científica.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Primeiro contato foi durante atividades de educação ambiental desenvolvido em ações promovidas pela empresa júnior. Nessa experiência, assim como nas seguintes, uma parte da consultoria/pesquisa deveria ser traduzida e divulgada para a população.

Contato: biabcontieri@gmail.com

Projeto Oficina Cultivar com adolescentes: da realidade à realização psicossocioambiental

Categoria: Profissional

Inscrito por: Anilton José dos Santos

A palavra Cultivar carrega na sua semântica a possibilidade de falar do plantio e trato das plantas e também de um modo cuidadoso de engendrar vivências inter e trans subjetivas, incluindo-se aí a necessidade de cuidar da relação, sempre incontornavelmente recíproca, entre o sujeito e o ambiente.

Foi com essa perspectiva que organizamos e nomeamos de Cultivar uma Oficina Operativa Socioambiental, como um dispositivo que pudesse elaborar resoluções à demanda de um grupo de adolescentes do meio popular, por um espaço de escuta e fala das suas ansiedades e angústias, diante da imagem negativa da comunidade onde moram, na percepção de parte da população da cidade e, em certa medida, deles mesmos, produzindo, nesses adolescentes, uma visão do espaço de moradia e comunitário, atravessada pelo desejo do Outro, que, diante da angústia que suscita, pede elaboração possível de incidir sobre a singularidade e os laços sociais do sujeito (Lacan, 1988).

As conversas iniciais davam conta de um constrangimento ao terem que explicitar o lugar de moradia, nas mais diversas situações, suscitando o desejo de outro lugar para morar, de onde adviesse uma nova identidade de lugar positiva (Mourão, Cavalcante, 2006). Esse deslocamento que, na maioria das vezes, não se apresenta como alternativa real, devido às condições socioeconômicas e afetivas das famílias. Esse semblante da pulsão de morte (Freud, 1920/1996), induzindo ao retorno a um lugar sem conflitos, prazeroso por si só, solicitava uma intervenção que incidisse sobre a pulsão de vida (Freud, 1920/1996), permitindo àqueles sujeitos adolescentes

ressignificarem o olhar para seus lugares de moradia, vizinhança e território, pautando novas atitudes, novas posições diante de si, do outro e do mundo.

Por demanda espontânea e após análise dos mais afetados por essa problemática, selecionamos 10 adolescentes, entre 12 e 15 anos de idade, cinco no turno da manhã e cinco no turno da tarde, para formarem a primeira turma da referida Oficina, com periodicidade semestral, tempo previsto e confirmado como necessário e suficiente, para produzirem transformações satisfatórias, que possibilitem um modo mais autoral de cada adolescente pensar, sentir e atuar no seu território de pertencimento.

Por meio de várias e, às vezes, tensas rodas de conversa, com a ajuda de algumas mediações, fomos estabelecendo o enquadre da Cultivar, delineando-se sua frequência de três dias por semana, com duração de três horas para cada encontro, parte para as atividades práticas e outra para a conversação. Conversação, ora espontânea, ora a partir de um dado extraído das atividades do grupo, numa tentativa de aproximação com uma associação livre coletivizada (Miller, 2005) e fiada na definição de ser essa, expressão indiscriminada de “todos os pensamentos que acodem ao espírito, quer a partir de um elemento dado..., quer de forma espontânea” (Laplanche, & Pontalis, 1986, p. 71).

Nesse movimento inicial do processo de construção da proposta, buscamos uma ancoragem nas teorias psicológicas de grupo de inspiração psicanalítica e, posteriormente, na psicologia ambiental, na tentativa de colocar em trabalho um modo daqueles adolescentes demandantes se deslocarem da posição de quem pede ajuda, para a posição de protagonistas na construção de respostas ao próprio desejo, ou seja, buscar “no próprio impasse de uma situação a força viva de intervenção” (Lacan, 2003, p. 114) considerando, também, o que se é refletido do e para o sujeito, no espelho social: não só sua imagem física, mas ao fundo, o lugar que habita, as atividades

que realiza, os papéis sociais que exerce (Santos, 2000). As queixas de primeira mão dos adolescentes já apontavam para a possibilidade de ajudá-los a se organizarem, numa perspectiva operativa (Pichon-Rivière, 2005) em torno da causa socioambiental, no que concerne à relação sujeito e meio ambiente, origem manifesta do embaraço relatado por eles.

A escolha das tarefas, chamadas pelo grupo de práticas e teóricas, deu-se após algumas sugestões e suas respectivas justificativas, feitas pelos adolescentes. Pareceu ao grupo que a questão socioambiental se colocava com maior pertinência, uma vez que a comunidade em que estão inseridos possuiu um ambiente natural de destaque por causa de suas lagoas e longo histórico de hortas comunitárias. Por outro lado, ainda carece de urbanização adequada, regularização de ocupações, preservação sustentável de seus recursos naturais e maior cuidado com o ambiente construído. Além disso, considerou-se o quanto essas falhas ambientais, por decorrências sociais, afetam o modo de ser e conviver dos que moram nesse lugar, em especial das crianças e adolescentes, em franco processo de subjetivação e ainda com poucos recursos para fazerem frente aos riscos difusos e aos característicos do lugar que habitam.

O Percurso grupal foi empoderando os adolescentes e dando a eles as capacidades para não se deixarem recobrir, totalmente, pela ideia de que a responsabilidade pelo melhoramento do bairro, em questão, dizia respeito apenas ao poder público, ou que as ações do grupo pudessem transformá-lo em sua totalidade. Tal entendimento foi se aliando ao de que somos parte do ambiente e na nossa interação com ele, produzimos e somos, em alguma medida, performados em termos pessoais e sociais.

A operatividade da Oficina Cultivar deveria, então, contribuir para que os adolescentes constituíssem posições subjetivas pró-ecológicas, ou seja, postar-se no ambiente de modo interessado,

comprometido, positivo (Pato, & Tamayo, 2003), que pudessem sustentar uma relação comprometida com a transformação daquele ambiente físico e social e provocasse a comunidade, no maior alcance possível, à mesma atitude.

Às atividades na Cultivar: horta medicinal, recolhimento de material reciclável, foram se somando pequenas ações na comunidade, a fim de ampliar o nível de consciência acerca das questões socioambientais. Uma barraca para venda e troca de mudas de plantas medicinais e condimentares foi implantada, mensalmente, no estilo feira livre. Nela também se fazia a troca de mudas por garrafas PET, utilizadas para plantar novas mudas, durante a parte prática da Oficina. Essas atividades contribuíram para os adolescentes gestarem um novo papel social positivo na comunidade, fazendo advir efeitos educativos e terapêuticos.

Após um olhar cuidadoso para o quintal de suas próprias casas, inclusive fotografando-os e apresentando essas fotografias aos colegas no grupo, falando e ouvindo sobre as impressões que elas causavam, atividade inspirada na técnica da fotolinguagem (Vacheret, 2008), pensou-se que possibilidades cada quintal carregava para o cultivo, não só de plantas, no caso, medicinais e condimentares, mas também descanso, diversão, restauração física e psíquica. O que desencadeou projetos para cada quintal com a colaboração de todos do grupo.

Os adolescentes que configuram o grupo da “Oficina Socioambiental Cultivar” operam no enquadre inicial definido, depositando nele a própria singularidade, como contribuição, consciente e inconsciente, para o progresso do grupo e a pertinência comunitária do que ocorre nele, produzindo modos de ser e conviver, no e com o ambiente físico e social, menos alienado ao desejo do Outro, menos pautado pela pulsão de morte, mais saudáveis, mais pró-ecológicos, mais autorais.

Referências

- Freud, S. (1920/1996). Obras completas de Sigmund Freud: Além do princípio do prazer. Rio de Janeiro: Imago.
- Lacan, J. A. (2003). Direção do tratamento e os princípios de seu poder. Em J. A. Lacan, Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1986). Vocabulário da psicanálise. São Paulo: Martins Fontes.
- Mourão, A., & Cavalcante, S. (2006). O processo de construção do lugar e da identidade dos moradores de uma cidade reinventada. *Estud. psicol.*, 11(2), 143-151. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000200003>
- Miller, Jacques-Alain et al. (2005). La pareja e el amor: conversaciones clínicas com Jacques Alain-Miller em Barcelona (pp.15-20). (1ª ed.). Buenos Aires: Paidós.
- Pato, C., & Tamayo, A. (2006). A escala de comportamento ecológico: Desenvolvimento e validação de um instrumento de medida. *Estudos de Psicologia*, 11, 289-296. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000300006>
- Pichón-Riviére, E. (2005). Processo grupal. São Paulo: Martins Fontes.
- Santos, M. (2000). Por outra globalização do pensamento único à consciência universal. (3. ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Vacheret, C. (2008). A Fotolinguagem©: Um método grupal com perspectiva terapêutica ou formativa. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(2), 180-191. Recuperado de www.scielo.br/j/ean/a/bYzjCsRSHJkcdQDzxxG5tDD

Responsável pela Prática

Participante: Anilton José dos Santos

Graduado em Psicologia pela Faculdade Ciências da Vida – Sete Lagoas/MG. Trabalhador em ONG de atendimento a crianças e adolescentes. E-mail: aniltonsete@yahoo.com.br

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio do acompanhamento socioassistencial das ocupações de terrenos públicos na comunidade.

Contato: aniltonsete318@gmail.com

Psicologia Ambiental aplicada à educação ambiental na Amazônia Paraense

Categoria: Profissional

Inscrito por: Thiago Guimarães Siqueira de Araújo

O campo profissional que se enquadra à prática por mim cadastrada é a “Educação Corporativa”, que se conecta também com o campo profissional do “Desenvolvimento humano nas organizações”. Em alguns nichos, com empresas de grande porte, às vezes, outros campos profissionais podem responder pela prática aqui apresentada, como é o caso das empresas que têm setor de “Responsabilidade Social Corporativa e/ou de SSMA (Saúde/Segurança e Meio Ambiente). De todo modo, em termos práticos, a experiência aqui relatada está no campo profissional da Educação Ambiental Empresarial (EAE). Um campo, como podem ver, multidisciplinar e de muita relevância socioambiental devido ao nível de impactos no meio ambiente e na sociedade que podem (e são) provocados por operações empresariais, industriais e/ou logísticas. É um campo profissional com crescente empregabilidade em todo Brasil por conta da necessidade de adequação e cumprimento da legislação ambiental por parte das empresas; ocupado hoje por muitos engenheiros, economistas, administradores e/ou profissionais de nível técnico/tecnológico, e que precisa ser fortalecido com a presença da psicologia ambiental como prática profissional capaz de inter-relacionar, como nenhuma outra, os aspectos humanos, laborais, educacionais e ambientais.

No caso da elaboração do Diagnóstico de Percepção Ambiental desenvolvido nos municípios do sudeste da Amazônia Paraense, é preciso destacar que o diagnóstico em si é uma condicionante imposta pela legislação ambiental brasileira para subsidiar a criação e execução de programas de educação ambiental por parte dos empreendedores, ou seja, as empresas de médio e grande portes,

como a Vale, neste caso, precisam apresentar os resultados desse esforço técnico-científico à luz das percepções ambientais tanto dos seus colaboradores quanto das populações afetadas e/ou que serão público-alvo das ações. Aqui mais uma vez se destaca a importância desse campo de trabalho e a aderência com as práticas da psicologia ambiental.

Objetivamente, o diagnóstico de percepção ambiental apresentado foi realizado no âmbito do Projeto Minerador Onça Puma da VALE nos municípios de Ourilândia do Norte, Tucumã, Água Azul do Norte e São Félix do Xingú na Amazônia Paraense. O conjunto de intervenções realizadas levou em conta o público interno (colaboradores do complexo minerador de níquel no município de Ourilândia do Norte) e o público externo (comunidades em zonas de influência direta e afetadas pelas operações da Vale nos municípios de Ourilândia do Norte, Tucumã, Água Azul do Norte e São Félix do Xingú).

A intervenção combinou atividades de pesquisa, observação, análise das experiências anteriores, estudos territoriais e desenvolvimento de dinâmicas de aprendizagem capazes de desvelar as percepções ambientais dos públicos e de atender às diferentes expectativas e demandas de cada público / território.

Território e Contexto de Realização da Prática

O território amazônico onde se deu a prática aqui relatada corresponde à região sudeste do Pará. As comunidades que fizeram parte das atividades realizadas são dos quatro municípios visitados: Ourilândia do Norte, Tucumã, Água Azul do Norte e São Félix do Xingú. O enfoque do diagnóstico é subsidiar o programa de educação ambiental da Vale. Portanto, apesar de ser um instrumento de pesquisa, o diagnóstico de percepção ambiental se enquadra no campo profissional da “Educação Corporativa”, mais precisamente no subcampo “Educação Ambiental Empresarial”. Deixando mais claro, o diagnóstico é uma exigência dos órgãos ambientais para as empresas com vistas à criação e avaliação de programas de educação

ambiental que busquem provocar pertencimento e para que atendam às necessidades reais dos territórios atendidos. É uma forma encontrada pelo IBAMA e pela SEMA (PA) para fazerem as empresas “saírem do faz de contas” e de fato se envolverem com as demandas humano-ambientais legítimas dos territórios em que operam.

Participantes e/ou Populações

Participaram das atividades os seguintes públicos:

- Público interno da Vale no Complexo minerador Onça Puma: lideranças (gerentes e supervisores), especialistas (analistas e profissionais de nível superior), operadores (público técnico operacional) e empresas contratadas/terceirizadas (prestadoras de serviços). Participaram aproximadamente 200 colaboradores.
- Público Externo da Vale no Complexo minerador Onça Puma: comunidades escolares nas comunidades mais próximas das áreas de operação da Vale (diretoras, coordenadoras, professoras e alunos da rede municipal de ensino dos 4 municípios), lideranças comunitárias (membros atuantes da sociedade civil que desenvolvem ações educativas e socioambientais e culturais no território) e representantes das Secretarias de Meio Ambiente e de Educação dos 4 municípios. Participaram aproximadamente 30 pessoas por município atendido, totalizando 120 comunitários atendidos.

Procedimentos, Técnicas, Instrumentos, Dinâmicas

A intervenção realizada consistiu na aplicação de questionários e no desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas com os colaboradores da Vale. E, para os públicos externos, além das entrevistas semiestruturadas, foram realizadas pesquisa documental, observação participante, aplicação de grupos focais e visitas técnicas com assessorias técnico-pedagógicas em todas as escolas e projetos socioambientais.

A Psicologia Ambiental influenciou decisivamente a customização dos instrumentos metodológicos utilizados agregando, por exemplo, atividades comunitárias endógenas sob o prisma da Pesquisa-Ação (Thiollent, 1986), outras baseadas nos Mapas Afetivos buscando revelar a Memória do Território e a análise dos comportamentos pró-ambientais já enraizados em cada comunidade.

Impactos Socioambientais Gerados e os Aprendizados Derivados da Prática

A Psicologia Ambiental é sem dúvida muito bem-vinda ao campo da Educação Corporativa e da Educação Ambiental Empresarial. É um meio para tornar os programas corporativos de educação ambiental mais contextualizados com as demandas e necessidades dos seus públicos, saindo do faz de contas e, de fato, se envolvendo e cumprindo seus papéis sociais. Isso é evidenciado quando o IBAMA e os órgãos ambientais estaduais exigem das empresas a realização de um diagnóstico de percepção ambiental. Qual campo profissional estaria mais habilitado para desenvolver um diagnóstico de percepção ambiental do que a psicologia ambiental? Há, portanto, um campo consolidado na Educação Corporativa / Educação Ambiental Empresarial para ocupação por parte da psicologia ambiental. Um campo que ainda carece de visões teóricas mais integrativas, com vocação transdisciplinar e possibilidades metodológicas mais plurais levando em conta sempre o contexto das relações humano-ambientais em territórios diversos.

Na prática, o resultado mais concreto que pode ser trazido aqui foi a contribuição da Psicologia Ambiental para melhoramento do escopo técnico-metodológico do programa de educação ambiental do Complexo Minerador Onça Puma da Vale, que teve duração de 3 anos (Módulo 1 – Conhecer em 2015 / Módulo 2 – Ser/Fazer em 2016 / Módulo 3 – Conviver em 2017).

A partir das contribuições da Psicologia Ambiental, foi possível conceber um programa de educação ambiental com perfil continuado, com sistema de avaliação processual baseado nas percepções ambientais, interconectado com as realidades locais, que valorizou os conhecimentos tradicionais e os traços culturais já enraizados em cada espacialidade.

Referências

Thiollent, M. (1986). *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez.

Responsáveis pela Prática

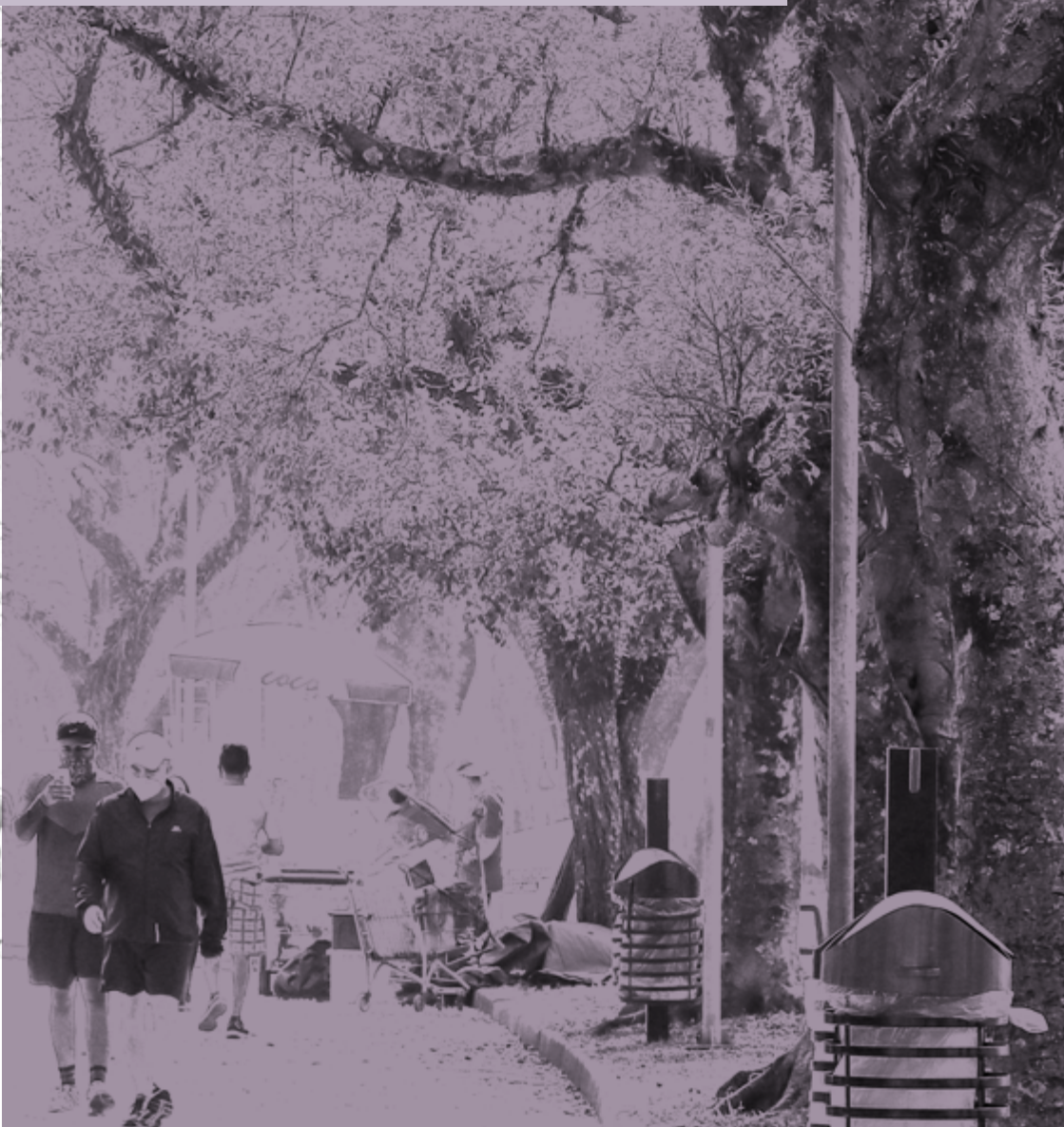
Participante: Thiago Guimarães Siqueira de Araújo

Doutorando pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação Multidisciplinar em Território, Ambiente e Sociedade no PPG TAS / UCSAL, Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSa), Especialista em Psicologia Ambiental, Empreendedorismo e em Gestão Socioambiental. Bacharel em Psicologia pela Universidade Salvador (Unifacs). Tenho cursos de aperfeiçoamento profissional em empreendedorismo, economia criativa e gestão socioambiental, educação ambiental, coordenação de grupos operativos, programação neurolinguística (PNL) e desenvolvimento de pessoas.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato com as relações pessoa-ambiente se deu em 1997 quando, ainda como estudante de Psicologia, aos 17 anos, fundei a ONG Organização Socioambientalista JOGUELIMPO e tive mais de 13 anos de experiência como educador, gestor de projetos socioambiental e no acompanhamento das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente. Depois, como consultor ambiental e pesquisador, conheci as obras do autor José Pinheiro da UFRN e comecei a participar da REPALA (Rede de Psicologia Ambiental da América Latina).

Contato: thiago@e-consbrasil.com.br

TRAJETÓRIA PRECURSORA



Maria Inês Gasparetto Higuchi⁶

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

Como seres humanos, nós vivemos num ambiente, nós o influenciemos e o moldamos à medida que ele nos molda e nos influencia. Logo, pessoa e ambiente são dimensões de um mesmo mundo. E nessa jornada de tensão dialética, Ittelson e seus colegas (1974, 2005) discutem a era do “homem ambiental”. Ao cunhar o termo “homem ambiental” estes autores argumentam que a relação com o ambiente seria o grande desafio evolutivo, uma vez que este lida com o fato de remover o indivíduo do isolamento físico em que ele tem sido estudado. Nesse sentido, há um significativo avanço em nossa compreensão sobre o comportamento humano, não mais restrito exclusivamente às relações com outras pessoas, mas sim com os contextos ambientais, as coisas e outros seres.

Pensar o comportamento humano na relação com o ambiente é relativamente recente e a investigação empírica também data de poucas décadas, especialmente no campo da psicologia. Apesar de ser sido por muito tempo relegado a um plano secundário na psicologia, o meio ambiente é inevitavelmente é um produto

6 Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1979), mestrado em Ecologia Humana – Michigan State University (1986) e doutorado em Antropologia Social – Brunel University of London (1999). Atualmente é pesquisadora titular do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, coordenando o Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental. Também atua como professora membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Ambiental na Amazônia (mestrado e doutorado) da Universidade Federal do Amazonas. Atua nas áreas de Psicologia Social do Ambiente, Educação Ambiental e Antropologia Social.

social. Por mais contraditório que esta afirmação possa parecer, o ser humano só o é, só se constitui como tal, a partir desse engajamento com o mundo ao seu redor, que em última instância é produtor de si mesmo. A Psicologia Ambiental (PA) surge nessa lacuna associando-se a outras áreas do conhecimento, tendo como o objetivo central o estudo da relação recíproca entre pessoa e ambiente.

A PA pode ser caracterizada como uma disciplina em construção, mas já se mostra como um campo promissor de atuação profissional nas questões do comportamento humano na relação com o ambiente. Nesse âmbito, traz **novos conceitos científicos**, alguns próprios de seu campo de atuação e outros incorporados de outras áreas do conhecimento, tendo em vista o caráter eminentemente interdisciplinar presente para a compreensão do comportamento humano na relação com o ambiente (Stokols, & Altman, 1987; Campos de Carvalho, 1993, Bonnes, & Secchiaroli, 1995, Pinheiro, 1997, Aragonés, & Amérigo, 2000, Günther, Pinheiro, & Guzzo, 2004, Pinheiro, & Günther, 2008, Cavalcante, & Elali, 2011, Elali, & Cavalcante, 2018).

Uma vasta literatura internacional e nacional nos apresenta frentes diferenciadas de aplicação desses conceitos. No Brasil, tais pressupostos teóricos têm orientado diversos estudos e práticas nos mais diferentes contextos (Higuchi, Kuhnen, & Pato 2019; Higuchi & Lacerda Júnior, 2021) e nos grupos etários mais diversos (Higuchi & Albuquerque, 2022). Nesse campo se destacam **abordagens diferenciadas** e tópicos específicos de estudo, que destaco aqui:

1. A partir da pessoa: Refere-se à centralidade do ser psicológico, a singularidade do indivíduo na relação com os ambientes; a partir de experiências vivenciadas ao longo do desenvolvimento; a história pessoal e sociocultural; habilidades e capacidades na relação com as coisas, eventos, lugares e seus elementos constituintes, vivos e não vivos.

Embora tal dimensão pessoal esteja em foco, o ambiente é organizado mental e afetivamente como um conjunto de imagens mentais filtradas a partir de uma bagagem social e cultural. Nestes estudos, há uma saliência para compreender aspectos de privacidade, processos afetivos e cognitivos, apropriação (posse) e apego ao lugar, pertencimento, percepções ambientais, significados de lugar, identidade de lugar, espaço pessoal, atitudes, crenças e valores ambientais, satisfação ambiental, topofilia, biofilia, biofobia, conexão com a natureza entre outros.

2. A partir dos grupos: Esses estudos caracterizam-se num olhar concentrado nas relações pessoa-ambiente produzidas em função de coletivos, tais como as territorialidades e aglomeração, costumes (proxemia) num determinado lugar, adaptação no dia a dia nas diversas atividades sociais em comunidades urbanas, rurais, populações tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas) entre outras. O contexto estruturado pelo conjunto de pessoas produz relações similares, mesmo que diferenciadas em cada pessoa. Em outras palavras, nossas percepções são influenciadas por nossas experiências prévias com o ambiente e com outras pessoas que nos antecederam, e que serão reproduzidas, mesmo que de forma transformada, por aqueles que nos sucederão.

3. A partir dos contextos físicos: Abrange estudos que se preocupam com o uso social do espaço em determinados ambientes como igrejas, escolas, asilos, hospitais, residências, espaços de trabalho, em áreas verdes, urbanidades e ruralidades. Aspectos de acessibilidade e mobilidade, pressão e docilidade ambiental para diferentes grupos sociais, mapeamento comportamental nos mais diversos espaços, ocupação, *affordances*, behavior setting, tipos de territórios e socialidades ali desencadeadas pelo arranjo espacial. Incluem-se, nesta seara, os aspectos comportamentais produzidos por variáveis encontradas num determinado ambiente, tais como o ruído, a temperatura, a altitude, a iluminação, poluição e outros fatores climáticos. Resume-se, portanto, numa análise de fatores da interação

peessoas-ambiente a partir de suas atividades funcionais e simbólicas presentes no lugar produzindo comportamentos específicos.

4. A partir de situações de risco: São estudos que buscam compreender as percepções de risco social e geofísico, perigos ambientais, lugares inseguros e acontecimentos relacionados às possíveis exposições em intempéries ambientais, tais como enchentes, incêndios, deslizamentos, terras caídas, entre outros. Estudos sobre a habitabilidade e vulnerabilidades ambientais que distinguem as pessoas de modo injusto em seus espaços de vida e moradia nos dispositivos de governança e políticas públicas.

5. A partir da sustentabilidade: Diz respeito aos estudos que analisam motivadores do comportamento ecológico, tais como crenças, valores, atitudes que possam ser indicadores de condutas que estão subjacentes nos problemas ambientais atuais, no consumo de energia, de água, na produção de resíduos e lixo ambiental, no cuidado e proteção de recursos hídricos, florestais, minerais e da fauna, na emissão de gases de efeito estufa. Estudos para compreender o caminho e motivações que orientam as escolhas diante dos dilemas socioambientais que estabelecem o conflito entre as demandas sociais e a capacidade de suporte dos ecossistemas. Procura-se ainda compreender, aspectos relativos ao raciocínio moral ecológico inerente na tomada de decisão em conflitos de ganhos coletivos *versus* ganhos individuais; proteção natureza *versus* uso predatório, entre outros.

6. A partir dos impactos socioambientais e eventos extremos: Refere-se ao conjunto de estudos que procura responder quais os impactos psicossociais advindos direta ou indiretamente dos mais diversos problemas ambientais (modos de enfrentamento/adaptação/naturalização) e aqueles advindos de eventos climáticos extremos (furacões, tempestades, aquecimento global). Consequências de tomada e/ou mudança de territórios em virtude de conflitos sociais e involuntários exílios ambientais, incluindo os modos de ocupação e reorganização social em ambientes estranhos em função de desastres ambientais.

Tais abordagens foram sendo estruturadas no campo conceitual e de atuação e incorporadas no fazer da PA. Inicialmente, uma maior atenção aos problemas advindos da relação com o ambiente, ou seja, naquilo que trazia o desconforto, o mal-estar no ambiente construído, deu origem a esse campo de atuação. No entanto, a PA foi ampliando esse foco de modo a compreender a atuação humana nas mais diversas rubricas ambientais que a vida em sociedade proporciona. Dessa forma, o campo da PA não mais se restringiria aos problemas dessa relação, mas inseriria características diferenciadas de produzir espacialidades a partir das socialidades ali presentes, da mesma forma, que se interessaria pelas socialidades da espacialidade ali observada (Fischer, 1994).

No entanto, mais recentemente houve um chamado urgente para o entendimento do comportamento humano diante dos agravos ambientais. Os problemas ecológicos e ambientais, em especial a emergência da mudança climática, têm colocado toda a sociedade em alerta e a PA teria muito a contribuir. Dessa forma, os holofotes se tornaram mais intensos com a emergência dos problemas ambientais, em especial a mudança climática, que comprovadamente tem impactado, de várias formas, os mais diferentes grupos mundo afora, especialmente os mais vulneráveis (APA, 2009, 2022).

A chamada crise ambiental possui muitas incertezas em diversos pontos para uma compreensão plena de suas consequências e como podemos mitigá-la. No entanto, uma certeza reside no fato de que como seres humanos provocamos, em grande parte, esta crise ambiental a partir de nosso comportamento *no* e *com* o ambiente. Nesse sentido, a PA compartilha da responsabilidade acadêmica e profissional para dar sua contribuição na busca de soluções. Como Pinheiro (1997) já nos alertava há algumas décadas, os problemas ambientais são inevitavelmente problemas humano-ambientais e, portanto, ao compreendermos a natureza e expressão desses comportamentos na relação com o ambiente, mais facilmente poderemos encontrar saídas mais sustentáveis.

As demandas sociais forjaram modos de atuação diante das necessidades postas à PA. De forma geral, os estudos e atuações profissionais, em sua natureza, têm **orientações distintas** que marcam abordagens singulares para compreensão do comportamento humano na relação com o ambiente e a proposição de intervenções práticas:

1. Intervenção nos problemas ambientais: Referem-se aos estudos que buscam compreender e transformar modos de pensar e agir em situação de crise, isto é, diante de problemas mediatos ou imediatos nessa relação. Aqui a premissa está centrada na intervenção onde a ação para uma solvência se mostra prioritária diante da crise ambiental global, ou práticas locais comuns no uso social de descuido, seja para com a natureza ou qualquer aparato concreto para as atividades sociais. Tais intervenções costumam ser específicas e direcionadas a um grupo num dado momento.

2. Prevenção de problemas ambientais: O foco reside na prevenção desses problemas com vistas a evitar a instalação de agravos ambientais nos mais diversos espaços, seja os de microabrangência (casa, escola, trabalho) ou de macroabrangências (cidades, comunidades, florestas, rios, mares). A prevenção dos agravos ambientais se fundamenta na mesma ordem epistemológica de que o comportamento humano na relação com o ambiente traz impactos negativos ao ecossistema ambiental e toda a forma de vida dela dependente. A meta seria o evitamento de condutas deletérias ao ambiente. Na prevenção, prevalece a educação em contextos escolares e não escolares nas mais diversas frentes.

3. Promoção de qualidade de vida: Ainda temos estudos que são orientados para promover melhoria da qualidade de vida mental e física a partir dessa relação com o ambiente natural e construído. Este movimento, tal qual o de promoção da saúde, não se opõe aos demais focos, mas acrescenta outros aspectos importantes nessa avaliação que inclui o comportamento e estilo de vida saudável, tendo o ambiente como uma dimensão a ser contemplada. Nessa orientação, ocorre um processo de capacitação das pessoas para promover a criação de ambientes

restauradores capazes de impulsionar uma melhoria da qualidade de vida, bem-estar social e bem-estar subjetivo. Inclui ainda saberes que proporcionam maior mobilização e participação na construção de ambientes sustentáveis e dóceis e de cuidado e preservação da natureza, bem como uma reaproximação com áreas verdes para a busca de uma vida mais saudável.

Apesar desta ampla frente de estudos e dos diferentes focos, todos convergem a uma centralidade que é o interesse **nas relações recíprocas do ser humano e ambiente**. Note que esse comportamento humano não se restringe apenas aos problemas ambientais ou esteja relacionado aos aspectos ecológicos, mas abrange toda forma de vivências sociais que se instalam na relação com o entorno, seja natural ou construído.

Assim, o indivíduo que a PA se refere é também aquele que coloca os pés na terra, que respira o ar, que se senta no banco, que olha as cores das casas, que constrói cidades, que escuta os sons da floresta e se encanta com as paisagens, que polui o rio, que consome e depreda os recursos naturais, que se atormenta diante de contextos e eventos extremos. A tarefa que a PA nos apresenta é vislumbrar meios de melhoria da saúde integral dos humanos ao mesmo tempo em que preserva a sadia qualidade do ambiente em que vivemos. Nesse sentido, essa atuação equivale à introdução de um compromisso em cada um dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentáveis proposto pela ONU, onde está a pessoa como célula formativa dessa desejada responsabilidade socioambiental. Resta à psicologia adentrar e fortalecer, com seu saber e atuação, a melhor forma de conseguirmos alcançar tais objetivos, partindo do aprofundamento da compreensão do comportamento humano na relação com o ambiente.

Referências

APA [American Psychological Association] (2009). Psychology and global climate change: Addressing a multi-faceted phenomenon and set of challenges: Report of the APA Task Force on the Interface Between Psychology and Global Climate Change [Post]. Retrieved from <http://www.apa.org/science/about/publications/climate-change.aspx>

APA [American Psychological Association], Task Force on Climate Change. (2022). Addressing the climate crisis: An action plan for psychologists. Report of the APA Task Force on Climate Change [Post]. Retrieved from <https://www.apa.org/science/about/publications/climate-crisis-action-plan.pdf>

Aragonés, J. I., & Amérigo, M. (2000). *Psicologia ambiental*. Madri: Ediciones Pirámide.

Bonnes, M., & Secchiaroli, G. (1995). *Environmental psychology, a psycho-social introduction*. London: Sage.

Campos de Carvalho, M. I. (1993). Psicologia Ambiental, algumas considerações. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9(2), 435-47.

Cavalcante, S., & Elali, G. (Orgs.). (2011). *Temas básicos de psicologia ambiental*. São Paulo: Editora Vozes.

Elali, G., & Cavalcante, S. (Orgs.). (2018). *Psicologia Ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*. São Paulo: Editora Vozes.

Fischer, G. (1994). *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

Günther, H., Pinheiro, J. Q., & Guzzo, R. S. L. (Orgs.). (2004). *Psicologia ambiental: Entendendo as relações do homem com seu ambiente*. Campinas SP: Editora Alínea.

Higuchi, M. I. G., & Albuquerque, D. da S. (Orgs.). (2022). *Cronologias na relação pessoa-ambiente*. Curitiba, PR: Editora CRV. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.24824/978652512793.4>

Higuchi, M. I. G., & Lacerda Junior, J. C. (Orgs.). (2020). *Relações pessoa-ambiente amazônico*. Rio de Janeiro, RJ: Autografia. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.29327/526260>

Higuchi, M. I. G.; Kuhnen, A., & Pato, C. (Orgs.). (2019). *Psicologia ambiental em contextos urbanos*. Florianópolis, SC: Edições Bosque/ UFSC Recuperado de <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/196574>

Ittelson, W. H., Proshansky, L., Rivlin, L.G., & Winkel, G. H. (1974). *An introduction to Environmental Psychology*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

Ittelson, W. H., Proshansky, L., Rivlin, L. G., & Winkel, G. H. (2005). Homem ambiental. *Textos de Psicologia Ambiental*, (14), 1-9. Universidade de Brasília.

Pinheiro, J. Q. (1997). Psicologia ambiental: A busca por um ambiente melhor. *Estudos De Psicologia*, 2(2), 377-98.

Pinheiro, J. Q., & Günther, H. (Orgs.). (2008). *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Stokols, D., & Altman, I. (Orgs.). (1987). *Handbook of environmental psychology* (2 Vols.). New York: Wiley.

PRÁTICAS: CONTEXTOS E PROCESSOS DE SAÚDE



Identidade e apego ao lugar em diálogo com a saúde mental

Categoria: Profissional

Inscrito por: Bettieli Barboza da Silveira

Com o intuito de tecer interlocuções entre trajetórias de vida, vinculações afetivas, suas identidades construídas e suas relações com a saúde mental, uniram-se esforços dedicados ao encontro entre Psicologia Ambiental e Saúde Mental. Por meio de estágio profissionalizante de Psicologia em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II no interior do Triângulo Mineiro, desenvolveu-se a prática aqui narrada como relato de experiência com a pretensão de compreender a influência da constituição de identidade e de apego ao lugar no processo terapêutico de dois pacientes psiquiátricos. Os casos acompanhados possuem distintos processos de permanência, confrontando suas noções de moradia e direito à cidade.

Os casos foram acompanhados ao longo do segundo semestre de 2021, semanalmente. Ambos os usuários, Moisés e Elias (nomes fictícios), passaram pelo acolhimento, atendimento individual, avaliação médica e psicossocial. A equipe multidisciplinar do CAPS compartilha e atua de modo integrado com as estagiárias responsáveis, tanto no diagnóstico como na evolução dos casos. Elias é um homem de 51 anos, natural da cidade base do território investigado, esteve institucionalizado no Hospital de Custódia e Judiciário de Barbacena por mais de uma década, cumprindo medida de segurança. Moisés nasceu no interior de São Paulo, mas viveu seus 50 anos de idade sem residência fixa, não permanece no mesmo lugar por muito tempo e possui imensa dificuldade de se vincular a um lugar.

Os atendimentos a Elias puderam ocorrer no CAPS, já Moisés solicitou acolhida em uma Comunidade Terapêutica, de modo que

seu acompanhamento se deu neste ambiente. Foi utilizada a autobiografia ambiental seguida de entrevista semiestruturada, como alicerces ao processo de compreensão em torno das motivações as quais os levaram a adotar determinada conduta no que se refere às ações e a vinculação para com os ambientes que percorreram na vida. Ambos relataram, com inúmeras particularidades, os principais norteadores para tal: a) família; b) pertencimento; c) sentido da vida.

Há de se destacar dois aspectos importantes até aqui, no que tange ao território que contextualizou a prática aqui narrada. Trata-se de uma cidade com geografia plana, com potencial recurso da clínica ampliada ao explorar incursões urbanas, ainda que um dificultador seja o contínuo clima seco e com elevadas temperaturas, tipicamente percebidos como desmotivadores às atividades propostas pelo CAPS. Em relação aos instrumentos utilizados, dá-se ênfase à autobiografia ambiental, técnica que permite discurso livre, narrativa pessoalizada que se torna especialmente útil com público como este, que possui dificuldade na fala, articulação de palavras e concatenação de ideias, agravos pela condição psicopatológica.

Com os atendimentos individuais, foi observado que o conceito de família para os dois participantes envolve o abandono da família que pertencia e a que construiu. Percorre a idealização e a relevância do afeto o não estabelecimento de vínculos e os típicos abandonos e negligências que pacientes psiquiátricos vivenciam em seus contextos familiares e sociais.

Mesmo apresentando histórias de vida distintas, Moisés e Elias não referenciaram em suas falas qualquer senso de pertencimento a um lugar. Embora cumpra mencionar que a internação longínqua que Elias vivenciou não o vinculou ou o fez desenvolver pertença, mas sim clausura e isolamento, muito referidos em seu discurso.

Moisés e Elias nunca perceberam um lugar como casa, tampouco sentiram direito de habitar cidades. Moisés conviveu com

a fuga, Elias com o aprisionamento. Ambos apresentaram ausência de vínculos emocionais com pessoas ou lugares, aspectos fundamentais para a constituição de identidade e de apego ao lugar. Não têm projeto de vida, planos, desejos sobre como ou onde querem viver. Viver está inteiramente reduzido ao dia atual, subsistência e existência. Os conceitos de socialização, trabalho e lazer não são fundamentais para eles, os quais foram observados como algo distante e, por vezes, inalcançáveis devido à forma de seus desenvolvimentos pessoal, social e da sua trajetória.

A não projeção futura sobre a sua existência e sem vinculação afetiva, a própria noção de cuidado, de pertença, de identidade, de apropriação, e de qualquer outro conceito adjacente se esvai. A não construção de tais aspectos impactou fortemente a noção de partilhar e de coletividade, de modo que suas percepções sobre autonomia e identidade se construíram de modo desarticulado a qualquer pessoa ou ambiente. Assim, o contexto socioambiental se torna inócuo, mero pano de fundo. Embora este mesmo contexto tenha sido percebido por Moisés e Elias com valência positiva e acolhedora, segue pouco representativo em curto prazo, o que sugere maior sequência interventiva para que se possam criar vínculos e bons encontros entre eles e o ambiente.

A experiência aqui relatada foi enriquecedora para as estagiárias, sobretudo ao considerar a importância da territorialidade e das práticas profissionais desenvolvidas no CAPS, especificamente. Aproximar saúde mental da relação pessoa-ambiente colaborou na recriação do Projeto Terapêutico Singular (PTS) de Elias para acompanhamento no CAPS, com foco no seu bem-estar e desenvolvimento de autonomia. Com Moisés, o processo se findou, ele partia para um novo lugar, a necessidade que ele reportava era a de ir adiante. Os diálogos interdisciplinares e as práticas seguem ativas no serviço, com novos casos e estagiários para difusão da contribuição dos EPAs à saúde mental.

Responsáveis pela Prática

Participante: Bettieli Barboza da Silveira

Doutora e Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, na área Saúde e desenvolvimento psicológico, com ênfase em Atenção psicossocial, cultura e ambiente. Psicóloga, pela Universidade do Vale do Itajaí. Líder do Grupo de estudos em Psicologia ambiental e Saúde mental (NEPAS/UEMG). Docente e membro do colegiado do curso de Psicologia Universidade do estado de Minas Gerais (UEMG). Membro do Laboratório de Psicologia Ambiental (LAPAM/UFSC). Membro do Núcleo de Pesquisas em Clínica da Atenção Psicossocial (PSICLIN/UFSC). Membro da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Os contatos da professora Bettieli Barboza da Silveira com os EPA derivam de longa data, pois ela desenvolveu seu mestrado e doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina, com o Laboratório de Psicologia Ambiental, à época liderado pela professora Ariane Kuhnen. Além de liderar o NEPAS, a professora Bettieli atualmente é representante regional e membro da Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPA).

Contato: bettieli.silveira@uemg.br

Participante: Laila Thaíssa da Silva Menezes

Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade do estado de Minas Gerais – Unidade Ituiutaba.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: As três estudantes estagiárias tiveram contato com os estudos de Relações pessoa-ambiente juntas, a partir do estágio profissionalizante de ênfase psicossocial na graduação de Psicologia, sob orientação da professora Bettieli Barboza da Silveira. O estágio permeou a atuação das estagiárias com diversas práticas de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que interagiram com práticas e métodos dos Estudos Pessoa-Ambiente (EPA), em interface com a saúde mental. As estudantes atuam em iniciação científica também sob orientação da professora Bettieli Barboza da Silveira (NEPAS/UEMG).

Contato: laila.1537265@discente.uemg.br

Participante: Priscila Aguiar Silva

Assistente social, coordenadora do CAPS II de Ituiutaba/MG, atualmente é graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade do estado de Minas Gerais – Unidade Ituiutaba.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: As três estudantes estagiárias tiveram contato com os estudos de Relações pessoa-ambiente juntas, a partir do estágio profissionalizante de ênfase psicossocial na graduação de Psicologia, sob orientação da professora Bettieli Barboza da Silveira. O estágio permeou a atuação das estagiárias com diversas práticas de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que interagiram com práticas e métodos dos Estudos Pessoa-Ambiente (EPA), em interface com a saúde mental. As estudantes atuam em iniciação científica também sob orientação da professora Bettieli Barboza da Silveira (NEPAS/UEMG).

Contato: priscila.1502053@discente.uemg.br

Participante: Rafaela Queiroz Cunha Souto

Graduanda pelo Curso de Psicologia da Universidade do estado de Minas Gerais – Unidade Ituiutaba.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: As três estudantes estagiárias tiveram contato com os estudos de Relações pessoa-ambiente juntas, a partir do estágio profissionalizante de ênfase psicossocial na graduação de Psicologia, sob orientação da professora Bettieli Barboza da Silveira. O estágio permeou a atuação das estagiárias com diversas práticas de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) que interagiram com práticas e métodos dos Estudos Pessoa-Ambiente (EPA), em interface com a saúde mental. As estudantes atuam em iniciação científica também sob orientação da professora Bettieli Barboza da Silveira (NEPAS/UEMG).

Contato: rafaela.1592233@discente.uemg.br

Psicologia Ambiental e Saúde: uma proposta transdisciplinar de formação continuada

Categoria: Profissional
Inscrito por: Guacyra Leal

A estratégia “Psicologia Ambiental e Saúde” @psiambientale-saude é uma proposta transdisciplinar de formação continuada que desenvolve práticas no campo da psicologia ambiental integrada à saúde. Tem como base as metodologias ativas, que visam a promover: participação ativa dos envolvidos; vinculação da aprendizagem aos aspectos significativos da realidade; desenvolvimento do raciocínio e de capacidades para intervenção na própria realidade; colaboração e participação entre participantes (Lima, 2017).

No ano de 2021, trabalhamos com a temática “O Enfoque Ecosistêmico da Saúde e a proposta metodológica dos Mapas Afetivos” realizando palestras e rodas de conversa com graduandos de psicologia e estudantes da residência multiprofissional em Saúde da Família. Dois conceitos foram norteadores na fundamentação das práticas educativas do Psicologia Ambiental e Saúde.

O Enfoque Ecosistêmico da Saúde

A relação dos seres humanos com a natureza e o meio ambiente está atrelada à sabedoria ancestral e a história das civilizações mais primitivas. Estudiosos antigos, atentos à interconexão pessoa-ambiente, observavam os movimentos da natureza (clima, fases da lua, chuvas e ventos) e suas relações com as enfermidades. Entretanto, com a revolução industrial e o impacto da urbanização, o homem foi se afastando cada vez mais dessa sabedoria e dissociando suas condições de vida e trabalho dos problemas ambientais (Roszak, 1993; Carvalho, 2013).

No século XVII, surgiram as primeiras teorias para explicar a relação causal entre os determinantes ambientais e o adoecimento da população. Com a doutrina do higienismo no início do século XIX,

introduzido pelo capitalismo e exigências do Estado moderno, foi acentuada a preocupação com a vigilância e controle de miasmas, sujeiras e odores nos espaços urbanos e nos grupos populacionais (pobres e trabalhadores). O movimento da medicina social, na segunda metade do século XIX, veio a contrapor o higienismo ao afirmar que as questões de saúde e doença são reflexo da falta de participação política dos trabalhadores na luta por melhores condições de vida familiar e nos bairros. Com esse movimento, passou-se a questionar a necessidade de reforma sanitária atrelada a reforma econômica e agrícola, porém houve um retrocesso desses pensamentos com a revolução bacteriana. O foco voltou-se para a ciência e a técnica, com soluções racionais e atividades profiláticas destinadas aos pobres, além do saneamento e controle de vetores como as principais estratégias de cunho ambiental para garantia do progresso (Minayo, 2006).

O pensamento social foi retomado após a segunda guerra mundial e a partir da década de 1960 e 1970 nasce o Movimento Ambientalista. Nessa conjuntura, aumenta a pressão social para o controle de riscos industriais, somado à crítica ao pensamento liberal pautado na ideia de abundância e infinitude dos bens. Foi prevista por ambientalistas a escassez de recursos naturais básicos para produção e consumo, mediante o crescente nível de degradação do ambiente e dos riscos ecológicos globais que afetam o planeta.

Com a criação do documento preparatório do Rio-92, “Nosso Futuro Comum”, apresentou-se o conceito de desenvolvimento sustentável como o que satisfaz às necessidades do presente sem prejudicar ou comprometer a capacidade das gerações futuras de conseguirem satisfazer suas necessidades. Como consequência veio o pacto internacional por meio da Agenda 21, plano de ação para o desenvolvimento sustentável, que tem como um dos seus princípios: as necessidades de saúde da população articuladas com os fatores ambientais, envolvendo as diversas complexidades de interações físicas, biológicas, químicas e sociais (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1995).

Diante do exposto, fica evidente a urgência de modelos de análise do processo saúde-doença que abarquem uma visão sistêmica, ou seja, que analisem o entrelaçamento de causas, reconheçam a instabilidade no mundo dos seres vivos, bem como incluam a noção de intersubjetividade na constituição da realidade e sua compreensão. A abordagem ecossistêmica da saúde proposta por Lebel (2005) dá igual importância ao manejo ambiental, aos fatores econômicos e às aspirações da comunidade. Isso implica o estabelecimento de diálogos entre diversas disciplinas para estudar a relação pessoa-ambiente e construir intervenções multiprofissionais e transdisciplinares.

A abordagem Ecosáude construída pelos autores anteriores é sustentada por três pilares: transdisciplinaridade, participação de diferentes atores sociais e a equidade no acesso aos recursos. Essa perspectiva é abordada pelas práticas educativas da Psicologia Ambiental e Saúde, por meio das oficinas sobre pesquisa-ação e a aplicação dos mapas afetivos. Nesse modelo de pesquisa, é possível incluir não só cientistas mas também membros da comunidade e os tomadores de decisão.

Mapas Afetivos como Ferramenta de Análise da Relação Pessoa-Ambiente e Saúde

O binômio saúde-doença se constitui como um processo coletivo, portanto é preciso recuperar, nesse coletivo, o sentido de lugar como espaço organizado para análise e intervenção, buscando identificar, em cada situação específica, as relações entre as condições de saúde e seus determinantes culturais, sociais e ambientais, dentro de ecossistemas modificados pelo trabalho e pela intervenção humana. (Minayo, p. 97, 2006)

A partir dessa perspectiva, as práticas de cuidado em saúde passam a integrar uma visão mais complexa da realidade, demandando do profissional um olhar mais ampliado sobre a sua intervenção. O “Psiambiental e Saúde” tem como propósito a aplicação dos conhecimentos da psicologia ambiental na construção de novas

práticas de cuidado na saúde coletiva em articulação com a comunidade, gestores e profissionais. Isso implica identificar e conhecer as diferentes territorialidades, levando em consideração os aspectos contextuais, socioculturais e individuais.

“Repensar um outro modelo do fazer psicológico é fascinante, e é isso que a Psicologia Ambiental nos permite no contexto da residência multiprofissional em saúde da família” (narrativa de estudante da residência em Saúde da Família).

Nas oficinas sobre mapas afetivos, refletimos sobre o conceito de pertencimento e o sentido de lugar, ao mesmo tempo em que fortalecemos a construção do vínculo dos educandos com o território onde desenvolvem suas práticas de cuidado, contexto impregnado de significados, símbolos e imagens. Essas riquezas de informações podem ser visualizadas nos mapas, que são expressões de representações do espaço, ferramenta utilizada para apreensão dos afetos na relação pessoa-ambiente. As imagens podem ser representadas por desenhos, fotos ou objetos, recursos que possibilitam avaliar os níveis de apropriação, apego e identidade relacionados ao ambiente, além de auxiliar na construção de ações mais efetivas no cuidado com a saúde, permitindo o empoderamento das pessoas em seus territórios (Bomfim, 2008).

“O diálogo estabelecido entre a psicologia ambiental e a saúde me fez compreender a interdependência entre o Ser e o Meio na manifestação das psicopatologias associadas a saúde ocupacional” (narrativa de estudante da residência em Saúde da Família).

Semelhante a uma “colcha de retalhos”, a construção dos mapas afetivos possibilita o enlace das percepções do profissional/pesquisador, das famílias, dos gestores e de outras pessoas do bairro ou comunidade, que ao interagirem formam uma grande colcha de beleza única, na qual estão presentes as diferentes representações dos afetos, potencialidades e fragilidades do território.

“Essa ferramenta tem nos auxiliado como base para entender

como cada profissional se faz pertencente na unidade de saúde e quais ferramentas podem ser introduzidas para ajudar a tornar a unidade mais acolhedora.”; “Através dos mapas afetivos compreendo o impacto que o ambiente tem na produção dos afetos, é um instrumento importante para ser compartilhado com a equipe de enfermagem.” (Narrativas de estudantes da residência em Saúde da Família)

O Psicologia Ambiental e Saúde continua aprofundando os estudos sobre essa proposta metodológica, ampliando sua aplicação no contexto da saúde, no que diz respeito à análise das vulnerabilidades ao adoecimento das pessoas com doenças crônicas, por entender que os mapas afetivos auxiliam esses sujeitos na construção do seu itinerário terapêutico na busca por melhor qualidade de vida.

Referências:

Bomfim, Z. A. (2008). Afetividade e ambiente urbano: Uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. Em J. Pinheiro, & H. Gunther (Orgs.), *Método de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente* (pp. 253-79). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

Carvalho, M. A. (2013). *Ecopsicologia e Sustentabilidade: De frente para o espelho* (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil).

Conferência das Ações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1995). *De acordo com a Resolução n. 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89*. Estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas ao meio ambiente e desenvolvimento: Agenda 21. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenações de Publicações.

Lebel, J. (2005). *Salud: Un enfoque ecosistémico*. Alfaomega: Centro Intercional de Investigaciones para el Desarrollo. Recuperado de www.idrc.ca/ecosalud.

Lima, V. V. (2017). Espiral construtivista: uma metodologia ativa de ensino-aprendizagem. *Interface*, 21(61), 421-34.

Minayo, M. C. (2006). Saúde e ambiente: Uma relação necessária. Em G.W.S. Campos et al. (org.). *Tratado de saúde coletiva* (pp. 80-109). São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz.

Roszak, T. (1993). *The voice of the Earth: An exploration of ecopsychology*. Touchstone, Books.

Responsáveis pela Prática

Participante: Guacyra Leal

Desde 2005, o campo da saúde é o fio condutor da minha trajetória profissional, para aprofundar meus conhecimentos fiz o mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Em 2012, assumi o cargo de psicóloga da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia, inicialmente exercendo atividades da psicologia hospitalar e depois em assistência especializada em IST/HIV/AIDS. Durante esse período, construí ações de promoção, prevenção e assistência psicológica em articulação com a universidade e lecionei em psicologia, enfermagem, odontologia e pedagogia. Coordeno o Núcleo de Inclusão e Adesão ao Tratamento de HIV do Centro Estadual de Diagnóstico, Assistência e Pesquisa (CEDAP) e sou tutora do Programa Estadual de Residência Multiprofissional Regionalizado em Saúde da Família.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio do desenvolvimento de intervenções de humanização no ambiente de trabalho direcionado para trabalhadores da saúde, com vistas à promoção da saúde mental e bem-estar no ambiente de trabalho.

Contato: thiago@e-consbrasil.com.br

Participante: Thiago Guimarães Siqueira de Araújo

Doutorando pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação Multidisciplinar em Território, Ambiente e Sociedade no PPG TAS / UCSAL. Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Especialista em Psicologia Ambiental, Empreendedorismo e em Gestão Socioambiental. Bacharel em Psicologia pela Universidade Salvador (Unifacs). Tenho cursos de aperfeiçoamento profissional em empreendedorismo, economia criativa e gestão socioambiental, educação ambiental, coordenação de grupos operativos, programação neurolinguística (PNL) e desenvolvimento de pessoas.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: A partir da fundação da Organização Socioambientalista JOGUELIMPO aos 17 anos. E, logo em seguida, na formação em Psicologia, quando entrei em contato com as produções do professor pesquisador José Pinheiro, da UFRN, e a partir da minha participação na REPALA (Rede Latino-Americana de Psicologia Ambiental).

Contato: thiago@e-consbrasil.com.br

Abordagens integrativas de Psicologia Ambiental em hospital público terciário infanto juvenil

Categoria: Profissional

Inscrito por: Jussara Siqueira de Oliveira Zimmermann

As práticas de psicologia ambiental se iniciaram em 2013, no Instituto da Criança e Adolescente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (ICR) e no Instituto do Tratamento do Câncer Infantil (ITACI). A abordagem realizada de forma integrativa envolve diferentes setores e especialidades com objetivo de atuar com os pacientes, cuidadores e responsáveis, profissionais e frequentadores.

Pesquisas científicas detalham que o ambiente hospitalar, neste caso, público terciário de alta complexidade, apresenta rotina com grande pressão na convivência com situações de alta vulnerabilidade, tornando essa condição promotora de impactos emocionais e desgastes por estresse importantes. Considerando a referência nacional e internacional do hospital, pacientes viajam de todos os lugares do Brasil e América Latina para serem atendidos e internados. A infraestrutura hospitalar promove atendimentos ambulatoriais, enfermaria, internações em unidades de terapia intensiva e semi-intensiva. Muitos pacientes, devido à necessidade de seus tratamentos, ficam em situação de internação por longos períodos.

As temáticas socioambientais promovem melhorias em relação ao ambiente interno e externo, de forma direta e indireta com o público relacionado, focando de forma essencial melhores condições e resultados em relação à qualidade de vida, tratamento e recuperação dos pacientes. A pesquisa de Roger Ulrich (1984) evidencia a relevância do ambiente e suas paisagens. Metodologias de contemplação da natureza têm se provado favoráveis para a promoção e estímulo de sentimentos mais positivos, calmos, tranquilos para o bem-estar, capacidade de resiliência e até mesmo auxiliam a qualidade de sono,

humor, apetite, alívio da dor, impactando a prescrição de medicamentos e tempo de recuperação dos pacientes.

De maneira integrada, as ações realizadas incluíram: plantio de árvores nativas no jardim de entrada do hospital; comunicação sobre curiosidades em relação às diversas espécies de árvores; realização de concurso de fotografias de natureza entre funcionários; ambiência com imagens e ilustrações inspiradas na natureza nos corredores, sala de tomografia, ressonância nuclear magnética e laboratório de análises clínicas; plantio e germinação de sementes e mudas com pacientes; realização de evento temático ambiental com exposição e oficinas; incremento de biodiversidade nativa na calçada com árvores e flores atrativas de fauna com participação de voluntários; implantação de vasos com flores, ervas, plantas comestíveis e árvores frutíferas nos espaços de recepção e laje; condução de Terapias de Apreciação da Natureza (TAN) – como parte do cardápio de práticas integrativas complementares – em sessões individuais com pacientes.

Todas estas ações conectaram diferentes setores da instituição, sendo variável a intensidade de envolvimento, no entanto compartilham conexão com vistas ao melhor resultado, entre elas citamos: Humanização; Unidade de Pediatria Integrativa; Enfermagem; Terapia Ocupacional; Cuidados Paliativos; Comunicação; Médicos responsáveis nas Unidades de Terapia Intensiva; Especialidades em Oncologia, Hematologia, Nefrologia, Doenças Raras; Classe Hospitalar; Controle de Infecção Hospitalar; Ensino e Pesquisa; Voluntariado; Gestão e Operações de Infraestrutura.

Inicialmente, em 2013, o projeto de Ambiência no Serviço de Avaliação Diagnóstica e Terapêutica hoje ocupa uma área de 600m². Paredes, teto, piso e equipamentos foram adesivados com imagens inspiradas na natureza com estética infantil, tais como: plantas, animais terrestres e marinhos, mar e floresta, no intuito de oferecer uma experiência lúdica e humanizada aos pacientes. Realizar procedimentos de forma mais leve e acolhedora gera impactos nas crianças e adolescentes sobre como lidar com medos e anseios em

um tratamento de saúde. Quanto mais segurança e proximidade o serviço oferecer, melhor será para os envolvidos.

A primeira intervenção para melhoria da ambiência ocorreu na sala de tomografia, com pintura no teto retratando o céu azul com nuvens. Inclui também TV e projetor em que desenhos infantis ficam disponíveis durante o procedimento. Desta forma, os pacientes deitados no equipamento durante o exame observam a imagem do céu e assistem a desenhos de sua preferência. Pais e responsáveis permanecem com seus filhos durante todo o tempo de realização do exame. De forma similar e complementar, a recepção, o espaço de preparo do paciente e a sala de exames da ressonância receberam a temática do fundo do mar. As paredes simulam o oceano e sua vida marinha com imagens de peixe, tartarugas e caranguejos, sendo estímulo para a imaginação dos pacientes enquanto esperam ou realizam o exame. No chão, há adesivos de estrelas do mar, arraia e a carenagem do equipamento foi transformada em um submarino amarelo.

Essa modificação tornou o ambiente mais agradável, acolhedor e lúdico, impactando na qualidade do exame realizado, uma vez que os pacientes menos estressados e relaxados se sentem mais confortáveis mesmo com o barulho alto e situação de permanência imóvel exigidas pelo procedimento. Ainda, observou-se que a nova ambiência promoveu a diminuição na administração de sedativos, minimizando o risco, uma vez que é percebida melhoria na sensação de segurança e maior cooperação dos pacientes.

Em 2017, a realização da TAN em sessões individuais tornou acessível aos pacientes internados a temática ambiental com objetivo de promover alívio e bem-estar. As sessões incluíram: diagnóstico prévio em que eram coletados dados sobre a situação de saúde e estado do tratamento com equipe médica e de enfermagem, e mapeados aspectos sobre os referenciais ambientais do paciente e dos responsáveis presentes em relação à paisagem e bioma do território original; vivências e experiências do paciente e da família em relação

à natureza; memórias afetivas e preferências em relação a espécies de flora e fauna, elementos, paisagens e clima.

A partir desse processo, foram oferecidos encontros periódicos, com exposição a imagens impressas (permitindo esterilidade e controle de contaminantes), somadas a estímulos sonoros de paisagens naturais, sons de aves, insetos e água. O resultado observado foi de: alívio do estresse e pressão emocional em relação às condições de uma internação de longo termo; brincadeiras e ludicidade estimulada devido a acesso aos elementos de imagem e som; trocas e conversas em relação às lembranças afetivas expressando emoções mais positivas e tranquilas.

A humanização no atendimento pediátrico é marca registrada do ICr HCFMUSP. Trabalha-se o acolhimento para receber bem pacientes e familiares, e investem-se esforços para segurança e tranquilidade dos atendidos. O conjunto de ações colabora de forma importante para a consolidação da Psicologia Ambiental como caminho para mais saúde, resiliência e qualidade de vida no ambiente hospitalar. As experiências exitosas são apoiadas e estimuladas por diferentes setores e por equipe multiprofissional. Mais estudos em relação às práticas devem ocorrer, permitindo validação e verificação de impactos eficazes na garantia de ambientes restauradores e plena qualidade de vida para todos. Desejamos que esta experiência seja inspiração para mais ações similares que beneficiem pacientes, familiares e profissionais em hospitais de todo o Brasil.

Referências

Ulrich, R. S. (1984). Views through a window may influence recovery from surgery. *Science*, 224, 420-21.

Responsáveis pela Prática

Participante: Jussara Siqueira de Oliveira Zimmermann

Psicóloga formada pela Universidade Federal de Juiz de Fora – MG. Especialista

em Psicologia Hospitalar pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP). Especialista em Gestão da Humanização em Serviços de Saúde pelo HCFMUSP. Mestre em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Coordena a Assessoria de Humanização, Voluntariado e Qualidade de Vida do Instituto da Criança e do Adolescente do HCFMUSP. É membro da Comissão de Cultura e Extensão (CCEX) do Departamento de Pediatria da USP. Professora da Residência Multiprofissional do HCFMUSP na disciplina Humanização nas Práticas de Saúde.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio das ações de humanização, voluntariado e qualidade de vida do Instituto da Criança e Adolescente do HCFMUSP.

Contato: jussara.oliveira@hc.fm.usp.br

Participante: Juliana Gatti Pereira Rodrigues

Idealizadora e Presidente do Instituto Árvores Vivas, organização de sociedade civil de interesse público na promoção da qualidade de vida, saúde integral e bem-estar por meio de ações de conexão com a natureza. Liderança Global pelos Direitos da Criança na World Forum Foundation. Graduada em Desenho Industrial pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. Especializada em Design para Sustentabilidade pelo Gaia Education. Mestre em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável, pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas. Doutoranda em Arquitetura da Paisagem e Ecologia Urbana pela Universidade do Porto.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio dos estudos na graduação e especialização na área de design com foco em sustentabilidade.

Contato: julianagatti@arvoresvivas.org.br

Participante: Aide Mitie Kudo

Graduada em Terapia Ocupacional pelo curso de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Pós-graduada lato sensu em Administração em Serviço de Saúde/Administração Hospitalar pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e Terapia de Mão pelo Instituto de Ortopedia e Traumatologia HCFMUSP. Supervisora de Serviço Hospitalar e coordenadora do Serviço de Terapia Ocupacional do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da FMUSP. Faz parte do Núcleo Técnico e Científico de Terapia Ocupacional do Hospital das Clínicas FMUSP.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio dos estudos de Terapia Ocupacional e ações de Cuidados Paliativo e TO com pacientes.

Contato: aide.kudo@hc.fm.usp.br

Participante: Júlia Stefano Finotti

Gestora Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) com experiência em herbário e ensino em educação em biologia da conservação; pesquisa sobre vulnerabilidades às mudanças climáticas em sociedades de pequena escala. Atualmente mestranda em Ciências Ambientais no PROCAM do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. Coordenadora do Programa Conviver e Aprender na Natureza do Instituto Árvores Vivas.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio dos estudos na graduação e nas ações de sensibilização ambiental desenvolvidas profissionalmente, incluindo a assistência nas práticas de TAN conduzidas no ICr.

Contato: julia.finotti@arvoresvivas.org.br

Participante: Suzana Pádua

Educadora ambiental brasileira com um doutorado pela Universidade de Brasília e mestrado pela Universidade da Flórida. Presidente do IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas), uma organização brasileira que trabalha para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável. Ajudou a montar o centro educacional do IPÊ, ESCAS, onde são oferecidos cursos de curta duração, mestrado e MBA para profissionais do Brasil e de outros países da América Latina. Bolsista da Ashoka, líder da AVINA, bolsista Russell E. Train e bolsista Bacardi.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio dos contatos na graduação e experiências profissionais ligadas ao desenvolvimento sustentável **Contato:** suzana@ipe.org.br

Participante: Magda Maria Sales Carneiro-Sampaio

Professora Titular do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP) desde 2005, é Presidente do Conselho Diretor do Instituto da Criança e do Adolescente (ICr) do Hospital das Clínicas da FMUSP (sede do Departamento de Pediatria) entre 2009 e 2019 e novamente a partir de fevereiro de 2022. Envolvida em projetos de extensão e de educação voltados à criança hospitalizada: “Humanização da Assistência e Escolarização em Hospital Pediátrico Terciário” (apoio do Instituto Mahle, na linha de Saúde Digna) e “Educação Terapêutica para Crianças e Adolescentes com Doenças Crônicas”.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio dos estudos desde a graduação.

Contato: magdascs@usp.br

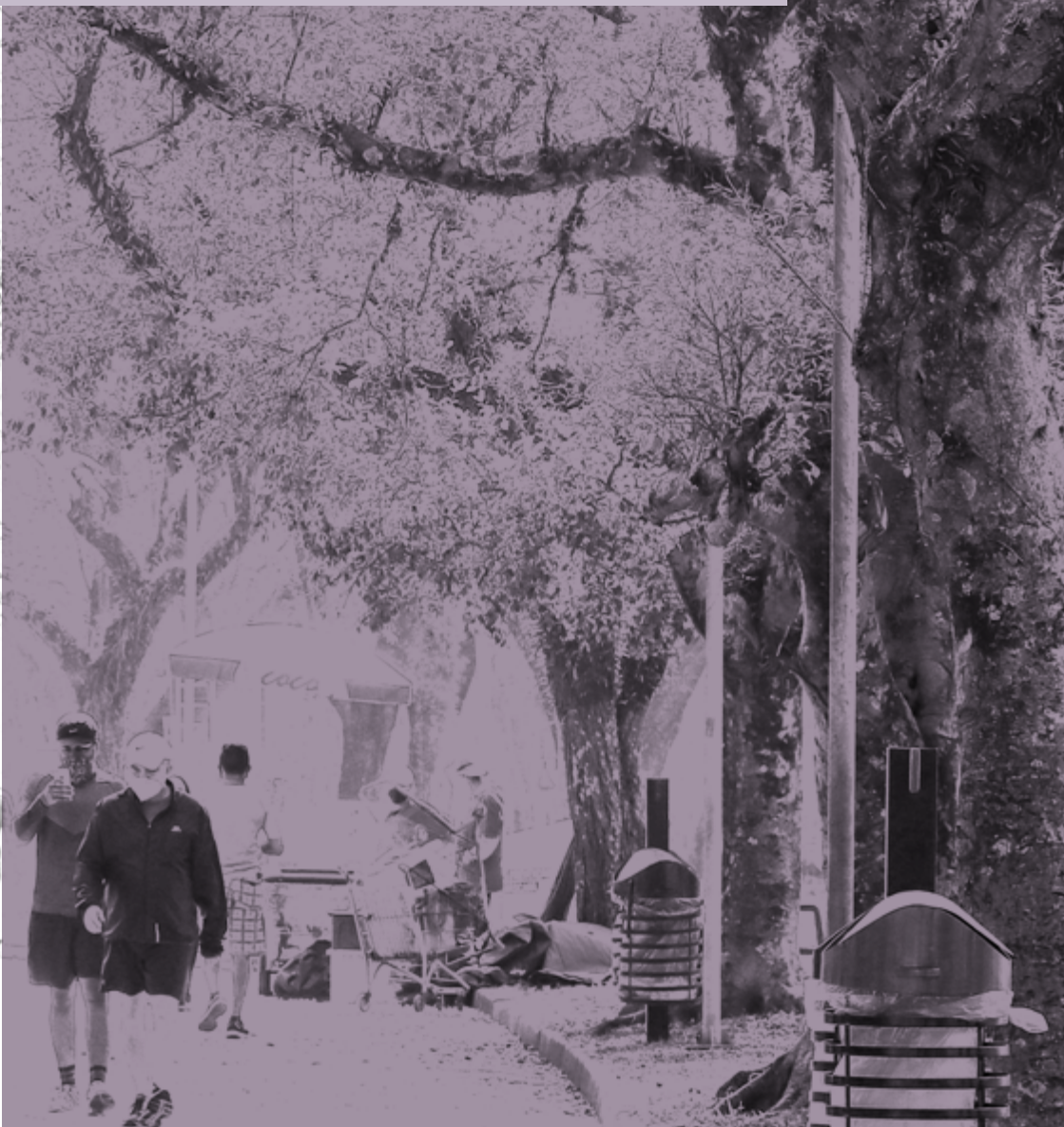
Participante: Vicente Odone Filho

Possui graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1973). Ex-fellow em Oncologia e Hematologia Pediátrica do Hospital St. Jude em Memphis, Tennessee (1977 a 1979). É Professor Titular do Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (2009). É responsável pelo Serviço de Onco-Hematologia Pediátrica do Instituto da Criança do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Diretor-Presidente da Fundação Pró-Sangue – Hemocentro de São Paulo (2011-2015).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio dos estudos desde a graduação.

Contato: vicente.filho@hc.fm.usp.br

TRAJETÓRIA PRECURSORA



Zulmira Áurea Cruz Bomfim⁷

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Antes de apresentar os desafios da Psicologia Ambiental para a construção de uma prática profissional, gostaria de situar a Psicologia Ambiental como um campo interdisciplinar do conhecimento em expansão por se propor a responder às demandas e às necessidades dos microcontextos, mas também dos contextos brasileiro, latino-americano e global. A compreensão da transdisciplinaridade e da interdisciplinaridade reforça também a necessidade de buscarmos as especificidades da Psicologia como ciência e profissão, trazendo reflexões e diretrizes sobre suas práticas neste campo ao integrar dimensões sociais e subjetivas da relação pessoa-ambiente.

Para isso, também menciono alguns desafios epistemológicos, teóricos e metodológicos da Psicologia Ambiental: 1) Entender a Psicologia Ambiental como uma disciplina cujo objeto é o estudo e a compreensão dos processos psicossociais derivados das relações, interações e transações entre as pessoas, grupos sociais e comunidades e seus entornos sociofísicos (Varela, 1996); 2) Compartilhar com outras disciplinas um campo de estudo comum configurado

7 Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1985), mestrado em Psicologia pela Universidade de Brasília (1990) e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Pós-doutorado na Universidade da Coruña-Espanha (2011). Professora Titular do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, desenvolvendo Pesquisas na linha de Vulnerabilidade social e processos psicossociais. Atua nas áreas de Psicologia, com ênfase em Psicologia Ambiental e Psicologia Social. Coordena o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental- LOCUS-UFC.

pelo conjunto de fenômenos que implicam diretamente às pessoas com seus entornos – ambientes e territórios.

A Psicologia na função de ciência não tem a tradição de estudar o território, ambiente ou lugar, pois a visão de subjetividade humana tem sido orientada, tradicionalmente, mais para o interno do que para o externo, mais para o subjetivo do que para a objetividade do mundo. O território tem sido objeto da geografia, arquitetura ou mesmo daquelas ciências que se debruçam sobre o urbano. Ambiente, território e lugar têm sido observados muito mais na ciência psicológica como um contexto ou como um “pano de fundo” do que em seus significados – o simbolismo do espaço (Valera, & Pol, 1994). As abordagens psicológicas, ao privilegiarem o lugar como pano de fundo da subjetividade, não têm dado o real valor da categoria ambiente/lugar, ora colocando o ambiente como face em uma polaridade, ora como causa dos comportamentos, em um movimento de causa e efeito.

Isso não ocorre por acaso. A história da ciência psicológica é marcada por dicotomias nas quais a objetividade e subjetividade são polos antagônicos, conforme apontado por Vygotsky (1998) como necessidade de superação, por intermédio da dialética subjetividade e objetividade, indivíduo e coletividade, biológico e social dentre outras, em uma perspectiva sócio-histórica.

A ciência psicológica, ao se debruçar sobre o território, revisita os aspectos simbólicos, ideológicos e representacionais presentes no lugar, que atua como instrumento de mediação psicológica. Dessa forma, hoje a leitura socioespacial do território passa a fazer parte das práticas dos psicólogos, o que é essencial para a atuação nas políticas públicas, por exemplo, visto que parte da prestação de serviços conta o processo de territorialização – como é o caso das políticas de saúde, de assistência social, de mobilidade urbana, de habitação, políticas afirmativas, entre outras.

O principal desafio para a psicologia é *assumir o lugar numa perspectiva psicossocial e sócio-histórica*, principalmente transcendendo a

visão do espaço como um cenário, pois o espaço é um elemento ativo em que ocorre a construção de significados, de maneira a compor um processo de categorização social (Tajfel, 1978). Assim como nos sentimos identificados com determinados grupos, o lugar também imprime, expressa uma necessidade de aceitação e revela um tipo de identificação grupal. Por exemplo, ao falar de em qual lugar você mora, isso demonstra a sua reputação ou aceitação social (Santos, 1996).

Isso é exemplificado pelas urbes contemporâneas, que são expressões da exclusão e segregação social concretizadas por meio da separação espacial entre áreas de concentração organizadas conforme a capacidade financeira individual, o que se destaca tanto nos locais de moradia quanto de consumo. Para Milton Santos, esta segregação em nossa sociedade é consequência do globalitarismo. O indivíduo vale pelo local que ocupa:

Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. O cidadão é o indivíduo num lugar. A República somente será democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independentemente do lugar onde estejam. (Santos, 1996, p. 123)

Faço uma opção ao refletir sobre estes desafios contemporâneos nas práticas da Psicologia Ambiental abordando a Psicologia Social de base psicossocial e dialética (Sawaia, 2001) e a vertente transacionalista da Psicologia Ambiental (Corraliza, 1998) a partir dos afetos. Consideramos que a atribuição de significados, diferentemente da ideia do lugar/ambiente somente como cognição, pode ser integrado com a composição da afetividade com o lugar (Bomfim, 2010). Para Corraliza (1998, p. 60), “o ambiente é um território emocional” por sua organização a partir da cognição e emoções em um conjunto de imagens mentais.

Esse lugar de fala explícita, em nossa reflexão, que um dos desafios da Psicologia Ambiental como um campo de conhecimento

para uma prática profissional é considerar as *desigualdades sociais no território* como uma pauta essencial para o desenvolvimento das práticas profissionais em Psicologia Ambiental no contexto latino-americano e no Brasil.

Sawaia (2001) aborda a importância de considerar o sofrimento ético-político gerado pela dialética inclusão/exclusão, presente no cotidiano da cidade, decorrente das injustiças sociais, trazendo na expressão deste sofrimento marcas das desigualdades presentes na sociedade em um macrocontexto e que refletem as vivências experimentadas nos territórios.

As emergências, desastres e catástrofes ambientais são exemplos de desafios contemporâneos na Psicologia Ambiental e têm sido vistos mais frequentemente em suas representações como problemas pontuais. Pouco se considera que estas são emergências silenciosas, fruto das vulnerabilidades cotidianas, que se manifestam posteriormente na forma de desastres. No Brasil, acidentes que aconteceram mais recentemente em Minas Gerais – nas cidades de Mariana e Brumadinho – mostraram que não estamos preparados para essas emergências, principalmente por serem consequência de vulnerabilidades já existentes, fruto do descaso do poder governamental e da iniciativa privada.

O mesmo se observou na *crise sanitária da pandemia do Covid-19*, em que as populações mais atingidas foram aquelas mais vulneráveis que não podiam se proteger da contaminação pelo vírus pela necessidade de sair para trabalhar para a busca de acesso à renda – o que ocorria na maioria das vezes em caráter informal –, diferentemente de outros grupos que tiveram condições de manter o distanciamento e o isolamento social e que puderam preservar mais sua vida. O vírus atingiu a todos, mas as populações mais vulneráveis (negros, mulheres, idosos e indígenas) foram mais atingidas durante a pandemia. Por estas peculiaridades, é necessário fazer algumas distinções na psicologia como ciência e profissão que nos ajudem a nos colocarmos em uma posição crítica nas ciências sociais e

humanas ao pensar nas gestões de risco ambiental, na qual a atuação nas políticas públicas pode ser um grande motor para uma prática efetiva, eficaz e eficiente no âmbito da Psicologia Ambiental.

Em suma, o desafio da prática da Psicologia Ambiental é não prescindir da *atuação em diálogo com as políticas públicas*, em destaque as políticas de Assistência Social e de Saúde (representadas pelo Sistema Único de Assistência Social [SUAS] e pelo Sistema Único de Saúde [SUS]) por tratarem de direitos sociais previstos pela nossa Constituição, principalmente no que concerne à forma de enfrentamento dessas situações de emergência, desastres e riscos nos territórios (Lima, 2019).

Outros desafios da prática profissional presentes na atualidade são as questões relativas às questões de sustentabilidade ambiental, atravessadas pelo que chamamos de comportamentos pró-ambientais. *A crise ambiental e as mudanças climáticas* no contexto brasileiro e no mundo mostram que a mudança dos valores ambientais relacionam-se diretamente aos modos e estilos de vida humanos que culminam na devastação da natureza, na extinção de espécies e na ameaça à vida no planeta. A crise ambiental e climática não é somente por questões físicas ambientais, mas principalmente por serem geradas a partir de questões humano-ambientais (Pinheiro, 1997). Foi a partir desses desafios que a Psicologia Ambiental no novo milênio buscou ampliar seu objeto de estudo, voltado inicialmente para o hábitat e para o ambiente urbano, para um campo de estudos dos modos de vida e a integração dos comportamentos pró-ambientais envolvendo as dimensões espaciais, temporais e culturais (Moser, 2001).

Quais os desafios para que a prática profissional em Psicologia Ambiental alcance estas dimensões quando se fala da relação homem-natureza? Em primeiro lugar, redimensionar o conceito de desenvolvimento sustentável elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989 – que afirma que desenvolvimento só pode ser sustentável em termos de preservar os recursos naturais para

gerações futuras – que prioriza a centralidade do ser humano, e não uma visão de totalidade que abarque todos os seres vivos no planeta. A mudança de uma orientação antropocêntrica para a biocêntrica ou ecocêntrica traz implicações para o pensar, sentir e agir humano, deslocando o eixo epistemológico da racionalidade ocidental para um saber dos povos originários e tradicionais que se pautam na convivência com a natureza – a exemplo, a filosofia do Bem Viver. Disso, urge problematizar os processos de apagamento de saberes desses povos (indígenas, quilombolas, ciganos, povos do mar), processos esses que foram determinantes para a destruição destes povos e da natureza.

A partir do exposto, e tentando lançar possibilidades e desafios para a prática profissional da psicologia ambiental, abordo a importância de categorias que integrem os saberes tradicionais e a visão científica contemporânea, bem como as divergências entre as experiências das pessoas em seus ambientes de acordo com os marcadores sociais que elas carregam (raça, classe, gênero, sexualidade, entre outros). A vivência como unidade de análise da relação subjetividade-meio, tal como é utilizada na Psicologia Social de vertente Sócio-Histórica (Lima, Bento, & Bomfim, 2020), rompe com padrões em que as representações sociais são fruto de uma condição irracional do ser humano, em que nossa dimensão afetiva é vista como um câncer da razão. Descentralizar o olhar desses padrões deve ser parte de um projeto de Psicologia Ambiental que atente para os desafios experimentados em nosso contexto, assumindo uma postura decolonial.

Referências

- Bomfim, Z. A. C. (2010). *Cidade e afetividade: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Edições UFC.
- Corraliza, J. A. (1998). Emoción y ambiente. In Aragonés, J. I., & Amérigo, M. *Psicología Ambiental*. Madrid: Ediciones Pirâmide, S.A.

Lima, A. C. (2019). *Estima de lugar e território: Construção de mapas afetivos de moradores do Timbó em Maracanaú-CE* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Psicologia, Fortaleza, CE).

Lima, A. C., Bento, H. C. P., & Bomfim, Z. A. C. (2020). A vivência como unidade de análise em Psicologia Social: Uma proposta decolonial a partir da Psicologia Sócio-Histórica. In W. H. A. Rocha (Org.), *Descolonizando a psicologia: Contribuições para uma prática popular*. São Paulo: Pimenta Cultural.

Moser, G. (2001). Psicologia ambiental no novo milênio: Integrando a dinâmica cultural e a dimensão temporal. In E. Tassara (org.), *Panoramas Interdisciplinares: Para uma psicologia ambiental do urbano*. São Paulo: EDUC.

Pinheiro, J. Q. (1997). Psicologia ambiental: A busca de um ambiente melhor. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 377-98.

Valera, S., & Pol, E. (1994). El Concepto de identidad social urbana: Una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. *Anuário de Psicologia*, 62, 5-24.

Varela, S. (1996). Psicología ambiental: Bases teóricas y epistemológicas. In L. Iñiguez, E. Pol, *Cognición, Representación y Apropiación del Espacio*. Barcelona (Monografies Sócio/ambientais).

Santos, M. (1998). *O espaço do cidadão* (4. Ed.). São Paulo: Nobel.

Sawaia, B. B. (2001). O sofrimento ético-político como análise da dialética Exclusão/Inclusão. In B. B. Sawaia (Org), *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Tajfel, H. (1978). *Differentiation between social groups: European Association of Experimental Social Psychology*. London: Academic Press.

Vygotsky, L. S. (1998). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (6. ed.). São Paulo: Martins Fontes.

PRÁTICAS: CONTEXTOS E PROCESSOS RURAIS



A Psicologia Ambiental em um assentamento da reforma agrária em Ribeirão Preto (SP)

Categoria: Profissional / Estudante

Inscrito por: Raul Gomes de Almeida

A prática relatada foi desenvolvida em 2018 e 2019, por estudantes de graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), como uma das atividades da disciplina-estágio “Psicologia Ambiental: Sujeito, Espaço e Território”. A disciplina prevê a formação para a inserção territorializada da Psicologia, o que inclui a análise crítica das relações pessoa-ambiente em instituições ou comunidades e o desenvolvimento de projeto de atuação. Foram desenvolvidas duas ações que coordenaram dinâmicas grupais de mediação da relação sujeito-espaço, em problemáticas socioambientais. Em uma das ações, buscou-se a mobilização para o processo de construção coletiva de fossas biodigestoras em lotes individuais de um assentamento periurbano, colaborando para o enfrentamento das dificuldades materiais e relacionais na concretização dos projetos. Na outra ação, foram trabalhadas as relações de crianças com o espaço onde realizavam atividades coletivas, com vistas à vinculação afetiva e identitária com o assentamento.

A prática foi desenvolvida no assentamento de reforma agrária, localizado na fronteira rural-urbana do Complexo de bairros Ribeirão Verde, no município Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo. No assentamento, vivem 462 famílias que se distribuem em quatro diferentes movimentos sociais de luta pela terra (MST Assentamento Mário Lago; MLST Assentamento Santo Dias; dois movimentos locais – Assentamento Índio Galdino e Assentamento Luiza Mahin). A localidade possui problemáticas ambientais próprias, pois se situa em uma das áreas de recarga do Aquífero Guarani – um dos maiores mananciais de água doce subterrânea do planeta e responsável pelo

abastecimento do município de Ribeirão Preto –, o que alerta para os riscos da ocupação do solo, em especial de impermeabilização e contaminação. Essa condição foi determinante para que o INCRA, movimentos sociais e assentados, mediados por ações do Ministério Público, definissem o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do assentamento baseado no modelo de produção por meio de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

Em uma das ações, participaram 50 pessoas assentadas da reforma agrária, que residiam no assentamento Luísa Mahin e que não possuíam saneamento básico adequado. A outra ação foi desenvolvida com 10 crianças que participavam de um projeto lúdico e esportivo desenvolvido no Assentamento Santo Dias.

O início das atividades foi feito por meio da leitura socioambiental (Silva et al., 2021) de um bairro localizado na franja rural-urbana, no município de Ribeirão Preto (SP), escolhido pela condição periférica e pelo vínculo que a equipe já possuía com lideranças comunitárias.

O mapeamento do território incluiu aproximações às dinâmicas socioespaciais, com a imersão das/os estagiárias/os por meio de: pesquisa de documentos públicos; levantamento de informações geográficas, demográficas, históricas e socioeconômicas; levantamento dos equipamentos públicos e movimentos sociais; derivas urbanas; visitas a equipamentos públicos e comunitários; entrevista com liderança comunitária; conversa com moradores e funcionários dos equipamentos e organizações sociais. Com o conjunto das informações, foi possível conhecer a dinâmica psicossocial, a história do território e seus sujeitos coletivos, suas problemáticas, conflitos e lutas. Os serviços públicos localizados na área atendem a um conjunto de bairros que compõem o chamado Complexo Ribeirão Verde, com aproximadamente 50 mil habitantes, além do assentamento rural da reforma agrária localizado nos limites do bairro, na antiga Fazenda da Barra. Diversas organizações e movimentos sociais atuam no território na pressão por serviços e políticas públicas.

No processo de leitura socioambiental, em reunião com a equipe de profissionais da Unidade de Saúde da Fazenda da Barra, duas problemáticas surgiram: a necessidade de mobilização para a construção de fossas sépticas, devido à ausência de saneamento básico; e a relação das crianças com o assentamento.

A construção das Fossas Sépticas Biodigestoras Econômicas (FSBEs) buscava garantir o direito ao saneamento básico às pessoas e o cuidado com o meio ambiente e era coordenada pela agrônoma da Organização Social Instituto Guarani. A FSBE é uma tecnologia social de baixo custo que realiza o tratamento dos dejetos a partir de um ciclo biológico natural que não agride o meio-ambiente.

As/os estagiárias/os de Psicologia Ambiental passaram a integrar o projeto e foram responsáveis por assessorar o trabalho. A ação foi composta por cinco etapas:

1. Reuniões iniciais com conversas sobre os significados e os efeitos da falta de saneamento básico para saúde e o ambiente.

2. Atividades grupais para conhecimento sobre FSBEs: funcionamento, implantação e manutenção.

3. Planejamento: levantamento de materiais, orçamentos de custos, atribuição de tarefas e construção de cronograma.

4. Construção das FSBEs em mutirão nos lotes individuais.

5. Fechamento do projeto.

As reuniões aconteciam no Assentamento Luiza Mahin, em um galpão no lote de uma das lideranças comunitárias, e nelas eram trabalhadas as significações sobre as relações pessoa-ambiente mediadas pela necessidade de construção das FSBEs. Adaptações de dinâmicas foram realizadas, com uso de instrumentos mediadores das discussões (Imagem 1, lado esquerdo). Os encontros contavam com registros do tipo Ata, que funcionavam como um compromisso com a participação e a memória do processo.

Aos poucos ocorreu a vinculação afetiva e o engajamento coletivo, ainda que houvesse oscilações entre momentos de disposição e

de desesperança. Contudo, as significações dos participantes sobre a dignidade que as FSBs traziam para o cotidiano eram mobilizadoras e chave para o enfrentamento dos desafios.

A Etapa 3 foi a mais desafiadora, em razão das dificuldades de obtenção de recursos para a construção das FSBs, uma vez que as famílias precisavam se organizar coletivamente para conseguir parte dos materiais. As(os) estagiárias(os) atuaram na mediação das disposições das famílias, trabalhando a relação das pessoas com o seu espaço de vida, a percepção sobre os obstáculos superados, a importância da coletividade, a postura ativa e a comunicação para avançar no processo.

Na construção semanal das FSBs, todos eram estimulados a contribuir como podiam, seja na ação direta ou no apoio com preparo da alimentação ao grupo. Seguimos participando dos mutirões e na mediação das dinâmicas socioespaciais e das relações intragrupais em suas complexidades subjetivas e objetivas. Nas reuniões avaliativas, o grupo comemorava os mutirões e levantava pontos de melhoria para potencializar a ação coletiva. No encontro de fechamento do projeto, as famílias puderam festejar e relembrar a partir de fotografias todos os meses de trabalho.

O trabalho com as crianças ocorreu no Assentamento Santos Dias, em um projeto desenvolvido por um dos(as) assentados(as). O galpão em que as atividades eram realizadas serviu como base para a mediação das relações de apego e identidade das crianças com o espaço. Foram desenvolvidas atividades: de discussão coletiva sobre a vida no assentamento e as significações com os espaços imediatos, como o galpão e as moradias; de pintura de partes do galpão; plantio de flores; lúdicas.

A partir da intersecção entre os aportes da Psicologia Ambiental e as teorias vigotskianas e de práticas de longo prazo desenvolvidas no Assentamento Mário Lago (Silva et al., 2016), foi possível trabalhar as significações da unidade pessoa-meio, promovendo vivências

de apropriação individual e coletiva do espaço pelas crianças do Assentamento Santos.

Por meio das duas ações, foi possível fomentar a reflexão dos adultos e crianças sobre os modos de vida e as suas problemáticas socioambientais, pautadas no conhecimento crítico dos determinantes socioambientais do território, no trabalho coletivo e na participação comunitária, com vistas à transformação das realidades e à promoção da relação dos(as) assentados(as) com o espaço dos assentamentos.

Referências

Silva, A. P. S., Silva, J. B., Rosa, L. A., Carvalho, R. S., Silva, A. C. O., & Vieira, T. (2016). Prática comunitária e o trabalho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com crianças e adolescentes em Ribeirão Preto/SP – Brasil. *Global Journal of Community Psychology Practice*, 7(1), 1-23.

Silva, A. P. S., Macedo, B. O., Kraft, F. G., Silva, J. B., & Jurado, K. R. (2021). Caminhos para uma inserção territorializada da Psicologia. Em T. M. Farias, M. A. M. Brito, & N. Olekszechen (Orgs.), *Perspectivas críticas no estudo das relações pessoa-ambiente: Territorialidades e criação de espaços de resistência na América Latina* (pp. 56-76). Abrapso Editora.

Responsáveis pela Prática

Participante: Raul Gomes de Almeida

Doutorando e Mestre em Psicologia Social pelo IP-USP (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo). Psicólogo pela FFCLRP-USP (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: A aproximação com a Psicologia Ambiental e as Relações Pessoa-ambiente ocorreu no quarto semestre da graduação, na disciplina optativa “Psicologia Ambiental e Problemas Ambientais”, ministrada pela Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva. Posteriormente, nos últimos dois semestres do curso de graduação, realizei o estágio na área a partir da disciplina-estágio “Psicologia Ambiental: Sujeito, Espaço e Território”.

Contato: raul.gomes.almeida@usp.br

Participante: Bianca Oliveira de Macedo

Psicóloga, graduada e mestranda pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

Ribeirão Preto (FFCLRP-USP). Membro do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas (LAPSAPE).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: A aproximação com a Psicologia Ambiental se deu ainda na graduação com uma disciplina optativa na temática. Posteriormente ingressei no LAPSAPE, participando de um projeto de extensão realizado em um Núcleo da Criança e do Adolescente, esse objetivava promover a apropriação do espaço pelas crianças, por meio de atividades lúdicas. Implicada com o projeto, também participei do estágio de psicologia ambiental ao final da graduação e iniciei meu mestrado nesta temática.

Contato: bianca_macedo_@hotmail.com

Participante: Leticia Michele Stencel

Psicóloga, graduada e mestranda pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP). Membro do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas (LAPSAPE).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: No quarto semestre da graduação, na disciplina optativa “Psicologia Ambiental e Problemas Ambientais”, ministrada pela Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva e na disciplina-estágio “Psicologia Ambiental: Sujeito, Espaço e Território”, ao fim do curso. Também ingressei no Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas (LAPSAPE), realizando pesquisas de iniciação científica e mestrado na área.

Contato: leticia.m.stencel@gmail.com

Participante: Ana Beatriz Carvalho Fernandes Braga

Mestre em Saúde Pública pela EERP-USP (Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto). Educadora Física pela UNAERP (Universidade de Ribeirão Preto). Engenheira Agrônoma pelo CUML (Centro Universitário Moura Lacerda).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Estar em contato com a natureza sempre foi minha preferência, embora nem sempre possível. As agroflorestas do Assentamento PDS da Barra me trouxeram novamente para esse ambiente biodiverso, cheio de vida e saúde.

Participante: Ana Paula Soares da Silva

Psicóloga, Coordenadora do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas (LAPSAPE) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP). Ministra disciplinas na graduação em Psicologia nas áreas de Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Ambiental. É docente no Programa de

Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP-USP. Orienta trabalhos de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Os temas de interesse para a pesquisa e as atividades de extensão são: relações sujeito-ambiente em contextos rurais, periurbanos e urbanos; educação infantil em áreas urbanas e rurais; subjetividade, educação e infância nos territórios rurais e da reforma agrária; apropriação da cidade; espaço e relações intergeracionais.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato com a Psicologia Ambiental se deu quando eu era estudante de Psicologia, em 1990, por intermédio da querida e saudosa Profa. Mara Ignez Campos de Carvalho, que ministrava a disciplina optativa “Psicologia Ambiental e Problemas Ambientais”, no curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP). De 2012 a 2014, realizei meu Pós-Doutorado sob supervisão da Profa. Eda Terezinha de Oliveira Tassara, no Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção (LAPSI/IPUSP). De 2014 a 2018, assumi a disciplina que era ministrada pela Profa. Mara e, ainda em 2018, ela foi transformada nas disciplinas-estágio “Psicologia Ambiental: Sujeito, Espaço e Território I e II”, sob minha responsabilidade. Há alguns anos, tenho atuado em territórios rurais e assentamentos da reforma agrária e, em especial no Assentamento Mário Lago. No Mário Lago, conheci assentados(as) que me ensinaram e ensinam muito sobre vários aspectos que a Psicologia Ambiental procura investigar e entender. Sou grata a cada um(a) pelos bons encontros e pelos aprendizados.

Contato: apsoares.silva@usp.br

Semeando Saúde e Cidadania através da arte: vivências nas comunidades rurais de Lagoa de Dentro (PB)

Categoria: Profissional

Inscrito por: Veralúcia de Lima Silva

Quando fui convidada para trabalhar como psicóloga na Secretaria de educação de Lagoa de Dentro (PB), uma pequena cidade do interior paraibano, já estava realizando vivências culturais nas áreas de assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária da Paraíba. Por meio de visitas às escolas rurais do município, percebi que seria relevante conhecer a história da comunidade, a partir dos próprios sujeitos que ali viviam, que essas histórias poderiam ser compartilhadas coletivamente, onde todos e todas pudessem ouvir, aprender e ensinar e ter como referência a própria comunidade. O objetivo era apresentar possibilidades de usar os recursos naturais daquela comunidade, para fortalecer a saúde física e mental, tomando como referência os costumes dos idosos e sua relação com a terra. Saber como usavam as ervas medicinais para curar doenças, como plantavam e faziam sua alimentação.

Apresentei a proposta do projeto Cantando nos Terreiros do Povo, uma vivência cultural que proporciona às comunidades rurais um encontro com os costumes e tradições dos povos do campo e seu relacionamento com a terra, usando a arte como instrumento facilitador de reconhecimento do ambiente rural como espaço de vida, dignidade e cidadania. No interior paraibano, era comum que os “terreiros” das casas, espaço que fica depois da calçada, fossem utilizados para realização de várias atividades.

O processo de preparação é construído com a comunidade rural, onde são convidados o representante das secretarias de cultura e meio ambiente, a direção da escola, professor(a), representante da comunidade, agente de saúde, líder comunitário entre outros. Após

apresentar o objetivo da vivência cultural e organizar as propostas, cada pessoa se compromete a articular a comunidade, encontrando artistas do lugar, organizando a comunidade para o encontro, os professores trabalham literatura de cordel, adivinhações e cantigas de roda, com as crianças para apresentar no dia, tudo com a temática da terra e com a memória dos antigos. A história do lugar é contada do jeito que a comunidade deseja, contação de história, versos ou teatro. Também convidam os poetas, cantores e tocadores.

O encontro acontece na noite da última sexta feira do mês para que os alunos da EJA possam participar. As pessoas que moram na área urbana também são convidadas. No dia da vivência cultural, são organizadas cadeiras de balanço de forma circular, para que os mais idosos ou com dificuldade de mobilidade possam se sentar, o palco para os músicos convidados é no chão de terra batido. Inicia-se com alguém da comunidade, acolhendo todos, em seguida a psicóloga fala para a comunidade o objetivo do encontro, a partir de um breve resgate das lembranças das vivências nos terreiros de casa, onde a comunidade vai lembrando as suas experiências.

As apresentações culturais são sempre com a participação do povo, todos cantam juntos várias músicas, as pessoas interagem e participam das adivinhações. E, após algumas canções, vai sendo abordada a importância do uso medicinal das plantas, do cultivo e preservação da terra, da convivência respeitosa com a natureza, de como o modo que vivemos na nossa comunidade, também afeta nossa saúde física e mental. São duas horas e meia de vivência cultural, encerrando com a entrega de mudas das plantas, para plantar na comunidade, e a ciranda como uma dança circular da inclusão encerra a noite.

Na primeira semana após a vivência, a comunidade escolar percebe como as crianças ficam falando das conversas dos seus pais e avós, lembrando-se do lugar como algo significativo. Os agentes de saúde falam da alegria dos idosos, que se sentiram incluídos e a curiosidade de quando será o próximo encontro.

Quando voltamos à comunidade após a vivência cultural, avaliamos com a equipe, então observamos que a comunidade plantou as mudas que receberam, as crianças ficam se lembrando das adivinhações e contando as histórias que os avós lhe contavam. Algumas famílias já estão utilizando ervas para uso medicinal, entre outras pequenas coisas do cotidiano que leva mais tempo para perceber.

Trabalhamos em parceria com as secretarias de meio ambiente, educação, cultura, saúde e ação social. São dez escolas rurais, seis vivências anuais, com participação de aproximadamente mais de 600 pessoas anualmente, incluídas entre os anos de 2015 e 2019 (encerramos por causa da pandemia). Quando conhecemos a história coletiva das pessoas a partir do seu lugar de vida, podemos conhecer o ambiente sociocultural e como esse ambiente interfere no agir, no vir a ser do indivíduo. Escutar a tradição dos idosos é enriquecedor para as novas gerações. O lugar onde vivemos tem muita força na expressão da nossa individualidade, assim como o nosso agir individual afeta a vivência coletiva, trazendo significativos benefícios à nossa saúde mental e integral. Somos seres em construção, e a melodia da partitura da história, o dialético e criativo movimento que faz pulsar a vida em busca do bem viver.

Responsáveis pela Prática

Participante: Veralúcia de Lima Silva

Filha de Antônio Lourenço e Maria Cecília, ambos filhos de agricultores nascidos no interior da Paraíba. Participa ativamente dos movimentos sociais populares, em especial a CPT (Comissão Pastoral da Terra), e do movimento feminista, facilitando oficinas com diversos grupos de mulheres. Graduada em Psicologia em 2022 (UNIPÊ, Centro Universitário de João Pessoa). Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Foi professora de Psicologia na Faculdade de Enfermagem Santa Emília de Rodat, João Pessoa (PB). Psicóloga na Prefeitura Municipal de Lagoa de Dentro (PB). Desde 2013, atua na área de saúde NASF e educação. Organizadora do Projeto Cantando nos Terreiros do Povo desde 2013.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Ao facilitar oficinas de formação para grupo de mulheres dos assentamentos rurais e urbanos, com estudantes nas escolas rurais e urbanas, trabalhando temáticas relacionadas a saúde mental cidadania e Direitos Humanos em diversas regiões do estado da Paraíba.

Contato: veralimapb@gmail.com

No território da memória: experiências de estágio em uma comunidade rururbana no Semiárido Potiguar

Categoria: Estudante
Inscrito por: Luan Silva Medeiros

Este relato, cujo cerne é a temática dos processos ligados à territorialidade nas diversas ruralidades, visa a descrever uma prática de estágio realizada por dois estudantes de Psicologia. A atividade teve, desde sua concepção, uma perspectiva multi e intradisciplinar, tendo como integrantes: um discente que fazia o estágio em Psicologia Clínica; e uma discente que estagiava com base na Psicologia Ambiental Comunitária.

Além do cunho formativo caracterizado pela natureza pedagógica das atividades de estágio, esta prática teve como objetivo compreender como se dava a relação das pessoas que constituíam a comunidade com o território em que trabalhavam, bem como com as instituições que amparavam essas práticas (Associações). Teve duração de um semestre letivo, tendo sido realizada entre os meses de fevereiro e junho de 2019. Desenvolvida com as duas associações de horteiras e horteiros da cidade de Santa Cruz (RN), a experiência possibilitou a realização das atividades em diversos territórios, incluindo as sedes das duas Associações; as próprias hortas/plantações; e até o Campus da UFRN (Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí – FACISA).

A prática foi desenvolvida principalmente com pessoas que faziam parte das Associações, mas também incluiu, espontaneamente, não associados, como familiares que ajudavam no labor com as hortas ou pessoas que, embora não trabalhassem mais ali, tinham feito parte das Associações e suas histórias de vida estavam ligadas à comunidade. A Associação mais antiga existe há mais de quarenta anos tem cerca de cem associadas e é composta exclusivamente por mulheres.

A outra associação tem algo em torno de quatrocentos membros e aceita homens e mulheres, embora a maioria seja feminina.

É importante ressaltar que uma experiência desse tipo deve-se em parte pela localização da FACISA e pelo processo de interiorização do ensino público superior. Santa Cruz fica no Semiárido potiguar e isso traz diversas particularidades socioculturais e ambientais, como a questão da convivência com a seca. O Bairro Paraíso, onde as associações se encontram, é uma zona rururbana, visto que guarda aspectos rurais em sua constituição urbana. A aparente dicotomia – trabalhadores rurais que moram na zona urbana – é explicada pela dinâmica das cidades de pequeno e médio porte do interior do Rio Grande do Norte, visto que são tênues os limites entre o rural e o urbano nesses contextos (Rosa, & Ferreira, 2010).

De início, concentramos nossos esforços em conhecer a comunidade, para só então pensarmos em intervenções. O princípio da atividade foi marcado pela falta de chuvas e pelo esvaziamento total do açude cuja água era utilizada para as hortas. Assim, tivemos que recorrer às redes de referência que se iniciavam nos presidentes das associações. Depois, entretanto, pudemos presenciar a chegada das chuvas e a volta do plantio e das atividades naquele espaço, formando como que uma metamorfose territorial, onde não só a paisagem mudava completamente mas também a forma como as pessoas interagem com aquele território.

Por meio de entrevistas não estruturadas foi possível traçar uma malha narrativa sobre aquele meio. O emaranhado de narrativas que se forma sobre um território torna-se uma espécie de representação daquilo. A história de vida das pessoas se mistura com a história do lugar. Há na antropologia o uso do conceito de cosmografia “para definir o processo de construção de um território a partir das condutas de territorialidade de um dado grupo e como tal ocupação se manifesta na memória e no cotidiano das pessoas entre si, com os outros e com o lugar.” (Little citado em Higuchi, & Theodorovitz, 2018, p. 229).

Essa compreensão de que um território seria um recorte espacial em que se conjugam identidades e diferenças (Higuchi, & Theodorovitz, 2018) nos permite assimilar os aspectos simbólicos que foram construídos nos processos socioculturais que aquela terra testemunhou, como a identidade das pessoas e a cultura da comunidade, além dos aspectos funcionais, estes diretamente ligados à agricultura familiar (Santos, 2000).

Após essa inserção, foi possível propor momentos e espaços de troca de conhecimento entre as horteiras e a comunidade universitária. Podemos dividir a intervenção em dois momentos: rodas de conversa com as trabalhadoras e alunas da FACISA sobre cuidados em saúde coletiva e da mulher; e uma visita técnica das agricultoras(es) ao Campus, inclusive como um exercício de aproximação da comunidade cidadã não estudante à universidade. O segundo momento foi planejado e executado por alunos(as) de diversos cursos, como enfermagem, fisioterapia e Psicologia.

A colaboração do estágio em Psicologia Clínica promoveu uma interação entre as duas áreas da psicologia. O trabalho com as narrativas de histórias de vida, também a partir da escuta clínica, permitiu o acolhimento do sofrimento ético-político, que, diante de uma série de retiradas e negações de direitos que marcavam o passado e o presente da comunidade, atravessava aquele território. Cabe destacar também os desdobramentos que esse tipo de prática pode oferecer na luta por uma clínica-política, não alienada às questões sociais do Brasil.

Podemos dizer que o maior fruto obtido nessa experiência decorre da comunicação entre a universidade e a comunidade local, o que é efeito e ao mesmo tempo necessidade na continuação do processo de interiorização do ensino e da profissão da Psicologia, o caminho para a quebra da separação simbólica e material que o discurso científico, muitas vezes, promove. A partir disso, pode-se desenvolver mais estratégias que envolvam essa ou outras comunidades e a Psicologia. Esse é também, assim interpretamos, o maior aprendizado que a experiência deixa como legado. Isto é, a Psicologia tem uma vasta literatura no Brasil,

mas alguns territórios, em especial os rurais, ainda não foram percorridos completamente (CFP, 2019; Silva, Silva, & Gurgel, 2021), e não pode haver intervenção sem uma investigação prévia.

Referências

Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2019). Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em questões relativas à terra. Brasília, DF: CFP.

Higuchi, M. I. G., & Theodorovitz, I. J. (2018). Territorialidade(s). Em *Psicologia ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente* (pp. 228-36). Vozes.

Rosa, L. R. & Ferreira, D. A. O. (2010). As categorias rural, urbano, campo, cidade: A perspectiva de um continuum. Em M. E. B. Sposito & A. M. Whitaker, *Cidade e campo: Relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular.

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Silva, A. P. S., Silva, J. B., Gurgel, F. F. (2021, Springer). Rural territories and life production: Approaches from environmental psychology. Em J. F. Leite, M. Dimenstein, C. Dantas, J. P. Macedo (Eds.), *Psychology and rural contexts*. Cham. Recuperado de https://doi.org/10.1007/978-3-030-82996-4_18

Responsáveis pela Prática

Participante: Luan Silva Medeiros

Nasceu em Currais Novos, interior do Rio Grande do Norte. Graduou-se em Psicologia pela UFRN no campus FACISA (Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi), em Santa Cruz (RN), no ano de 2022. Atua como psicólogo clínico.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Tive contato pela primeira vez com os estudos sobre a Relação Pessoa-Ambiente por meio de uma disciplina de “Psicologia Ambiental” na graduação. Posteriormente, participei do NAIR (Núcleo de Estudos Ambientais e Interações com as Ruralidades), em que fui bolsista de iniciação científica e desenvolvi pesquisas sobre identidade sertaneja.

Contato: luansilvame@gmail.com

Participante: Julia Myrian Cardoso da Silva

Nasceu em Parelhas, interior do Rio Grande do Norte, região do Seridó. Graduou-se em Psicologia pela UFRN, campus FACISA (Faculdade de Ciências da Saúde do

Trairi), em Santa Cruz (RN), no ano de 2022. Atua como psicóloga do SUAS.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Tive contato pela primeira vez com o tema “Relação Pessoa-Ambiente” a partir da disciplina de Psicologia Ambiental, componente curricular obrigatório do curso, e dei continuidade com o estágio em Psicologia Ambiental Comunitária durante o 7º período do curso. Ainda pude compreender a relação com o tema em pesquisas sobre desemprego no interior do estado e em uma disciplina optativa sobre Psicologia e Ruralidades.

Contato: julia.silva.108@ufrn.edu.br

Participante: Fernanda Fernandes Gurgel

Graduada e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente sou docente do curso de graduação em Psicologia em uma unidade acadêmica da UFRN localizada no semiárido potiguar. Ministro disciplinas de “Psicologia Ambiental” – obrigatória na matriz curricular –, “Psicologia Social”, “Psicologia Comunitária” e “Psicologia em Contextos Rurais”, além de realizar pesquisas e projetos de extensão sobre temáticas como: Agricultura Familiar; Saúde da(o) Trabalhadora(or) Rural; Fome e Identidade Sertaneja. Também oriento estágios na área da Psicologia Ambiental Comunitária em contexto rurais.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato com a área ocorreu na década de 1990, quando ainda era estudante do curso de Psicologia na UFRN, ao cursar a disciplina optativa de Psicologia Ambiental. Em 2004 retorno à instituição para fazer parte do Grupo de Estudos Inter-Ações Pessoa-Ambiente (GEPa) e estudar a participação social de moradores em um programa de coleta seletiva, tema de pesquisa no doutorado.

Contato: fernandafgurgel@hotmail.com

Participante: Ramon José Ayres Souza

Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente docente da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA), unidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ministro disciplinas e oriento estágios nas áreas de Psicologia Clínica e Psicanálise, com ênfase na articulação entre Clínica e Cultura.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato com a área foi durante a graduação, mais especificamente ao cursar a disciplina “Psicologia Comunitária” e estagiar em um assentamento do MST. Somente mais recentemente o contato com a área foi retomado, por meio de parceria/interlocação acadêmica com a Profa. Dra. Fernanda Fernandes Gurgel, na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi/UFRN.

Contato: ramon.ayres.souza@gmail.com

“O Sal da Terra”: Histórias de vida de trabalhadoras/es da agricultura familiar no território Potiguar

Categoria: Estudante

Inscrito por: Ana Beatriz de Oliveira Chagas

Este trabalho, desenvolvido no primeiro semestre de 2022, foi fruto de uma proposta de intervenção de Estágio Profissionalizante do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/FACISA), que uniu Fotografia e Psicologia, ambas em consonância. Tivemos como objetivo resgatar afetos e vivências evidenciadas nas histórias de vida de trabalhadores/as, por meio da realização da Mostra Fotográfica “O sal da terra”, em uma feira de agricultura familiar localizada na cidade do Natal/RN. A atividade foi realizada em um Centro de Abastecimento da capital potiguar, onde buscamos conhecer o trabalho desenvolvido pelas trabalhadoras/es rurais, suas práticas e ações voltadas às ruralidades. A Central promove em seu espaço variadas opções de mercadorias vindas diretamente da agricultura familiar e da economia solidária, além de oferecer ao produtor um espaço para manter sua renda e, para o consumidor, a segurança alimentar ao buscar produtos, em sua maioria, orgânicos.

Durante o período do trabalho, com mediação do engenheiro agrônomo responsável, conhecemos mais sobre a história de vida das pessoas que lá trabalhavam, suas relações com a agricultura, as noções de coletividade e de convivência, como também o tempo que elas se dedicavam à atividade. Inicialmente, fizemos um mapeamento das demandas e percebemos que, para uma proposta de intervenção acontecer, precisaríamos acompanhar o ritmo de trabalho das/os trabalhadoras/es da feira, que acontecia durante toda a semana e se iniciava às 6h, significando que elas/es chegavam antes desse horário

para fazer o preparo do ambiente. As conversas aconteciam entre uma venda e outra, na busca por mercadoria, entre os descasques das macaxeiras e moído dos cocos, sempre na correria para não perder uma só hora da manhã.

Em outros dias, normalmente no início da semana, as vendas diminuía e, nesse ínterim, conversávamos. Ouvíamos sobre as relações que foram construídas e fortalecidas durante os então 5 anos naquele lugar. As pessoas se sentiam pertencentes àquele ambiente, algumas delas vêm de família de agricultores, definindo o ser agricultor(a) como parte de sua própria identidade (Massola, & Silva, 2019).

Na composição das atividades desempenhadas na Central de Abastecimento, há trabalhadoras/es e produtores/as de todo o Rio Grande do Norte. Trata-se de uma variedade de produções, vindas de diferentes territórios, que se agrupam com a finalidade da comercialização e expansão da agricultura familiar e da economia solidária. A Psicologia Ambiental Comunitária fortalece a importância de adentrar nestes espaços diversos, de ouvir o que as pessoas têm a dizer, contribuindo para o caráter identificatório e afetivo das pessoas com os lugares que elas ocupam (Bomfim, & Lima, 2009). A partir disso, objetivando também evidenciar a dedicação e os esforços desempenhados pelas/os trabalhadoras/es, é que tivemos a ideia de fazer a Mostra Fotográfica, um trabalho coletivo pensado para relacionar Psicologia e Fotografia. Ao unir estes dois elementos, buscamos aproximar espectadores/as e participantes da linguagem afetiva que a fotografia nos apresenta, estimulando a interação entre as partes envolvidas.

A nomenclatura “O sal da terra” surgiu como uma ideia para homenagear as/os agricultoras/es familiares, que nos fornecem e resguardam os saberes da terra. Quem habita, cuida e preserva sua terra dá a ela longa vida, e estas pessoas são o verdadeiro sal da terra. Construimos cada etapa da Mostra baseada no que as pessoas

tinham a dizer, quais eram as suas preferências e, principalmente, suas histórias de vida.

Nos encontros realizados três vezes por semana, durante dois meses, pensamos a ação fotográfica enquanto a feira acontecia. A fotografia, que nos dá o poder de enxergar o momento sob outras lentes, nos fornece também a oportunidade de capturá-lo e dele tirar o melhor. Marcamos os dias e horários preferíveis para cada trabalhador/a e as imagens, a forma e o local onde estas foram feitas, tudo ficou a cargo dos/as participantes, que encontravam seus melhores ângulos e traziam seus produtos para as fotos, dizendo onde prefeririam que estivessem dispostos, a fim de tornar o processo mais íntimo e “fazer da minha foto mais eu”, como bem observou uma das participantes.

Nesta ação, a relação com a agricultura familiar mescla as diferentes realidades apresentadas: quem está diretamente relacionado à terra; e também quem tem o contato com esse contexto ao compor a feira há alguns anos, fazendo da agricultura familiar uma parte importante da sua rotina e da sua renda.

Nessa Mostra, por exemplo, todos que participaram trabalham com agricultura familiar, mas cada um tem sua própria história com a feira, com a agricultura e até mesmo uns com os outros. Neste sentido, a fotografia se mescla à intervenção como uma ferramenta capaz de proporcionar afinidade e conforto. Foi por meio desta arte que vimos sentimentos como o de pertencimento e de familiaridade surgirem durante a ação. Bomfim e Lima (2009) apontam a necessidade da construção e preservação das relações pessoa-ambiente, fator fundamental para o fortalecimento da identificação e da capacidade de vincular-se afetivamente com o lugar. Pinheiro, Gurgel e Pinheiro (2019) acrescentam que estes vínculos afetivos, positivos ou negativos, acontecem também relacionados às memórias de um passado ambiental e das representações que cada pessoa carrega, podendo alguns ambientes trazê-las à tona.

Ademais, a partir da Mostra Fotográfica, assistimos ao encontro de duas práticas, a Psicologia e a Fotografia, e dessa união surgiram resultados comoventes. As narrativas que apareceram a respeito das(os) agricultoras(es) se deram por meio de um espaço íntimo, quando, de forma genuína, cada pessoa parava para saber mais sobre atividade e para contar algo sobre a vida das/os trabalhadoras/es participantes da Mostra. Percebemos que para aqueles espectadores, as/os agricultoras/es da feira eram, de alguma forma, parte importante de suas trajetórias.

Quanto aos participantes da Mostra, chamamos atenção para o modo como elas/es expressaram alegria ao ver parte de suas histórias sendo contadas, fortalecendo o pensamento de que estas/es trabalhadoras/es deveriam estar em evidência. A fotografia é um instrumento capaz de resgatar momentos e de contar novas histórias. Concedemos à imagem o olhar que queremos e quais representações nela depositamos, tudo isso a partir das nossas próprias vivências, não somente ante ao que está em evidência mas também a partir de um emaranhado de afetos que compõem as entrelinhas do que não transparece (Anjos, & Ferreira, 2020).

Com a realização da Mostra Fotográfica, quando cada pessoa passava pela exposição do material, uma nova história era contada, os próprios participantes, que se demoravam em seus retratos, surgiam com um novo elemento de sua rotina, do seu passado, relacionados às suas vivências ou dos seus familiares, tornando a ação acolhedora e carregada de bons afetos.

Referências

- Anjos, P. W., & Ferreira, N. P. (2020). O ato fotográfico a partir do olhar. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, 23(4), 857-876.
- Bomfim, Z. A. C. & Lima, D. M. A. (2009). Vinculação Afetiva Pessoa-Ambiente: Diálogos na Psicologia Comunitária e Psicologia Ambiental. *Psico*, 40(4), 491-497.
- Massola, G. M., & Silva, J. B. A. (2019). Identidade de lugar e de trabalho entre trabalhadores rurais na fronteira Cotia-Ibiúna (SP). *Psicologia & Sociedade*, 31.

Pinheiro, L. V. S., Gurgel, F. F. & Pinheiro, J. Q. (2019). Por um lugar para chamar de “meu”: Estudo sobre a relação estabelecida por agricultores de uma comunidade agroecológica rural com o lugar. In XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Org.). *Anais do XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, Natal.

Responsáveis pela Prática

Participante: Ana Beatriz de Oliveira Chagas

Graduada no curso de Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O meu contato com as literaturas e vivências das Relações Pessoa-Ambiente se deu, primeiramente, a partir do projeto de pesquisa sobre as implicações da seca na vida de agricultoras e agricultores familiares da região do Trairi (RN), com os estudos em disciplinas optativas sobre Psicologia Ambiental e, mais especificamente, Ruralidades, que compunham a matriz curricular do curso. Posteriormente, o contato se firmou também com a prática de Estágio Profissionalizante, quando pude trabalhar com uma central de abastecimento alimentar, na cidade do Natal (RN).

Contato: abeatriz.oliveirac@gmail.com

Participante: Amanda Klicya Jales Rezende

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato com a Psicologia Ambiental e Comunitária se deu por meio de disciplinas do curso de graduação em psicologia na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA). O Estágio Profissionalizante se deu nessa abordagem, com foco nas Ruralidades e oportunizou a vivência e o conhecimento mais próximo da realidade de famílias interiores que vivem e trabalham na zona rural.

Contato: amandaklicya@hotmail.com

Participante: Évilla Karielly Fernandes

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O interesse na área da Psicologia Ambiental e Comunitária surgiu emia surgiu a partir de discussões acerca das populações rurais, participando de disciplinas de Psicologia Social e Comunitárias, assim como em disciplina optativa sobre Ruralidades, culminando em Estágio Profissionalizante

nessa área, atuando diretamente com agricultoras/es da região.

Contato: evillakarielly08@hotmail.com

Participante: Fernanda Fernandes Gurgel

Graduada e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente docente do curso de graduação em Psicologia em uma unidade acadêmica da UFRN, localizada no semiárido potiguar. Ministra disciplinas de Psicologia Ambiental – obrigatória na matriz curricular – Psicologia Social, Psicologia Comunitária e Psicologia em contextos rurais, além de realizar pesquisas e projetos de extensão sobre temáticas como: Agricultura Familiar; Saúde da(o) Trabalhadora(or) Rural; Fome e Identidade Sertaneja. Também orientou estágios na área da Psicologia Ambiental Comunitária em contextos rurais.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato com a área ocorreu na década de 1990, quando ainda era estudante do curso de Psicologia na UFRN, ao cursar a disciplina optativa “Psicologia Ambiental”. Em 2004, retornei à instituição para fazer parte do Grupo de Estudos Inter-Ações Pessoa-Ambiente (GEPA) e estudar a participação social de moradores em um programa de coleta seletiva, tema de pesquisa no doutorado.

Contato: fernandafgurgel@hotmail.com

Visitas ao território rural: aspectos psicossociais de projetos agroecológicos

Categoria: Profissional

Inscrito por: Amanda Klicya Jales Rezende

O estágio em Psicologia Ambiental e Comunitária no contexto das Ruralidades teve início em 2019 e foi concluído em 2022, tendo orientação de um engenheiro agrônomo e um estudante de agroecologia que faziam parte do Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC). O SEAPAC acompanha 71 famílias das comunidades rurais do município de Lajes Pintadas (RN), na região do Trairi, com as quais fizemos visitas domiciliares, a fim de conhecer melhor a realidade socioeconômica na qual estão inseridas, bem como o espaço geográfico em que se encontram.

Tivemos a oportunidade de conhecer distintas realidades dentro de uma mesma região, pois houve o contato com comunidades rurais maiores, que têm associação e sindicato, e também com comunidades rurais menores, remotas, que não se uniam pela distância e, muitas vezes, pelas condições financeiras dos moradores.

Três modalidades de visitas foram realizadas durante o estágio: visitas de rotina, Dias de partilha e Intercâmbios. As visitas de rotina objetivavam acompanhar as famílias, mapear demandas e mediar soluções coletivas. Ter contato com essas pessoas, em especial as mulheres, foi essencial para construir um olhar mais sensível para as suas necessidades. Era comum chegar às casas pela manhã e entrar pela cozinha para conversar com as mulheres. Isso diz muito da construção social dessas famílias, pois nesse horário as mulheres estavam cozinhando o almoço enquanto seus maridos se encontravam no roçado ou buscando alimento para o gado.

Essas mulheres, em sua maioria, são agricultoras e cuidam dos animais, tiram leite das vacas ainda na madrugada, plantam uma

variedade de hortaliças e outros alimentos em seus quintais produtivos para alimentar a família (Jahn, Santos & Rodrigues, 2020), plantam e colhem no roçado com seus maridos e, ao chegar em casa, dão conta da limpeza do ambiente e da alimentação da família. São jornadas de trabalho exaustivas e pouco reconhecidas. E, embora não fosse o objetivo central do estágio, algumas demandas relacionadas à saúde mental das agricultoras chegaram até nós durante essas visitas.

O “Dia de Partilha” era uma modalidade de encontros organizados para que as famílias se reunissem e conhecessem mais sobre suas produções, contando com palestras técnicas. Acompanhamos algumas atividades ligadas à criação de abelhas, que objetivava explicar para as/os agricultoras/es os tipos de abelhas e quais poderiam ser criadas naquela região para que o mel fosse vendido. Ao final, cada família que se interessasse entraria na fila para receber as abelhas para criação.

Os Intercâmbios são visitas feitas às famílias rurais realizadas em parceria com um grupo de extensão formado por estudantes e professores de engenharias da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e acompanhadas pelo SEAPAC. O objetivo da atividade era conhecer as demandas das famílias para desenvolver e instalar tecnologias de convivência com o semiárido adaptadas com materiais de baixo custo, levando em consideração a realidade socioeconômica da região.

O grupo foi responsável pela construção do primeiro biodigestor das comunidades acompanhadas, trazendo esperança para a família que recebeu essa tecnologia que é capaz de produzir gás de cozinha a partir do esterco animal. Construíram, ainda, sistemas de reuso de água, capaz de reaproveitar a água usada pela família que seria descartada. O sistema fertiliza a água por meio de minhocas e a torna útil para o plantio de quintais produtivos.

Durante as visitas, ficou nítido o impacto provocado pela utilização dos sistemas de reuso de água, tanto pelos resultados nas terras das(os) agricultoras(es), quanto pelas falas destes que destacavam em

seus discursos a realização em ter um plantio verde e florido em um período de seca que agredia a região. O impacto positivo era percebido especialmente pelas agricultoras, que são encarregadas dos quintais produtivos, sendo estes a área que recebe a água dos sistemas de reuso. As agricultoras mostram com orgulho as suas plantações, suas frutas colhidas, seus animais alimentados, sua terra verde e preparam para os visitantes dos intercâmbios comidas e sucos feitos com frutos de sua colheita dos quintais produtivos.

Os agricultores também mostram, com orgulho, os animais que conseguem manter, mesmo em períodos de seca, com o capim que plantam em seus quintais produtivos. Durante os tempos de seca, é comum que as famílias tenham que abrir mão da criação de animais pela falta de alimento e de água.

O papel da psicologia durante esses encontros foi conversar com essas famílias para compreender melhor o impacto que o projeto tem em suas vidas. A possibilidade de manter as criações de animais, produzir alimento em seu próprio quintal e economizar com a compra de alimentos foram alguns dos pontos mais presentes nos discursos de cada pessoa com quem conversamos.

Um relato nos chamou atenção por destacar a relevância psicossocial do projeto. Uma agricultora, que nos revelou estar em sofrimento mental, contou que sua qualidade de vida melhorou com a implantação do sistema de reuso de água em sua propriedade, pois ela realiza diariamente uma função que considera de extrema importância: o cuidado com o quintal produtivo. A agricultora nos conta que o contato diário com seu quintal e suas plantas têm trazido benefícios psicológicos para ela, especialmente pelo sucesso de sua plantação, que vai além de plantas alimentícias, contando, também, com diversas roseiras que tornam o quintal mais bonito e colorido. Portanto, pode-se considerar que o trabalho realizado com as/os agricultoras/es tem impactos positivos perceptíveis no que se refere à saúde dessa população, especialmente na saúde mental.

Referências

Jahn, E. F., Santos, G. R., & Rodrigues, S. M. R. (2020). Economia Feminista e as mulheres camponesas. Em J. I. Cima, Z. Collet, S. A. K. Gaspareto, A. M. Mezdari, & N. W. Taborda, (Orgs.), *Feminismo camponês popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas* (pp. 133-44). São Paulo: Expressão Popular.

Responsáveis pela Prática

Participante: Amanda Klicya Jales Rezende

Graduada no curso de Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Por meio do Estágio Profissionalizante que se deu na abordagem da Psicologia Ambiental e Comunitária, com foco nas Ruralidades, se oportunizou a vivência e o conhecimento mais próximo da realidade de famílias interioranas que vivem e trabalham na zona rural.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato com a Psicologia Ambiental e Comunitária se deu por meio de disciplinas do curso de graduação em psicologia na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA).

Contato: amandaklicya@hotmail.com

Participante: Ana Beatriz de Oliveira Chagas

Graduanda no curso de Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O meu contato com as literaturas e vivências das Relações Pessoa-Ambiente se deu primeiramente a partir do projeto de pesquisa sobre as implicações da seca na vida de agricultoras e agricultores familiares da região do Trairi (RN), com os estudos em disciplinas optativas sobre Psicologia Ambiental e, mais especificamente, Ruralidades, que compunham a grade curricular do curso. Posteriormente, o contato se firmou também com a prática de Estágio Profissionalizante, quando pude trabalhar com uma central de abastecimento alimentar, na cidade do Natal (RN).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O meu contato com as literaturas e vivências das Relações Pessoa-Ambiente se deu primeiramente a partir do projeto de pesquisa sobre as implicações da seca na vida de agricultoras e agricultores familiares da região do Trairi (RN), com os estudos em disciplinas optativas sobre Psicologia Ambiental e, mais especificamente, Ruralidades, que compunham a grade curricular do curso.

Contato: abeatriz.oliveirac@gmail.com

Participante: Damião Santos de Medeiros

Graduado em engenharia agrônoma pela Universidade Federal do Semiárido (UFERSA) e especialista em geoprocessamento e análise ambiental pela Universidade Federal do

Rio Grande do Norte(UFRN). Atualmente trabalha no Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC) como educador social.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato se deu durante a graduação e, posteriormente, no trabalho com o Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC).

Contato: damiaosaojoao@hotmail.com

Participante: Évilla Karielly Fernandes

Graduada no curso de Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O interesse na área da Psicologia Ambiental e Comunitária na academia a partir de discussões acerca das populações rurais, participando de disciplinas de Psicologia Social e Comunitárias, assim como em disciplina optativa sobre Ruralidades, culminando em Estágio Profissionalizante nessa área, atuando diretamente com agricultoras/es da região.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato se deu a partir do curso de graduação em psicologia na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí (FACISA-UFRN), na qual houve oportunidades de aprofundar o contato com as disciplinas de psicologia ambiental, comunitária, social, bem como os estudos sobre os contextos rurais.

Contato: evillakarielly08@hotmail.com

Participante: Fernanda Fernandes Gurgel

Graduada e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente docente do curso de graduação em Psicologia em uma unidade acadêmica da UFRN localizada no semiárido potiguar. Ministra disciplinas de “Psicologia Ambiental” – obrigatória na matriz curricular – “Psicologia Social”, “Psicologia Comunitária e Psicologia” em contextos rurais, além de realizar pesquisas e projetos de extensão sobre temáticas como: Agricultura Familiar; Saúde da(o) Trabalhadora(or) Rural; Fome e Identidade Sertaneja. Também orienta estágios na área da Psicologia Ambiental Comunitária em contextos rurais.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato com a área ocorreu na década de 1990, quando ainda era estudante do curso de Psicologia na UFRN, ao cursar a disciplina optativa “Psicologia Ambiental”. Em 2004, retorno à instituição para fazer parte do Grupo de Estudos Inter-Ações Pessoa-Ambiente (GEPA) e estudar a participação social de moradores em um programa de coleta seletiva, tema de pesquisa no doutorado.

Contato: fernandafgurgel@hotmail.com

Participante: Gerson João da silva

Graduando em Agroecologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA). Resido em uma comunidade rural no interior do estado da Paraíba e venho vivenciando Agroecologia como um modo de vida e caminho para construção de uma sociedade do Bem Viver, para isso venho contribuindo com diversas organizações populares e movimentos sociais que lutam por justiça social e climática na região compreendida como Semiárido brasileiro.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato ocorreu durante a graduação, na qual houve a possibilidade de trabalho direto com as populações rurais.

Contato: gersonagroeco@gmail.com

Mulheres agricultoras e autonomia: oficinas em um território rural nordestino

Categoria: Profissional

Inscrito por: Évilla Karielly Fernandes

O estágio profissionalizante em Psicologia Ambiental e Comunitária ocorreu nos anos de 2021 e 2022, em comunidades rurais de Lajes Pintadas, município do interior do Rio Grande do Norte. Atuamos por meio da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí (FACISA), vinculadas ao Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC), planejando e executando ações com a população rural.

A inserção da Psicologia no campo das Ruralidades, principalmente em comunidades rurais do interior, é urgente. Ao adentrarmos nesses contextos, percebemos a escassez de políticas públicas que possibilitem condições dignas de vida. Costa e Dimenstein (2017) apontam que a desigualdade social, marginalização e violação dos direitos são fatores que contribuem cotidianamente para o descaso dessa população que é negligenciada historicamente pelo poder público. Dessa forma, a Psicologia Socioambiental, ao mesmo tempo em que realiza uma “análise crítica das relações socioespaciais” (Farias, Gurgel, Pinheiro, Mascarenhas, & Diniz, 2020, p. 46), com outras áreas do conhecimento, dispõe de possibilidades para realização de intervenções contextualizadas à realidade das pessoas em seus territórios (Santos, 2000), fortalecendo o diálogo com a comunidade e com o Estado para que os direitos das/os agricultoras/es sejam assegurados.

O SEAPAC acompanha 71 famílias de agricultores/as da região do Trairí, promovendo autonomia e o fortalecendo vínculos comunitários e levando tecnologias de convivência com o semiárido na região. Construindo com as/os trabalhadoras/es rurais outras possibilidades para melhorar as condições de vida e dignidade, na luta por políticas sociais que cheguem ao campo. A proposta do trabalho

foi realizar oficinas com mulheres agricultoras pertencentes a três comunidades acompanhadas pelo serviço.

No ano de 2021, com o ensino remoto, iniciamos uma revisão bibliográfica sobre as ruralidades e em paralelo realizamos oficinas virtuais com as mulheres. Com o retorno das atividades presenciais e possibilidade de ida a campo, as mulheres nos trouxeram a demanda para que se trabalhasse o tema “autonomia feminina”, um termo guarda-chuva que nos possibilita dialogar sobre outros assuntos, como trabalho, saúde, lazer. Essas oficinas ocorreram em formato de roda de conversa, com as mulheres das comunidades rurais Serra Verde, Malagueta e Catolé, situadas em Lajes Pintadas (RN). Ao longo do estágio fomos acompanhadas por profissionais da engenharia agrônômica e da agroecologia.

A construção de conhecimentos para a realização das atividades se deu a partir dos saberes que a própria comunidade nos apresenta. Quando pensamos em intervenções contextualizadas, elas precisam necessariamente da participação popular. Somente as pessoas que moram no campo podem falar de si e de sua realidade, elas compreendem seu território e suas relações com a terra e com comunidade. Participaram das oficinas 14 agricultoras, divididas em dois grupos de acordo com a proximidade dos territórios. Em formato de roda de conversa, as oficinas aconteceram em dois blocos e em dias diferentes para cada grupo, mediadas por estagiárias.

As atividades foram elaboradas com o objetivo de promover um espaço de reflexão, discussão e fortalecimento de vínculos entre as mulheres a partir das temáticas que foram surgindo durante as rodas de conversa. Vale ressaltar que, em momentos anteriores, tivemos encontros virtuais com as mulheres discutindo outros temas, dessa forma falar sobre autonomia feminina também fez parte das demandas apresentadas por elas ao longo do estágio. Pensando em garantir às mulheres conforto, segurança e o sigilo, só mulheres fizeram parte desse grupo, tornando o espaço mais

acolhedor para o compartilhamento de experiências, construção de conhecimento e orientações.

No início das primeiras rodas de conversa, as mulheres foram perguntadas sobre o que é autonomia. No primeiro grupo elas associaram a palavra ao “poder de tomar decisões”, no segundo grupo elas não souberam responder, deixando o questionamento para o final da oficina. Em uma dinâmica realizada com perguntas relacionadas ao cuidado com o lar, família e agricultura, de acordo com as respostas percebemos que a maioria das mulheres está envolvida em mais de um trabalho – doméstico e agrícola – e que elas são as responsáveis pelos cuidados com a família, o que proporciona um acúmulo de funções e uma sobrecarga de trabalho (Lorenzoni, Seibert, & Collet, 2020).

As outras perguntas tratavam sobre autocuidado e do cuidado de outras pessoas para com elas, e percebemos que elas têm mais atribuições e responsabilidade em cuidar das pessoas ao redor do que ao cuidar delas próprias – ou de receberem cuidados de terceiros. Ao final da dinâmica, foram iniciadas algumas reflexões – a maioria feita pelas próprias mulheres que conversavam entre si. Uma das questões que mais chamou atenção foi para o fato de a maioria das mulheres afirmar que trabalham na agricultura e têm auxílios governamentais e, ainda assim, não terem acesso ao dinheiro ou, quando têm, é limitado ao dinheiro que os companheiros liberam para elas.

Surgiu então o debate sobre independência financeira, em que falamos sobre a contribuição delas para a renda familiar – tanto por meio do dinheiro, fruto do trabalho delas quanto por meio da economia que elas proporcionam ao produzir grande parte dos alimentos da família nos quintais produtivos e ao executar serviços domésticos para que não precisem terceirizá-los. Outra questão debatida foi sobre o tempo dedicado ao descanso e ao autocuidado – o lazer incluso nesse processo.

Em ambos os grupos, as mulheres associaram o lazer às reuniões familiares e saídas com as amigas para beber e dançar. Algumas

respostas nos chamaram a atenção, uma vez que as atividades citadas por elas, como lazer, embora possam ser prazerosas, ainda consistem em uma tarefa doméstica.

No Segundo bloco das oficinas, fizemos uma Tenda do Conto (Casenote, & Merhy, 2020). Para essa dinâmica as mulheres levaram objetos que tivessem relação com o que conversamos nas dinâmicas anteriores. Preparamos um ambiente aconchegante para que elas pudessem narrar suas experiências de vida sobre trabalho, casamento, ida à universidade, filhos, lazer, assim como autonomia financeira, e o “poder de dizer não”. Ao final, também conversamos sobre o que é saúde e adoecimento – incluindo saúde mental – e sobre formas de autocuidado no dia a dia, por meio de comidas saudáveis, práticas de exercícios físicos, descanso e lazer.

No decorrer das oficinas, percebemos que as narrativas das mulheres são, em sua maioria, relacionadas a questões multifatoriais e complexas, geralmente pela falta de direitos básicos e pela cultura conservadora. Por isso, é importante pensar numa atuação multiprofissional e contextualizada, assim como incentivar o fortalecimento de vínculos e a construção de redes de apoio dentro da própria comunidade.

Referências

- Casenote, G. F. N., & Merhy, E. E. (2020). Tenda do conto: Reflexões da experiência do encantamento no trabalho em saúde. *Revista Psicologia Política, 20*(47), 178-89. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000100014&lng=pt&tlng=pt.
- Costa, M. C. D., & Dimenstein, M. (2017). Cuidado psicossocial em saúde mental em contextos rurais. *Trends in Psychology, 25*(4), 1.653-64.
- Farias, T., Gurgel, F., Pinheiro, L., Mascarenhas, G., & Diniz, R. (2020). Crítica, ambiente e psicologia: aspectos psicossocioambientais e modos de vida no semiárido nordestino. Em B. Medrado, & M. Montalvão (Orgs.), *Problemas, controvérsias e desafios atuais em psicologia social* (pp. 45-63). Porto Alegre, RS: ABRAPSO.

Lorenzoni, C., Seibert, I. G., & Collet, Z. (2020). Movimento das Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias. Em Cima, J. I., Collet, Z., Gaspareto, S. A. K., Mezadri, A. M., & Taborda, N. W. (Orgs.), *Feminismo camponês popular: Reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas* (pp. 133-44). São Paulo: Expressão Popular.

Santos, M. (2000). *Por uma outra globalização: Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.

Responsáveis pela Prática

Participante: Évilla Karielly Fernandes

Graduada no curso de Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O interesse na área da Psicologia Ambiental e Comunitária na academia a partir de discussões acerca das populações rurais, participando de disciplinas de “Psicologia Social e Comunitárias”, assim como em disciplina optativa sobre Ruralidades, culminando em Estágio Profissionalizante nessa área, atuando diretamente com agricultoras/es da região.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato ocorreu durante a graduação em Psicologia na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairí, por meio de disciplinas da psicologia ambiental, comunitária e social, bem como por meio dos estudos acerca das ruralidades.

Contato: evillakarielly08@hotmail.com

Participante: Amanda Klicya Jales Rezende

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Conclui o Estágio Profissionalizante na abordagem da Psicologia Ambiental e Comunitária, com foco nas Ruralidades, que oportunizou a vivência e o conhecimento mais próximo da realidade de famílias interioranas que vivem e trabalham na zona rural.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato com a Psicologia Ambiental e Comunitária se deu por meio de disciplinas do curso de graduação em psicologia na Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (FACISA).

Contato: amandaklicya@hotmail.com

Participante: Ana Beatriz de Oliveira Chagas

Graduanda no curso de Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O meu contato com as literaturas e vivências das Relações Pessoa-Ambiente

se deu primeiramente a partir do projeto de pesquisa sobre as implicações da seca na vida de agricultoras e agricultores familiares da região do Trairí (RN), com os estudos em disciplinas optativas sobre Psicologia Ambiental e, mais especificamente, Ruralidades, que compunham a grade curricular do curso. Posteriormente, o contato se firmou também com a prática de Estágio Profissionalizante, quando pude trabalhar juntamente com uma central de abastecimento alimentar, na cidade do Natal (RN).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O meu contato com as literaturas e vivências das Relações Pessoa-Ambiente se deu primeiramente a partir do projeto de pesquisa sobre as implicações da seca na vida de agricultoras e agricultores familiares da região do Trairí (RN), com os estudos em disciplinas optativas sobre Psicologia Ambiental e, mais especificamente, Ruralidades, que compunham a grade curricular do curso.

Contato: abeatriz.oliveirac@gmail.com

Participante: Damião Santos de Medeiros

Graduado em engenharia agrônoma pela Universidade Federal do Semiárido (UFERSA) e especialista em geoprocessamento e análise ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente trabalha no Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC) como educador social.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato ocorreu durante a graduação e, posteriormente, no trabalho com o Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC).

Contato: damiaosaojoao@hotmail.com

Participante: Fernanda Fernandes Gurgel

Graduada e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente docente do curso de graduação em Psicologia em uma unidade acadêmica da UFRN localizada no semiárido potiguar. Ministra disciplinas de “Psicologia Ambiental” – obrigatória na matriz curricular – “Psicologia Social”, “Psicologia Comunitária e Psicologia” em contextos rurais, além de realizar pesquisas e projetos de extensão sobre temáticas como: Agricultura Familiar; Saúde da(o) Trabalhadora(or) Rural; Fome e Identidade Sertaneja. Também orienta estágios na área da Psicologia Ambiental Comunitária em contextos rurais.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato com a área ocorreu na década de 1990, quando ainda era estudante do curso de Psicologia na UFRN, ao cursar a disciplina optativa “Psicologia Ambiental”. Em 2004, retornei à instituição para fazer parte do Grupo de Estudos Inter-Ações Pessoa-Ambiente (GEPA) e estu-

dar a participação social de moradores em um programa de coleta seletiva, tema de pesquisa no doutorado.

Contato: fernandafgurgel@hotmail.com

Participante: Gerson João da silva

Graduando em Agroecologia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias (CCHSA). Resido em uma comunidade rural no interior do estado da Paraíba e venho vivenciando Agroecologia como um modo de vida e caminho para construção de uma sociedade do Bem Viver, para isso venho contribuindo com diversas organizações populares e movimentos sociais que lutam por justiça social e climática na região compreendida como Semiárido brasileiro.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato ocorreu durante a graduação, na qual tive oportunidade de ter contato direto com as populações das ruralidades.

Contato: gersonagroeco@gmail.com

Intervenções assistidas na natureza: (re)conexões homem-ambiente voltadas para o bem-estar

Categoria: Profissional

Inscrito por: Valéria Marques de Oliveira

Este relato retrata práticas derivadas de um projeto de pesquisa que objetivou favorecer e avaliar atividades de promoção de saúde e educação ambiental relacionadas à qualidade interacional homem-natureza desenvolvido em 2018-2019. Foram oferecidas atividades à comunidade ruralina no Jardim Botânico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com caráter psicoterapêutico (para universitários com queixas de ansiedade na aprendizagem), psicoeducativo e cultural. Destacamos aqui a oficina psicoeducativa desenvolvida com alunos de uma escola pública, que objetivou oportunizar a reflexão sobre a interação homem-ambiente e sua relação com o bem-estar por meio de oficina de duas horas implementada em agosto de 2019. Duas turmas de 9º ano foram atendidas em dias diferentes.

A ideia das intervenções assistidas na natureza despontou da experiência do trabalho desenvolvido até hoje pelo grupo EQUilibrium Rural como foco nas interações junto aos equinos. Com intuito de ampliar o estudo interacional humano, focalizamos a conexão ser humano-natureza, baseado no princípio da vida ao ar livre, em diálogo com o trabalho desenvolvido por Coelho et al. (2015). As mediações metacognitivas elaboradas intensificaram intencionalmente a vivência de bem-estar e tomada de consciência.

Construção das Bases Teórico-Metodológicas para as Intervenções Assistidas na Natureza

O distanciamento entre o ser humano e o ambiente pode representar e/ou levar ao adoecimento psíquico, comprometer o sentido de vida e interferir negativamente na consciência planetária, na

assunção de responsabilidade e na tomada de decisão. Como mediar a interação entre sujeito e ambiente na direção da autoecoorganização? Consideramos que vivências mediadas por elaborações metacognitivas dirigidas podem estimular a (re)conexão homem-natureza por meio de reflexão e posicionamento crítico (Oliveira, 2020).

(Re)conexões Homem-Ambiente Voltadas para o Bem-Estar

A estratégia metacognitiva incentiva o participante a perceber no “aqui e agora” parte da problematização, leitura da realidade emergente vivenciada na interação momentânea e no conhecimento e experiência prévia de cada um. As vivências são mediadas para ampliar a capacidade/habilidade perceptiva, despertar a ação e, quando oportuno e indicado, provocar ressignificação do espaço e da interação experienciada por meio da técnica da elaboração dirigida (Seminerio, 1987). Incentiva-se o compartilhamento da experiência. Junto à mediação, utilizam-se técnicas de relaxamento, de respiração dirigida, mindfulness, e de escuta terapêutica.

A oficina oferecida tinha etapas estabelecidas, e atividades flexíveis, buscando garantir o objetivo de cada fase, mas abertura para adequação às demandas emergentes e características dos participantes na faixa de 14 a 17 anos (uma turma tinha 14 estudantes e a outra 18). Cada turma foi recebida em dias diferentes, diretamente no Jardim Botânico. As atividades foram realizadas no gramado, explorando a região próxima ao centro administrativo e ao lago da entrada. Os adolescentes mostraram-se participativos, alegres, interativos. Havia uma estudante com necessidade especial, totalmente integrada ao grupo. Na chegada, cada turma foi acolhida, e a proposta da oficina acordada. Ao final da oficina, as narrativas apontaram para reflexão, ressignificação, questionamento e autoecoorganização, implicando a corresponsabilidade para a saúde pessoal e do planeta. Em ambos os grupos, houve debate ricos sobre os desafios para a meta: falta de infraestrutura

na cidade para garantir melhoria da qualidade de vida e pouca participação popular.

Etapas da Vivência Implementadas na Oficina

- **Exercício de respiração** – objetivo: propiciar no sujeito uma maior consciência corporal e trazê-lo para o momento do “Aqui e Agora”, numa tentativa de conectar os sujeitos com o momento presente integrando-os a atividade.
- **Exercícios de alongamento simples** – objetivo: (re)conhecer e respeitar as características e os limites do próprio corpo.
- **Caminhada pelo Jardim Botânico** – objetivo: explorar e observar o espaço de modo a responder “Se eu fosse um lugar do Jardim Botânico, que lugar eu seria?”. Tire uma fotografia mental deste cenário.
- **Escolha, justificativa e nomeação do lugar representativo pessoal. Opção de compartilhar o título e o processo** – objetivo: simbolizar o vivido e relacionar com seu estado presente.
- **Roda de conversa** – objetivo: oportunizar um espaço de compartilhamento, expressão (e/ou projeção) e organização da conexão entre pensar, sentir e agir.

Algumas Atividades Complementares / Alternativas Vivenciadas de Modo Independente nas Turmas

- Caminhada em dupla, de mãos dadas, aquele que escolhia a direção estava com olhos vendados e o parceiro garantia a segurança de ambos. Esta atividade induzia caminhar mais lentamente, sentir o solo, a diferença de luminosidade e calor no ambiente, além de despertar outras capacidades perceptivas diferentes da visão. Com apoio do parceiro, o participante vendado escolhia um cenário para ser fotografado mentalmente.

- Conversação sobre a experiência vivenciada, em roda. Reflexão sobre o impacto vivido no cotidiano, explorando situações críticas e a ação humana, e a importância da diversidade.
- Escrever uma mensagem ou pequenos textos a partir do vivido, debatido ou “fotografado”. Incentivo ao compartilhamento das produções e reflexão sobre os temas emergente.
- Diferenciação entre sensação e percepção, que estendeu a discussão para as pessoas com necessidades educativas específicas.
- Canalização de agressividade em vivências de potencialização, e não de destruição.

A vivência na oficina buscou sensibilizar e motivar a discussão e conscientização ecológica e sua relação com a qualidade de vida. As etapas vivenciadas com os toques das atividades singulares experienciadas por turma possibilitou a emergência e a discussão sobre a quebra do comportamento repetitivo e naturalização do pensamento, despertou a possibilidade de explorar novos mundos e a viabilidade e sentido na continuidade dos estudos. Em um clima social descontraído, os adolescentes refletiram sobre temas difíceis tais como o impacto antrópico, a mudança climática e o efeito na saúde e no bem-estar humano.

Este projeto foi muito importante para as proponentes e para os participantes. Possibilitou uma práxis profissional no campo da psicologia e momentos primorosos de mudança perceptiva quanto a conexão ser humano-natureza, principalmente relatados pelos adolescentes. Por fim, cabe destacar que a generalização desta aprendizagem pessoal e coletiva ultrapassa a delimitação da natureza experienciada para fronteiras amplas da consciência planetária, da importância de cuidar de si, do outro e do Universo.

Referências

Coelho, A., Bigotte, E., Figueiredo-Ferreira, A., Duque, I., Pinho, L. (2015). Oferta educativa outdoor como complemento da educação pré-escolar: Os benefícios do contacto com a natureza. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, *extr.*(10). Recuperado de dc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2015.0.10.585

Seminario, F. L. P. Ferreira, C. M. A., Kaie, D. K., Araújo, G. V. de, Bakér, M. G. B., Oliveira, R. M. ... Araújo, T. C. F. de. (1987). Elaboração dirigida: Um caminho para o desenvolvimento metaprocessual da cognição humana. *Revista ISOP*, *10*, 38-40. Recuperado de https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28191/CI10_Psicologia%20cognitiva.pdf

Oliveira, V. M. (2020, Janeiro/Junho). Interação homem-equino: conjecturas psicológicas a partir do olhar fluido. *Revista GETS*, *3*(1), 191-206. Recuperado de <https://ojs3x.gets.science/index.php/gets/article/view/50/66>

Responsável pela Prática

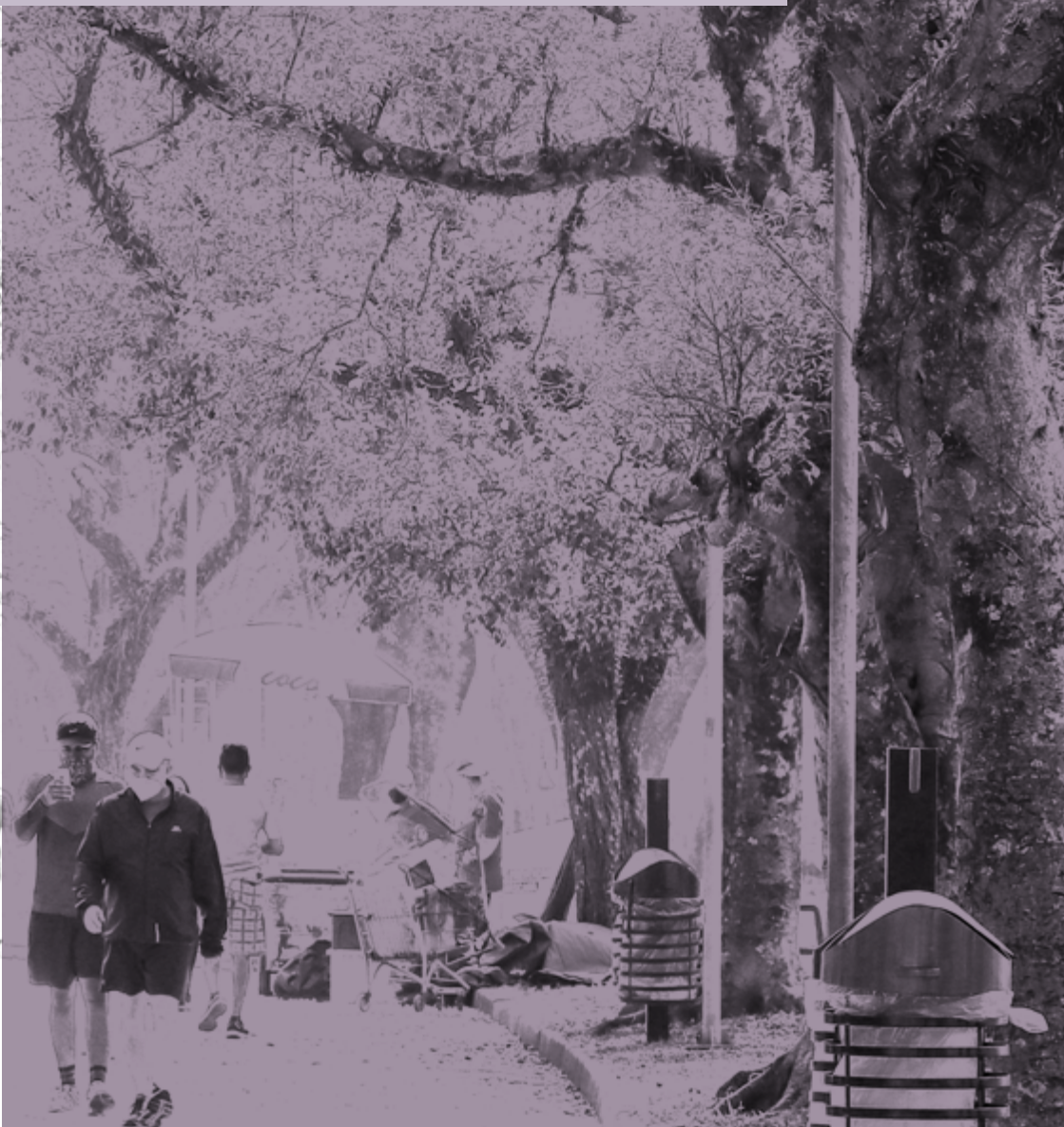
Participante: Valéria Marques de Oliveira Professora

Pesquisadora no Programa de Pós-graduação stricto sensu em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Psicóloga, Pedagoga, Psicopedagoga, Mestre em Educação e Doutora em Psicologia. Consultora na Flat Lux, Pesquisadora Associada ao ICT. valeriamarques@ufrjr.br

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Foi despertado pelos meus estudos sobre processo de aprendizagem (significativa) e estudantes com necessidades educacionais específicas. O gatilho principal, em 2011, que culminou na conexão entre pesquisa e extensão foi um graduando de Biologia, brilhante e que tinha TDA/H. Ele não suportava ficar aprisionado em sala de aula, era julgado por muitos como “malandro”, descompromissado, e já estava com sua autoestima sensibilizada. Eu estudava Psicologia Cultural na época e ele me trouxe para a Psicologia Ambiental, com foco em dois conceitos: percepção e narrativa.

Contato: leriamarques@gmail.com

TRAJETÓRIA PRECURSORA



Isolda de Araújo Günther⁸

Professora aposentada pela Universidade de Brasília – UnB

A tarefa proposta pela questão é explícita, mas antes de cotejá-la serão apresentadas definições dos termos *psicologia ambiental*, *prática* e *prática profissional*.

A **Psicologia Ambiental** (PA) estuda os processos comportamentais, psicológicos e psicossociais originados das interrelações estabelecidas pelas pessoas e pelos grupos sociais com seus ambientes natural, construído e tecnológico. Vê-se, portanto, que é um campo de estudo denso, formado por diferentes disciplinas com orientações distintas, mas entrecruzadas.

Pontuar sobre a origem da PA constitui um desafio. Willy Hellpach, professor alemão de psicologia e de medicina, conceituou, em 1911, o que designou fenômeno geopsicológico, ao realizar estudos sistemáticos sobre: a) o impacto do ambiente natural, i.é., do tempo, do clima, do solo, da água e da paisagem sobre nossa vida mental; b) o impacto resultante do ambiente social, i.é., decorrente das relações recíprocas com outros seres humanos; e c) o impacto do ambiente cultural com suas leis, normas, princípios, dogmas, instituições. Hellpach foi o

8 Graduada em formação de psicólogo (1970), licenciatura em psicologia (1969) e bacharelato (1968) pela Universidade Católica de Pernambuco, mestrado em Psicologia Social Experimental (Psicologia Social) pela Universidade Federal da Paraíba (1979), doutorado em Psicologia do Desenvolvimento pela Michigan State University, EUA (1983), pós-doutorado pela City University of New York, EUA (1997-1998) e pela Carl von Ossietzky Universität Oldenburg, Alemanha (2003-2003). Tem vínculo sem ônus, desde 1993, com a Universidade de Brasília na condição de Pesquisador Colaborador Sênior. Atua nas áreas da psicologia do desenvolvimento e da psicologia ambiental. Membro do Laboratório de Psicologia Ambiental – LPA da UnB.

primeiro pesquisador a associar o termo *Umwelt* (o mundo que nos rodeia, que nos envolve e aprisiona) com a psicologia, ao publicar em 1924 um manual *Psychologie der Umwelt* (Günther, 2022).

Pesquisadores ingleses referem a arquitetura como sendo a fonte propulsora da PA; os franceses apontam as contribuições da psicologia social, da psicologia da criança e da psicologia geral e os norte-americanos, por sua vez, indicam a psicologia social. O que nos parece partilhado nesse resgate histórico é que a PA emergiu no contexto da busca por soluções para problemas sociais e ambientais no período pós-Segunda Guerra Mundial, senão vejamos.

Nos anos 1950, surgiram, na Europa, chamamentos para programas de construção imobiliária na perspectiva do desenho urbano racional postulado em 1943, na Carta de Atenas – moradia, trabalho, lazer e circulação (Gold, 1998). Equipes formadas por arquitetos, engenheiros, sociólogos e médicos foram financiados pelos governos para fazer frente às destruições sofridas pelas áreas residenciais, comerciais, ferroviárias, educacionais e hospitalares provocadas pela Guerra Mundial. Equipes formadas por arquitetos, engenheiros, sociólogos e médicos foram encarregadas de conceber ambientes adequados para as diferentes atividades desenvolvidas nesses espaços. Entre as décadas de 1950 e 1960, psiquiatras e psicólogos solicitaram aos arquitetos orientações para o planejamento de ambientes destinados aos pacientes psiquiátricos e às crianças. O psiquiatra inglês Humphry Osmond (1957), trabalhando no Canadá com uma equipe de psicólogos sociais, defendeu que a função de um serviço psiquiátrico deveria ter como base a concepção do espaço e que os pacientes deveriam deixar os hospitais e viver na comunidade.

Discípulo de Osmond, Robert Sommer, em 1977, recomendou a realização de pesquisas no mundo real e convidou os psicólogos a ler os ambientes e a sair dos laboratórios para suplantar o fato de que “a psicologia entrou no laboratório há 50 anos e ainda não se recuperou da experiência” (1977, p. 2).

Subsidiando essas ações, 1) publicações como *A Imagem da Cidade* (Lynch, 1982) e *Espaço Pessoal: as bases comportamentais de Projetos e Planejamento* (Sommer, 1969/1973); 2) a criação do primeiro programa de doutorado em Psicologia Ambiental na City University de Nova York e a publicação do primeiro manual dedicado a este campo, escrito por três dos seus professores (Proshansky, Ittelson, & Rivlin, 1970/1976); e 3) a expansão do campo de estudo, ao incluir as experiências em relação à paisagem e ao significado das formas de construção, ampliaram o interesse por essa área de conhecimento.

Pol (2006, 2007, 2022) forneceu valiosa contribuição ao sintetizar o desenvolvimento e a expansão da PA em quatro etapas: 1) nascimento; 2) transição americana; 3) psicologia arquitetural; 4) psicologia ambiental verde.

No Brasil, a introdução, expansão, propagação e consolidação da teoria e da prática da PA foi ecoada por meio de publicações de artigos, livros e encontros profissionais (Pinheiro, (1997); Günther et al. (2000); Pinheiro et al. (2002); Pinheiro (2003); Tassara, Rabinovich, & Guedes (2004); Pinheiro, & Günther (2008); Günther, Pinheiro, & Guzzo. (2004, 2014); Cavalcante, & Elali (2011); Cavalcante, & Elali (2018); Moser (2018)).

Quanto à **prática**, o Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2001) a define como, “ato ou efeito de fazer (algo); ação, execução, realização, exercício” (p. 2.278). No mesmo dicionário, prática profissional é definida como sendo “relativa à profissão; própria de uma determinada profissão; que dá caráter de profissão a determinada atividade; que ou aquele que exerce por profissão determinada atividade” (p. 2.306).

É mister não esquecer: 1) que as **práticas profissionais** são, em última análise, o resultado culturalmente contextualizado do respectivo ambiente sociocultural com seus significados, aptidões, habilidades e ligações entre esses diferentes elementos (Batel et al., 2016); e, 2) da natureza interdisciplinar da psicologia ambiental

(Moore, 1987) e da sua interlocução com disciplinas originárias, por exemplo, das ciências sociais, das ciências da terra, do design, constituídas por profissionais treinados a aplicar os conceitos das suas especialidades aos problemas da vida que nos rodeia.

Nesse contexto, é importante ressaltar Kurt Lewin (1936) e sua *Teoria de campo*, que semeou a noção de que os processos psicológicos não são somente uma função de processos individuais tais como desejos, interesse, inteligência, habilidades, mas o resultado do que denominou *espaço de vida*, ou seja, a situação da pessoa no campo em que ela se encontra, num dado momento, expressando, com esse termo, há quase nove décadas, o conceito da interdependência da pessoa com o seu ambiente. Lewin fez avanços significativos ao concretizar a noção da **Pesquisa-Ação**, uma abordagem que contribui para promover mudanças sociais por meio de processos concomitantes ao realizar pesquisa e articular ações, ao integrar as informações obtidas com as pesquisas (a teoria), na solução de problemas sociais. Essa tradição é abraçada por inúmeros pesquisadores da PA ao vincular resultados oriundos da pesquisa a estudos que contribuem para a solução de problemas socioambientais.

O subsídio de Kurt Lewin faz cessar o aparente impasse entre teoria *versus* prática e corrobora com a afirmação de Pasteur: “Não, mil vezes não; não existe a categoria de ciência a qual se possa denominar ciência aplicada. Há ciência e aplicações de ciência, unidas como o fruto e a árvore que o carrega” (citado por Rodrigues, 1986).

O presente texto tem por objetivo apontar procedimentos didático-pedagógicos que contextualizem os saberes aprendidos por profissionais da área da PA, com a finalidade de “dar visibilidade às contribuições da PA para a prática profissional” (Silva, 2022).

Considerando que a prática é uma maneira de aprofundar os conhecimentos e a vivência para aplicar os fundamentos teóricos adquiridos à realidade da profissão, serão oferecidos dois exemplos de pesquisa (MUS/HUM e PlaceAge), além do alerta de que

problemas aparentemente simples podem envolver um complexo conjunto de variáveis, às vezes não fáceis de antecipar quanto ao planejamento da pesquisa.

O **Projeto Mobilidade Urbana Saudável (MUS) / Healthy Urban Mobility (HUM)** realizado no período de 2016 a 2019, com financiamento da FAP-DF e do ESRC Newton Fund, envolveu a colaboração de pesquisadores de três universidades brasileiras (Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal de Santa Catarina) e da Oxford Brookes University do Reino Unido. Seus objetivos eram: 1) entender o impacto da (i)mobilidade cotidiana na saúde e bem-estar de diferentes grupos sociais que vivem em diferentes bairros, no Brasil e no Reino Unido; 2) explorar o potencial do planejamento participativo com as comunidades locais para apoiar e desenvolver soluções para uma mobilidade urbana saudável no Brasil e no Reino Unido (Jones et al., 2019). Serão sintetizados aqui os procedimentos realizados pelos integrantes do Laboratório de Psicologia Ambiental (LPA) da Universidade de Brasília. Relatórios mais específicos, com detalhamento dos contextos por país, cidade e bairro estão disponíveis em www.hum-mus.org.

A mobilidade urbana compreende os deslocamentos que as pessoas fazem no espaço urbano, a pé ou por meios de transporte motorizados ou não motorizados. Denomina-se mobilidade urbana saudável o deslocamento ativo, i.e., envolve modalidades de locomoção saudável como andar a pé ou de bicicleta.

Em cada uma das três capitais brasileiras, foram estudados moradores de três localidades, com 18 anos de idade ou mais, com renda média de 1,7 salário mínimo em uma localidade e de 3,6 salários mínimos e 6,5 salários mínimos nas outras duas localidades. A equipe multiprofissional, levando em conta seu conhecimento nas áreas de planejamento urbano, estudos de transporte, saúde pública e psicologia ambiental, utilizou uma orientação de métodos mistos. Os métodos utilizados foram: 1) *Mapeamento e análise espacial*

para analisar os atributos macro e micro do ambiente construído que podiam influenciar a caminhada e o ciclismo; 2) *Estudo transversal*, questionário para coletar dados sobre as características socioeconômicas dos moradores, percepção do bairro, atitudes para caminhar e pedalar, comportamento de viagem, atividade física, saúde e hábitos de vida; 3) *Entrevista biográfica* para compreender o papel das experiências passadas de mobilidade; 4) *Microetnografia*, consistindo na observação, enquanto o participante realizava uma jornada regular, em um trajeto escolhido por ele; 5) *Métodos participativos*, envolvendo a comunidade na identificação de problemas e na coprodução de soluções para a mobilidade urbana saudável e o bem-estar dos moradores.

Os resultados da pesquisa demonstraram o impacto da (i) mobilidade cotidiana na saúde e bem-estar dos moradores, tendo sido possível realizar recomendações em nível municipal, estadual e nacional de como estimular a mobilidade ativa saudável.

O segundo estudo, **Projetando lugares com idosos: rumo às comunidades amigas do envelhecimento** (www.placeage.org), foi iniciado em 2016 e concluído em 2019. Tratou-se de um projeto de parceria internacional, financiado pela Agência Britânica Economic and Social Research Council (ESRC), e estudou o processo de envelhecimento de pessoas com 60 anos e mais, em três cidades brasileiras (Belo Horizonte, Brasília e Pelotas) e três cidades do Reino Unido (Edimburgo, Glasgow e Manchester). Teve como principais investigadores Dr. Ryan Woolrych, da Heriot-Watt University, Edimburgo, Escócia e Dra. Adriana Portella, da Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, que lideraram uma equipe de mais de 40 pesquisadores das áreas de arquitetura, ciências sociais, engenharia, geografia, psicologia, serviço social, turismo, pesquisadores de pós-graduação e bolsistas de Iniciação Científica.

Os objetivos da pesquisa foram: 1) investigar como o sentido de lugar é vivenciado por idosos de diferentes contextos sociais

que residem em diferentes bairros, no Brasil e no Reino Unido; 2) traduzir essas experiências em projetos para incentivar comunidades amigas do idoso, que apoiem o sentido de lugar; 3) articular o papel dos idosos como colaboradores ativos no processo de design, envolvendo a comunidade em todas as etapas do projeto.

Foram selecionadas para o estudo, em cada uma das três cidades, três localidades. Em Brasília, pesquisadores do LPA foram responsáveis pelo estudo e pela seleção de três vizinhanças que distassem 9 km da rodoviária central, diferissem em termos de nível socioeconômico (alta, média e baixa rendas), infraestrutura urbana e características da moradia (apartamento com elevador, apartamento sem elevador ou casa térrea).

O estudo compreendeu três etapas de trabalho, a saber: Pacote de Trabalho 1: Capturando o sentido de lugar; Pacote de Trabalho 2: Mapeando o sentido de lugar; e Pacote de Trabalho 3: Projetando para o sentido de lugar.

Para compreender como idosos de diferentes níveis socioeconômicos e contextos urbanos e culturais avaliam seu ambiente, foram realizados os seguintes procedimentos: 1) Aplicação de um *questionário*, cujos dados foram analisados quantitativamente; 2) *Entrevista semiestruturada* para investigar a relação do participante com seu ambiente, identificar o sentido de lugar, os comportamentos cotidianos e o suporte social existente; 3) *Entrevista caminhada* para documentar as experiências de lugar, o significado e as lembranças de lugares específicos; 4) *Diário* fotográfico: foi emprestada uma câmara fotográfica ao participante, ou esse fazia uso do seu próprio equipamento (câmara digital ou celular), quando o possuía, para que no período de uma semana fotografasse sua perspectiva de como é viver em sua comunidade; 5) Uma *oficina de mapeamento participativo* foi realizada em cada vizinhança. Na oficina, enquanto os participantes e os facilitadores se sentaram ao redor de uma mesa frente a um mapa da localidade, desenhado por uma arquiteta da

equipe, mostrando os prédios, as ruas comerciais, a infraestrutura, os respondentes marcavam nos mapas com adesivos as experiências, os desafios e as oportunidades em relação ao envelhecer naquela comunidade; 6) Encontro do *world café*, que objetivou aprofundar as questões de maior relevância na localidade e congregar idosos, líderes comunitários, síndicos, lojistas e demais representantes da comunidade com o potencial de fazer melhoramentos na vizinhança. Os comentários dos participantes foram sintetizados e transcritos em folhas de cartolina com canetas de várias cores, identificando, assim, os serviços necessários para assegurar uma comunidade amiga do envelhecimento.

Para responder à pergunta de como as comunidades podem ser projetadas para melhor integrar as necessidades dos adultos mais velhos, em diferentes contextos urbanos e culturais, foram realizadas reuniões com *stakeholders* (membros de órgãos do Governo do Distrito Federal, da Secretaria da Saúde, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional, da Associação Brasileira de Clubes da Melhor Idade, de grupos de pesquisa da universidade, de representantes de ONGs e das comunidades envolvidas no estudo.

Durante um mês, *Fóruns de Políticas Públicas e Práticas* foram realizados em pontos considerados estratégicos dos três locais do estudo. Afixaram-se dois *banners* em lona (120 cm x 90 cm), em espaços públicos de fácil acesso à comunidade (na parede de um posto de saúde, em uma banca de revistas e na parede de um ponto de taxi). O primeiro *banner*, ilustrado com fotografias provenientes dos diários fotográficos e das entrevistas caminhadas, continha informações sobre o Projeto PlaceAge, os três principais temas apresentados pelos participantes da pesquisa (segurança, infraestrutura e lazer), cuja prioridade alterou-se em cada localidade, as demandas identificadas e as sugestões para resolução dessas questões. No segundo *banner*, algumas propostas de resolução das demandas estavam escritas e podiam ser votadas, afixando adesivos verdes (mais importantes) ou

vermelhos (menos importante), de acordo com o grau de importância atribuído pelo morador a cada uma das propostas. O respondente poderia votar em mais de uma proposta e até sugerir outras possibilidades de ação. Para isso, além dos adesivos, foram fornecidos papéis e canetas para expressar os comentários que deveriam ser depositados em uma sacola de tecido afixada no próprio *banner*.

O resultado da pesquisa revelou que, nas vizinhanças estudadas, infraestrutura, segurança e atividade de lazer foram as três demandas apontadas como sendo mais importantes para assegurar comunidades amigas do envelhecimento.

Em termos práticos, em relação à infraestrutura, o estudo forneceu os subsídios para que os moradores de uma das vizinhanças conseguissem restaurar a totalidade de suas calçadas. Em relação à segurança foi melhorada a iluminação pública e, ao menos por algum tempo, reforçado o contingente policial. Quanto às atividades de lazer, os Pontos de Encontro Comunitário (PEC) foram restaurados em duas das comunidades estudadas.

Concluindo, podemos aprofundar que o Projeto PlaceAge ajudou na melhoria da vida das pessoas dessas três comunidades ao tornar visível que vidas idosas importam.

Referências

- Batel, S., Castro, P., Devine-Wright, P., & Howarth, C. (2016). Developing a critical agenda to understand pro-environmental actions: Contributions from Social Representations and Social Practices. *Theories*, 7(5), 727-45.
- Cavalcante, S., & Elali, G. A. (Org.). (2011). *Temas básicos em psicologia ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cavalcante, S., & Elali, G. A. (Org.). (2018). *Psicologia ambiental, conceitos para a leitura da relação pessoa-ambiente*.
- Gold, J. R. (1988). Creating the charter of Athens: CIAM and the functional city, 1933-1943. *The Town Planning Review*, 69, 225-47.
- Günther, H., Coelho, M. C. S. O., Rabinovich, E. P., Carneiro, C., Günther, I. A., Pinheiro, J. Q. (2000). Psicologia ambiental: Sua definição como área de atuação em Psicologia no

Brasil. In R. S. L. Guzzo (Org.), *Anais do VIII Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico* (pp. 70-9). Serra Negra, SP: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia e Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Günther, H., Pinheiro, J. Q., & Guzzo R., (Orgs.). (2004, 2014). *Psicologia ambiental: Entendendo as relações do homem com seu ambiente*. Campinas, SP: Alínea.

Günther, H. (2022). Umwelt. In D. Marchand, E. Pol, K. Weiss (Org.), *Psychologie environnementale: 100 notions clés*. Dunod, France.

Jones, T., Günther, H., Brownil, S., Keivani, R., d'Orsi, E., Neto ... Watson, G. (2019). *Brasil/ Reino Unido mobilidade urbana saudável: Resumo dos principais resultados e recomendações*. Brasília, DF: UnB.

Lewin, K. (1936). *Principles of topological psychology*. New York: Wiley.

Lynch, K. (1982). *A imagem da cidade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.

Houaiss, A., Villar, M. de S., Mello Franco, F. M. de (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Moore, G. (1987). Environment and behavior research in North America: History, developments, and unresolved issues. In D. Stokols, & A. Altman (Ed.). *Environmental Psychology II*. New York: John Wiley & Sons.

Moser, G. (2018). *Introdução à psicologia ambiental: Pessoa e ambiente*. Campinas, SP: Alínea.

Osmond, H. (1957). A review of the clinical effects of psychotomimetic agents. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 14;66(3), 418-34. Recuperado de <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/13425232>

Pinheiro, J. Q. (1997). Dossiê psicologia ambiental: Apresentação. *Estudos de Psicologia*, 2(2), 329-33.

Pinheiro, J. Q. Bassani, M., Campos-de-Carvalho, M. I., Cavalcante, S., Günther, H., Günther, I. A. (2002). Psicologia ambiental: Uma agenda brasileira de pesquisa, com desdobramentos para a pós-graduação e formação/atuação profissional. In M. L. S. Moura, & P. R. M. Menandro (Orgs.), *Anais do IX Simpósio Nacional de Pesquisa e Intercâmbio Científico* (pp. 148-53). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia/ ANPEPP.

Pinheiro, J. Q. (2003). Psicologia Ambiental brasileira no início do século XXI. Sustentável? In O. H. Yamamoto, & V. V. Gouveia (Orgs.), *Construindo a psicologia brasileira: Desafios da ciência e da prática psicológica* (pp. 279-313). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Pinheiro, J. Q., & Günther, H. (Org.). (2008). *Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-*

-ambiente. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Pol, E. (2006). Blueprints for a history of environmental psychology (I): From first born to american transition. *Medio Ambiente y Comportamiento Humano*, 7(2), 95-113.

Pol, E. (2007). Blueprints for a history of environmental psychology (II): From architectural psychology to challenge of sustainability. *Medio Ambiente y Comportamiento Humano*, 8(1/2), 1-28.

Pol, E. (2022). Psychologie environnementale. In D. Marchand, E. Pol, K. Weiss (Org.), *Psychologie environnementale: 100 notions clés*. France: Dunod.

Proshansky, H. M., Ittelson, W., & Rivlin, L. (1970). *Environmental psychology: Man and his physical setting*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

Rodrigues, A. (1986). Sobre o desconhecimento das aplicações da psicologia social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, (2), 42-5.

Silva, A. P. S. da. (2022, agosto). *Convite catálogo de práticas em psicologia ambiental*.

Sommer, R. (1973). *Espaço pessoal: As bases comportamentais de Projetos e Planejamento. Coleção ciências do comportamento*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda.

Sommer, R. (1977, January). Toward a psychology of natural behavior. *APA Monitor*, 8(1): 1-7.

Tassara, E. T. de O., Rabinovich, E. P., & Guedes, M. C. (Org.). (2004). *Psicologia e ambiente*. São Paulo: EDUC.

PRÁTICAS: CONTEXTOS E PROCESSOS URBANOS, COMUNITÁRIOS E INSTITUCIONAIS



Práticas interventivas em psicologia ambiental comunitária num bairro periférico de Natal/RN

Categoria: Profissional

Inscrito por: Thatiane Maria A. S. Mendes

O presente trabalho propõe-se a relatar a nossa experiência de estágio em Psicologia Ambiental Comunitária, desenvolvida em um bairro periférico de Natal (RN) durante o ano letivo de 2019, enquanto ainda éramos estudantes da graduação em psicologia vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Para tal, iniciamos rememorando os objetivos da proposta de estágio e características territoriais do bairro, articulando em seguida a experiência vivenciada e seus desdobramentos com relação ao campo dos estudos pessoa-ambiente e nossa formação na função de psicólogas e pesquisadoras.

De início, a proposta de estágio trazia o objetivo de refletir sobre a formação em Psicologia a partir de um olhar espacializado e em articulação com os dispositivos de saúde do território, na busca por desenvolver um pensamento crítico e capacidade dos alunos para o processo de levantar demandas e pensar possíveis atuações em contextos comunitários, levando em conta suas afetações pessoais, período de tempo e ferramentas disponíveis no contexto. A equipe era formada ao todo por treze (13) estagiários e três professoras supervisoras, que orientavam a nossa prática, duas do campo da saúde coletiva e uma da psicologia ambiental. Inicialmente nos reuníamos uma vez por semana para supervisão e compartilhamento de experiências no grupo e também realizávamos visitas *in loco*.

Durante a fase inicial, de caráter exploratório (imersão no território), fomos convidadas ao exercício de mapear os dispositivos de saúde, para fazer um levantamento das potencialidades

e demandas do território em questão, para que num segundo momento, a partir do que foi percebido nas primeiras visitas, pudéssemos então esboçar um plano de intervenção. A territorialização da nossa ação configurou-se como horizonte ético que norteou a nossa prática, desde as primeiras visitas, desse modo todo o nosso planejamento e intervenções tinham a questão da vinculação com o território e articulação com os dispositivos como ponto de partida. Desse modo nos interessava conhecer as práticas, os costumes, os cheiros, os caminhos, as instituições, os atores sociais, as histórias e o cotidiano do bairro. Para alcançarmos tal objetivo, utilizamos o perambular pelo território como metodologia de ação e modo de vivenciar os espaços.

De acordo com Cavalcante, Mourão e Gunther (2018), perambular seria andar sem um objetivo específico, sem rumo ou destino, deixando-se afetar a partir dessa atitude, para entrar em contato com a cidade e com o espaço e possibilidades que se apresentam ali. Perambular seria uma atividade que une corpo, mente e espaço, à medida que, por não possuir um objetivo pré-definido ao caminhar, o sujeito tende a se entregar e vivenciar o momento presente, assumindo uma postura de abertura ao que se mostra e se desvela – percebendo a vida como acontecimento. De acordo com a proposta, fazíamos um exercício de sensibilização aos estímulos da vida cotidiana/ordinária, que era um dos focos do nosso objeto de análise e intervenção. Assim, aguçávamos o olhar para nos familiarizarmos com o estranho e estranharmos o familiar.

Desse andar sem rumo, conhecemos diversos atores do bairro: a marisqueira que era líder da cooperativa de pescadores, o sambista mais experiente que morava por ali, os grupos de saúde que aconteciam na igreja, as escolas de portas fechadas, a biblioteca com um acervo riquíssimo no coração do bairro, um morador de 96 anos que tinha um bar e vendia a melhor ginga com tapioca que já experimentamos. Também nos questionávamos sobre o que

víamos: Por que o centro de convivência estava vazio? Ou por que não vemos mulheres negras nas ruas, nas praças? Quais lugares as crianças usam para brincar? E retornávamos com o diário de campo repleto de registros e as cabeças fervilhando de questões.

Ainda no tocante às metodologias, o diário de campo se mostrou outro recurso metodológico fundamental em nosso percurso. Utilizávamos o diário em seu caráter de registro dos acontecimentos, percepções e afetações (Pezzato, & L'abbate, 2011) que surgiam a partir do nosso perambular. Cada estagiário tinha a incumbência de registrar as suas experiências a cada ida ao campo e, posteriormente, compartilhá-las com o coletivo. A partir do diário, nós empreendíamos o esforço de fazer o reconhecimento cognitivo e afetivo do espaço, partilhando e aprendendo com os relatos e afetações uns dos outros. Nessa perspectiva, ressalta-se a importância da inclusão do enunciador na cena sobre a qual este se lança a pesquisar, o que nos remete a uma constante análise de implicação sobre nossa prática.

No segundo momento, em uma das supervisões em grupo, nós estagiárias(os) e supervisoras produzimos um mapa do bairro, com o objetivo de cartografar os locais visitados e pessoas de referência com quem conversamos, estabelecendo relações entre eles. A partir dessa produção, pudemos elucidar três principais temas presentes no território, que emergiram de nossas andanças: um primeiro relacionado aos dispositivos de trabalho; um segundo, que referia-se à produção de cultura e memória do bairro; e um terceiro, concernente aos dispositivos de educação. A partir das implicações dos alunos e professoras, nós nos dividimos em três grupos com esses focos específicos sobre o território.

A nossa escolha por trabalhar em conjunto com os dispositivos educacionais se relacionou com os nossos desejos e experiências. Durante o período em que andamos pelo bairro, visitamos algumas escolas e, de pronto, muitas questões já nos chamaram a atenção.

A energia contida por causa dos espaços fechados, as tensões existentes quanto às lógicas das instituições, as questões de gênero presentes, as especificidades da infância junto ao estigma referente às crianças que estudam em escolas públicas no bairro nos tornou sensíveis ao trabalho com as demandas escolares.

Em nosso primeiro dia na escola que decidimos desenvolver nossa atuação, nós nos deparamos com um cartaz com os dizeres: “Na escola se aprende português, matemática, história; em casa se aprende valores, respeito, educação”, que já predizia parte da realidade e visão de educação que se encontraríamos ali. A escola estava funcionando em um prédio alugado, já que a localidade antiga estava passando por reformas. O novo prédio era pequeno e quente. As salas eram dispostas em L, sem janelas, as portas ficavam abertas e as falhas nas telhas eram as únicas passagens de luz e ventilação. O pátio era fechado, ligado à cozinha, e estava disposto sempre com mesas extensas e cadeiras, sobrando pouco espaço para as crianças no intervalo. Restava como espaço de convivência uma quadra que passava todo o turno da manhã tomada pelo sol, e as arquibancadas que ficavam na sombra depois das 15h da tarde. É importante ressaltar que se tratava de uma escola de tempo integral, funcionando das 8h da manhã às 17h da tarde, e que atendia alunos do 1º ao 5º ano do fundamental.

Como principal queixa trazida inicialmente, estava a violência – no discurso da coordenação e de parte da equipe pedagógica, as crianças eram inquietas, mal-educadas e agressivas. Observando a dinâmica da escola, pude perceber que a violência partia de todos os lados, menos das crianças, que apenas reagiam à violência de um estado omissivo em manter a seguridade social, o direito à vida digna, alimentação e moradia; à violência de uma coordenação que não as escutava, como se não tivessem nada a dizer; à violência de serem crianças num mundo onde a infância é vista apenas como uma passagem, como um vir a ser e não como aquilo que se é.

Ao longo do tempo, fomos conhecendo suas histórias. Ana e Luiza (nomes fictícios), que viram o pai ser morto a tiro na calçada de casa; Luana, que, aos 5 anos, ficava responsável pela irmã de 2, enquanto a mãe ia trabalhar; Lara, que foi espancada e teve os cabelos queimados pela própria mãe; Ester, que impediu a melhor amiga de cometer suicídio; João, que era tido como “doente mental” e “imprevisível”, sentia fome, pois muitas vezes só se alimentava na escola. Histórias de vida tão complexas, vividas por corpos ainda tão pequenos, semelhantes à de crianças negras por todo o território nacional, já que atualmente 32,9% da população negra vive abaixo da linha da pobreza no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], (2019). Como julgar violentos meninos e meninas que, com tão pouca idade, lutavam para dar sentido a experiências tão difíceis, decorrentes de um contexto social de extrema vulnerabilidade e discriminação racial?

Para a Psicologia Ambiental, as relações entre as pessoas e seus ambientes são um aspecto fundamental no que se refere à constituição de suas identidades (Gonçalves, 2007; Arcaro, & Gonçalves, 2012; Mourão, & Cavalcante, 2011). Os sentimentos de vinculação ao território e identificação com ambientes vêm sendo descritos na área como identidade de lugar, pertencimento ao lugar e apropriação do espaço (Mourão, & Cavalcante, 2011). Além disso, autores da área vêm demonstrando a importância dessas relações entre comunidades e seus territórios em deflagrar processos de resistência frente às opressões decorrentes do capitalismo, motivando espaços de organização e reivindicação política por direitos (Farias, 2017; Minchoni, 2019).

Quanto ao processo de formação da identidade, para Ciampa (2001), este acontece como resultado da relação do eu com o outro e com o mundo, num emaranhado de sentidos pertencentes a um determinado contexto histórico e social. Deste modo, a criança, em seu processo de formação, compartilha e interioriza conceitos e

ideologias presentes na sociedade de que faz parte (Bento, 2016), de acordo com as relações que estabelece com os ambientes (Gonçalves, 2007).

Desse modo, a partir de um olhar atento e sensível, passamos a realizar intervenções em grupos com os alunos e alunas do 1º, 2º e 3º ano tendo como horizonte os eixos que compõem a identidade, segundo Ciampa (2001): eu-comigo, que se dedicava a trabalhar questões relacionadas a emoção, percepção de si mesmo etc.; eu-com-o-outro, que focava nas relações das crianças umas com as outras, mas também em aspectos das suas relações familiares, escolares com vistas ao reconhecimento de uma rede de apoio; e, por fim, eu-com-o-mundo, que tratava da relação dessas crianças com seus espaços de afeto ou desafeto: a casa, a escola, o bairro, a feira e os espaços de lazer. Nesse último eixo, lançamos mão de diversas estratégias: desenho, a construção de jogos sobre as características do bairro, contação de histórias trazendo os alunos para o campo de protagonistas e motivando-os a pensar sobre si como seres ativos na construção dos espaços que ocupam.

Pensando na invisibilidade que vivenciavam tanto socialmente quanto no contexto escolar, em busca da afirmação de suas identidades e a partir de uma provocação vinda das próprias crianças, decidimos gravar um curta metragem, envolvendo todas/os as/os alunas/os que quisessem participar. Passamos a levar a câmera para a escola e, no intervalo, preparamos perguntas sobre o que havíamos trabalhado no encontro anterior e deixávamos que respondessem livremente. Nossa intenção era que, conversando sobre o que pensavam, pudessem ir construindo e expondo seus sentidos diante das câmeras. No dia do encerramento, encontramos um jeito de expor o documentário no telão, no pátio da escola. Tanto o processo quanto o resultado foram bastante surpreendentes e nos apontam para a possibilidade do trabalho com fotografia e vídeo em intervenções com crianças.

Esta experiência de estágio nos motivou e nos motiva até hoje em nosso caminho como psicólogas e pesquisadoras. Foi a partir de questões que nos mobilizaram nesse período que desenvolvemos nossos projetos de mestrado e que construímos bases sólidas para a atuação em Psicologia Ambiental, tendo o território como agenciador do conhecimento de si, do outro e do mundo, da promoção de saúde mental e da transformação das realidades sociais.

Referências

Arcaro, R. & Gonçalves T. M. (2012). Identidade de Lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul - Santa Catarina. Curitiba: Raega.

Bento (2016). Branqueamento e branquitude no Brasil. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. In I. Carone & M. A. S. Bento (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Cavalcante, S., Mourão, A. R. T. & Gunther, H. (2018). Perambular. In Eali, G.A & Cavalcante, S. (Eds.), *Psicologia Ambiental: Conceitos para a leitura da relação pessoa ambiente*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Ciampa, A. C. (2001). A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense.

Farias, T. M. (2017). Afetividade e resistência: vínculo, transformações socioambientais e oposição capital-lugar na cidade de Galinhos-RN. Tese de doutorado, UFRN, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24345>

Gonçalves, T. M (2007). Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano. Ijuí: Unijuí.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Recuperado em 5 de Dezembro de 2021, de: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>

Minchoni, T. (2019). Coletivo Sarau do Binho: insurgência (po)ética nas tramas afetivas do território. Tese de doutorado, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219301>

Mourão, A.R.T & Cavalcante, S. (2011) Identidade de lugar. In S. Cavalcante & G. A. Eali (org.). *Temas básicos em Psicologia Ambiental* (pp.208-216). Petrópolis, RJ: Vozes.

Pezzato, L.M & L'abbate, S. (2011). O uso de diários como ferramenta de intervenção da Análise Institucional: potencializando reflexões no cotidiano da Saúde Bucal Coletiva. *Physis Revista de saúde coletiva* 21(4), pp.1297-1314

Responsáveis pela Prática

Participante: Thatiane Maria A. S. Mendes

Mestranda em Psicologia Ambiental pela UFRN. Membro do Observatório de Psicologia Ambiental Latino-Americana (OBPALA). Possui interesse nos seguintes temas: Psicologia Ambiental; América Latina; Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) e territórios; Infância; Educação Libertadora.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato com a psicologia ambiental se deu ainda na graduação, já que o GEPA (Grupo de Estudos Relações Pessoa-Ambiente) está vinculado à UFRN, universidade em que me graduei. Passei a participar dos encontros dos grupos, cursei as disciplinas disponíveis na nossa grade curricular e os espaços de discussões sobre as relações pessoa-ambiente passaram a ser os que mais me motivavam durante a graduação. A partir do estágio de 4º ano (exatamente este que compõe meu relato), vivenciei a potência da atuação em PA, em conjunto com os atores sociais e seus territórios.

Contato: thatianeasmendes@gmail.com

Participante: Maria Emanuely Rodrigues Martins

Mestre em Psicologia pela UFRN, Psicóloga Clínica pela perspectiva da Histórico-Cultural. Membro do Observatório de Psicologia Ambiental Latino-Americana (OBPALA). Tem interesse nas seguintes áreas de pesquisa: gênero, raça, feminismo negro, literatura negro brasileira, psicologia ambiental.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Minha chegada à psicologia ambiental foi marcada pelos meus pés nas ruas, basicamente pelos meus pés no bairro que compõe o nosso relato de experiência, já compreendia o que a psicologia poderia transformar, mas foi na experiência de estágio do quinto ano do curso de Psicologia que compreendi que não existe subjetividade sem chão, que nossa realidade material é fortemente atravessada pelos lugares que habitamos ou deixamos de habitar. Por ser mulher, negra e migrante, já carregava a psicologia ambiental comigo sempre, mas no fim do meu percurso acadêmico da graduação compreendi o que seria transformar aquela experiência e tantas outras em conhecimento comprometido com a realidade das pessoas e com as relações estabelecidas com os espaços.

Contato: emanuelyrodrigues188@gmail.com

Participante: Raquel Farias Diniz

Doutora e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pesquisadora do Grupo de Estudos Inter-Ações Pessoa-Ambiente (GEPA/UFRN). Coordenadora do Observatório de Psicologia Ambiental Latino-Americana (obPALA). Atua em ensino e pesquisa em níveis de graduação e pós-graduação nas áreas de Epistemologia e Metodologia de Pesquisa nas Ciências Humanas e de Psicologia Ambiental. É professora adjunta do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPgPsi/UFRN).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: o percurso na Psicologia Ambiental teve início num congresso norte-nordeste de Psicologia, em 2005, ao assistir ao debate sobre um trabalho articulando arquitetura e psicologia. Tal contato motivou, no ano seguinte, a realização de uma mobilidade acadêmica para cursar a disciplina de Introdução à Psicologia Ambiental na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, ministrada pelo Prof. Dr. José de Queiroz Pinheiro. Essa parceria culminou em uma monografia, uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado sob sua orientação.

Leitura socioambiental no acompanhamento de uma comunidade ameaçada de desapropriação do espaço

Categoria: Estudante

Inscrito por: Fábio Pinheiro Pacheco

Este trabalho relata as experiências de pesquisa e extensão realizadas em uma comunidade ameaçada de desapropriação do espaço na cidade de Fortaleza, Ceará. A comunidade acompanhada é a Vila Vicentina da Estância, situada em terreno doado pelo farmacêutico Dionísio Torres, em 1938, a uma sociedade beneficente com o objetivo de que na área fossem construídas casas para viúvas pobres e/ou retirantes da seca. Ao longo dos anos, a região foi sendo urbanizada e, atualmente, pertence a um dos bairros de maior Índice de Desenvolvimento Humano de Fortaleza. Por conta de sua localização privilegiada, os moradores vêm sofrendo ameaças de desapropriação do espaço.

No âmbito jurídico, a desapropriação é um procedimento pelo qual o Poder Público, ou terceiros, mediante acordo com a lei, retira a posse do dono de determinada propriedade sob a justificativa de necessidade, utilidade pública ou interesse social. Para a psicologia ambiental, a desapropriação é um processo de alienação na relação-pessoa ambiente, um modo de fazer com que os moradores não mais sintam que esses espaços lhes são pertencentes (Pol, 1996). Em 2016, no auge dos conflitos, três foram demolidas e cinco destelhadas; e os que permanecem no lugar vêm recebendo ameaças, por meio de pressão psicológica e assédio moral. Neste contexto, torna-se fundamental compreender a relação pessoa-ambiente a partir de uma perspectiva abrangente, considerando além dos aspectos físicos e jurídicos relacionados à intervenção no espaço, os aspectos *históricos, sociais e afetivos* (Pacheco, Martins, & Bomfim, 2020).

O acompanhamento da comunidade se dá a partir da observação participante, iniciando-se em novembro de 2016 até os dias de hoje, 2022. Diversas atividades comunitárias foram desenvolvidas junto aos com os moradores, sendo relatadas aqui são relatadas algumas experiências, cujas informações registradas a partir de entrevistas e diário de campo.

Como meio de enfrentamento do conflito fundiário, os moradores se organizaram em um movimento denominado Resistência Vila Vicentina, por meio do qual realizam atividades na comunidade a fim de ampliar a visibilidade de seus problemas e das suas reivindicações, bem como criarem estratégias de enfrentamento da situação (Pacheco, & Bomfim, 2022). Dentre tais atividades, foi possível participar de *atividades de resgate, construção e preservação histórica*, caracterizadas como os momentos nos quais os moradores buscam memórias, histórias, objetos, lugares e símbolos característicos do desenvolvimento da Vila. Na Vila, foi fundamental ouvir os relatos dos moradores sobre suas vivências com a comunidade, abordando sobre a chegada ao lugar, as relações comunitárias e as atividades cotidianas. Com a recuperação da memória histórica, os moradores perceberam que a comunidade não tinha valor simbólico apenas para eles, mas também era um importante patrimônio da cidade.

Sob orientação do professor Romeu Duarte, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, Romeu Duarte, os moradores apostaram na possibilidade de tombamento da comunidade como uma estratégia de luta, não só para a permanência, mas também para a valorização das dimensões físicas, históricas e sociais da Vila (Pacheco, & Bomfim 2021a). Nesse processo, foi possível contribuir no levantamento das informações afetivas e psicossociais, que foram incluídas no documento *Contribuição técnica ao tombamento municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE*. A iniciativa garantiu, provisoriamente, que a Vila fosse tombada, evitando mais demolições.

Atividades de recreação também possibilitaram a integração dos moradores e atraíram apoiadores para a luta, por meio da descontração,

lazer e celebração. Dentre elas, podem ser citadas ações como oficinas de bordado, exibição de filmes, organização de festividades simbólicas para a comunidade (quadrilha, ceias, aniversários, etc.). Nesses momentos, os moradores se dividem de modo que alguns foram responsáveis pelos convites e a divulgação; outros organizaram os espaços; e outros prepararam os lanches. Ao acompanhar tais atividades, percebeu-se que os moradores que participavam ativamente apresentavam a estima de lugar potencializadora (Bomfim, 2010). Isto quer dizer que agiam de modo mais implicado, demonstrando maior engajamento e compreensão sociopolítica em relação a sua luta (Pacheco, & Bomfim, 2022).

Foram acompanhadas, ainda, atividades *de discussão, mobilização e diálogo com representações da sociedade civil e jurídica*. Neste ponto, foram realizadas reuniões internas e externas com os apoiadores, a fim de discutir situações de descaso e opressão em seus contextos, criar mobilizações e alternativas para transformá-las; além da busca pelo contato direto com as entidades públicas, exigindo posicionamento das mesmas dessas frente ao caso da comunidade e demais processos de segregação socioambiental na cidade. Nesse sentido, participou-se de reuniões com o Instituto de Planejamento de Fortaleza, a Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza e a Secretaria de Cultura de Fortaleza, dentre outros órgãos, para discutir sobre a regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social e a efetivação do processo de tombamento da Vila.

O acompanhamento e participação na comunidade permitiu, ainda, que uma pesquisa de mestrado fosse realizada. Para seu desenvolvimento, foram realizadas atividades de círculos de cultura (Freire, 2021), entrevistas e oficinas de mapas afetivos (Bomfim, 2010), por meio das quais foi possível compreender os afetos e as implicações psicossociais que emergem no contexto de desapropriação do espaço (Pacheco, & Bomfim, 2021b). Ao mapear elementos que alegram os moradores, identificaram-se as relações de vizinhança, própria

moradia (permanência), os momentos de diversão e a segurança do lugar. Já quanto aos elementos que entristecem, observou-se o conflito entre os que resistiram à desapropriação e os que não, a ameaças de desapropriação, a demolição das casas, a insegurança e as angústias quanto à permanência.

Ao apresentar esse relato, percebe-se que a Psicologia Ambiental pode desenvolver, participar e acompanhar diversas práticas na comunidade, comprometendo-se ético-politicamente a partir de ferramentas emancipadoras pautadas em uma perspectiva sócio-histórica (Lane, & Codo, 1989). Considerando o contexto de conflitos fundiários, seu olhar contribui para uma leitura ampla dos processos ambientais, psicológicos e sociais, possibilitando reflexões e ações sobre a defesa do direito à cidade, à moradia, a cada e aos bons afetos.

Referências

Bomfim, Z. A. C. (2010). *Cidade e afetividade: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Edições UFC.

Freire, P. (2021). *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz & Terra.

Lane, S., & Codo, W. (1989). *Psicologia social: O homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.

Pacheco, F. P., Martins, C. M. S. S., & Bomfim, Z. Á. C. (2020). Contribuições da psicologia para a análise de desapropriações de comunidades dos espaços urbano e rural cearenses. *Revista de Psicologia, 11(2)*, 132-40. Recuperado de <https://doi.org/10.36517/10.36517/revpsiufc.11.2.2020.14>

Pacheco, F. P., & Bomfim, Z. Á. C. (2021a). Memória e espaço urbano: A luta pela preservação histórica de uma comunidade ameaçada de desapropriação. Em I. R. T. Nascimento, & C. M. S. S. Martins (Orgs.), *Extensão universitária e desenvolvimento territorial: Aprendizados e experiências cearenses*. Juazeiro do Norte: UFCA.

Pacheco, F. P., & Bomfim, Z. Á. C. (2021b). Afetos e implicações psicossociais do viver sob ameaças de desapropriação do espaço. *Psicologia & Sociedade [online]*, 33(e249219). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33249219>.

Pacheco, F. P., & Bomfim, Z. A. C. (2022). Atividade comunitária, estima de lugar e conscientização: uma análise da participação social do movimento Resistência Vila Vicentina.

Interações, 23(1), 247-61. Recuperado de <https://doi.org/10.20435/inter.v23i1.3120>

Pol, E. (1996). La apropiación del espacio. En L. Iñigues, & E. Pol, *Cognición, representación y apropiación del espacio* (pp. 45-62). Barcelona, Espanha: Monografies Sócio/ambientais.

Responsáveis pela Prática

Participante: Fábio Pinheiro Pacheco

Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre e doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor substituto do Departamento de Psicologia da UECE.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato com a Psicologia Ambiental se deu em 2013, durante a graduação. Na ocasião, ocorriam diversas manifestações sociais contra despejos de moradores de comunidades pobres, principalmente em decorrência de obras públicas. Tais movimentos despertaram meu interesse pela investigação e intervenção relacionadas às aos afetos e às implicações psicossociais decorrentes da desapropriação do espaço – temática com a qual trabalhei no mestrado e dou continuidade no doutorado.

Contato: pfabiopinheiro@gmail.com

Participante: Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Possui graduação Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (1985), mestrado. Mestra em Psicologia Social e da Personalidade pela Universidade de Brasília (1990) e doutorado. Doutora em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Especialista em intervenção socioambiental e pesquisadora em Espaço Público e Regeneração Urbana pela Universidade de Barcelona (2001). Professora Titular da Universidade Federal do Ceará da Graduação e da Pós-graduação.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato com a psicologia ambiental acontece em 1998 em um evento sobre representações sociais, no México, Distrito Federal, com a presença de Serge Moscovici. Neste evento, pude encontrar alguns autores que dialogavam com a psicologia ambiental a partir da psicologia comunitária, tais como Maritza Monteiro, Esther Wiesenfeld, dentre outros. A consolidação da psicologia ambiental na minha trajetória acadêmica acontece no doutorado em 2001, mais especificamente no doutorado sanduíche na Universidade de Barcelona com Enric Pol. No retorno ao Brasil em 2003 e à minha Universidade, UFC, criamos o Laboratório de Pesquisa em Psicologia ambiental (Locus), que no próximo ano fará 20 anos.

Contato: zulaurea@gmail.com

Vem Passarinhar Bragança Paulista: o movimento para (re)conhecer os cantos ignorados da cidade

Categoria: Profissional
Inscrito por: André Mendes

Dizem que, de tanto pau-brasil que havia aqui, esta terra foi batizada de Brasil. Um nome vindo da natureza e que é revelador da relação que se estabeleceu com a natureza, não de homenagem, reverência, admiração, espanto, mas de exploração. Brasil, a terra daquilo que havia em todo canto e que já não existe em canto nenhum.

É significativo que a paisagem que hoje habitam os “brasileiros” tenha esse nome, um Brasil sem pau-brasil, não há mais Jacutingas na cidade de Jacutinga, nem Arapongas na cidade de Araponga, os campos de Piratininga (que deram origem a cidade de São Paulo), há tempos não são mais campos, nem têm mais peixes. O território brasileiro foi forjado sob as cinzas e o sangue de muitas almas e de muitos corpos.

Frutos de um processo de longuíssima duração, somos influenciados pelo desencantamento do mundo, pela fantasia que permite perceber, ou melhor, deixar de perceber o mundo fora da experiência do homem. Em linhas gerais, foram sendo forjadas as bases para uma atitude típica diante do mundo: a ideia de um ambiente desalmado, esterilizado, objetificado, passível de manipulação e controle. Uma postura que imprime ao homem ocidental branco o direito naturalizado de dominar outros seres vivos – humanos ou não.

Tentando escovar essa história a contrapelo, uma atividade presente em diferentes lugares no mundo, inclusive no Brasil, se apresenta como forma de resistência ao processo de desencantamento do mundo: a observação de aves, ou, como vem sendo adotado o termo no Brasil, “passarinhar”.

O passarinhar pode ser realizado com diferentes finalidades: promoção de turismo; produção de material fotográfico;

elaboração de listas de espécies; pesquisa científica; prática psicoterapêutica; atividade educativa; contato com a natureza; sociabilização e convivência; experiência de reconexão com a cidade na sua dimensão ambiental.

O movimento de observação de aves na cidade de Bragança Paulista aglutina todos esses interesses, mas sua principal vocação, nas edições do VEM PASSARINHAR, é a reconexão com a experiência de contato com a natureza nos espaços públicos da cidade.

O VEM PASSARINHAR visa à promoção de uma experiência na qual o espaço físico se converte em espaço significativo para o indivíduo. Na perspectiva da Psicologia Ambiental (Silveira, & Kuhnen, 2019), é possível afirmar que o eixo norteador que orienta as passarinhadas é o conceito de significado ambiental presente na interação indivíduo-ambiente.

Bragança Paulista encontra-se no interior de São Paulo, em um ambiente cujo relevo e posição geográfica propiciam a formação de muitas nascentes, com suas áreas de várzeas, locais muito favoráveis para a ocorrência de uma avifauna rica. A cidade ocupa a 70° posição em número de espécies observadas no estado, tendo sido registradas 295 espécies, segundo a plataforma colaborativa Wikiaves, em maio de 2022.

Como na maioria das cidades, toda a rica avifauna bragantina não é de conhecimento de boa parte de sua população. Tal qual a cegueira botânica, é possível notar a cegueira ornitológica – e de outros seres – que acomete boa parte das pessoas, evidenciando a qualidade da relação entre as pessoas e seu ambiente próximo, nesse caso, uma não interação.

Sensíveis à necessidade de estimular uma nova dinâmica entre pessoas, natureza e cidade, dois grupos formados por moradores locais – Associação Bragança+ e o Coletivo Socioambiental de Bragança Paulista – iniciaram em 2015 o Movimento de Observação de Aves Urbanas.

Uma das atividades desenvolvidas por estes grupos é o VEM PASSARINHAR. Entre 2015 e 2022, foram promovidas 21 saídas para observação coletiva de aves, denominadas passarinhadas, que acontecem gratuitamente, aos finais de semana, nos parques e praças públicas da cidade. As passarinhadas são orientadas por um especialista, biólogo ou psicólogo, que auxilia na condução do grupo, na identificação e registro das espécies observadas e na interação entre os participantes.

As passarinhadas contam em média com a participação de 30 pessoas, chegando a mais de 40 nas últimas edições, moradoras de Bragança e cidades próximas. A capacidade de aglutinação em torno das aves é notável na variedade do público, juntando pessoas vizinhas e distantes, de ocupações variadas, de idades muito diferentes e até grupos políticos divergentes.

Hillman (2010) aponta que uma das grandes tarefas da psicologia é despertar a percepção para fora do intrapsíquico. Essa mudança de foco poderia se dar por meio de uma valorização estética, não apenas uma defesa do belo, mas a consideração de que a beleza é simplesmente a manifestação do ambiente, a exposição aos fenômenos. A beleza seria uma necessidade epistemológica para uma psicologia não antropocêntrica.

De acordo com Hillman (1995, p. 126): “Coragem civil numa era ecológica significa não apenas exigir justiça social, mas justiça estética e vontade para emitir julgamentos, defender a beleza na arena pública e divulgá-la.”

Passarilhar: dar crédito, permitir-se ser guiado e despertado pela beleza. Essa é a estratégia de mobilização e sensibilização. No início de cada passarinhada, pergunta-se às pessoas quantas aves imaginam observar. É impressionante notar a amplitude das respostas, desde as muito pequenas, meia dúzia de aves, até as gigantescas, algumas centenas. Ao longo da passarinhada, à medida que as espécies vão se apresentando, as suposições vão

ganhando novo contorno, apoiadas pela beleza e pela fascinação. É admirável como as pessoas se surpreendem com quantidades e variedades de ilustres desconhecidos, que ocupam sua vizinhança e precisam desses espaços como lugares de moradia ou passagem: patos, marrecas, saracuras, garças, beija-flores, corujas, falcões, urubus, pombos, papa-capins, papagaios, martins-pescadores, sabiás, saíras, sanhaços, arapaçus, pica-paus, andorinhas, suiriris, bacuraus, entre outros.

Acostumadas ao compasso acelerado da cidade, as pessoas nas passarinhadas são guiadas pelas aves e pelo ritmo de suas manifestações. É possível passar 10 minutos parado observando um pequeno grupo de aves ou andar vários metros atrás de uma espécie sem perceber a dimensão do deslocamento. Ao final de duas horas de caminhada, o grupo se reúne para compartilhar e registrar as observações, momento em que é conhecido o número de espécies observadas. Todo encontro é fechado com uma conversa sobre as impressões da passarinhada para o grupo.

No fim dessa jornada, a meta a ser alcançada é o despertar estético e a apropriação dos espaços públicos como locais de convivência e ressignificação das relações entre pessoa-natureza.

Só a beleza nos salvará! Por meio da beleza é possível ressignificar a relação com ambiente e com as outras pessoas. Só é possível preservar aquilo que se conhece e que se ama. Passarilhar muda o mundo!

Referências

- Hillman, J. (2010). *O pensamento do coração e a alma do mundo*. Campinas, SP: Verus.
- Hillman, J., & Ventura, M. (1995). *Cem anos de psicoterapia... e o mundo está cada vez pior*. São Paulo: Summus.
- Silveira, B. B., & Kuhnen, A. (2019). Psicologia ambiental e saúde na relação pessoa-ambiente: uma revisão sistemática. *PSIUNISC*, 3(1), 89-105. Recuperado de <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v3i1.12523>

Responsáveis pela Prática

Participante: André Mendes

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (2002) e mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2005). Como psicólogo autônomo, realiza atendimento clínico psicológico e supervisão, em consultório particular. Atuou (2007-2015) como psicólogo do Centro Universitário São Camilo e professor assistente Centro Universitário São Camilo. Atua também como supervisor de estágio nas disciplinas Atendimento Clínico I e II. Desde 2016, atua como facilitador de observação de aves em grupo promovidas pelo Coletivo Socioambiental de Bragança Paulista (20 edições), além de ter participado em outros eventos nas cidades de São Paulo (AVISTAR 2017), Cotia, Pedra Bela e Monte Alegre do Sul.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio dos escritos do analista pós-junquiano James Hillman.

Contato: andmendes@uol.com.br

Organização de hortas comunitárias urbanas no município de Nova Lima (MG)

Categoria: Profissional

Inscrito por: Natham Ribeiro Martins

O projeto Horta Comunitárias Urbanas foi o trabalho que desenvolvemos no CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) da região do Cruzeiro, em Nova Lima (MG) entre os meses de novembro de 2016 até dezembro de 2019. O projeto foi interrompido devido à pandemia. Estabelecemos um trabalho dentro da perspectiva do PAIF (Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias), cujo foco principal é a organização de ações com as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômicas para prevenir a violência e o rompimento de vínculos familiares e comunitários, além de criar possibilidades de autonomia social.

O PAIF é uma atribuição exclusiva do poder público e é desenvolvido necessariamente dentro do CRAS. A apropriação do espaço ocorreu enfatizando o ambiente/território em todas as suas vertentes, ou seja, tanto o aspecto dos ecossistemas naturais e culturais. A prática aconteceu a partir de reuniões semanais. As famílias trabalhavam na metodologia de gestão compartilhada e, a partir desses encontros semanais, estabelecia-se uma rotina de atividades práticas. Todos os assuntos eram deliberados em reuniões e organizados grupos para a efetivação de ações. Foram realizadas as seguintes ações, por etapas:

- definição do grupo (critério inicial: famílias pertencentes do CadÚnico e em situação de vulnerabilidade socioeconômica);
- organização de cursos na área ambiental em parceria com a Prefeitura de Nova Lima MG e com a EMATER;
- utilização e preparo do terreno do CRAS Cruzeiro para os primeiros experimentos e plantios (campo de cultivo e estudo de práticas de agricultura orgânica e ambientais);

- estudos regulares nas reuniões semanais sobre temáticas ambientais: consumo consciente, educação ambiental, ocupação de território a partir de análise socioculturais e ambientalmente sustentáveis;
- identificação de outros terrenos na região que pudessem ampliar o projeto;
- articulação do movimento com lideranças e outros atores do município (produtores agroecológicos, associação de catadores etc.); e
- identificação, em contato com outras famílias não participantes do projeto, de demandas sobre ocupação de território.

O cultivo do terreno do CRAS foi realizado a partir de práticas agroecológicas. Em um ano, aproximadamente, foram plantados 20 tipos diferentes de cultivares a partir de escalas de trabalho durante a semana. As pessoas participantes foram coordenadas por dois profissionais de psicologia. Durante as reuniões, algumas dinâmicas de integração foram executadas, além de promoção de palestras e organização de uma gestão compartilhada, identificando lideranças, papéis sociais, processos cooperativos e, evidentemente, a coesão do grupo. Durante o período de existência do projeto, a Psicologia trabalhava com visitas domiciliares, reuniões com lideranças do território, articulação com organizações da sociedade civil e com setores governamentais municipais, além de contatos com empresas privadas com vistas ao entendimento do território e melhoria das relações comunitárias. Todo esse trabalho era relatado nas reuniões semanais e articulado com todo o grupo.

Outro fator relevante foram os diálogos estabelecidos com diferentes áreas do conhecimento, notadamente: economia (economia solidária, economia circular, teoria do decrescimento), agronomia (técnicas de cultivo, agroecologia e agricultura orgânica) e ecologia (relações ambientais e ecossistemas), entre outras.

Durante os três anos do projeto, salientamos os principais impactos socioambientais gerados: identificação de áreas preservadas na região de atuação; identificação e preservação de ecossistemas; planejamento de modelos de gestão socioambiental e de geração de trabalho e renda; educação ambiental, gestão de resíduos sólidos; melhoria das relações comunitárias e integração entre os participantes do projeto.

Mesmo com toda mobilização e organização para a realização do projeto de Hortas Comunitárias Urbanas, encontramos muitas dificuldades para a estabilização e crescimento do projeto. As principais dificuldades foram: pouco envolvimento da gestão municipal, entraves políticos que não priorizaram esse projeto, falta de políticas públicas no setor ambiental e de desenvolvimento de projetos com maior participação e mobilização popular e a pandemia iniciada em 2020.

Responsáveis pela Prática

Participante: Natham Ribeiro Martins (CRP 04/12.572)

Psicólogo formado na UFMG em 1994, mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Psicólogo Social da Prefeitura de Nova Lima (MG) e professor universitário. Gestor do terceiro setor.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: fui estudante de agronomia na década de 1990 e, desde então, a temática sempre foi importante para mim.

Contato: nathamm@hotmail.com

Participante: Carmella de Paula Ferreira Campici (CRP 04/27.969)

Psicóloga formada pela UFMG em 2006, especialista em psicologia clínica e Psicologia Social da Prefeitura de Nova Lima (MG).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: durante a graduação em psicologia e posteriormente, atuando como técnica no projeto “Cartografias de Sentidos” do Centro de Convergência de Novas Mídias da UFMG.

Contato: carmellapfc@gmail.com

Avaliação de creches e pré-escolas: assessoria ao Ministério Público na defesa do direito à Educação Infantil

Categoria: Profissional / Estudante
Inscrito por: Raul Gomes de Almeida

A atividade de assessoria ao Grupo Especial de Atuação na Educação, Núcleo Ribeirão Preto (RP) do Ministério Público do Estado de São Paulo (GEDUC-NRP/MPSP) e ao Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial Regional Ribeirão Preto (NAT/MPSP) é realizada, desde 2018, por estudantes de graduação em Psicologia e membros ao Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (LAPSAPE/FFCLRP-USP, sites.usp.br/lapsape), efetivadas no âmbito das disciplinas-estágio “Psicologia Ambiental: Sujeito, Espaço e Território I e II”.

No MPSP, o GEDUC foi criado em 2010, com objetivo de garantir a atuação integrada, coordenada e concentrada nas políticas públicas relativas à educação, à tutela dos interesses transindividuais relacionados. Atualmente conta com a atuação de Promotorias de Justiça dos núcleos regionais de Presidente Prudente, Ribeirão Preto e São Paulo. O Núcleo de Ribeirão Preto atua em uma área com abrangência de 22 municípios e possui um Programa de Atuação Regional (PAR) com metas e objetivos para oito temas: Educação Infantil; Financiamento da Educação; Gestão Democrática; Qualidade do Ensino; Educação Especial; Educação no Campo; Educação de Jovens e Adultos e Educação no Atendimento Socioeducativo. A atuação relatada compõe as metas da Educação Infantil e da Qualidade do Ensino.

A prática relatada articula conhecimentos da Psicologia Ambiental, Educação Infantil e Psicologia do Desenvolvimento. Entre o conjunto de ações, escolhemos relatar aqui uma delas, que teve

como objetivo avaliar a qualidade de 29 instituições de educação infantil da rede direta ou conveniada de quatro municípios da base territorial de atuação do GEDUC-NRP: Ribeirão Preto, Pitangueiras, Cássia dos Coqueiros, Santa Cruz da Esperança. As avaliações buscaram subsidiar as ações do promotor de Justiça nos procedimentos administrativos e judiciais de defesa do direito ao atendimento educacional de qualidade de 0 a 6 anos de idade, em ambientes urbanos e rurais.

O primeiro projeto selecionou quatro municípios a partir das estratégias de atuação do Promotor de Justiça e da associação de dois critérios: tamanho do município (grande, médio e pequeno porte); e cobertura do atendimento considerando a demanda por vagas na Educação Infantil. Foram escolhidas 11 creches e pré-escolas, públicas e conveniadas, a seleção foi aleatória nos municípios pequenos com atendimento total da demanda e, nos maiores, feita em áreas cujo mapeamento indicava pressão pela baixa oferta de vagas.

A avaliação pautou-se no modelo misto (Silva et al., 2022), articulando a avaliação externa já consolidada no trabalho do NAT e a autoavaliação das instituições (avaliação interna).

O instrumento de avaliação externa foi composto por ficha de avaliação e observação, elaborada a partir do estudo de escalas de avaliação de ambientes para a infância: Early Childhood Environment Rating Scale – ECERS-R (Harms, Cryer, & Clifford, 2004); Infant/Toddler Environment Rating Scale ITERS-R (Harms, Cryer, & Clifford, 2007). Também foram estudados documentos nacionais: Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (MEC, 2006a); Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (MEC, 2006b); Indicadores de Qualidade da Educação Infantil Paulistana (São Paulo/SME, 2016); Critérios para um Atendimento em Creche que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (Campos, & Rosemberg, 2009). A avaliação interna foi realizada por meio dos Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (MEC, 2009).

O espaço das instituições foi tomado na sua dimensão sociofísica, sendo avaliado um conjunto de indicadores em cada uma das seguintes dimensões:

- Aspectos Gerais: estrutura, a dinâmica e o funcionamento da instituição e articulação/parceria com equipamentos socioassistenciais do bairro e entorno;
- Financiamento: especificação das origens da verba utilizada pela instituição;
- Profissionais: quadro de funcionários e os processos de seleção e formação continuada;
- Estrutura física: caracterização dos espaços da instituição, suas condições de segurança e higiene, adaptação para deficientes, configuração para atender às necessidades de desenvolvimento das crianças, inclusive aquelas relativas à personalização e uso do espaço;
- Documentação pedagógica: indicadores sobre projeto político pedagógico, práticas de planejamento, registro e avaliação;
- Recursos materiais: equipamentos, materiais e brinquedos;
- Rotina das crianças: distribuição das atividades e tempos;
- Relação com as famílias: formas de relação, comunicação e participação das famílias;
- Promoção de saúde: práticas de promoção de saúde e protocolos adotados pela instituição;
- Verificação de documentos e alvarás de funcionamento.

Nas visitas, a observação dos espaços associava-se a conversas com funcionários e, por vezes, com as famílias presentes na instituição. Também houve registros fotográficos dos espaços com a anuência da instituição e sem a presença de adultos ou crianças, com finalidade de memória para a elaboração dos relatórios técnicos.

Cada instituição foi objeto de um relatório técnico – principal instrumento de mediação da Psicologia no procedimento de acompanhamento de política pública (PAA) – que serviu para a

composição do Relatório Síntese e um Relatório Executivo. Os relatórios continham avaliações com indicações de ações tanto para as instituições como para os municípios. Os pontos críticos e urgentes foram encaminhados em reunião com o Promotor de Justiça, para providências, geralmente relativas a condições físicas precárias e falta de mobiliário. As demais indicações resultaram em outros procedimentos de acompanhamento de política pública.

A avaliação interna foi preparada por um momento formativo no MP com a participação de gestores das creches e pré-escolas. Eles/as constituíram equipes para a preparação da autoavaliação, elaboração do cronograma de trabalho e mobilização de profissionais e famílias, estimulando a participação democrática do processo.

Um terceiro momento buscou dialogar com as avaliações externa e interna, em reunião com apresentação da autoavaliação por parte das instituições. Nessa conjunção, cada instituição elaborou um Plano de Ação para melhoria da qualidade, para acompanhamento e monitoramento da equipe do NAT e dos/as estagiários/a por dois anos. Durante o processo de monitoramento, uma das creches havia sido interditada pela própria prefeitura, porque apareceram rachaduras nas paredes e o solo do parquinho estava cedendo. As visitas de monitoramento também foram momentos de escuta das gestoras das creches e pré-escolas que acenavam a dificuldade de estarem na posição de avaliadas, mas, ao mesmo tempo, afirmavam a importância das avaliações pelo GEDUC-NRP como aliadas na disputa por recursos e melhorias das condições estruturais das instituições no município. Essas avaliações de participação no processo reafirmam a construção de um modelo de avaliação pautado na promoção da qualidade dos espaços educacionais para crianças de 0 a 6 anos de idade, e não na mera fiscalização.

O Projeto Acompanhamento da Política de Convencimento do Município de Ribeirão Preto foi realizado por meio da avaliação externa, com o uso da ficha elaborada no projeto anterior. Foi avaliado

o conjunto de instituições conveniadas no município, exceto as que já haviam sido avaliadas no projeto anterior, totalizando 18 creches e pré-escolas. A devolutiva dos relatórios às instituições também foi realizada em reunião com todas as gestoras e coordenadoras. A perspectiva da promoção da qualidade, nesse procedimento, foi construída por ações e desdobramentos com a equipe de supervisão de educação infantil do município, que monitora as instituições conveniadas.

As ações relatadas, assim como as demais atividades de assessoria ao GEDUC-NRP, evidenciam a contribuição da Psicologia Ambiental no que se refere à avaliação de ambientes e instituições educacionais e, mais particularmente, vinculadas às ações do Ministério Público, apontam para a sua potência no controle e incidência de políticas públicas e de promoção de espaços educacionais de qualidade para a infância.

Referências

Campos, M. M., & Rosemberg, F. (2009). Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. (6. ed.). Brasília, DF: MEC, SEB. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>.

Harms, T., Cryer, D., & Clifford, R. M. (2004). *Infant/Toddler Environment Rating Scale (ECERS-R): Revised edition*. Teachers College Press.

Harms, T., Cryer, D., & Clifford, R. M. (2007). *Infant/Toddler Environment Rating Scale (ITERS-R): Revised edition*. Teachers College Press.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2006a). *Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil*. Brasília, DF: MEC, SEB. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/miolo_infraestr.pdf

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2006b). *Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC, SEB. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. (2009). *Indicadores de qualidade na educação infantil*. Brasília, DF: MEC, SEB. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf

Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. (2016). *Indicadores de qualidade da educação infantil paulistana*. São Paulo: SME/DOT.

Silva, A. P. S., Macedo, B. O., Gual, L. R., Stencel, L. M., & Almeida, R. G. (2022). Avaliação mista para promoção da qualidade da educação infantil: Potencialidades e tensões em produção coletiva. *SciELO Preprints*. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.3631>

Responsáveis pela Prática

Participante: Raul Gomes de Almeida

Doutorando e Mestre em Psicologia Social pelo IP-USP (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo). Psicólogo pela FFCLRP-USP (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: A aproximação com a Psicologia Ambiental e as Relações Pessoa-ambiente ocorreu no quarto semestre da graduação, na disciplina optativa “Psicologia Ambiental e Problemas Ambientais”, ministrada pela Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva. Posteriormente, nos últimos dois semestres do curso de graduação, realizei o estágio na área a partir da disciplina-estágio “Psicologia Ambiental: Sujeito, Espaço e Território”.

Contato: raul.gomes.almeida@usp.br

Participante: Bianca Oliveira de Macedo

Psicóloga, graduada e mestranda pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP). Membro do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas (LAPSAPÉ).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: A aproximação com a Psicologia Ambiental se deu ainda na graduação com uma disciplina optativa na temática. Posteriormente ingressei no LAPSAPÉ, participando de um projeto de extensão realizado em um Núcleo da Criança e do Adolescente, esse objetivava promover a apropriação do espaço pelas crianças, por meio de atividades lúdicas. Implicada com o projeto, também participei do estágio de psicologia ambiental ao final da graduação e iniciei meu mestrado nesta temática.

Contato: bianca_macedo_@hotmail.com

Participante: Laura Resende Gual

Psicóloga, graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: A aproximação com a Psicologia Ambiental deu-se com a disciplina “Psicologia Ambiental e Problemas Ambientais” e a disciplina-estágio “Psicologia Ambiental: Sujeito, Espaço e Território”, ministradas pela Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva. Também ingressei no Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas (LAPSAPE/USP) para realização de pesquisa de iniciação científica na área.

Contato: laurargual@gmail.com

Participante: Leticia Michele Stencil

Psicóloga, graduada e mestranda pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP). Membro do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas (LAPSAPE).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: No quarto semestre da graduação, na disciplina optativa “Psicologia Ambiental e Problemas Ambientais”, ministrada pela Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva e na disciplina-estágio “Psicologia Ambiental: Sujeito, Espaço e Território”, ao fim do curso. Também ingressei no Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas (LAPSAPE), realizando pesquisas de iniciação científica e mestrado na área.

Contato: leticia.m.stencil@gmail.com

Participante: Alice Vieira de Albuquerque

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (2011) e mestrado em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia, na mesma universidade (2018), na área de epistemologia da psicanálise freudiana. Exerce o cargo de Analista de Promotoria I, no Ministério Público do estado de São Paulo, na especialidade Psicóloga, lotada na Promotoria de Justiça de Ribeirão Preto, iniciou o exercício em maio de 2012. Atua na assessoria técnica às promotorias de justiça na área de Psicologia, Direitos Humanos e Políticas Públicas.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato profissional com as relações pessoa-ambiente ocorreu a partir de parceria estabelecida entre o núcleo de assessoria técnica em que atuo no Ministério Público do estado de São Paulo e o LAPSAPE (Laboratório de Psicologia socioambiental e práticas educativas) da USP de Ribeirão Preto, em um projeto para avaliar a qualidade da educação infantil em instituições da região, a partir de um modelo misto de avaliação (*bottom-up* e *top-down*).

Contato: alicev.albuquerque@gmail.com

Participante: Pâmela Migliorini Claudino da Silva

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca (2022-), mestra em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (2016), graduada em Serviço Social pela UNESP/Franca (2005). Tem especialização em Políticas Públicas: Estratégias para elaboração e gestão de projetos sociais pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP (2013). Atua no Ministério Público do Estado de São Paulo – Área Regional de Ribeirão Preto, onde exerce o cargo de analista de promotoria I – assistente social, compondo o Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial – NAT-RP. É também assistente social na Unidade de Emergência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (UE-HC/FMRP-USP).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato profissional com as relações pessoa-ambiente se deu em 2017, por meio de processos de assessoria técnica ao GEDUC-Núcleo Ribeirão Preto do Ministério Público de SP, que contou com o apoio e parceria da docente e dos estagiários do LAPSAP/USP em dois procedimentos mais especificamente: um de avaliação da qualidade da educação infantil em alguns municípios da região de Ribeirão Preto e outro sobre a avaliação da qualidade da educação infantil em instituições conveniadas à Prefeitura de Ribeirão Preto.

Contato: pamelamigliorini@yahoo.com.br

Participante: Rachel Fernanda Matos dos Santos

Graduada em Serviço Social pela Unesp de Franca (2004); Especialização em Políticas Públicas e Direitos Sociais pela Unifeb/Barretos (2015); Mestre em Serviço Social pela Unesp (2018). Assistente Social do MPSP. Atuação pelo Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial – NAT Ribeirão Preto, desde 2007. Docente do curso de graduação em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana de Ribeirão Preto (2022).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio de parceria estabelecida com o LAPSAP/USP, para atuação em procedimentos do GEDUC-NRP, nas áreas de Educação Infantil e Qualidade da Educação.

Contato: rachelsantos@mpsp.mp.br

Participante: Ana Paula Soares da Silva

Psicóloga, Coordenadora do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Práticas Educativas (LAPSAP) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP). Ministra disciplinas na graduação em Psicologia nas áreas de Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Ambiental. É docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP-USP. Orienta trabalhos de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Os temas de interesse para a pesquisa e as atividades de extensão são: relações sujeito-ambiente em contextos rurais,

periurbanos e urbanos; educação infantil em áreas urbanas e rurais; subjetividade, educação e infância nos territórios rurais e da reforma agrária; apropriação da cidade; espaço e relações intergeracionais.

1ª Contato com a Psicologia Ambiental: Meu primeiro contato com a Psicologia Ambiental se deu quando eu era estudante de Psicologia, em 1990, por intermédio da querida e saudosa Profa. Mara Ignez Campos de Carvalho, que ministrava a disciplina optativa “Psicologia Ambiental e Problemas Ambientais”, no curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP). De 2012 a 2014, realizei meu Pós-Doutorado sob supervisão da Profa. Eda Terezinha de Oliveira Tassara, no Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção (LAPSI/IPUSP). De 2014 a 2018, assumi a disciplina que era ministrada pela Profa. Mara e, ainda em 2018, ela foi transformada nas disciplinas-estágio “Psicologia Ambiental: Sujeito, Espaço e Território I e II”, sob minha responsabilidade.

Contato: apsoares.silva@usp.br

Agradecimento:

Este trabalho só foi possível graças à existência do GEDUC–NRP/MPSP e às ações de seus membros: Promotor de Justiça Naul Felca e a equipe composta por Gabriela Oliveira Lacerda, Luciana Leoncini e Mariana Gomes Sequeiros. Agradecemos também ao Promotor de Justiça aposentado, Marcelo Pedroso Goulart, que deu início aos trabalhos do GEDUC-NRP/MPSP e o coordenou de 2016 a 2018.

O que tem nos arredores da escola?

Categoria: Profissional
Inscrito por: Ingrid Luiza Neto

A experiência foi realizada em 2018, no Distrito Federal, durante a paralisação dos caminhoneiros, que fez com que os combustíveis deixassem de ser entregues nos postos de várias cidades e que as aulas nas instituições de ensino fossem temporariamente suspensas. Esta realidade evidenciou que a mobilidade nas grandes cidades depende do uso de veículos motorizados, o que pode ser amenizado pelo encorajamento de outras formas de locomoção, como a bicicleta ou o andar a pé (Goodwin, 1997). Este tipo de mobilidade contribui para desafogar o sistema de transporte rodoviário, diminuir os índices de congestionamento, reduzir os índices de poluição do ar e sonora e a incidência de acidentes de trânsito (Lopes, Correa, Silva, & Rodrigues, 2019). Ao andar a pé ou pedalar, as pessoas percebem o ambiente da cidade de uma forma mais minuciosa, estabelecendo maior contato com a comunidade e senso de pertencimento ao bairro, vivenciando o espaço das ruas e da cidade (Newman, & Kenworth, 2007).

A experiência, que buscou sensibilizar estudantes sobre a mobilidade ativa na cidade, foi realizada em uma escola pública, com oito alunos do ensino integral, uma escola particular, com 14 alunos do ensino fundamental, e em uma universidade privada, com 21 estudantes de diversos semestres e cursos.

O projeto foi desenvolvido em três momentos: 1) roda de conversa, para levantar os meios de transporte mais utilizados em seu cotidiano; 2) mapeamento mental dos arredores da escola, utilizando um mapa da região da escola e do ambiente circundante, post-its em que escreviam suas impressões sobre os lugares e adesivos contendo *emojis* e símbolos que possibilitavam uma avaliação lúdica dos lugares; e 3) atividades de culminância, considerando as especificidades e as demandas locais.

Na escola particular, foi realizado um circuito de brincadeiras sobre mobilidade ativa (jogo da memória sobre poluição urbana causada pelos veículos, lousa lúdica sobre mobilidade ativa x sedentarismo, jogo do engarrafamento maluco e maquete móvel). Na escola pública, foi elaborado o varal dos desejos, em que os estudantes desenhavam e escreviam o que desejavam que fosse melhor ao redor da escola. Na universidade, foi feita a técnica do *walk around the block*, em que os estudantes caminhavam nos arredores da universidade, descrevendo e registrando em fotografias os aspectos ambientais que lhe chamavam a atenção (Günther, 2003).

Durante as atividades foi possível introduzir com os alunos a temática da mobilidade urbana de forma lúdica, ressaltando como é importante ter cidades mais sustentáveis. Foi debatido que, ao morar perto da escola ou do trabalho, as pessoas podem fazer mais deslocamentos a pé ou de bicicleta, já que os trajetos são mais curtos. Por outro lado, foi ressaltado que quanto maior a distância entre os locais, mais ficamos dependentes dos transportes motorizados. Consequentemente, teremos mais congestionamentos e poluição na cidade, impactando em nossa saúde física e mental.

Verificou-se que as crianças da escola particular conheciam pouco os arredores da escola. Este resultado pode estar relacionado ao fato de que a maioria das crianças utilizarem o carro para ir até a escola, o que pode diminuir sua percepção sobre o local. Ao utilizar o carro, as crianças tendem a observar sempre os mesmos marcadores, não prestando atenção às especificidades da região.

Já na escola pública, claramente os estudantes demonstraram conhecer mais os arredores da escola, provavelmente porque vivenciam a cidade não dentro dos carros, mas de bicicleta, a pé ou de ônibus. Este último, apesar de também se configurar com um modo de transporte motorizado, permite que as pessoas tenham um maior raio de ação na cidade do que o carro, especialmente ao passar por locais desconhecidos ou não escolhidos pelo usuário. Ao utilizar o carro, segue-se a rota

escolhida, que geralmente é a mesma rota de sempre e a que tem a menor distância possível. Já no ônibus, o usuário passa por diversos locais, que provavelmente não seriam explorados ao usar o carro.

A abordagem teórica da percepção de ação específica (Proffitt, Stefanucci, Banton, & Epstein, 2003) indica que o observador percebe o ambiente em termos de sua capacidade de agir nele. Assim, ao usar a bicicleta ou realizar caminhadas, como no caso da escola pública atendida neste projeto, pode-se ampliar a percepção ambiental das pessoas (Newman, & Kenworth, 2007). Aumenta-se, portanto, a sensação de que é possível agir sobre este ambiente, adotando um maior raio de ação na cidade.

Como era de se esperar, os estudantes adultos apontaram muitos marcadores importantes ao redor do campus. Este resultado é explicado pela própria fase do desenvolvimento em que se encontram, que lhes permite ter mais autonomia para realizar seus trajetos. Consequentemente, apresentaram uma visão mais abrangente do ambiente, tecendo críticas e sugestões ao realizarem o mapa mental. Estudantes que utilizaram o ônibus, que eram a maioria, apresentaram percepção sobre os arredores do campus mais voltada para os aspectos vivenciados no trajeto que fazem a pé, entre a parada de ônibus e o edifício da universidade. Já os usuários de automóvel e motocicleta indicaram problemas referentes à ausência de estacionamento no local.

Durante todas as atividades, foram levadas em consideração as verbalizações e as representações dos estudantes, para proporcionar a reflexão sobre os impactos que o uso excessivo do automóvel pode repercutir na cidade e na vida das pessoas, tais como a poluição, trabalhada no jogo da memória, e o sedentarismo e a obesidade, trabalhados na lousa lúdica. Estimulou-se que as crianças pensassem em como a escola poderia melhorar a estrutura para o pedestre e para o ciclista, e as crianças verbalizaram que poderia melhorar as calçadas ao redor da escola e que poderia ter menos carros e mais lugares para andar de bicicleta.

Por fim, utilizar a paralização dos caminhoneiros como mote foi muito positivo, pois os estudantes “sentiram na pele” as consequências da supremacia e da dependência excessiva que temos dos veículos motorizados, facilitando a aprendizagem dos temas trabalhados pelo projeto. Pensar sobre os arredores da escola, também foi relevante, pois se partiu da realidade dos estudantes para uma discussão mais ampla sobre mobilidade ativa, tornando a aprendizagem mais significativa. Assim, avalia-se que o objetivo traçado foi alcançado com êxito, possibilitando aos estudantes a reflexão sobre os impactos da mobilidade urbana em nossa vida, em nossa cidade e, especialmente, no espaço ao redor da escola.

Referências

Goodwin, P. (1997). Mobility and car dependence. In T. Rothengatter, E. Carbonell (Eds.), *Traffic and transport psychology* (pp. 449-64). Pergamon, Amsterdam, Netherlands.

Günther, I. A. (2003). Espaços de vida. Aspectos da relação homem-ambiente. *Estudos de Psicologia*, 8(2), 341-3.

Lopes, A. S., Correa, J. D. S., Silva, T. C., Rodrigues, Y. S. (2019). Os impactos gerados pela greve dos caminhoneiros no Brasil e a resiliência nos equipamentos e serviços turísticos. *Cenário*, 7(12), 59-72.

Newman, P., Kenworthy, J. (2007). Sustainable urban form: Transport infrastructure and transport policies. In T. Gärling, & L. Steg (Eds.), *Threats from car traffic to the quality of urban life: Problems, causes, and solutions* (pp. 293-311). Oxford: Elsevier.

Proffitt, D. R., Stefanucci, J., Banton, T., Epstein, W. (2003). The role of effort in perceiving distance. *Psychological Science*, 14(2), 106-12.

Responsáveis pela Prática

Participante: Ingrid Luiza Neto

Doutora em Psicologia Social, do trabalho e das Organizações, pela Universidade de Brasília. Professora titular e coordenadora do Laboratório de Psicologia do Trânsito no Centro Universitário do Distrito Federal. Membro do Laboratório de Psicologia Ambiental da UnB.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Tive meu primeiro contato formal com as relações pessoa-ambiente em 2007, ano em que iniciei o mestrado no Laboratório de Psicologia Ambiental da UnB. Desde então, tenho me dedicado aos estudos na área de psicologia ambiental, com enfoque em mobilidade ativa e educação para o trânsito.

Contato: ingridluizaneto@gmail.com

Reflexões em rodas de conversa com adolescentes sobre mudanças climáticas

Categoria: Profissional

Inscrito por: Hellen Chrystianne Lucio Barros

Esta prática correspondeu à realização de rodas de conversa com adolescentes, em cenário escolar, articulada e derivada de uma pesquisa referente à realização da tese de doutorado. Os objetivos da prática foram, por uma ótica interventiva, atender ao solicitado pelos professores das escolas participantes da pesquisa e proporcionar aos adolescentes um momento de reflexão sobre conceitos associados às Mudanças Climáticas, favorecendo a construção de um posicionamento que levasse em conta implicações locais do problema e os esclarecimentos sobre como poderiam se engajar em soluções possíveis.

Foram realizadas nove rodas de conversa, com turmas do Ensino Médio, sete delas na cidade de Natal (cinco em uma escola privada e duas em uma pública), e as outras duas foram em uma escola pública, na cidade de São Miguel do Gostoso, no interior do estado do RN. As rodas ocorreram durante o primeiro semestre de 2018, com um encontro cuja duração variou entre 1 e 2 horas. Práticas como estas se justificam pela necessidade de estimular a fala de jovens, criar um espaço de diálogo sobre o tema MCs, e a partir daí promover a construção de caminhos interventivos pró-ecológicos viáveis. A tradução local de problemas humano-ambientais globais se faz de extrema urgência para possibilitar o engajamento em comportamentos condizentes com estilos de vida mais sustentáveis no cotidiano (Corner et al., 2015).

Rodas de conversa são um excelente caminho metodológico para estes objetivos; porque, além de proporcionar o aprofundamento sobre ideias comuns e divergentes entre os membros de uma sala de

aula, também propicia a construção de sentidos, estando entrevistados e entrevistador envolvidos na produção desse conhecimento (Melo, & Cruz, 2014). Há o reconhecimento de um caráter pedagógico nas rodas de conversa, que têm como precursor o trabalho de Paulo Freire e o chamado círculo da cultura (Freire, 1987). Nesse sentido, o termo se refere a encontros com produção e ressignificação dos conhecimentos e se baseia na horizontalização das relações de poder. As rodas são espaços que possibilitam a construção de novas formas de enxergar assuntos diversos, em um movimento contínuo de perceber, refletir, agir e modificar (Sampaio et al., 2014).

Para realização das rodas, montamos uma apresentação disparadora com imagens selecionadas que representavam resultados registrados por aqueles mesmos adolescentes em questionário aplicado a eles em momento anterior. A cada slide/imagem passada, eles eram questionados sobre o que achavam, e aguardávamos as respostas de quem quisesse falar, mediando o debate quando necessário. Dessa forma, foram trazidas para o debate questões sobre as principais causas das MCs, principais consequências locais, soluções possíveis e engajamento local.

Também foram feitas questões sobre o viés do otimismo (Gifford et al., 2009), referindo-se à crença de que eventos indesejáveis são menos prováveis de acontecer à própria pessoa e mais prováveis de acontecer aos demais. Esse viés havia sido identificado no questionário aplicado; os adolescentes avaliaram que as MCs eram mais arriscadas para o mundo do que para suas cidades. Com a realização das rodas, os adolescentes puderam debater sobre o porquê da existência desse viés e sobre como percebiam as MCs em suas localidades. Por fim, questionamos sobre o sentimento de conectividade com a natureza. Foram utilizados os círculos de Schultz (2002), em uma versão adaptada com apenas três pares de círculos, em que um círculo representava “você mesmo” e o outro a “natureza”, e suas proximidades representavam o sentimento de conectividade. A partir

disso, contabilizamos quantos adolescentes optaram por qual dos três pares (representando ausência de conectividade, conectividade parcial, ou conectividade total), questionamos o motivo e como enxergavam essa conectividade.

Essa prática possui uma grande interface entre Psicologia e Educação, contribuindo para o fortalecimento de uma educação socioambiental e formação de professores, que levem em conta não apenas a problemática ambiental local e concreta, como um cano de água estourado em nossa rua ou o lixo que juntamos, mas também problemas ambientais globais, de difícil visualização, com potenciais impactos nas vivências locais, já documentados por instituições como o Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC).

Foi possível perceber que os participantes tinham forte desejo por falar de assuntos relacionados ao meio ambiente e, apesar de imprecisões conceituais, eles possuíam vastas informações sobre as complexas relações das MCs em variados níveis, sociais, ambientais, políticos e econômicos. Ao serem convidados a refletir sobre impactos locais, foi possível também construir o entendimento de interconexões entre efeitos das MCs, mencionando risco de falta de água potável, mudanças no padrão de chuvas, consequentes impactos na lavoura, fauna, flora e na saúde humana.

As soluções pensadas pelos jovens disseram respeito à esfera global e política, mas eles também se autoimplicaram, refletindo sobre a importância do voto, do consumo consciente e da economia de recursos. Por fim, a maioria dos adolescentes se avaliou como sendo parcialmente conectados com a natureza; pois, apesar de gostarem de estar em contato com ela e de acharem relevante pensar o cuidado com o meio ambiente, avaliaram que podem e devem se engajar em mais comportamentos nesse sentido. Ressalta-se, portanto, a pertinência do diálogo entre psicólogos e educadores na criação de projetos, no cenário escolar, que lidem com temáticas globais de relevância social e ambiental, de modo a incentivar estilos de vida mais sustentáveis.

Referências

- Corner, A., Roberts, O., Chiari, S., Völler, S., Mayrhuber, E. S., Mandl, S., & Monson, K. (2015). Engaging young people with climate change. *WIREs Climate Change*, 6, 523-34.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido* (17. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gifford, R., Scannell, L., Kormos, C., Smolova, L., Biel, A., Boncu, S. ...Uzzell, D. (2009). Temporal pessimism and spatial optimism in environmental assessments: an 18-nation study. *Journal of Environmental Psychology*, 29, 1-12.
- Melo, M. C. H., & Cruz, G. de C. (2014). Roda de conversa: Uma proposta metodológica para a construção de um espaço de diálogo no ensino. *Imagens da Educação*, 4(2), 31-9.
- Sampaio, J., Santos, G. C., Agostini, M., & Salvador, S. A. (2014). Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. *Interface Comunicação Saúde Educação*, 18(2), 1.299-312.
- Schultz, P. W. (2002). Inclusion with nature: understanding the psychology of human-nature relations. In P. Schmuck, & P. W. Schultz (Eds.), *The psychology of sustainable development* (pp. 61-78). Nova York: Springer.

Responsáveis pela Prática

Participante: Hellen Chrystianne Lucio Barros

Psicóloga, formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte em 2009, com Mestrado e Doutorado em Psicologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora do curso de Psicologia da Universidade Potiguar. Docente do Mestrado Profissional em Psicologia Organizacional e do Trabalho, da Universidade Potiguar. Especialista em Psicologia Escolar e Educacional.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Por meio da graduação, como bolsista de iniciação científica do Grupo de Estudos Inter-Ação Pessoa-Ambiente, na UFRN, em 2006. A partir daí, realizei mestrado e doutorado sob orientação do professor José Pinheiro, atuando na prática docente com psicologia ambiental desde então.

Contato: hellenwbarros@hotmail.com

Participante: José Q. Pinheiro

Professor titular na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-graduação em Psicologia e coordenador do Grupo de Estudos Inter-Ações Pessoa-Ambiente.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Concluiu o Curso de Formação de Psicólogos

pela Universidade de São Paulo (1974), licenciatura em Psicologia (USP, 1975), mestrado em Psicologia Social (USP, 1986) e doutorado em Psicologia Ambiental, pela Universidade do Arizona (Tucson, EUA, 1996).

Contato: pinheirojq@gmail.com

Liberdade: o ir e vir para todos

Categoria: Profissional

Inscrito por: Leila Arrua Saccomanno

O Projeto Educacional “Liberdade: O Ir e Vir para Todos” contempla conceitos específicos sobre a diversidade. O “sentir” e o “pensar” de uma pessoa com deficiência, a importância da acessibilidade e visa ao desenvolvimento de uma participação ativa diante de um problema. Participar ativamente de atividades voltadas às questões de inclusão, segurança e integridade física de pessoas com deficiência facilita o convívio em sociedade, pois favorece a aceitação e conscientização das diferenças humanas para o fim do constrangimento e preconceito. Isto sugere a importância da mudança de comportamento, por parte da população, em relação à integração total de pessoas com deficiência na sociedade. O objetivo, portanto, seria desenvolver um olhar crítico humano para questões de acessibilidade em busca de uma comunidade mais igualitária.

O relato exposto, a seguir, apresenta a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaços, vias públicas e transportes coletivos assim como o proposto pela normativa de acessibilidade urbana (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004).

Com esse propósito, foi realizado um trabalho em formato de oficinas para 16 jovens de 12 a 17 anos, participantes de uma Instituição sem fins lucrativos, localizada na periferia de Mogi das Cruzes (SP), que visa à capacitação de jovens. O projeto foi desenvolvido em quatro encontros:

1 – Diversidade Social: Dificuldades na Inclusão e Acessibilidade.

Foi trabalhada a dinâmica do “Eu sou diferente”, com o objetivo de perceber os valores pessoais de cada um dos participantes. Criou-se terreno para que eles se percebessem como seres únicos.

Os participantes foram convidados a citar características físicas e psicológicas que contemplassem sua unicidade.

2 – O Sentir e O Pensar de uma pessoa com deficiência.

Foi proposta a vivência que permitiu refletir e compreender os sentimentos de uma pessoa com deficiência visual para facilitar a discussão a respeito do tema. Metade dos participantes foram vendados e a outra metade ficou de suporte, para que pudessem assim permanecer por um dia e fazer as atividades cotidianas como comer, ir ao banheiro, participar de outras oficinas. Ficaram expostos a condições que os sensibilizaram para a reflexão de como as dimensões referentes a espacialidade, territorialidade e privacidade se articulam em pessoas com tais limitações. Conceitos que, de acordo com Paranhos e Bassani (2011), são fundamentais quando se aborda inclusão, pois influenciam diretamente no processo de apropriação de espaço. Finalizou-se o encontro discutindo sobre a importância das leis para esse público.

3 – A importância da Acessibilidade.

Os objetivos desse encontro foram ensiná-los a comunicar seu nome em Libras e estimular a linguagem e o interesse pela comunicação de pessoas com deficiência auditiva. Foram reproduzidos vídeos que pudessem gerar empatia. Também elaboramos uma carta para essas pessoas com palavras de compreensão, apoio e incentivo considerando que as relações sociais também são possibilitadoras de apropriação de lugar.

4 – Objetos, Espaço e Comunidade Adaptada para Contribuir com Acessibilidade

O objetivo do encontro final foi auxiliá-los na identificação de um ponto de vulnerabilidade na estrutura urbana de suas casas ou da instituição para que pudessem pensar em uma proposta de mudança.

Ou seja, uma forma de despertar atitudes que colaborassem para solução de um problema. Os participantes criaram sinalizações de modificações que fariam nas estruturas e apresentaram-nas em cartazes. Uma ideia advinda da atividade foi a criação de sinalizações no chão, como nas estações de trem e metrô, e adaptação de rampas na própria instituição. O grupo também pode verbalizar e escrever estratégias de inclusão social, como, por exemplo, cada dia teria um colega responsável por uma pessoa com deficiência para ajudá-la no que fosse preciso e, conseqüentemente, auxiliá-la no processo de integração social.

A oficina evidencia a possibilidade de apropriação de espaço que esses jovens trilharam, tendo para si aquele espaço coletivo, participando ativamente das modificações e se modificando a partir delas. Essa apropriação de espaço é constantemente estudada pelo Núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica do PPG em Psicologia Clínica – PUC-SP, coordenado pela Profa. Dra. Marlise A. Bassani.

Deste grupo se originam trabalhos voltados à Psicologia Ambiental e se debruçam práticas voltadas para as relações pessoa-ambiente em distintos cenários, dando mais visibilidade à atuação do psicólogo ambiental por meio de produções que contribuam para as compreensões e intervenções em problemas humano-ambientais.

Os jovens se mostraram muito interessados desde o começo. A oficina propunha uma parte prática e vivencial que os instigou a se colocarem no lugar do outro, o que corroborou imensamente as reflexões apresentadas. Muitos relataram nunca terem imaginado como seria vivenciar uma limitação e descobertas de novas possibilidades para exercício da cidadania.

A partir do relato desse projeto implementado, abrem-se reflexões sobre pesquisas em Psicologia Ambiental que integrem aprofundamento conceitual a propostas de intervenção, de modo a contribuir para promoção de políticas para acessibilidade, apropriação

de espaços públicos culturais, procurando ampliar a qualidade de vida da população geral, sem se esquecer dessas minorias que possuem implicações cotidianas, diretamente ligadas a seu bem-estar e seu bem viver.

Referências

Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2004). *NBR 9.050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT.

Paranhos, M., & Bassani, M. A. (2011). “Se essa rua fosse minha...” A apropriação de espaços por deficientes visuais e desafios na metrópole. *In: M. A. Bassani, Vida urbana: Estudos em psicologia ambiental* (pp. 72-94). Santo André: ESETEC.

Responsáveis pela Prática

Participante: Leila Arrua Saccomanno

Psicóloga e Licenciada em Psicologia da Educação pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC) – SP. Especialista em Logoterapia e Análise Existencial Frankliana, pela Sociedade Brasileira de Logoterapia (SOBRAL). Mestranda pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) – SP, em Psicologia Clínica no Núcleo de Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica sobre o viés da Psicologia Ambiental. Atua como psicóloga clínica em consultório particular, na área escolar como psicóloga educacional e possui experiência nas áreas de psicologia do esporte e do envelhecimento.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O contato com as práticas psicológicas voltadas para as questões humano-ambiente aconteceu em uma disciplina na graduação do curso de psicologia, na qual foram analisadas as características dessa relação, tratando-se especificamente das emergências e catástrofes. Aprofundando aspectos de simbolismo, apego ao lugar e desenvolvendo a compreensão da necessidade de atuação do psicólogo ambiental nesses tipos de cenários, abriu-se um amplo caminho de atuação e se tornou o foco do interesse de estudo desde essa experiência, que considera o modo como a pessoa estabelece sua relação com tudo que a rodeia, fornecendo para nós, psicólogos, a possibilidade de elaborar formas de manejo com vistas à sustentabilidade e a qualidade de vida.

Contato: arrualeila@gmail.com

Participante: Marlise Aparecida Bassani

Sou bacharel, licenciada e psicóloga formada em 1978, pela então Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Mestre e Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC-SP. Professora titular da Pós-Graduação em Psicologia Clínica e do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde da PUC-SP e atual coordenadora do mesmo Programa de Pós-Graduação. Desde 2009, coordeno o Núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica do PPG em Psicologia Clínica – FACHS/PUC-SP. Sou líder do Grupo de Pesquisa Certificado PUC-SP/CNPq Estudo e Pesquisa das Práticas Clínicas em Psicologia: pressupostos, transformações e interfaces.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu contato com a Psicologia Ambiental foi em 1978, ao apresentar meu primeiro trabalho na Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), a partir da aquisição do livro *Psicología Ambiental: el hombre y su entorno físico*, organizado por Proshansky, Iltenson e Rivlin (Trillas, 1974). Criei em 1997 o Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Ambiental e Saúde, na PUC-SP. A partir de 2000, o trabalho foi ampliado para a Pós-Graduação em Psicologia Clínica, no Núcleo de Psicossomática e Psicologia Ambiental.

Contato: marlise@pucsp.br

Projeto cãodeirante: a adoção de pets com deficiência

Categoria: Profissional
Inscrito por: Sophia Porto Kalaf

A prática relatada foi desenvolvida a partir de uma problemática, em 2020, em um projeto social denominado “Projeto Cãodeirante”, localizado na cidade de São Paulo. Teve como propósito dar visibilidade e promover adoção de pets com deficiência. A convivência com animais de estimação tem ganhado cada vez mais espaço e eles estão deixando de ocupar o lugar do “cão de quintal” para morar dentro de apartamentos nos centros urbanos, tornando-se parte da unidade familiar. Discussões atuais acerca da dominação do humano frente aos fenômenos da natureza e, em paralelo, a imprevisibilidade nas relações entre pessoas nos trazem para este tema atual e emergente: teriam os animais de estimação entrado, aos poucos, em narrativas familiares como consequência de tamanhas incertezas nas relações pessoa-ambiente?

Os animais de estimação fazem parte do lar e do ambiente em que se vivem. Um mesmo espaço adquire sentidos diferentes, partindo da experiência a qual ele nos remete naquele determinado momento da vida (Bassani, 2020). Ao dividirmos nossa morada com os animais de estimação, eles fazem parte do nosso retorno ao lar após um dia intenso de trabalho, por exemplo. Parece tratar-se de uma relação de troca previsível que, ao dar amor, recebe dele aquilo que, à nossa interpretação humana, também seria amor. Do animal podemos esperar fidelidade e lealdade, já do humano não podemos ter qualquer garantia.

Apesar de vermos cada vez mais a inserção dos animais de estimação na vida das pessoas, a realidade dos abrigos de animais domésticos, em contrapartida, é reflexo do abandono de animais

no Brasil e de uma condução de políticas públicas insuficientes. Quando uma pessoa busca adotar um cão, muito frequentemente traz preferências de perfis preestabelecidos, como a escolha por filhotes ou por adultos de porte pequeno. Como consequência disso, cães de porte grande, idosos ou com deficiência acabam por não terem qualquer interessado e são sujeitos a passarem a vida no abrigo.

A prática iniciou-se com o caso de Vitório, cão com paralisia de membros inferiores e diagnóstico de hemofilia (condição que afeta a coagulação do sangue), estava em busca de um lar definitivo. Tinha sido resgatado pelo projeto após denúncia de maus tratos e após um ano de resgate, Vitório recebeu pretendentes para a adoção.

A iniciativa foi realizada seguindo as etapas:

1. Questionário preliminar:

Foi solicitado ao adotante que respondesse um questionário escrito, via Google Forms, que fornece um panorama geral e mais amplo. Foram abordados fatores como: dinâmica da casa, rotina dos moradores, estilo de vida que levam, existência ou não de outros animais na casa, descrição do ambiente da casa e especificações sobre a segurança do animal no ambiente (considerando a especificidade do Vitório, sendo um cão cadeirante e hemofílico).

2. Entrevista com os adotantes:

Por meio das respostas dadas no questionário, foram realizadas duas entrevistas com os adotantes, cada uma com duração de aproximadamente 1 hora. Foi possível compreender suas expectativas em relação à adoção, além de tirar todas suas dúvidas. Quanto aos espaços e ambientes, foi orientado:

Ambiente interno (dentro da casa):

- Colocar tapetes antiderrapantes no piso, de modo a evitar que o cão fique deslizando;

- Não utilizar a cadeira de rodas dentro de casa, já que com ela o animal não consegue se sentar ou deitar;
- Evitar contato do cão com móveis ou objetos que pudessem ferir e gerar sangramento (cuidado necessário no quadro de hemofilia);
- Utilizar comedouros elevados, para gerar maior conforto no momento de o cão alimentar-se ou hidratar-se;
- Selecionar um local em que seria ideal realizar o manejo de esvaziamento da bexiga e troca de fraldas.

Ambiente externo (fora da casa):

- Proteger as patas traseiras do cão para evitar machucados e sangramentos durante a locomoção do cão;
- Mantê-lo na cadeira de rodas por no máximo 30 minutos, para evitar sobrecargas articulares.

3. Visita na hospedagem onde Vitório ficava:

A visita foi realizada com data e horário agendados previamente. Foi o momento do primeiro encontro entre adotantes e o cão Vitório. Após orientarmos sobre troca de fraldas e sobre como colocar e retirar o cão da cadeira de rodas, os adotantes assinaram termo de responsabilidade e levaram Vitório para seu primeiro dia no novo lar.

4. Acompanhamento da adoção:

Nas primeiras semanas, realizamos acompanhamento da adoção continuamente, podendo acolhê-los em suas angústias, tirando dúvidas e orientando-os quanto à condução de situações específicas da adaptação.

O sucesso no processo de adoção do Vitório inspirou mais pessoas a se abrirem para adoção de um pet com deficiência e ajudou a desmistificar preconceitos quanto a estes pets. Além disso, houve conscientização sobre a hemofilia que, por ser uma doença rara tanto em humanos quanto em animais, ainda é desconhecida por boa parte das pessoas.

As orientações em relação ao ambiente adequado para receber um cão com tais especificidades foram fundamentais para que as adaptações necessárias pudessem ser feitas antes da chegada do animal. Outro ponto relevante foi a articulação com veterinários, de modo que Vitório pudesse seguir o acompanhamento com hematologista e fisioterapeuta.

Nas práticas em Psicologia Ambiental, um trabalho multidisciplinar se mostra importante. Na literatura, podemos citar como exemplo o projeto de implementação de práticas agroecológicas na agricultura familiar, que envolveu articulação de áreas diversas (Bassani, 2019). O aprofundamento dos estudos e das práticas em Psicologia Ambiental se tornam urgentes no contexto de mundo que vivemos, gerando contribuições para além da psicologia, como é o caso do processo de adoção do cão Vitório, em que pudemos articular com veterinários e contribuir no campo do terceiro setor.

Referências

Bassani, M. A. (2019). Psicologia ambiental e psicologia clínica: Pesquisa e desafios teórico-metodológicos. *In*: I. Kublikowski, E. M. S. P. Kahhle, R. M. Tosta (Org.), *Pesquisas em psicologia clínica: Contexto e desafios*. São Paulo: EDUC.

Bassani, M. A. (2020). *Diálogos entre psicologia, espiritualidade e meio ambiente: O sagrado em perspectiva*. São Paulo: EDUC/PIPEq.

Responsáveis pela Prática

Participante: Sophia Porto Kalaf

Psicóloga graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), especialização em Psicologia em Hospital Geral pelo Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e mestranda no Programa de Psicologia Clínica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atuo como psicóloga clínica e tenho como linhas de pesquisas principais a relação humano-animal de estimação, fenomenologia e Psicologia Ambiental. Inseri-me como psicóloga em um dos maiores crematórios de animais de estimação do Brasil, onde pude acolher e realizar atendimento de pessoas que estavam enfrentando a perda do seu animal.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato aconteceu ao ingressar no Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pude, a partir das aulas do programa, articular diversas ações realizadas anteriormente no meio da proteção animal que vão ao encontro de práticas em Psicologia Ambiental, remetendo-me à importância de termos cada vez mais acesso e interlocução com esta área da Psicologia. Desde 2014, realizo trabalho voluntário em ONGs da causa animal e, em 2020, fundei um projeto social voltado à visibilidade e assistência a pets com deficiência.

Contato: sportokalaf@gmail.com

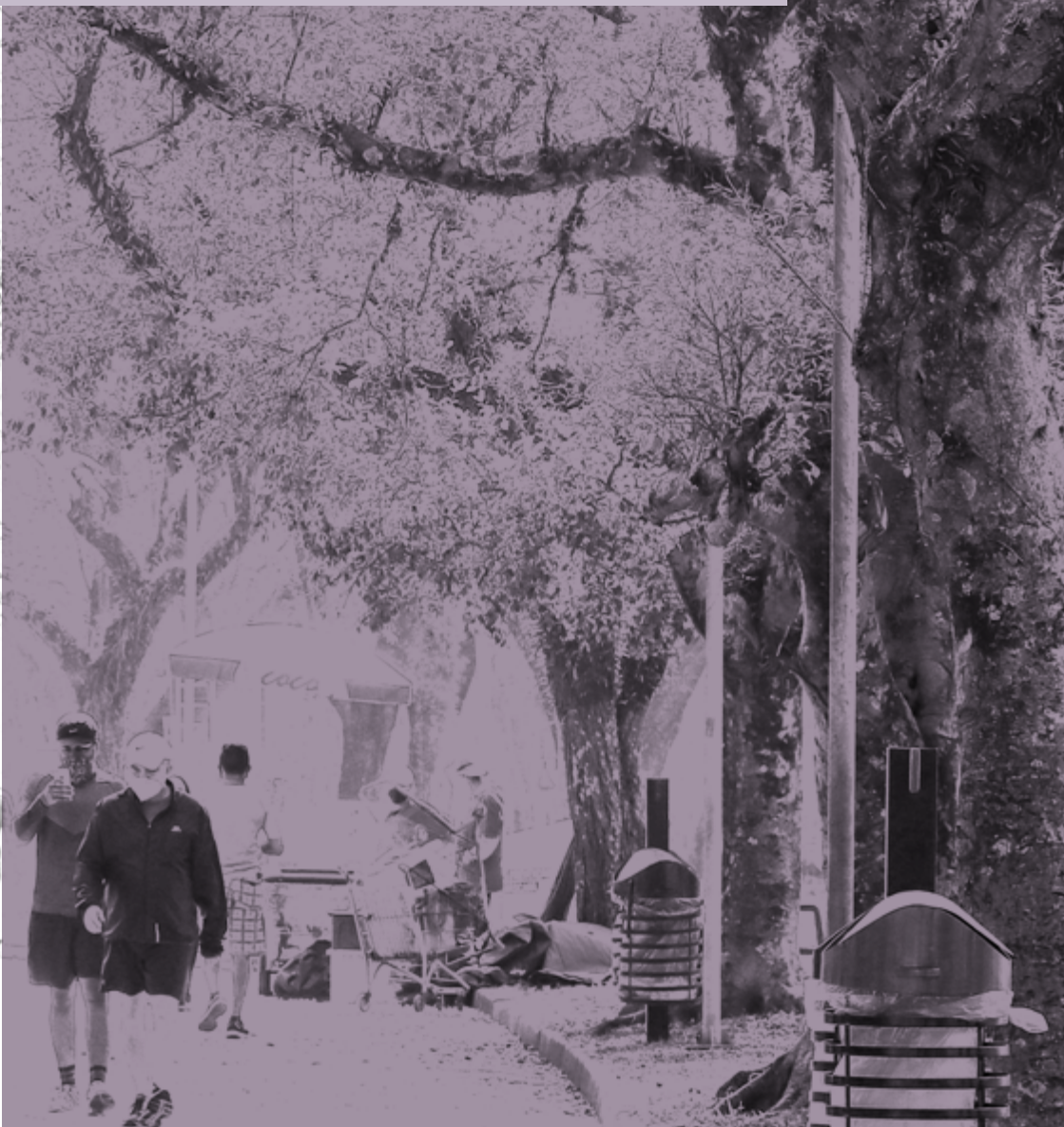
Participante: Marlise Aparecida Bassani

Sou bacharel, licenciada e psicóloga formada em 1978, pela então Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Mestre e Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC-SP. Professora titular da Pós-Graduação em Psicologia Clínica e do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde da PUC-SP e atual coordenadora do mesmo Programa de Pós-Graduação. Desde 2009, coordeno o Núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica do PPG em Psicologia Clínica – FACHS/PUC-SP. Sou líder do Grupo de Pesquisa Certificado PUC-SP/CNPq Estudo e Pesquisa das Práticas Clínicas em Psicologia: pressupostos, transformações e interfaces.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu contato com a Psicologia Ambiental foi em 1978, ao apresentar meu primeiro trabalho na Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), a partir da aquisição do livro *Psicología Ambiental: el hombre y su entorno físico*, organizado por Proshansky, Iltenson e Rivlin (Trillas, 1974). Criei em 1997 o Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Ambiental e Saúde, na PUC-SP. A partir de 2000, o trabalho foi ampliado para a Pós-Graduação em Psicologia Clínica, no Núcleo de Psicossomática e Psicologia Ambiental.

Contato: marlise@pucsp.br

TRAJETÓRIA PRECURSORA



Ariane Kuhnen⁹

Professora aposentada Universidade Federal de Santa Catarina

“Raspar as tintas com que me pintaram” são as palavras do educador Ruben Alves que me inspiram a olhar para traz e a escrever esse texto. Selecionei para comentar algumas atuações da minha carreira que deram visibilidade à Psicologia Ambiental.

Ao longo de muitos anos de atuação como profissional e professora universitária, três foram as áreas que interagiram na minha forma de trabalhar: a Psicologia Ambiental, Social e a Educacional, nessa última, especialmente, a Psicologia do Desenvolvimento Humano. Por certo, a Psicologia Ambiental sempre foi o fio condutor que guiou minha visão integrativa entre as demais subáreas.

A Psicologia é usualmente definida como ciência do comportamento humano e a Psicologia Social como aquele ramo dessa ciência que lida com a interação humana. A Psicologia Educacional é a área da psicologia que aborda questões ou problemáticas referentes à educação e aos processos de ensino e aprendizagem em crianças e adultos, portanto está relacionada com a Psicologia do Desenvolvimento.

A Psicologia Ambiental empenha-se em investigar e compreender os processos psicossociais decorrentes das interrelações entre

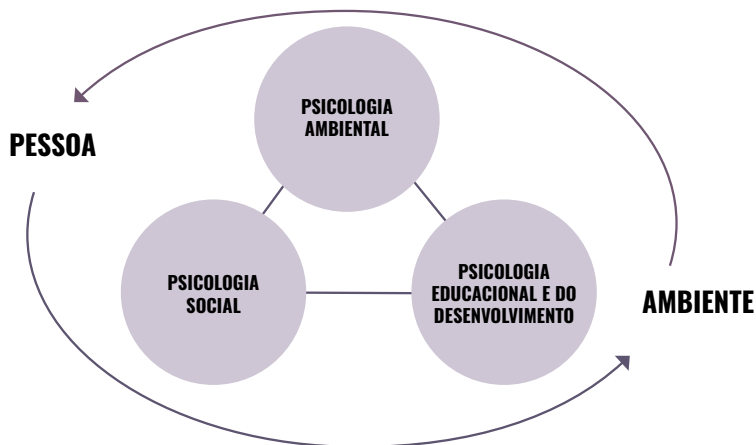
9 Psicóloga, Mestre em Sociologia Política, Doutora em Ciências Humanas, Professora aposentada do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do Laboratório de Psicologia Ambiental-LAPAM. Exerceu atividades de ensino, pesquisa extensão na área de Psicologia, com ênfase em psicologia educacional e psicologia ambiental. Foi Coordenadora do Grupo de Trabalho de Psicologia Ambiental da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa. Coordenou dos Acordos de Cooperação entre UFSC e Université de Nîmes (France), e entre UFSC e University of California-UCDavis (USA).

as pessoas e os seus entornos sociofísicos. Os pioneiros da Psicologia Ambiental colocaram como interesses principais: estudar a relação pessoa-ambiente no contexto natural (ontologia); abordar tal relação de maneira holística (metodologia); incorporar diversas perspectivas teóricas em seu estudo (epistemologia); enfatizar a dimensão social da relação humano-ambiental; estabelecer vínculos com outras disciplinas interessadas na temática humano-ambiental (interdisciplinaridade); e aplicar os conhecimentos obtidos para melhorar a qualidade ambiental e, por conseguinte, a qualidade de vida dos usuários dos ambientes (pertinência social).

Pode-se afirmar que a Psicologia Ambiental considera que, de um lado, há um ambiente objetivo, feito de elementos físicos, que afetam as nossas sensações, percepções e ações, e de outro lado há os seres humanos, como sujeitos sociais, os quais criam e também estão expostos a um ambiente de artefatos culturais, símbolos e convenções. Esta disciplina enfatiza a relação bidirecional entre pessoa e ambiente, ainda que se privilegiem nos seus estudos alguns aspectos desta relação.

A figura a seguir busca ilustrar a interconexão dessas áreas disciplinares de minha atuação profissional.

Figura 1: Interconexão de áreas.



Fonte: Elaboração própria.

Alguns exemplos podem igualmente ilustrar como se dá a conexão entre essas áreas. A pesquisa, em sua dimensão comunitária, é o lugar de confrontação dos saberes ou um exemplo de inserção social e retribuição institucional do saber. Um dos primeiros confrontos desse gênero que assumi foi num projeto que visava a promover a participação social mediante uso de estratégias que estimulassem a adoção de comportamentos pró-ambientais. A partir da educação ambiental ou do desenvolvimento do apego ao lugar de moradia, buscava investir na constituição da subjetividade dos sujeitos, detectando modelos e processos identificatórios, a partir dos quais fosse possível promover aspectos do contexto do desenvolvimento inscritos nos modos de morar, circular, brincar ou organizar os ambientes em questão. Para além dessa meta, paralelamente, buscava familiarizar os estudantes do curso de Psicologia com os problemas humano-ambientais, ampliando o escopo de intervenção da ciência psicológica, por meio da abordagem de temáticas acerca do desenvolvimento de identidades e organização da vida e suas formas de produção.

Sem sombra de dúvida, a oportunidade de atuação em equipes multidisciplinares oferece ao psicólogo aprendizado, trocas e reconhecimento da contribuição dessa área. Uma dessas oportunidades rendeu visibilidade ao profissional em Psicologia Ambiental presente no desenvolvimento de diagnóstico e prognóstico relativo aos resíduos sólidos urbanos de municípios catarinenses. Consistiu em levantamento e processamento de dados, realização de reuniões técnicas e seminários de sensibilização com a população dos municípios.

Já o projeto de apoio psicopedagógico a estudantes universitários realizou intervenções psicopedagógicas compatíveis com as dificuldades existentes no processo ensino-aprendizagem dos alunos de graduação, buscou atenuar segregações e promover a efetiva integração dos acadêmicos com necessidades especiais. Igualmente, capacitando os bolsistas de extensão para intervir em situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem em ensino superior

e possibilitar a atuação dos alunos com as estratégias de inclusão de acadêmicos com necessidades especiais.

O curso de capacitação para servidores do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia: Contribuições da Psicologia Ambiental para a Arquitetura e Urbanismo (UFSC), entre outros objetivos, buscou levar aos técnicos os aportes teórico-metodológicos da Psicologia Ambiental, a fim de poderem aproveitar tal conhecimento na elaboração de métodos e processos projetuais, atendendo ao princípio de considerar as relações entre as pessoas e o meio ambiente construído e natural, produzindo ambientes que proporcionem melhor qualidade de vida para seus usuários, especialmente em ambientes de ensino.

Participar das atividades do NETI (Núcleo de Estudos da Terceira Idade) no Curso de Especialização em Gerontologia e na disciplina para o Curso de Formação de Monitores da Ação Gerontológica (UFSC) foi uma experiência muito enriquecedora. A partir do conhecimento psicológico sobre desenvolvimento humano, a disciplina de psicologia propôs ajudar os monitores a formarem uma visão crítica de ser humano em constante desenvolvimento, com possibilidades de vida saudável em qualquer momento do ciclo de vida. O curso buscou capacitar recursos humanos para uma atuação condizente com a realidade da população idosa brasileira e comprometida a responder eticamente aos desafios futuros.

Atuando entre as áreas de desenvolvimento psicológico, educação e meio ambiente de modo a integrar conhecimentos acerca da saúde integral, alguns projetos de extensão foram desenvolvidos como, por exemplo, os projetos “Promoção de saúde e desenvolvimento infantil em espaços verdes urbanos” e “Divulgando saúde e desenvolvimento infantil em espaços verdes urbanos”. Tiveram por objetivo geral promover meios de incentivo, construção do conhecimento e difusão de informação sobre o uso de espaços verdes de lazer por pais e crianças. Tinham como proposta elaborar e difundir

conteúdo para rede web (internet) sobre o uso de espaços verdes e o desenvolvimento humano, assim como sensibilizar pais e crianças sobre os benefícios do uso dos espaços verdes de lazer para o desenvolvimento humano. Tal projeto utilizou-se metodologicamente da construção e difusão de conhecimento, bem como processos de sensibilização e educação ambiental. A divulgação científica para pais e cuidadores sobre o uso que as crianças fazem dos espaços verdes foi feita por meio de páginas da web. Disponibilizava divulgação sobre oficinas de sensibilização e dicas de uso e atividades a serem feitas nos parques.

Dentro da mesma linha de pesquisa, alguns projetos de extensão, como a “Organização do espaço escolar: contribuição da psicologia ambiental e do desenvolvimento”, intencionam estreitar o diálogo entre as áreas a que me dedico. O objetivo aqui foi oferecer conhecimento acerca do desenvolvimento infantil e dos aspectos físico-espaciais em instituições de educação, tendo como meta avaliar e reorganizar os espaços, em conjunto com os profissionais de educação infantil. Ainda em consonância com a temática escola-ambiente, participamos do projeto “Implantação de programas de promoção de saúde e prevenção ao uso de drogas na Universidade Federal de Santa Catarina”. O foco do trabalho foi a Moradia Estudantil. Nosso empenho foi no sentido de conhecer e intervir nas relações de apego ao lugar que os moradores estabeleciam.

Os aportes teórico-metodológicos da psicologia ambiental são também seguidamente incorporados por outras áreas dentro e fora da psicologia. Como área emergente, acompanha outras áreas como, por exemplo, a Psicologia das Emergências e Desastres. Nesse sentido, alguns diálogos vêm sendo tecidos. O CFP Conselho Federal de Psicologia e suas regionais seguidamente promovem debates para pensar a atuação do psicólogo. Dentro dessa meta, o CFP em 2006 organizou o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres/Contribuições para a Construção de Comunidades

mais Seguras. Nesse Seminário, compus mesa redonda com outros psicólogos em que levei a contribuição da psicologia ambiental: “Perspectivas de investigação em psicologia das emergências e dos desastres na América Latina. Emergências e desastres: aspectos psicoambientais e vulnerabilidade”.

A psicologia ambiental vem, por meio de suas teorias e métodos, oferecer um novo olhar para os acontecimentos catastróficos, sustentada na hipótese de que o fenômeno oportuniza alargar a compreensão da totalidade do contexto ambiental e das interações entre a(s) pessoa(s) e seu(s) ambiente(s). Conhecimentos sobre as percepções do meio ambiente no fenômeno de apego ao território, apropriação do espaço como um modelo explicativo do comportamento de pessoas que se instalam ou reinstalam em zonas de risco, controle do espaço como expressão de poder legítimo, entre outros aportes, são bases fecundas para se compreender tais fenômenos. Para a psicologia ambiental, a dinâmica do ambiente deve ser levada em conta em todas as etapas da gestão do risco, potencial ou atualizado.

Em resumo, a colaboração entre áreas disciplinares aparentemente distantes tem se mostrado imprescindível à compreensão das relações pessoa-ambiente em toda a sua complexidade. É uma das áreas em um grande grupo, localizadas em várias partes do mundo, que vêm se dedicando a pensar as formas de uso e relação com o ambiente físico. Mais amplamente, vem se consolidando com o nome de Estudos Pessoa-Ambiente. A Psicologia Ambiental se dedica a compreender os aspectos psicológicos intrínsecos a essa relação. Outras disciplinas como a Geografia, a Arquitetura, a Biologia, entre outras, tem distintos focos. Mais recentemente, a vertente verde da Psicologia Ambiental tem se comprometido com o desenvolvimento de uma área orientada para problemas, priorizando pesquisas com o objetivo de olhar para os complexos problemas ambientais, na busca do bem-estar e qualidade de vida para as pessoas, priorizando a sustentabilidade dos ecossistemas.

PRÁTICAS: CONTEXTOS E PROCESSOS CLÍNICOS



Atendimentos psicológicos em contato com a natureza: experiências em orientação à queixa escolar

Categoria: Profissional
Inscrito por: Beatriz de Paula Souza

A prática relatada, desenvolvida de 2015 a 2019, teve como objetivo desenvolver atendimentos psicológicos a queixas escolares sensíveis a dificuldades e sofrimentos decorrentes da necessidade de atividades ao ar livre e em contato com a natureza e capazes de revertê-los, intervindo com pais, professoras e crianças e adolescentes atendidos. Ela foi desenvolvida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Participaram crianças e adolescentes atendidos pelo Serviço de Orientação à Queixa Escolar do IPUSP, seus pais/responsáveis e professores e gestores de suas escolas.

A Orientação à Queixa Escolar (OQE) é uma abordagem a dificuldades e sofrimentos na vida escolar desenvolvida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Tem, como um de seus fundamentos teóricos, que subjetividades se constroem atravessadas por condições concretas de vida e relações sociais, histórica e culturalmente marcadas. Esta concepção levou-nos a perceber a raridade das oportunidades de estar ao ar livre e em contato com a natureza das crianças e adolescentes que atendemos, importantes para seu desenvolvimento e saúde integrais, confirmada por pesquisas que apontam, por exemplo, que 90% do tempo das crianças urbanas brasileiras era passado entre quatro paredes, em 2006.

Sofrimentos e prejuízos deste modo de vida levaram-nos a desenvolver atendimentos psicológicos desconfinados, que não aprofundam esses problemas e contribuem para revertê-los. E este trabalho pretende apresentar construções da OQE atentas

à necessidade frustrada de estar ao ar livre e em contato com a natureza identificada em muitos de seus atendidos, ilustradas com relatos e discussão de dois atendimentos. Esperamos sensibilizar psicólogas, outras categorias profissionais e a sociedade em geral sobre este sofrimento contemporâneo que afeta principalmente as crianças, inspirar e subsidiar práticas de superação. Foram desenvolvidas a partir de 2015 até o evento da pandemia de Covid-19, que interrompeu os atendimentos presenciais.

É importante registrar que as psicólogas que os desenvolveram tinham frequentes aulas e supervisões em um belo gramado entre árvores e pássaros, o que desenvolvia sensibilidade à importância do contato com a natureza e capacidade de atender quem disso necessita. Assim, procuramos saber como é a rotina de nossos atendidos e encontramos rotinas com pouquíssimas oportunidades de estar em áreas verdes: levantamentos indicaram que apenas cerca de um terço deles as têm mais de uma vez por semana.

Esta concepção dos seres humanos como sociais e históricos nos leva, também, a atentar a manifestações de necessidade de estar ao ar livre e em contato com a natureza de crianças e adolescentes que atendemos. Uma delas tem sido a queixa de agitação em sala de aula, que pode também surgir no atendimento entre quatro paredes. Outra é a queixa de falta de atenção e interesse nas atividades escolares, que se encontram voltadas aos ambientes externos da escola. São crianças e adolescentes que olham muito para a janela e arrumam subterfúgios para sair da sala, como pedir para ir ao banheiro e demorar a retornar, por exemplo. Esta luta de muitos estudantes por seu desenvolvimento saudável tem sido capturada pela medicalização, por meio dos diagnósticos de Transtorno do Déficit de Atenção, com ou sem Hiperatividade – TDA/H, entre outros. A consideração da forte presença de processos medicalizantes na educação e na sociedade também decorre de nossa consideração das dimensões históricas e culturais do acontecer humano.

Diante de indicativos para os atendimentos ao ar livre, passamos a oferecê-los e estes têm se revelado muito potentes para a superação de dificuldades e sofrimentos na vida escolar, para o desenvolvimento integral destes atendidos e para a reversão de processos medicalizantes. Tais percursos terapêuticos têm revelado capacidades, necessidades, interesses e conhecimentos dos atendidos que, comunicados com ética a educadores e responsáveis, costumam mobilizar mudanças em suas relações e práticas com estas crianças e adolescentes, ou seja, em suas condições concretas e relações sociais na escola e na vida, na direção do desenvolvimento de todos os principais envolvidos no caso.

O seguinte percurso é ilustrativo: o de um menino de oito anos que não parava sentado na classe e saía. Na sala de atendimento, mostrava-se aflito e inquieto, pedia para sair um pouco. Em OQE, seu pedido foi atendido, em vez de ser interpretado como indício de resistência. Nos encontros terapêuticos, brinquedos e jogos eram levados para o gramado e, lá, ele revelou uma capacidade de se concentrar que os testes padronizados feitos por uma neuropsicóloga e as observações de sua professora não identificavam.

A calma sobrevinha e o modo atento com que jogava damas contrariou o resultado da bateria de testes que levou ao diagnóstico de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). Esta prática de atendimento mostrou que, quando era respeitada e satisfeita sua saudável necessidade de movimentar-se e estar em espaços abertos e verdes, espontaneamente voltava à sala de atendimento e as atividades naquele ambiente fechado transcorriam com tranquilidade. Seu comportamento inquieto na sala de aula e na testagem a que fora submetido foi ressignificado para o menino, pais e educadores.

A psicóloga conversou, com todos estes envolvidos na queixa, sobre o que os atendimentos OQE na natureza revelaram e produziram. Em decorrência, família e escola mudaram sua maneira de

compreender e agir diante de momentos de agitação do menino e os trabalhos, que duraram quatro meses, puderam ser encerrados.

Outro exemplo é o de uma criança que ganhou, nas supervisões, o apelido de um pássaro. Na sala de aula, recebera o adjetivo “avoado”: avoava janela afora, juntando-se aos pássaros que tanto amava e sobre os quais muito sabia: nomes, cantos, hábitos. Aprendera sobre eles no meio rural, que frequentava nas férias, quando seu avoamento sumia. Esse menino atento, intelectualmente vivo e bom aprendiz (ao contrário de como sua escola e família o descreviam) revelou-se nas atividades de ornitólogo amador desenvolvidas, no atendimento, nas áreas externas e verdes do IPUSP. Estas possibilitaram, à psicóloga e a ele próprio, a identificação de capacidades invisibilizadas. Simultaneamente aos encontros com o Menino Passarinho, a psicóloga realizou intervenções com sua família e escola. Construiu-se uma versão mais potente sobre ele, que emergiu desse processo fortalecido. A psicóloga ofereceu informações e sugestões potencializadoras para pais e educadores que, felizmente, foram quase todas aceitas e não houve mais necessidade de seguir com o atendimento, que durou quatro meses.

Fizemos muitos outros atendimentos nas áreas externas e verdes do IPUSP, quase todos muito bem-sucedidos. Realizamos também trabalhos em duplas de atendidos e em grupos, em que foram inventadas gincanas e outras atividades coletivas. Um dos grupos teve, em paralelo, um atendimento coletivo aos pais de seus participantes, com atividades ao ar livre que os mobilizaram para procurar meios de oferecer mais momentos assim a seus filhos e a si próprios, alguns deles compartilhados.

Esses atendimentos questionam o quanto nós, psicólogas, temos repetido e aprofundado o confinamento que adocece e favorece diagnósticos medicalizantes de necessidades legítimas e saudáveis de legiões de crianças e adolescentes.

Responsáveis pela Prática

Participante: Beatriz de Paula Souza

Tornei-me psicóloga e mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP (IPUSP) e abracei a Psicologia na interface com a Educação. Trabalho como psicóloga neste Instituto. Criei em 1998 e coordeno o Serviço de Orientação à Queixa Escolar (OQE), vinculado ao Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE). Fui uma das fundadoras do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (GIQE) e do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Sempre que possível, participo do Centro Excursionista Universitário (CEU), clube de atividades na natureza e colaboro eventualmente com o movimento Muda Mooca, de plantadores de árvores urbanas. Há cerca de oito anos, venho integrando estas duas paixões, estudando, pesquisando, divulgando e desenvolvendo práticas em Psicologia e Educação em contato com a natureza.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: A percepção do alto grau de confinamento dos atendidos no Serviço OQE e o sofrimento que ele produz indicou-me a necessidade de compreender melhor o papel do contato com a natureza na constituição dos sujeitos, para ajudá-los. O contato com o Programa Criança e Natureza do Instituto Alana, suas produções e eventos foram fundamentais para contemplar esta necessidade e me instrumentalizar para o desenvolvimento de meus trabalhos em Psicologia e Educação relacionados à natureza.

Contato: biapsico@uol.com.br

Educação, des-formação de psicólogas e natureza: experiências em uma instituição de ensino de psicologia

Categoria: Profissional
Inscrito por: Beatriz de Paula Souza

O rápido e progressivo confinamento da vida nas últimas cinco décadas tem causado danos à saúde física e mental dos seres humanos. Pesquisas indicam que crianças urbanas brasileiras passavam, em 2006, 90% de seu tempo entre quatro paredes. Nas escolas, queixas de agitação e falta de atenção diagnosticadas como transtornos neurológicos têm esse diagnóstico questionado por ser comum estes sintomas desaparecerem em atividades ao ar livre. A pandemia de Covid-19 agravou o confinamento. Este ano, tornou-se menos letal e as atividades presenciais retornaram em maior grau. São comuns tentativas de volta à vida de antes da pandemia, esquecendo que havia problemas e que mudanças são necessárias, pois nunca mais seremos os mesmos. Por outro lado, o longo confinamento por que muitos passamos propicia maior sensibilidade à necessidade de o contato ser humano-natureza e a seus benefícios.

Neste cenário, urge repensar as práticas cotidianas e o espaço das escolas, instituições quase universalizadas no Brasil, nas quais seus participantes passam tanto tempo, pois são ambientes confinadores. Dar visibilidade a práticas escolares ao ar livre e em contato com a natureza e seus efeitos é importante para oferecer saídas e construir uma educação integral.

A palavra escola costuma ser associada ao ensino básico, mas instituições de ensino superior também o são, mesmo tendo outras funções. Têm estudantes, professores, provas, notas, giz... Este trabalho se propõe a expor práticas escolares ao ar livre e em contato com a natureza e seus efeitos em uma delas: o Instituto de

Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) e a refletir sobre seu papel na formação em Psicologia.

Estas experiências aconteceram de 2015 a 2019, no Curso de Extensão em Orientação à Queixa Escolar (OQE), de frequência semanal e um semestre letivo de duração, para psicólogas interessadas em aprimorar seus atendimentos psicológicos a quem passa por dificuldades e sofrimentos na escola. Trata-se de uma abordagem atenta a determinantes sociais, históricos e culturais, entre eles a progressiva perda de consciência da pertença do ser humano à natureza e a desqualificação e a negação das culturas tradicionais que valorizam este pertencimento e constituem nossa identidade.

Na OQE, fazemos a crítica ao modelo escolar predominante, racionalista e confinador, que desconsidera a importância de outras dimensões do ser humano e do seu fundamento primevo: a condição de ser de natureza. Tomaremos como parâmetros as dimensões do ser humano assim nomeadas na Grécia clássica: Logos (pensamento, racionalidade), Eros (corpo, sensorialidade), Pathos (emoção, sensibilidade) e Mythos (sagrado, espiritualidade).

Buscando coerência com esta crítica, era necessário inventar um curso que cultivasse seus participantes em sua integralidade e acontecesse em contato com a natureza. Mas era preciso levar em conta o longo histórico das alunos com o ensino e vida confinados e com a racionalidade no centro. Um manejo cuidadoso, respeitoso e processual foi essencial.

Assim, na primeira aula fazia um convite para que a próxima fosse no lindo gramado entre árvores e pássaros ao lado. Sempre foi recebido com surpresa, encantamento, alegria e entreolhares de quem sentia que faríamos uma peraltagem; reações que indicavam algo vital e bom.

A potencialização de todos, contida no convite que permite a cada um exercer sua capacidade de decisão, perpassou todo o trabalho, pois uma prática desemparedada precisa acompanhar-se

de atitudes e estratégias de ensino-aprendizagem assim também, ou a potência do contato com a natureza pode ser canalizada para o aprisionamento.

Assim, a ida à “sala de aula verde” era construída com a turma: traziam cangas e almofadas e eu oferecia esteiras de palha do Serviço OQE e cadeiras. Vinham à aula seguinte animados. Sentávamo-nos em círculo de modo a que pudessem se ouvir e trabalhávamos intensamente por três horas, com meia hora de “recreio”. Ao final, os quinze minutos reservados para avaliação foram muito importantes para apropriarem-se do que haviam experimentado e fazer mudanças. Esse momento ocorreu nas primeiras quatro aulas e ao final do curso.

Acontecimentos, depoimentos e discussões revelaram a imensa potência desse modo de trabalho, interrompido pela pandemia. Passo a relatar alguns, utilizando as quatro dimensões humanas segundo os gregos clássicos.

- **Logos (pensamento, racionalidade):** ao contrário do que temi, a atenção e o pensamento não saem voando pelo espaço aberto. Muitos disseram se concentrar mais do que na salas de aula fechadas e que sentiam uma fluidez, uma outra maneira de aprender e pensar. Era comum se assustarem ao saber que a aula havia terminado, pois sentiam o tempo passar mais lentamente e se cansavam menos.
- **Pathos (emoção, sensibilidade):** o relaxamento, a leveza e a paz do ambiente aberto e verde, além de fazerem bem por si (ditos terapêuticos), favoreceram o fluir do afeto. Foi comum tirarem os sapatos e sentarem-se encostando uns nos outros. Informalidade e intimidade logo se instalavam. Sentiam-se um pouco crianças e dávamos muitas risadas. Assim, pessoas que não se conheciam rapidamente se tornaram próximas e amigas.

- **Eros (corpo, sensorialidade):** trabalhar nessas condições é um (re)encontro com o corpo e sua “supressão” cotidiana. O espaço aberto e verde é multissensorial, sem a “asepsia” das salas de aula fechadas. O som dos pássaros fazia um delicado fundo musical; as peles ficavam mais expostas a mudanças de temperatura, brisas e irregularidades do chão; a visão povoava-se com muitas imagens dinâmicas e cores. Aprendemos a nos mexer, pois o sol muda de lugar e sentar-se no chão sem mudar de posição dá dores. Fizemos o percurso inverso ao exigido nas escolas comuns, nas quais aprendemos a ser rígidos e a “perder” o corpo.
- **Mythos (sagrado, espiritualidade):** entre amantes da natureza, é comum o sentimento religioso surgir associado a ela e este trabalho mostrou um porquê. Estivemos imersos em beleza, complexidade e riqueza do mundo natural e era permitido aos participantes ser afetados por ele: o encontro com o transcendente se produziu facilmente. Assim, avistamos uma alma-de-gato em voo com sua longa cauda, entre grandes tipuanas e paus-de-ferro. Silenciamos por um momento em meio a uma supervisão, compartilhando aquele momento sagrado.

Algumas reflexões sobre potências da des-formação de psicólogas em contato com a natureza reveladas: propiciar aprendizado e produção de conhecimentos mais fiéis à vida em sua pujança e complexidade; promover e capacitar a promover relações humanizadas e humanizadoras; exercitar a atenção a singularidades e dinamismos da vida e a flexibilidade e a criatividade para lidar com ela; sensibilizar à percepção da necessidade de natureza de quem se atende, favorecendo a criação de trabalhos que a levem em conta.

Responsáveis pela Prática

Participante: Beatriz de Paula Souza

Tornei-me psicóloga e mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da USP (IPUSP) e abracei a Psicologia na interface com a Educação. Trabalho como psicóloga neste Instituto. Criei em 1998 e coordeno o Serviço de Orientação à Queixa Escolar (OQE), vinculado ao Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar (LIEPPE). Fui uma das fundadoras do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (GIQE) e do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Sempre que possível, participo do Centro Excursionista Universitário (CEU), clube de atividades na natureza e colaboro eventualmente com o movimento Muda Mooca, de plantadores de árvores urbanas. Há cerca de oito anos, venho integrando estas duas paixões, estudando, pesquisando, divulgando e desenvolvendo práticas em Psicologia e Educação em contato com a natureza.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: A percepção do alto grau de confinamento dos atendidos no Serviço OQE e o sofrimento que ele produz indicou-me a necessidade de compreender melhor o papel do contato com a natureza na constituição dos sujeitos, para ajudá-los. O contato com o Programa Criança e Natureza do Instituto Alana, suas produções e eventos foram fundamentais para contemplar esta necessidade e me instrumentalizar para o desenvolvimento de meus trabalhos em Psicologia e Educação relacionados à natureza.

Contato: biapsico@uol.com.br

A umbanda visita a clínica: psicologia ambiental, dimensões culturais, formação e prática

Categoria: Profissional
Inscrito por: Ararê Dias Calia

Desde o início de minha trajetória como psicólogo clínico, as diferentes demandas me impuseram a necessidade de aprofundamento em variados temas, muitos dos quais eu desconhecia.

Conforme o tempo passou, notei que temáticas religiosas e espirituais se revelavam frequentes, o que, honestamente, implicou-se como um incômodo a princípio. Aprendi durante a formação sobre a necessidade de se manter um cuidadoso distanciamento com questões religiosas, pois Psicologia (ciência) e Religião não se misturavam.

Todavia, inserido no Brasil, país que culturalmente experimenta um forte sentimento religioso por meio das inúmeras formas de manifestação e adesão religiosas, como exposto pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2014), o que ia se revelando não poderia ser diferente. A clínica psicológica espelhava o ambiente em que estava inserida, cultural, social e particularmente.

A presente narrativa circunscreve-se a partir da experiência de um psicólogo em contexto clínico, na cidade de São Paulo, que atendeu cinco umbandistas nos últimos quatro anos e procura explicitar a clínica como um ambiente restaurador não somente aos pacientes, como ao próprio profissional que pôde se (re)descobrir. Nesse sentido, também procuraremos refletir sobre o horizonte de significados que se abriram a partir das dimensões culturais sobre o processo de formação profissional à luz da Psicologia Ambiental.

A Clínica como um Ambiente Restaurador

O início dos estudos em Psicologia Ambiental iluminou cada vez mais a percepção de que era possível uma clínica psicológica

em que questões religiosas e espirituais trazidas pelos pacientes poderiam ser acolhidas.

Nesse sentido, compreendo que Espiritualidade e Psicologia transitam em um campo comum, sendo fundamental que se estabeleça um diálogo entre elas (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, 2014).

A partir de 2018, demandas religiosas e espirituais trazidas ao consultório se avolumavam. Aproximei-me, então, dos estudos sobre as dimensões culturais da Psicologia Ambiental e suas contribuições auxiliaram na resolução dos problemas humano-ambientais que eu estava enfrentando junto dos pacientes umbandistas.

Posso dizer que a Umbanda, essa religião matricial afro-indígena, permeada por saberes ancestrais, costurada por diferentes tradições, quando apareceu na clínica, exigiu uma cuidadosa e atenciosa aproximação.

Ora eu precisava aprender com meus pacientes sobre o gigantesco universo policultural que se apresentava, ora eu era exigido ao estudo da história desta religião. Por vezes os modos de expressão da religiosidade eram tão particulares que pareciam se tratar de religiões distintas.

Os diferentes modos de expressão das crenças destes pacientes me eram apresentados a partir de determinada tradição em que estavam inseridos e os valores subjacentes me lançavam em uma busca por compreensão infinda.

Alguns deles relataram não comentar sobre sua religião nos espaços em que habitavam, mesmo em suas terapias anteriores, por sentirem medo de sofrer algum tipo de preconceito.

O cenário se tornava cada vez mais complexo e, como a Umbanda não possui um livro sagrado único, eu me baseava na oralidade trazida pelos pacientes que a vivenciavam e percorria o caminho junto com eles, procurando compreender a importância dela em suas vidas.

Notei que a escuta dedicada a uma população que manifestava sua fé, mesmo sob o julgamento da intolerância e da marginalização infligida histórica e socialmente à sua crença, mostrava-se geradora de saúde; em que havia desesperança, começava a nascer restauração, afirmação e qualidade de vida.

A clínica ajudou os pacientes a se afirmarem como Umbandistas e como pessoas, transformando suas dores. Por reflexo, também, me ajudou a sentir o ambiente da clínica como restaurador, afinal minha experiência com questões religiosas na graduação era quase inexistente. Eu estava me transformando profissional e pessoalmente, estava me reafirmando como um psicólogo que poderia acolher essas demandas.

Dimensões Culturais e a Formação de Psicólogos

O contato com temáticas religiosas e espirituais do universo Umbandista auxiliou-me a buscar referências, disciplinas e posturas, muitas vezes, contrárias às que aprendi na graduação.

Neste sentido, compreendo Bassani (2020), que deixa às claras a necessidade de uma formação de psicólogos atinentes às questões ambientais, a fim de que ele possa “desempenhar seu papel de garantir a especificidade da Psicologia no trabalho conjunto com outras áreas, bem como produzir conhecimento relevante para as populações em questão” (Bassani, 2020, p. 110).

Alinhado a essa perspectiva, Gressler e Günther (2013) sugerem que ambientes restauradores propiciam promoção do bem-estar do ser humano, e estudos com essa temática reforçam a necessidade do movimento interdisciplinar entre a psicologia e outras áreas.

A esse respeito enaltecemos também a importância da espiritualidade na Psicologia Ambiental, compreendendo as dimensões culturais como tendo um papel fundamental na resolução de problemas que envolvam crenças, valores e enfoques religiosos (Bassani, 2009, 2020).

Refletir sobre esse caminho percorrido foi poder assimilar a necessidade de uma ampliação em meu repertório como psicólogo, priorizando estudos interculturais e de diferentes bases teórico metodológicas.

Esperamos com esse conjunto mobilizar a atenção de outros psicólogos para a importância das contribuições da Psicologia Ambiental na discussão sobre as dimensões culturais na formação profissional.

À luz da Psicologia Ambiental, o que era incômodo no princípio, se des-vendou como prática restauradora; como uma possibilidade terapêutica de transformação e cura, similar ao que aprendi com meus pacientes sobre o que a Umbanda significava em suas vidas.

A termo, deixo aqui o registro etimológico desta palavra de origem Banto que ilustra e se aproxima dessa significação: “Umbanda s. f.: ocorre no umbundo e no quimbundo, significando arte de curandeiro, magia, ciência médica, medicina, em derivação talvez vinda do quimbundo ‘banda’, desvendar” (Lopes, 2012, p. 250).

Referências

Bassani, M. A. (2009). Espiritualidade e meio ambiente: Apontamentos de uma psicóloga ambiental. In: M. Ancona Lopez, & M. A. Bassani (Orgs.), *O espaço sagrado: Espiritualidade e meio ambiente*. Santo André: ESETec.

Bassani, M. A. (org.). (2020). *Diálogos entre psicologia, espiritualidade e meio ambiente: O sagrado em perspectiva*. São Paulo: Educ/PIPEq.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. (2014). *Psicologia, laicidade, espiritualidade, religião e os saberes tradicionais: Referências básicas para atuação profissional*. São Paulo: CRP-SP.

Gressler, S. C.; Günther, I. de A. (2013, Julio/Septiembre). Ambientes restauradores: Definição, histórico, abordagens e pesquisas. *Estudos de Psicologia*, 18(3), 487-95.

Lopes, N. (2012). *Novo dicionário banto do Brasil* (2. ed.). Rio de Janeiro: Pallas.

Responsáveis pela Prática

Participante: Ararê Dias Calia

Psicólogo graduado pela Universidade Paulista (UNIP). Mestre e doutorando em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atuo

na clínica com crianças, adolescentes e adultos. Também faço supervisão de atendimentos clínicos. Pesquisa, principalmente, temáticas de interface entre Psicologia Ambiental, Clínica Psicológica, Fenomenologia e Hermenêutica, Espiritualidade e Religiões matriciais Afroindígenas. Membro do grupo de pesquisa: Estudo e Pesquisa das Práticas Clínicas em Psicologia: Pressupostos, Transformações e Interfaces (CNPq).

1º Contato com a Psicologia Ambiental: O primeiro contato que tive com a Psicologia Ambiental e as Relações Pessoa-Ambiente foi durante o mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em meados de 2018, a partir das disciplinas ministradas pela Profa. Dra. Marlise Aparecida Bassani, abordando as temáticas crenças, valores, qualidade de vida e espiritualidade à luz da Psicologia Ambiental em interface com a Psicologia Clínica.

Contato: arare.d.calia@gmail.com

Participante: Marlise Aparecida Bassani

Sou bacharel, licenciada e psicóloga formada em 1978, pela então Faculdade de Psicologia da PUC-SP. Mestre e Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC-SP. Professora titular da Pós-Graduação em Psicologia Clínica e do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde da PUC-SP e atual coordenadora do mesmo Programa de Pós-Graduação. Desde 2009, coordeno o Núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica do PPG em Psicologia Clínica – FACHS/PUC-SP. Sou líder do Grupo de Pesquisa Certificado PUC-SP/CNPq Estudo e Pesquisa das Práticas Clínicas em Psicologia: pressupostos, transformações e interfaces.

1º Contato com a Psicologia Ambiental: Meu contato com a Psicologia Ambiental foi em 1978, ao apresentar meu primeiro trabalho na Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), a partir da aquisição do livro *Psicología Ambiental: el hombre y su entorno físico*, organizado por Proshansky, Iltenson e Rivlin (Trillas, 1974). Criei em 1997 o Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicologia Ambiental e Saúde, na PUC-SP. A partir de 2000, o trabalho foi ampliado para a Pós-Graduação em Psicologia Clínica, no Núcleo de Psicossomática e Psicologia Ambiental.

Contato: marlise@pucsp.br

TRAJETÓRIA PRECURSORA



Marlise A. Bassani¹⁰

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP

A questão disparadora “Psicologia Ambiental: desafios de um campo de conhecimento para a construção da prática profissional” remete-nos a uma reflexão sobre como se constrói o campo de conhecimento em foco, como parte de um processo de constituição da Psicologia Ambiental como área da Psicologia.

O fio condutor das reflexões que pretendo compartilhar neste texto é minha prática profissional em intervenção, prevenção e promoção de saúde. Pretendo trazer um percurso de mútuas contribuições da Psicologia Ambiental para minha vida profissional (e pessoal), ao final do qual ousar ter compartilhado desafios enfrentados e procedimentos criados para consolidação da Psicologia Ambiental brasileira como área da Psicologia.

O que caracterizaria uma área da Psicologia? Ao analisarmos a consolidação de áreas da Psicologia, identificamos três elementos constitutivos: a) o campo de conhecimento, que abrange a atuação profissional; b) as características como disciplina, ou seja, se há uma sistematização dessas práticas a serem ensinadas, de modo a compor a formação de futuros profissionais; c) a produção de conhecimento gerada por essas práticas e os parâmetros da ciência psicológica, produção essa sistematizada e pública, cujos autores estejam organizados em associações ou sociedades científicas, promovendo intercâmbio regional, nacional e internacional.

10 Graduação e licenciatura em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978), mestrado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1984) e doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996). É professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Coordenadora do Núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica. É Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ressalto, portanto, que um campo de conhecimento se constituiu a partir da atuação dos profissionais, baseada na formação acadêmica, que deve compor tanto o conhecimento necessário para fazer frente às variadas demandas da sociedade, quanto a formação em pesquisa, gerando um raciocínio de produção de conhecimento parametrizado pelo rigor científico, seja qual for o referencial epistemológico da Psicologia.

Portanto, o entrelaçamento campo de conhecimento, produção científica e ensino vai se constituindo em um processo contínuo de construção, a partir de níveis diferenciados de avaliação das práticas geradas para atender às demandas do viver humano.

Considerando esses parâmetros iniciais, gostaria de apresentar alguns exemplos de minha prática como psicóloga educacional e clínica, abordando como me transformei em membro constituinte no processo de consolidação da Psicologia Ambiental como área da Psicologia em nosso país. Permitam-me, leitores, levá-los a uma breve viagem pelo tempo, a fim de contextualizar esse processo de transformação mútua, que me implicou, também, como professora na Graduação e na Pós-graduação em Psicologia Clínica na PUC-SP.++

Meu contato com a Psicologia Ambiental foi em 1978, ao apresentar meu primeiro trabalho na Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), a partir da aquisição do livro *Psicología Ambiental: el hombre y su entorno físico*, organizado por Proshansky, Iltenson e Rivlin (1974). Este seria o último ano de Graduação em Psicologia na Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a leitura de um Manual de Psicologia Ambiental descortinava, a cada capítulo, múltiplas possibilidades de atuação diferenciada, além de endossar, ou embasar, argumentações de nossos posicionamentos contra o modelo médico de atenção à saúde, especialmente quanto ao diagnóstico psicológico, à classificação das “doenças mentais” e à internação hospitalar psiquiátrica. Impactou-me, sobremaneira, o capítulo em

que a colocação de bancos, de variados tamanhos e disposição em um salão que “abrigava” pacientes com distintos diagnósticos psiquiátricos, alterara consideravelmente a interação dos pacientes entre si e com o corpo clínico.

Ainda que não aplicara, de imediato, esta e outras leituras constantes no referido Manual de Psicologia Ambiental, as informações resultantes das pesquisas organizadas em uma única coletânea propiciaram o necessário *background* para elaborar uma revisão crítica dos conhecimentos construídos durante minha formação em Psicologia, principalmente em pesquisa voltada ao enfrentamento das demandas sociais, grosso modo, refiro-me à então designada “pesquisa aplicada”.

A aplicação da Psicologia Ambiental que eu conhecera não demorou a chegar. Em 1979, fui contatada pela Direção de meu antigo colégio de formação básica, para propor um “diagnóstico e um curso” para alunos do ensino médio em risco de reprovação, por “não saberem estudar”. Minha resposta foi aceitar conhecer os jovens e analisar com eles os possíveis entraves e dificuldades encontradas no processo de estudo e nas aulas, a partir do contato com eles, eu apresentaria um encaminhamento na própria escola.

Acordados os termos com a escola e autorização dos pais, marcamos um horário distinto das aulas dos alunos para análise da “queixa” apresentada. Já estávamos no mês de setembro. O local designado foi a sala de artes, com mobiliário próprio para desenho e pintura; portanto, em vez de carteiras, iria trabalhar em um local organizado para atividades artísticas, contraditoriamente, ao esperado por alguém que analisaria “hábitos de estudos” em matérias básicas do ensino médio.

Eu estudara literatura psicológica sobre “hábitos de estudo”, a primeira atividade a investigar foi com os 12 alunos que aceitaram participar, seria a descrição das características do local em que estudavam. Eu havia levado papel quadriculado, vários lápis coloridos e pretos, canetas

e borrachas, a fim de realizar esses “mapas” das descrições dos locais de estudo. Ao contrário de minha preparação e planejamento, a atividade seria realizada em grandes pranchetas artísticas! Não precisaria dizer – mas vou dizer! – o quanto eles estavam dispersos em uma sala como aquela, na qual desenvolviam produtos de desenho e pintura! Mudei o planejamento e comecei a perguntar a eles se eles “voavam” e “no que pensavam durante estes voos” enquanto estudavam. Tecnicamente, eu aproveitara a dispersão deles para investigar sobre a ocorrência de devaneios e os níveis de atenção de cada um durante as diferentes tarefas a cumprirem em cada matéria. Listei na lousa cada verbalização e fomos agrupando os “tipos de voos”; em seguida, os tipos de tarefas e as matérias de maior ocorrência dos tais “voos”. Ou seja: estava agrupando em categorias os devaneios e procurando levantar possíveis relações com tipos de tarefas e/ou matérias.

Após este levantamento, distribuí as folhas de papel quadriculado: seriam deixados 3 cm na base (fim da folha) para que escrevessem os dias da semana e horário de início das tarefas. Deveriam marcar com um “X” a cada “voo” durante uma mesma tarefa; poderiam escrever, na vertical, a matéria. Esta disposição de registro propiciaria um gráfico em que nós, alunos e eu, pudéssemos identificar dificuldades durante a realização das tarefas para, então, planejarmos as intervenções diferenciadas, inclusive de ambiente físico para estudo. Voltamos a nos encontrar após três dias de teste do autorregistro de estudo (no papel quadriculado) e, ao contrário do que indicaria uma pesquisa em que deveríamos controlar as variáveis intervenientes (principalmente, entre os participantes), em nosso encontro, perguntei se eles haviam conversado sobre o “mapa de voos” (registro de devaneios) e o que poderiam comentar abertamente.

A observação dos registros de cada aluno indicava, claramente, a eficácia do autorregistro para a diminuição da ocorrência de devaneios, bem como propiciava a investigação sobre possíveis variáveis responsáveis pelas dificuldades em estudar, entre elas: dificuldades

com a organização do material para as tarefas, horários para estudo, baixo nível de atenção. Quanto ao nível de atenção, foram abordadas as condições ambientais que favoreciam maior atenção e as que dificultavam, o que resultou em planejamento de locais diferenciados a cada um dos alunos: biblioteca da escola; estudo com fundo musical em casa; cartazes de “não perturbe” na porta do local de estudo em casa em horários específicos de duração de cada tarefa; programação de intervalos para evitar os “voos” (devaneios), de modo que conversas ou lanches pudessem ser realizados sem prejuízo do tempo dedicado a cada tarefa. Acompanhamentos sobre os procedimentos do denominado “curso de hábitos de estudo” foram fornecidos para os professores e pais, a fim de serem trabalhadas dificuldades em conteúdo específico de matérias ou relacionamento professor-aluno.

A avaliação realizada por todos os envolvidos destacava os resultados exitosos, especialmente a ausência de reprovação e as mudanças para relacionamentos mais afetuosos e menos estereotipados com estes alunos, seus pais e professores. Os alunos passaram a reconhecer as características individuais no processo ensino-aprendizagem, aumentando o autoconhecimento para promoção de independência e participação social.

Destaquei esta primeira intervenção a partir de meu contato inicial com a Psicologia Ambiental devido às consequências: a) minha contratação para organizar um novo Serviço de Orientação Psicológica na escola, o que abriu campo de trabalho e atuação para colegas psicólogas e psicólogos na região metropolitana de São Paulo, proporcionada pelas referências da produção de pesquisas em Psicologia Ambiental como complementação a minha formação na PUC-SP; b) publicação desta nova abordagem para “Hábitos de Estudo”, discutida por nossos pares na comunidade científica, na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1981, possibilitando o aprimoramento de minha atuação profissional; Sugiro manter c) aprofundamento teórico e metodológico

da intervenção realizada, uma vez que o uso do auto registro de devaneios indicava reatividade da medida, podendo comprometer a análise de êxito dos resultados. Decidi, então, realizar replicações sistemáticas no decorrer de minha atuação na escola e em clínica particular, com crianças e jovens e por nove anos realizei estudos sistemáticos, a fim de avaliar a consistência nos resultados obtidos. Somente em 1997, já doutora em Psicologia da Educação, levei estes dados para discussão no “V Congresso *Latini Dies*”, Estoril (Portugal), contribuindo metodologicamente para o estudo de comportamentos encobertos e suas relações ambientais.

Todos os anos de atuação em escola e na clínica com crianças e jovens, aplicando e ensinando procedimentos de intervenção que enfatizavam as interrelações das pessoas envolvidas com seus respectivos e diversificados ambientes físicos, propiciavam ampliação dos parâmetros de atuação em Psicologia Educacional e em Psicologia Clínica, uma vez que as intervenções passavam por avaliações pelos envolvidos quanto à promoção de autoconhecimento e resolução das queixas e problemas identificados, pela avaliação de pares psicólogos e pesquisadores, e pela avaliação da própria psicóloga-pesquisadora, com vistas à ampliação ou abertura de campos de atuação envolvendo a Psicologia ambiental em um vir-a-ser de protagonismo.

Ao final da década de 1980, passei a dedicar meu trabalho em consultório particular sob a perspectiva da terapia comportamental com adultos. Esta decisão propiciou ações mais cuidadosas sobre o ambiente físico do consultório: posicionamento de poltronas; almofadas; mesa proporcional entre as poltronas da terapeuta e da(o) cliente; iluminação; aeração; disponibilidade de água, lenços de papel, decoração com gravuras. A atenção ao planejamento do consultório baseava-se em vários fenômenos estudados pela Psicologia Ambiental: percepção e cognição ambiental, espaço pessoal, privacidade, territorialidade. Atentava-me sobre as relações e usos que meus clientes faziam deste espaço clínico. Minha opção por gravuras, portanto arte

em papel, mereceu publicação de dois casos clínicos, sobre impactos de elementos do espaço físico do consultório no processo psicoterapêutico, e sua discussão entre meus pares da clínica psicológica, no I Congresso da Associação Psicológica Iberoamericana de Clínica e Saúde, em 1999, Granada (Espanha).

Esses aspectos constituíram bases sólidas que foram brindados no ano de 1997 ao adotar oficialmente a Psicologia Ambiental como referencial em minha atuação. Essa oficialização se deu por meio de um convite para organizar e coordenar um Grupo de Psicologia Ambiental, voltado para a Saúde, na PUC-SP. A indicação foi feita pelos pesquisadores internacionais participantes do *workshop*, coordenado por Esther Wiesenfeld e José Pinheiro, realizado durante a XXVI Reunião Anual da Sociedade Interamericana de Psicologia na PUC-SP, cujo objetivo era planejar uma ação internacional a fim de consolidar a Psicologia Ambiental como área da Psicologia. A indicação de meu nome foi decorrente de meus relatos sobre a atuação na clínica e na educação, em intervenção e prevenção, para promoção de saúde, bem como docente na Graduação em Psicologia.

Vários foram os desafios para a concretização dos objetivos propostos naquele *workshop*, que perpassavam por minha qualificação pessoal em Psicologia Ambiental. Também foram variadas as fontes de produtores de conhecimento no auxílio para tal qualificação, que enviavam textos e se propunham a discutir as aplicações que pretendia fazer na PUC-SP. Destaco Emilio Moyano-Diaz, Bernardo Gimenez, Corraliza, José Ignacio Aragonéz, Victor Corral-Verdugo, Esther Wiesenfeld, Euclides Sanchez, Ricardo García-Mira e Gabriel Moser, que tiveram papel preponderante no planejamento das ações necessárias para cumprimento das tarefas de: ampliação do campo de conhecimento da Psicologia Ambiental, de ensino e de produção científica qualificada.

Em um trabalho no ano de 2019, apresentei um detalhamento dos desafios de desenvolver e implementar um planejamento que envolvesse não somente a Psicologia Ambiental em suas tradições de

aplicação e pesquisa mas também, principalmente, a construção de novos campos de conhecimento pela articulação: Psicologia Ambiental e Psicologia da Saúde; Psicologia Ambiental e Psicologia Clínica; Psicologia Ambiental, Desenvolvimento Rural Sustentável, Agroecologia e Segurança Alimentar; Psicologia Ambiental e as Epistemologias da Psicologia, que fundamentam e sustentam nossas práticas psicológicas.

Contudo, saliento alguns pontos que contemplam a questão geradora deste texto, a fim de provocar novas reflexões para a manutenção e ampliação da Psicologia Ambiental como área da Psicologia:

1) O ensino de Psicologia Ambiental: é de suma importância um trabalho que sistematize as iniciativas de ensino da Psicologia Ambiental, como disciplinas temáticas ou de pesquisa, na Graduação e Pós-graduação no país. Em 1999, eu publiquei no Congresso da ABRAPSO, realizado na USP, uma atividade para sensibilizar alunos iniciantes no estudo das inter-relações pessoa-ambiente: a “Técnica do Varal”, que utilizo até hoje em variações criativas que gosto de fazer com meus diversos alunos.

2) A pesquisa em Psicologia Ambiental, que contemple as várias epistemologias da Psicologia, com observância do rigor na produção do conhecimento, em que se observe a pertinência e coerência entre os princípios epistemológicos adotados, as metodologias e métodos compatíveis, e as contribuições para a formação de psicólogos ambientais comprometidos eticamente com as demandas nacionais e internacionais. O desafio maior que enfrentei foi a resistência no Brasil sobre minhas pesquisas e de meus alunos de metodologias qualitativas e de uso de múltiplos métodos de coleta devido à complexidade do conceito-chave da pesquisa, no caso: apropriação de espaço. A discussão com pares internacionais, inclusive com o próprio Enric Pol, assegurou a confiabilidade nos resultados das pesquisas, bem como a revisão ampliada do próprio conceito. É necessária a produção de conhecimentos em Psicologia Ambiental que contribua para o necessário embasamento teórico e metodológico nas variadas atuações dos profissionais de Psicologia.

3) A atuação interdisciplinar na Psicologia Ambiental. Quando me foi apresentada a proposta de um trabalho conjunto com a Embrapa Meio Ambiente com famílias de agricultores, em 2002, a primeira discussão que tivemos versou sobre pontos a serem definidos para contribuições mútuas. Este procedimento foi exposto e discutido como parte do procedimento da pesquisa por ser fundamental para a elaboração do projeto, extensão de seus resultados e valor heurístico. Uma vez mais, debatido entre pares, tanto da Psicologia quanto da Agroecologia (Bassani, Silveria, & Ferraz, 2003, Bassani, 2019a).

4) O necessário intercâmbio entre os/as psicólogos/as ambientais, promovido pelas Associações nacionais e internacionais, e pelas Universidades e Institutos, de modo a propiciar momentos de exposição de relatos de atuação, seja por meio de supervisões de casos, dúvidas técnicas ou teóricas, debates sobre possibilidades de ampliação de uma dada intervenção ou desdobramentos para políticas públicas. Ao realizarmos nossos três Seminários Internacionais de Psicologia Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo PPG em Psicologia Clínica, criamos uma mesa em cada um denominada “Causos de Pesquisadores”, em que propúnhamos a nossos pesquisadores convidados que contassem algum evento, situação, lugar, pessoas que tivessem marcado suas trajetórias pessoais e profissionais. Talvez, algumas variações a respeito pudessem ser propostas em encontros promovidos também por nossos Conselhos profissionais.

Por último, gostaria de deixar expressa minha gratidão a todos os colegas, que se tornaram amigas e amigos, no decorrer destes tantos anos de atuação como psicóloga, como pesquisadora e como professora. Não posso deixar de agradecer, em especial, a duas pessoas fundamentais neste processo: Professora Emérita da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, e Dra. Mathilde Neder, que aprovou meu credenciamento para seu Núcleo de Psicossomática e Psicologia Hospitalar, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP, em 1999, no qual iniciei minhas atividades na Pós-Graduação

a partir do ano 2000. (Bassani, 2019b). Nossa parceria rendeu muitos frutos, mas o que mais me impacta até hoje foi a mudança que realizamos sobre a conceituação de Psicossomática: da “interdependência psique-corpo” para a “interdependência psique-corpo-ambiente”, adotada a partir de 2000. Em 2009, passei a coordenar meu próprio núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica, no mesmo Programa. Contudo, nunca nos separamos.

A segunda homenagem que quero fazer é ao *Professeur* Gabriel Moser: mais que incentivador, um interlocutor arguto, que recebia minhas inquietações com a abertura do curioso mentor a debater com seus pupilos! Minha gratidão eterna a ele e a Dirce Moser!

Eu costumo dizer que precisamos observar e aprender com as “formiguinhas”, pessoas que mantêm em seu cotidiano ações voltadas para a sustentabilidade, que fazem um Caminho de Cultura para a Paz! Que nossos desafios sejam enfrentados com estas mesmas disposições de justiça, de união, de partilha, de respeito, de generosidade!

Referências

- Bassani, M. A. (2019a). Psicologia ambiental e psicologia clínica: Pesquisa e desafios teórico-metodológicos. In I. Kublikowski, E. M. S. P. Kahhale, & R. M. Tosta, *Pesquisas em psicologia clínica: Contexto e desafios* (pp. 197-212). São Paulo: EDUC.
- Bassani, M. A. (2019b). Graduação e pós-graduação em psicologia na PUC-SP: Mútua contribuição para o compromisso social na pesquisa e qualificação docente. *Psicologia Revista*, 28, 681-96.
- Bassani, M. A., Silveira, M. A., & Ferraz, J. M. G. (2003). *Por um estado de espírito agroecológico consciente*. Congresso. 1º Congresso Brasileiro de Agroecologia realizado em Porto Alegre, RS.
- Proshansky, H., Ittelinson, W., & Rivlin, L. (Eds.). (1974). *Psicología ambiental: El hombre y su entorno*. México: Trillas.

ENTREVISTAS



Conversa com Enric Pol: “Nosotros empezamos picando piedra”¹¹

Este capítulo apresenta trechos de uma entrevista realizada com o Dr. Enric Pol, Professor de Psicologia Social Aplicada e Psicologia Ambiental do Departamento de Psicologia Social da Universidade de Barcelona. Pol é uma das principais referências internacionais da Psicologia Ambiental e relações Pessoa-Ambiente, seja no campo da pesquisa científica, seja no campo da intervenção. Ele desenvolve trabalhos com focos diversos como identidades urbanas, recuperação urbana, avaliação de impacto ambiental e, com especial destaque, gestão e gerenciamento ambiental.

O objetivo da entrevista é possibilitar ao(à) leitor(a) uma compreensão de atuação do ponto de vista de uma das principais referências contemporâneas da área, dando especial destaque à história, formação, desafios contemporâneos e perspectivas futuras da Psicologia Ambiental e das Relações Pessoa-Ambiente.

Como é constituído o campo de prática em psicologia ambiental?

Enric Pol – “Nosotros empezamos picando piedra”¹², ou seja, em outras palavras, trata-se de colocar as pessoas e as dinâmicas sociais sobre a mesa. O primeiro princípio que não se deve esquecer nunca, eu posso elencar, é estar no lugar adequado no momento adequado, esse é um ponto-chave. Por exemplo, haverá uma reunião de biólogos, para ver como se faz ou se pode fazer algo, relacionado a comportamento: nós psicólogos(os), não seremos necessariamente convidadas(os),

11 Entrevista realizada por Camila Bolzan, em 29 de agosto de 2022. Organização da entrevista para o Catálogo Mário Martins. Revisão da organização: Ana Paula Soares da Silva.

12 Referente à ação árdua de conquista de espaços e oportunidades.

mas temos que estar, temos que ver o que fazem, que atividades estão desenvolvendo e nos posicionar, mostrando que ali tem uma dimensão psicológica ou psicossocial envolvida; sem dúvida, temos muito a contribuir. Eu costumo sempre provocar dizendo que é mais fácil construir uma Central Nuclear do que promover um programa de mudança de conduta: na central nuclear, se as coisas são feitas bem, sempre funciona igual, ao passo que, com o comportamento, dois e dois são quatro uma única vez, depois, já não são quatro, as coisas mudam. Em resumo, neste primeiro ponto: localizar aqueles âmbitos que podemos contribuir, com uma certa segurança. Quando começamos a trabalhar com a avaliação de impacto ambiental, nem tínhamos nos planejado para trabalhar este tema, mas surgiu a oportunidade. Naquele caso, foi o contrário, não fomos nós que buscamos, e sim a pessoa que estava conduzindo estes temas na área metropolitana de Barcelona; por influências americanas, por haver trabalhado nos Estados Unidos e Inglaterra, essa pessoa tinha evidente que ali a dimensão social deveria ser ativada. Esta postura estava sustentada pelas leis e avaliação de impacto ambiental, tanto as europeias como as espanholas. Essas leis contemplam explicitamente que é preciso avaliar os efeitos sobre as pessoas, sobre seu bem-estar, sobre o patrimônio arquitetônico, cultural e dos coletivos sociais. Às vezes, há pessoas envolvidas nestes processos que não são psicólogos(os) e que se dão conta da dimensão comportamental e social, mas elas são a exceção. O pior que podemos fazer é ficar sentadas(os) na cadeira do nosso escritório esperando que nos chamem: porque não vão nos chamar nunca! Essa é a chave: estar no lugar adequado mesmo sem ser convidado.

Conte-nos um pouco sobre como foi sua história de fazer da psicologia ambiental um campo de prática

Enric Pol – Na Espanha, os antecedentes da Psicologia Ambiental nos levam há muitos anos. Eu e Montserrat Moralles participávamos de seminários sobre Piaget, ministrado por um arquiteto, Josep

Montayola, que realizava essas atividades em sua casa mesmo, por influências de sua vivência em Berkley. Ali nos colocou na tarefa de analisar o desenho do espaço, o desenho da cidade e o desenho dos elementos de mobiliário urbano. Aproveitando que eu estava no Instituto de Ciências da Educação – onde eu atuava mais em gestão e documentação, nada a ver com o acadêmico – isso me abriu as portas para iniciar na área, na época da transição política. Deveríamos fazer um replanejamento muito intenso do mundo escolar; a escola pública era um desastre. Começamos a trabalhar com arquitetos, educadores, designers de interiores em como deveria ser o espaço escolar para que funcionasse bem para as crianças, tanto aspectos funcionais como simbólicos. Iniciamos assim com reuniões e jornadas sobre entorno escolar junto com o Instituto de Ciências da Educação da Universidade de Barcelona, Barcelona Centro de Diseño, com a colaboração da Psicologia e da Arquitetura, de 1979 a 1984. Foi o período em que o governo da Catalunha assumiu a gestão da Educação e quis iniciar com edifícios autorais e muito ajustados às necessidades escolares. Esta foi uma das primeiras entradas, pela Educação.

A segunda entrada esteve relacionada ao trabalho com qualidade de vida. A prefeitura de Barcelona, entre 1986 e 1988, estava começando a repensar a reforma da cidade, em muitos aspectos e níveis. Neste contexto, havia pessoas envolvidas que eram sensíveis e que solicitaram apoio na avaliação da qualidade de vida em Barcelona, sobretudo no bairro Ciudad Vieja. Desenvolvemos ali dois estudos distintos. Fazíamos o projeto, tentando mobilizar estudantes. Neste sentido, após os estudos, organizavam-se algumas práticas e aplicações para trabalhar com as necessidades que se detectavam e avançar para recomendações de mudanças de políticas.

No terceiro momento, no final dos anos 1980, houve um conflito com o tema de resíduos, bastante importante, pelo crescimento da geração desse tipo de material. Naquele momento ainda não existia a Secretaria de Meio Ambiente na Catalunha. Ao mesmo tempo, já

tínhamos iniciado o Mestrado em intervenção Psicossocial (Master en Intervención Psicossocial – MIPS, da Universidade de Barcelona), fazia dois anos, e a mim caiu a responsabilidade de “bater na porta” do poder público e dizer: “Vejam, vocês estão criando uma política que significa tentar mudar comportamento das pessoas e vocês são biólogos, engenheiros. Peço que tenham em conta os fatores do comportamento humano e os fatores sociais, caso contrário, irão fracassar”.

Primeiro, houve rechaço, mas, depois, nos primeiros anos desta Secretaria de Meio Ambiente, fui chamado muitas vezes para colaborar com um diretor-geral; ele era biólogo, mas tinha responsabilidade política e tentava conscientizar empresários sobre a necessidade de implantar sistemas de gestão ambiental nas empresas. O diretor tinha viés político e eu trabalhava com as estratégicas e os problemas que eles poderiam encontrar. Esta era uma prática de comunicação e, para mim, este é um dos elementos mais fundamentais neste momento. A partir dali, foram geradas novas ações, como por exemplo, jornadas de participação e análise de impacto social de desastres em uma região de minas de sal na Catalunha. Os resultados destes estudos, sobretudo de análise social, como sempre, são surpreendentes para aqueles que não esperam os resultados que acabam por sair. Vivemos em uma sociedade de domínio mecanicista: não há como entender o que está acontecendo em uma população se não analisa a história e o que faz com que as pessoas reajam de uma forma tão inesperada frente a mudança. Assim, foram se constituindo os últimos anos.

Na formação em psicologia, como se oportuniza que estudantes façam estágios e práticas em psicologia ambiental?

Enric Pol – Na Espanha, a maioria das ofertas de práticas vão para uma linha específica. Criou-se uma representação social de que ser psicólogo é lidar com “transtornos mentais”. Há esta imagem social construída, de que a Psicologia é somente clínica. Com isso, 99,9% dos estágios e das práticas são em centros clínicos, muito

poucos são de Psicologia educativa; aliás, uma grande perda, porque é uma prática fundamental. Por outra parte, tem muitas opções em psicologia das organizações ou psicologia social e, entre elas, uma parcela de Psicologia Ambiental. As(os) estudantes podem ser motivados desde o início, no primeiro semestre; isso é o que fazemos numa disciplina em que o tema ambiental é um dos sete temas tratados, ou com a optativa de Psicologia Ambiental, mas que vem muito poucos, uns 30 alunos. Temos alguns que cursam a disciplina depois de estágios e outros que, depois de cursar a disciplina, buscam realizar os estágios neste campo. O importante é fazer as ligações com os campos comuns, como por exemplo, espaços de dinamização comunitária, programas de sensibilização sobre o meio natural, gestão de resíduos ou comunicação.

Quais são os principais desafios profissionais para a psicologia ambiental?

Enric Pol – Os principais desafios do presente estão relacionados ao preço que pagamos pela globalização. Esse tema está sendo aproveitado pela extrema direita, para nos mostrar que temos que fomentar a identidade nacional. Ainda não temos suficientemente desenhado e interiorizado como psicólogos(os) sociais e ambientais estes desafios. São desafios macro que influenciam nas condutas do dia a dia. Ou seja, compreender as dinâmicas globais que fazem parte do cenário de conduta, aqueles facilitadores, aqueles marcos que nos mostrava Roger Barker – aliás, os facilitadores de conduta não foi ele quem inventou, e sim um biólogo. Entender como se geram estes cenários, contribuir para que os cenários de conduta sejam mais favoráveis aos interesses das pessoas e aos interesses naturais.

Com isso, diria que um dos desafios macro é a gestão da comunicação e da informação: não há muitas(os) psicólogas(os) trabalhando com temas de comunicação ou há menos do que deveríamos ter. É preciso trabalhar de uma forma muito primária, a

partir do conteúdo primário das mensagens que são comunicadas, mas com uma visão global. Tudo que concebemos, no mundo da gestão ambiental, é gestão de comportamentos humanos, ou seja, não há como entender a gestão ambiental e deixar de lado os comportamentos humanos. Aqui temos um ponto de cruzamento entre a psicologia ambiental, a psicologia social clássica e a psicologia das organizações. Os projetos nas empresas e nas indústrias fracassam, porque não levam em conta as pessoas.

Um terceiro ponto, uma tese que alguns tentam me derrubar, mas que estou convencido, é de que as multinacionais estão utilizando o “greenwashing” para afundar as pequenas empresas locais. Em outras palavras, as multinacionais têm o dinheiro suficiente para construir a imagem verde, pró-ambiental etc., as pequenas empresas locais não, porque trabalham no limite. Parte das políticas governamentais deveriam ser conduzidas para ajudar as pequenas empresas locais, caso contrário serão absorvidas pelo capital especulativo global. Com isso, temos pessoas, cidadãos mais indefesos e apáticos que nunca, ou seja, tudo que se faz não serve para nada, desta forma então vou fazer dancinha do *tiktok* e seguir apático.

Quais os desafios para o futuro da prática em psicologia ambiental?

Enric Pol – O desafio para o futuro, para quem trabalha com práticas ambientais e aplica conhecimento em situações que não tínhamos contemplado, é saber como aplicar esse conhecimento quando aparecem situações novas. Este desafio segue, existe e surge cada vez mais, com expressões distintas. O que é muito difícil de definir é um leque de possibilidades de práticas padrão de Psicologia Ambiental. O que temos são as práticas consolidadas, mas qualquer coisa que surja relacionada a uma nova tecnologia vai gerar uma nova prática relacionada a esta. Precisamos estar abertos a captar todos estes elementos; isso é fundamental.

No futuro, temos a responsabilidade de melhorar as práticas, sempre que não haja duplas intenções por trás e não nos utilizem como marionetes. Temos, por outra parte, uma responsabilidade de denúncia, de crítica a situações diversas. Eu costumo utilizar um exemplo do Brasil: havia uma bióloga que estava trabalhando sua tese doutoral sobre a percepção do mar, em uma zona com grandes áreas de deserto, era uma zona protegida. Ao se aproximar da população, via uma população extremamente equilibrada com o meio, com o mar e o uso racional da pesca. Neste local, criou-se uma escola da natureza e esta foi a oportunidade para colocar a bandeira de um resort turístico; ou seja, aproveitavam aquelas pessoas que já viviam naturalmente ali, faziam formação e, ao mesmo tempo, eles poderiam ser os “escravos” do resort. Deste exemplo, antes tínhamos uma cultura equilibrada naturalmente com seu ecossistema e logo temos uma cultura depredadora.

Observo que em todos os debates dentro da Psicologia Ambiental, sobretudo aqueles que tratam da imposição das culturas ocidentais, levando o progresso a todas as partes, nunca se fala de preservar os hábitos mais equilibrados das culturas originárias, isto se ignora. Destaco a importância de olhar as culturas tradicionais e seu papel de preservação, o que tem muito mais valor do que a imposição pela cultura globalizada. Estas são as contribuições que as(os) psicólogas(os) ambientais devem gerar, mas 99,99% não estão focados nestes problemas.

Vocês recebem no curso de formação estudantes da América Latina?

Enric Pol – Sobre América Latina: nos últimos 25 anos, em nosso mestrado, tivemos e seguimos tendo a grande maioria de estudantes da América Latina, de diversas formações. Poucas(os) psicólogas(os), mas vieram muitos advogados, engenheiros, arquitetos, sociólogos. Por uma parte, vejo uma grande demanda destes profissionais sobre

estes temas, uma grande sensibilidade e senso de estar onde tem que estar para que as coisas se façam de um jeito “menos pior”. Com isso, o desafio é muito grande, tratando de contribuir para que se faça melhor. Destaco também a grande importância das ONGs, das sociedades cooperativas, já que o Estado está longe das pessoas. Os coletivos sociais precisam se auto-organizar, isso é dar força à sociedade civil. Um dos enganos que tínhamos é que somente temos o público e o privado: mentira. Temos, entre o público e o privado, a sociedade civil que, para sobreviver, teve que buscar iniciativas de todos os tipos: econômica, sanitária, produtiva, acabando em situações perversas. Esta auto-organização é um elemento de peso muito importante e o que dá força.

O que mudou com a pandemia para pensarmos a relação pessoa-ambiente?

Enric Pol – O que mais mudou depois da pandemia foi o peso das redes sociais. Para todas as faixas etárias, desde os menores até os idosos. Aqui, temos um novo desafio, difícil de entender como uma prática, mas que é chave para entender a evolução de tudo isso: Como se constroem as realidades sociais? A teoria das representações sociais Moscovici, que é uma teoria pouco “querida” pela psicologia dominante, ajuda-nos a entender esse processo.

Outro conceito muito importante é o de socialização, que não somente considera ter relações sociais, e sim como aquele tipo de aprendizagem não formal que a criança, o adolescente e também o adulto constroem a partir das influências e das relações. Antes se dizia que a socialização era uma tarefa da família, escola e igreja; agora, entra um outro elemento neste processo que é a rede social. O que eu identifico é uma lacuna de uma análise bem-feita – pode ser que haja e eu desconheça – de quais são os valores e os modelos de comportamento que estão sendo transmitidos por meio das redes sociais, explícita ou implícita. Uma terceira questão que me

pergunto é se você consegue mudar o comportamento das pessoas em relação a temas ambientais (como por exemplo, resíduos, uso da água), pedindo que as pessoas sejam ativas: O que você está fazendo é de fato empoderar as pessoas?

Precisamos deixar de lado a crença de que se fornecemos toda a informação à pessoa, ela será coerente com o que lhe foi transmitido. Não, isso não vai ocorrer, a pessoa vai filtrar a informação e vai filtrar com o que é coerente com os seus pensamentos. Isto quer dizer que, no fundo, você pode ter uma representação social de mundo, mas, no final, acaba agindo conforme acredita que esperam que haja o grupo que está inserido.

Conversa com Esther Wiesenfeld: Balanço e perspectivas para a atuação da Psicologia Ambiental na América Latina¹³

A fim de (re)pensar um campo de atuação para a Psicologia Ambiental coerente com as demandas características da realidade latino-americana, parece-nos imprescindível atentar para os desenvolvimentos da área, dentro e fora do continente, reconhecendo seu histórico alinhamento teórico-metodológico com epistemologias do Norte Global. Olhares sensíveis às especificidades sociais, políticas, econômicas e ambientais de nosso contexto, marcado por profunda desigualdade socioespacial, podem iluminar caminhos na construção de um fazer (im)pertinente que contribua efetivamente para a melhoria da vida dos povos em nossa região.

Nesse sentido, com grata satisfação, apresentamos aqui um conjunto de reflexões oriundas do diálogo, aberto e receptivo, com a psicóloga, professora e pesquisadora venezuelana, Esther Wiesenfeld, pioneira nos estudos psicoambientais em nosso continente. A partir de sua larga experiência na área, a Profa. Wiesenfeld articula, em sua fala sobre a atuação da PA, temas diversos, como o ambiental, América Latina, sustentabilidade, sabedoria, espiritualidade, inter e transdisciplinaridade, inter-setorialidade e formação. Tais reflexões nos servem não apenas para vislumbrar os desafios postos para psicólogas e psicólogos ambientais, mas também para pensar saídas coletivas e potentes frente a esses desafios, com base no contínuo comprometimento ético-político em nosso fazer.

13 A entrevista foi realizada por Raquel Diniz e Tadeu Farias, em 21 de setembro de 2022.

Numa perspectiva histórica, como você entende a constituição de um campo de práticas em psicologia ambiental? Como vê sua relação com a pesquisa?

Esther Wiesenfeld – Em primeiro lugar, quero agradecer a vocês por me convidarem para essa conversa, que acho muito interessante. Em segundo lugar, quando me falam da perspectiva histórica da psicologia ambiental, e posso dizer isso não só na América Latina, mas em geral, considerando sua trajetória, que já deve ter mais de 50 anos, levando em conta a questão das intervenções, da gestão ambiental, não posso vê-las como desvinculadas da pesquisa. Para mim, a pesquisa tem que alimentar qualquer campo de aplicação. No entanto, a pesquisa, ou grande parte da pesquisa que vem sendo realizada em nosso campo, tem se baseado, principalmente, em paradigmas tradicionais e não teve, no meu ponto de vista, impacto na ação. Houve o reconhecimento da pesquisa básica e sua produção teórica, mas nem sempre vinculada à aplicação desse tipo de conhecimento. Isso não ocorreu apenas no campo da psicologia ambiental mas também em outros campos da psicologia. Porém, na psicologia ambiental tem um valor importante, considerando que a psicologia ambiental, precisamente, nasceu como uma reação contra a psicologia social tradicional, anglo-saxã, com pouca relevância na transformação, na ação social. Então é como um paradoxo que isso venha acontecendo.

Na América Latina, embora esse tipo de psicologia ambiental ainda predomine, acredito que tendências e perspectivas críticas, que tiveram a ver com as próprias demandas e características de nossas sociedades, impactaram esse campo, assim como impactaram outros campos, como a psicologia comunitária e a psicologia política. E menciono essas duas, além da ambiental, porque a psicologia ambiental não é só ambiental, a psicologia ambiental não deve ser apenas intradisciplinar com outros campos da psicologia, e não apenas interdisciplinar, mas trans ou mesmo pós-disciplinar, o que

talvez seja uma das marcas das perspectivas críticas. Em outras palavras, [deve ir] além da academia, que é onde realmente estão as demandas, os problemas, os desafios para nós. Não pode haver um divórcio entre a pesquisa e o que você propõe como aplicação, exercício [profissional], gestão ambiental. Pelo contrário, devem estar vinculados, deve haver coerência entre o tipo de pesquisa que é realizada, para que seja de fato compatível e responda às demandas que nossos contextos nos exigem. Então, pesquisa e ação não são processos independentes ou sequenciais. Pode ser que aconteça assim às vezes, mas dado o que está acontecendo, principalmente nos últimos anos, para mim são processos simultâneos, são processos complexos, são processos em que tudo está acontecendo ao mesmo tempo.

E a leitura de tudo o que está acontecendo, em que as questões ambientais têm agora uma importância capital, exige diferentes saberes. Todo o conhecimento que está sendo gerado simultaneamente, à medida que eventos inéditos estão acontecendo, faz parte de todo aquele patrimônio que tem que nos nutrir e guiar. Não sei se infelizmente, ou felizmente, não é estático. Tudo o que está acontecendo em nível global, em nível regional, em nível local impacta cada casa, impacta cada pessoa, independentemente de seu status, sua formação, seja quem for. Seja a gestão de recursos naturais, desastres naturais, guerras, tudo isso tem impacto no nosso cotidiano. Temos uma contribuição adicional, que é a formação em psicologia ambiental. E misturamos isso com tudo que é nossa vida pessoal, nossas próprias experiências não podem ser separadas do nosso exercício. Somos pessoas, profissionais, acadêmicas e, fora isso, somos homens, mulheres, mães. Tudo isso se mistura, é uma leitura que se tornou cada vez mais evidente para mim nos últimos anos, devido à fase da vida em que me encontro, me levou a refletir que não podemos ser repartidos, nem como seres humanos, nem como profissionais, dentro da área da psicologia ambiental.

Quando falamos da América Latina, embora tenha uma clara referência geopolítica territorial, é um continente extremamente diverso e complexo. Embora possamos encontrar elementos comuns aos problemas ambientais, não apenas no continente latino-americano mas também em todo o mundo, devemos também identificar as particularidades de cada um dos países que compõem a região. E a começar por toda a sua diversidade climática, geográfica, em termos de recursos. Mas isso também é atravessado pelas características políticas de cada país e todas as suas mudanças e oscilações que não ficam alheias ao que pode impactar o meio ambiente. Digamos, a crise ambiental, quando falamos de América Latina, devemos fazer essa observação, não só do comum, mas também do diverso.

Dito tudo isso, saúdo especialmente a iniciativa que vocês tiveram no Brasil, com a ênfase que vocês deram às perspectivas críticas. Porque eu acho que é isso que se exige atualmente, e essas perspectivas críticas, eu suponho que elas incorporam o que eu falei no início, ou seja, o que é estritamente pessoal, o que é ambiental, junto com outras áreas do conhecimento, e com outras áreas do conhecimento não acadêmico, ou o que se chama de transdisciplinar. Eu usei o termo *pós-disciplinar*, não sei bem o que isso significa, mas é algo como o conhecimento científico, seu desenvolvimento e sua aplicação. E, ousou dizer, que não tem se dado na velocidade em que as respostas ao que está acontecendo em nossas vidas exigem.

Com base em sua experiência profissional, quais são os principais desafios que as(os) profissionais desta área têm enfrentado? como você compreende a noção de intersetorialidade nessa atuação?

Esther Wiesenfeld – [Sobre a intersetorialidade] digamos que posso falar com alguma propriedade no sentido de que, também, desde que usei o termo transdisciplinaridade, usei também o termo transetorialidade. Existe até uma publicação, que temos com Euclides Sánchez e Fernando Giuliani, que se chama algo como “psicologia

ambiental comunitária às avessas”, que tem a ver justamente com o tipo de trabalho que costuma ser feito com populações ou grupos que compõem ambientes diferentes. No entanto, para mim, é fundamental trabalhar com quem desenha as políticas, funcionários públicos, com autoridades, profissionais de outras áreas, porque parece que são os outros, expertos em sentido amplo, que requerem a nossa ação. No entanto parece que, entre aspas, as autoridades estão acima de todos, e é um erro. Estamos todos envolvidos. Todos somos responsáveis por tudo. E, embora cada um tenha uma parcela de seu saber, acadêmico ou não, nós naturalizamos a exposição a temas, a situações, o que temos em nosso dia a dia. Parece-me que desnaturalizar, problematizar, questionar, virar a cabeça para nos expor a pensar coisas que não pensamos e que têm a ver com a vida alheia, mas também com a nossa própria, é indispensável.

Quando vocês me falam setorialidade, intersetorialidade, transectorialidade, claro, já entrando no nível íntimo, privado, de confissão, uma das maiores frustrações da minha vida profissional é justamente não ter conseguido incidir dessa forma que estou falando, junto com uma equipe com a qual estamos trabalhando, com outros profissionais, com outros colegas da psicologia, não podendo desenvolver um projeto que eu disse “esse é o sonho da minha vida”. E tinha a ver com uma empresa que iria fornecer água para toda a área metropolitana de Caracas, e também para as áreas periurbanas, na grande Caracas, e isso exigia o despejo de 17 ou 21 pequenas comunidades.

E o trabalho era impressionante, porque não estavam expulsando as comunidades, como normalmente é feito, sem respeitar o que foram cinco gerações assentadas naqueles lugares. Foi um projeto bastante participativo, em que havia três décimos de representação para as comunidades, além disso fomos visitando diferentes terras que pertenciam ao município, vendo a possibilidade de desenvolvimento produtivo em áreas rurais abandonadas, pois a área rural na Venezuela é muito limitada. E trabalhamos, simultaneamente, com projetos urbanos, com

projetos habitacionais, isso foi como um sonho. E simplesmente, por razões de autoridade, poder, interesses econômicos, corrupção, tudo se desfez. Às pessoas, às famílias, deram a cada uma o pagamento referente às bem feitorias, ao que tinham. E eles foram enviados para a pobreza, para o estigma em diferentes lugares. Foram deslocados e se estabeleceram em lugares diferentes. Nesses lugares, eram rejeitados porque eram considerados vítimas, que vinham tirar os poucos recursos, [receberam] o estigma de que “vieram nos roubar”, “vieram nos tirar”. Eram segregados, não tinham acesso a serviços públicos de saúde e educação. Por isso digo que é um desafio. Como influenciar esses níveis de poder? Eu não sei. Porque foi uma frustração enorme ver como um sonho, não só pessoal, mas de tantas famílias, de tantas comunidades, de tantos profissionais desmoronou por mesquinhez, pelo desejo de poder político e econômico.

Lembro-me, ainda, de pelo menos três experiências que fomos convidados a participar como psicólogos ambientais. Uma tinha a ver com a transformação urbana de um setor da cidade, que implicava mudanças ao nível da mobilidade, do transporte urbano, do setor comercial, do setor residencial. E na hora de lidar e conversar com os setores que mencionei (transporte, comércio e moradores), havia possibilidades de diálogo e ação. Mas na hora de avançar nas recomendações para a tomada de decisões, já encontramos uma barreira. A mesma coisa aconteceu em uma empresa petrolífera transnacional, que tinha aqui [em Caracas] a sua sede, e também nos pediram para trabalhar com os diferentes atores presentes nessa empresa petrolífera, incluindo funcionários, chefes de divisões, de departamentos, etc.

Tudo correu muito bem, com belos planos de ação em prol da sustentabilidade social, ambiental e comunitária. Mas, novamente, quando chegávamos aos diretores encontrávamos uma barreira intransponível, nos deparamos com o mesmo tipo de limitação. Outra experiência em contexto habitacional foi um trabalho maravilhoso com todos os colaboradores, que também teve a ver com a atenção

ao público, às pessoas e comunidades que vinham em busca de soluções para seus problemas de habitat. E ao nível dos presidentes, etc., atingimos uma barreira. Mas, também, houve um distanciamento entre as pessoas e nós mesmos que estávamos ali trabalhando, profissionais, e entendemos isso como uma lacuna entre o poder e a participação dos outros.

Então quando se fala em intersetorialidade, pensar em trabalhar com quem normalmente não trabalhamos, em rede, influenciando as políticas públicas, é o mais fácil. O difícil é a implementação dessas políticas, que poderia ser decidida não só por nós, profissionais, mas justamente por todas as comunidades, com essa ideia de políticas públicas participativas, mas essa implementação é uma incógnita. E espero que as gerações mais jovens possam realmente conseguir algo com isso. Porque vai além dos partidos políticos, vai além da boa vontade.

Sobre os desafios para atuação profissional, a primeira questão é obviamente no nível da formação. O Ambiente, em maiúscula, seria como uma área de formação transversal para todas as disciplinas da Universidade, como um currículo comum e obrigatório para todos os cursos. Porque todos nós temos o dever, enquanto professores, de divulgar e partilhar com outros colegas e alunos, o que esta crise ambiental está a implicar. Não é uma questão de sustentabilidade para o futuro. O futuro já chegou e é uma questão da própria existência desta geração. Não sei quantos mais vão aguentar essas terríveis mudanças que estão por vir, obviamente não só na ordem ambiental, também tem a ver com o político, o econômico, o social, mas o ambiental está à altura e no topo destes problemas que nos afligem em nível global, regional, nacional e local.

Uma segunda questão seria considerando que, como já tem muita gente que se formou atuando, se poderia abrir os olhos e as mentes para fazerem coisas novas... Com essa geração que está formada me parece interessante, assim como no campo da psicologia clínica, o que eles chamam de educação continuada. Algo que tem

a ver, também, com grupos que continuam como formação permanente, como atualização permanente, mas não de forma tradicional, no sentido de que vai haver uma espécie de currículo em que as pessoas têm que ler determinados textos e serem aprovados [em exames]. Mas tão precisamente com base em todos os desafios que a realidade está nos colocando, para que essa formação contínua seja dirigida às demandas do que está ocorrendo. Porque isso não para, a formação não para, a realidade não para.

Quero dizer, literalmente vivemos em um tsunami. Então, considerando, digamos, o topo, a onda, a crista da onda do tsunami, talvez valha a pena formação, formação no sentido das reflexões que podem ser feitas nas discussões em grupo, em que há pontos de vista diferentes. Porque há pessoas que, com motivos bem fundamentados, defendem coisas que para uns são impensáveis. Não apenas impensáveis, desprezíveis. Mas, se realmente conseguirmos superar essa intolerância visceral em relação a outros pontos de vista que não os nossos, e nos encontrarmos, na medida do possível, a partir de um lugar genuíno, onde queremos pensar no bem-estar da humanidade, incluindo o de nós mesmos, é um espaço de formação contínua. Espaço para formação pessoal e profissional, mas de um local que realmente exige trabalho, e trabalho intenso.

Para mim, nesse momento da minha vida, nos últimos anos, por exemplo, a espiritualidade, minha religião judaica, está me ajudando muito. Mas isso sou eu, isso é meu, e cada um virá com o seu. E essa troca, esse encontro, essa fusão de experiências e saberes, de onde sai algo diferente que nos impacta. Agora me vem a ideia de uma proposta feita, há muitos anos, por Pablo Fernández, do México, quando falou sobre os diferentes paradigmas. Ele falou do paradigma da distância, que é o positivismo. O paradigma da fusão, o que é um pouco como a teoria crítica foi entendida, onde está o teórico crítico, o pensador, aquele que sabe, que tenta tirar o véu das pessoas que têm uma concepção distorcida da realidade, tirar o véu para ver

objetivamente realidade como ela é. Assim, nessa fusão de saberes, o próprio profissional deixa de ser quem é para se fundir com o outro e compreender melhor sua vida a partir da epistemologia do outro, e daí impactar. Essa é um pouco a ideia de fusão.

Mas concordo com o que o autor chamou de paradigma do encantamento, e é onde cada um traz uma bagagem da própria trajetória. Essa bagagem não é eliminada, não é ignorada, não é anulada para colocar outra no lugar dela. Eu gosto do nome do encantamento. Tem também um pouco a ver, para mim, com o socioconstrucionismo, que chamei de socioconstrucionismo crítico, porque é um respeito genuíno tentar entender de onde se veio a pensar, a ser, e a dizer o que foi pensado, dito e feito. Trocar, comentar, nutrir com os dos outros, e daí sai algo onde eu ainda estou presente, o outro ainda está presente, é um esforço de respeito e, sobretudo, um esforço de humildade. E nesse processo, todos nos transformamos. Para mim, a formação continuada seria algo assim, na qual não deixamos de lado a história, não só acadêmica, mas também pessoal. E junta-se à nossa formação, porque estudamos a nós mesmos, nos dedicamos lendo, aprendendo, discutindo, e estamos enfrentando problemas diários em nossos respectivos campos de atuação. Isso tem um valor, e esse valor não pode ser deslegitimado, porque o outro pensa diferente e também não pode anular o outro porque ele pensa diferente de mim. E não é o clichê, esse respeito pela diversidade. Não, é outra coisa. Está além disso. Não é só conhecimento, são sentimentos, são processos emocionais, psicológicos.

Qual é a sua perspectiva sobre o futuro das práticas em psicologia ambiental na América Latina?

Esther Wiesenfeld – Primeiro que o futuro... este segundo, o segundo por vir, o outro segundo, é o futuro como o vejo agora. Por outro lado, talvez lhes pareça, e é, uma contradição, ou um paradoxo, que nesta era de globalização eu esteja considerando o seguinte...

Lembro-me de um artigo que escrevi, chamado “O contexto das comunidades no marco da globalização”, que foi algo como no ano de 1997, eu acho, nele talvez eu resgate o que eu pensava e dizia naquela época. E é que falar sobre o futuro na América Latina são duas palavras extremamente grandes, e é antes voltar ao microlocal. Porque, por exemplo, que ressonância tem nas comunidades indígenas afetadas, por exemplo, por enchentes, quando lhes dizem que construíram suas casas em terrenos impróprios e por isso foram destruídas pelas chuvas? Não faz sentido um engenheiro dizer-lhes isso, quando sentem que a mãe terra não foi respeitada, que não rezaram ao sol, etc., e que foi isso que causou o acontecido.

Nesses contextos, a globalização não é relevante, nem o futuro, mas resgatar o microlocal, à medida que cada localidade pode atender coletivamente às suas necessidades. Não sei se resolvendo, mas pelo menos enfrentando as demandas que nos permitem no dia a dia. E é, de um dia para o outro, o que é o futuro para muitas pessoas, ou seja, não é daqui a 10 anos, é de agora para a noite, ou de hoje para amanhã. É com o resgate do local, paradoxalmente na era de globalização, de transdisciplinaridade, que algo pode ser feito. Com todo mundo impactando e sendo impactado onde pode, por meio desses vínculos mais próximos, dos vínculos socioemocionais mais próximos. Reconhecer, obviamente, os impactos que as redes sociais e as tecnologias estão tendo, mas esse retorno ao sentir a presença e a pele do outro é algo que acho importante resgatar.

Um outro elemento a ser considerado é que o ambiental não é, neste momento, mais uma dentre várias áreas da sociedade em nível mundial. Pelo contrário, é uma das questões mais sérias que a humanidade enfrenta. Assim como 50 anos atrás, os limites do crescimento foram levantados na já famosa Conferência Brundtland, onde também foram discutidos os modelos de desenvolvimento sustentável e a necessidade de tomar medidas para promover a sobrevivência do planeta no futuro. Eu diria que o futuro é hoje, ou

seja, já estamos em uma situação em que a continuidade da vida no planeta é praticamente inviável pela gravidade do que está acontecendo em nível ambiental. Dentro desse quadro temos o ambiente dentro da psicologia, que é, como diríamos, um ponto minúsculo se considerarmos isso que tem a ver com termos macro, o planeta, a vida no planeta, etc.

No entanto, acredito que a psicologia ambiental, embora minúscula dentro de todas as áreas do conhecimento científico e não científico, pode desempenhar um papel muito importante. Agora ela sozinha, obviamente não, mas em interação com todas as outras áreas do conhecimento. Porque todas elas, de uma forma ou de outra, têm a ver com o meio ambiente. Assim como a sabedoria, o senso comum, essa sabedoria que não se reflete nos textos, essa troca ou incorporação dessa sabedoria em todos os outros tipos de conhecimento. E, na minha opinião, é importante resgatar sua incorporação.

Estamos quase perto da inviabilidade da continuidade da vida. E isso nos coloca diante de uma urgência que demanda os diferentes tipos de conhecimento científico, a sabedoria e outras dimensões, como a espiritual. E o espiritual não se refere ao religioso, embora o religioso sempre toque no espiritual. Mas se refere ao que são valores humanos, que têm a ver, por exemplo, com a solidariedade, com o bem comum e que transcendem o individual. A subjetividade, o pessoal, o individual, existe e se entrelaça, ou deveria se entrelaçar com as outras dimensões para tecer como uma espécie de colcha, um teto, para nos abrigar. No que é bem-estar, bondade, o afeto. E penso que, assim como é ensinado do ponto de vista ideológico, e também usando muita emoção, posturas contrárias à convivência, por setores que pensam diferente, esse mesmo efeito poderoso que essa implantação ideológica tem para a destruição, poderíamos usá-lo para o contrário, para a construção da convivência. Eu sei que é um sonho, talvez uma utopia.

Considerações finais: O porvir da Atuação da Psicologia Ambiental

Raquel Farias Diniz
Tadeu Mattos Farias
Ana Paula Soares da Silva

Ao lançar luz sobre o fazer de psicólogos(os) e de estudantes identificadas(os) com a Psicologia Ambiental em nosso país, este Catálogo reuniu não apenas um conjunto de práticas que remetem a diferentes possibilidades de atuação neste campo mas também reflexões em torno de um fazer comprometido ética e politicamente com profissão e com os problemas contemporâneos que afetam pessoas e grupos.

Na busca pelo contínuo aprimoramento profissional, pretende-se que este material contribua para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática (CFP, 2005). Nesse sentido, contamos com experiências desenvolvidas em diversos contextos e em distintas regiões do país, que se voltam para problemáticas oriundas das demandas de nossa realidade, historicamente marcada por desigualdades socioespaciais, agudizadas nos intercruzamentos dos determinantes socioespaciais, de raça e etnia, classe e gênero. Cabe então (re)pensarmos uma questão historicamente colocada para a própria Psicologia: A quem serve (ou tem servido) a Psicologia Ambiental brasileira?

Ao dedicar boa parte de sua obra às possibilidades de a Psicologia contribuir para a libertação dos povos latino-americanos, o psicólogo, filósofo e teólogo Ignacio Martín-Baró ocupou-se do *quefazer* dessa disciplina, sempre mantendo ativa a preocupação sobre *a quem serve* esse *quefazer*. Crítico ferrenho das tendências dominantes na disciplina, sobretudo daquelas que importavam acriticamente referenciais estrangeiros que pouco ou nada tinham a ver com a realidade das *maiorias populares* da América Latina, considerava que, a fim de contribuir com a libertação latino-americana, era necessário um movimento de libertação da própria Psicologia (Martín-Baró, 2017a).

A libertação da Psicologia, nesse sentido, passava por uma profunda e constante autocrítica e pela revisão de suas maneiras de formular os problemas, de seus esquemas teóricos e como, nesse movimento, ser fiel à objetividade científica. Ontologicamente realista, pois é impossível enfrentar os problemas fundamentais sem conhecê-los objetivamente, Martin-Baró também foi crítico da *aspepsia científica*. Para ele, o *atrincheiramento* na suposição de neutralidade desse saber-fazer serve, na prática, àqueles grupos cujos interesses são dominantes na sociedade (Martin-Baró, 2017b).

Como conciliar tomada de posição (pelas maiorias populares latino-americanas) e objetividade da *práxis* científica e profissional? Ao contrário dos cânones positivistas, Martin-Baró (2017b) defendia que é justamente a existência de um *horizonte* no *quefazer* como determinação intrínseca que conduz à objetividade e ao compromisso com a realidade. Estava evidente, para ele, que o horizonte era a *libertação* dos povos latino-americanos.

Um *quefazer* da Psicologia, tendo como *horizonte* a *libertação*, que busque sua própria libertação das idealizações de *aspepsia científica*, fazendo opção pelas maiorias populares, teria por tarefa fundamental a *desideologização* da realidade, como forma de enfrentar os inúmeros mecanismos psicossociais de mistificação que servem à manutenção do *status quo*, e que buscam tornar natural uma realidade inaceitável. Essa tarefa, segundo o psicólogo em tela, traz três pontos fundamentais: a) assumir a perspectiva do povo; b) aprofundar o conhecimento de sua realidade; c) comprometer-se criticamente com um processo que dá ao povo o poder sobre sua própria existência e seu destino (Martin-Baró, 2017a).

Mesmo com tais reflexões críticas sobre o *quefazer* da Psicologia, Martin-Baró sempre se manteve ciente de que os problemas da realidade são maiores que qualquer disciplina parcelar. Assim, ainda que pontuando o horizonte anterior para Psicologia, sabia que o papel dessa disciplina, na resolução dos grandes problemas de nossa realidade latino-americana,

não deve ser superestimado. E, nesse sentido, acrescenta que é no interior do trabalho interdisciplinar “que a contribuição do psicólogo adquire pleno valor” (Martin-Baró, 2013, p. 568).

É a partir dessas reflexões *baroneanas* que buscamos finalizar as reflexões sobre experiências descritas no Catálogo e nas contribuições que podem ter para pensarmos o *quefazer* da Psicologia Ambiental. O Catálogo de Práticas que aqui se apresentou busca a divulgação do campo profissional e científico da Psicologia Ambiental, como forma de mapear, visibilizar, mas igualmente contribuir para instrumentalização teórico-prática daqueles(as) que orientam suas *práxis* para o enfrentamento dos problemas socioambientais de nossa sociedade.

A realidade socioambiental latino-americana impõe desafios extremos. Formação social de gênese colonial, cuja sustentação se deu por meio do emprego de trabalho forçado de negros e indígenas escravizados, é designada desde tal momento ao papel de fornecedora de matérias-primas, alimentos e riquezas para os países colonizadores, bem como a exploração indiscriminada dos recursos naturais da região teve, e tem papel central para o desenvolvimento do capitalismo. O preço cobrado nesse processo secular é o imbricamento entre os problemas ambientais e os processos de marginalização social nos países latino-americanos e, em específico, no Brasil.

Vemos tais processos nas condições impróprias de moradia, na falta de saneamento básico e contaminação do solo e das águas nas periferias urbanas, nos recorrentes alagamentos em períodos chuvosos, nas migrações forçadas, no povoamento das cidades por aquelas(es) em situação de rua, na formação de lixões, no desmatamento e queimadas dos biomas do país para expansão da fronteira agrícola atingindo povos originários e população trabalhadora do campo e ribeirinhas, no uso massivo de agrotóxicos para a monocultura, nas condições do trânsito nas cidades e falta de qualidade e insuficiência do transporte público, na produção de sofrimento psíquico em decorrência da violência simbólica e física contra comunidades pobres e negras, entre tantos outros aspectos.

Diante dessa realidade, parece-nos que não carece de justificativa que a Psicologia atente para as relações pessoa-ambiente a fim de colocar em movimento um olhar e uma *práxis* que advoguem pela indissociabilidade entre ser humano e ambiente, bem como pelo reconhecimento de que os grandes problemas ambientais são, na verdade, problemas humano-ambientais. Porém, deve-se constatar esse humano não como universal abstrato, mas sim como constituído em certas relações históricas – no presente, relações sociais capitalistas – e suas implicações na interação com os ambientes.

Igualmente, a realidade mencionada e suas especificidades colocam a necessidade de olhar para o binômio pessoas-ambientes com atenção para as particularidades de nossa formação social e dos problemas ambientais que aqui se impõem, bem como para os condicionamentos históricos, sociais e econômicos desses problemas, colocando o imperativo de um *posicionamento* e um *horizonte* como formulado por Martin-Baró. Pudemos observar esses aspectos ao longo dos relatos.

O conjunto dos eixos em que se inserem as práticas relatadas no presente documento torna evidentes tais questões. No eixo de *Contextos e Processos em Educação Ambiental*, foi possível notar que a preocupação com a temática ambiental esteve majoritariamente vinculada a contextos populares, em que refletir sobre problemas locais e relações pessoa-ambiente, numa perspectiva educadora, era também refletir sobre a realidade local, aproximando-se do método de Paulo Freire. O eixo de *Contextos e Processos de Saúde* contou com relatos com certa diversidade no que diz respeito às diferentes formas que o ambiente se faz presente nos processos saúde-doença, em alguns casos, enfatizando especificidades da saúde mental. A perspectiva da *integralidade* em saúde, norteadora do Sistema Único de Saúde brasileiro, mostrou-se nesse sentido e foi possível observar que as práticas incorporaram processos nos âmbitos preventivos, de promoção e restauradores da saúde. Vale destacar ainda, nesse eixo, a vinculação entre práticas em Psicologia Ambiental e dispositivos das políticas públicas de saúde, o que mostra

um potencial que se expressa não somente interdisciplinarmente como também intersetorialmente.

Já o eixo *Contextos e Processos Rurais* evidenciou que o campo brasileiro coloca inexoravelmente a necessidade de práticas de caráter popular. A realidade socioeconômica, a relação com a questão da terra, a presença dos saberes populares pôde evidenciar não só um conjunto de *práxis* psicológicas territorializadas como também condicionadas pela necessidade de ser implicada com o desenvolvimento local, a partir de potencialidades existentes nos próprios territórios e suas organizações locais. Por seu turno, o eixo *Contextos e Processos Urbanos, Comunitários e Institucionais*, se por um lado também evidencia que as práticas nesses contextos solicitam um olhar territorializado, que parta de uma relação dialógica com os atores e instituições locais para pensar as necessidades e possíveis projetos, por outro apontam para a necessidade de intervenções sobre o espaço da cidade e a vida urbanizada, a fim de promover tensionamentos na *selva de pedra e asfalto*, resgatando a possibilidade de relações com a natureza e de outras relações com os espaços da cidade.

Por fim, no eixo *Contextos e Processos Clínicos* pudemos observar práticas que, ao expressarem uma indissociabilidade entre processos e experiências singulares dos sujeitas(os) e os ambientes em que se inserem – pensados em sua processualidade e determinação histórico-social –, mostraram-se como relatos a partir de uma perspectiva de clínica ampliada. Nesse sentido, as pessoas envolvidas nas ações não estão restritas ao *setting* ou instituição, tampouco reduzidas a demandas clínicas, mas aparecem em sua integralidade, em que o ambiente se articula como determinação dos processos psicossociais em cada processo clínico narrado.

À guisa de conclusão deste caderno, retomamos as reflexões de Martin-Baró (2013). Se não podemos superestimar, diante dos gigantesco desafios da realidade latino-americana, o papel da Psicologia, seja ambiental ou qualquer outra subárea, vemos um horizonte de contribuição para a transformação de tal realidade, quando a *práxis* da Psicologia

Ambiental acontece vinculada aos contextos populares e em interface com outras disciplinas e instituições vinculadas a tais contextos.

Ainda assim, o Catálogo não esgota as possibilidades de um *quehacer* comprometido para a Psicologia Ambiental. Ele nos permite visualizar caminhos, o que, por sua vez, nos inspira a pensar outros trajetos possíveis não percorridos ou conhecidos aqui. No enfrentamento aos desafios socioambientais da realidade latinoamericana, em específico da brasileira, a linha de frente está nos coletivos organizados das maiorias populares (no campo, nas favelas e periferias urbanas, nas associações indígenas, de atingidos por barragens etc.). São aqueles e aquelas que, tendo sua vida atravessada pelos problemas socioambientais mais prementes, encontram na luta política coletiva não somente a possibilidade de fazer frente a tais problemas, mas de denunciar que as grandes problemáticas ambientais de nosso tempo não são igualmente distribuídas, e que iniciativas pontuais, focalizadas, ou por meio da institucionalidade do Estado, não são suficientes e muitas vezes coadunam com a manutenção deles.

A partir disso, tendo em vista o horizonte de contribuir para a transformação da realidade latinoamericana como guia do *quefazer* da Psicologia Ambiental, parece-nos que passos fundamentais vêm sendo dados e isso foi contemplado nas práticas relatadas aqui. Uma área que possui uma consistente tradição vinculada à pesquisa dá avanços significativos para que essa produção de conhecimento seja sustentáculo para práticas cada vez mais condizentes com as demandas de nossa realidade. As práticas relatadas acenam possibilidades de atuação que, se integradas aos diferentes atores e etapas do ciclo das políticas públicas, consolidariam as contribuições críticas da Psicologia para essas problemáticas e, conseqüentemente, para o papel técnico, ético e político de psicólogas(os) engajadas(os) no enfrentamento dos problemas que afligem sujeitos e grupos.

A atuação em programas governamentais e autogestores, como políticas de habitação, moradia e urbanismo, gestão ambiental,

desenvolvimento territorial rural e urbano, problemas sanitários oriundos da globalização, enfim, com pessoas e grupos atingidos pelas desigualdades da produção do espaço no mundo contemporâneo, por exemplo, clamam por uma Psicologia do nosso espaço e, também, do nosso tempo histórico. Assim, cabe a nós, comprometidas(os) com a área, produzirmos cada vez mais iniciativas que, desde uma perspectiva crítica dos modos de produzir, consumir e viver hegemônicos na atualidade, possuam, direta ou indiretamente, as questões socioambientais de nossa época como determinantes de nossas práticas profissionais. Esse compromisso é com a profissão, mas sobretudo com aqueles que sofrem e lutam cotidianamente por condições dignas e saudáveis de vida e por um planeta que seja habitável para nós e para as gerações futuras.

Referências

Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005). Conselho Federal de Psicologia, Brasília.

Martin-Baró, I. (2017a). A desideologização como contribuição da Psicologia Social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In F. Lacerda Júnior (Org.), *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 55-65). Petrópolis: Vozes.

Martin-Baró, I. (2013). Psicologia Política Latino-americana. *Psicologia Política*, 13(28), 555-573.

Martin-Baró, I. (2017a). O desafio popular à Psicologia Social na América LATina. In F. Lacerda Júnior (Org.), *Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 66-88). Petrópolis: Vozes.



GT Psicologia
Ambiental da
Anpepp



ISBN 978-65-89369-26-4



9 786589 369264